UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

RHOBERTA SANTANA DE ARAÚJO

O PDRS XINGU E A POLÍTICA DE EXPANSÃO DA UFPA NO CONTEXTO DE INSTALAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE: O CASO DO CAMPUS DE ALTAMIRA

Belém-PA
2015

RHOBERTA SANTANA DE ARAÚJO

O PDRS XINGU E A POLÍTICA DE EXPANSÃO DA UFPA NO CONTEXTO DE INSTALAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE: O CASO DO CAMPUS DE ALTAMIRA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Profª. Drª. Vera Lúcia Jacob Chaves.

Belém-PA
2015

FICHA CATALOGRÁFICA

Catalogação na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

UFPA

Araújo, Rhoberta Santana de

O PDRS Xingu e a política de expansão da UFPA no contexto de instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: o caso do Campus de Altamira / Rhoberta Santana de Araújo; orientadora, Profª. Drª. Vera Lúcia Jacob Chaves.— 2015.

337 f. : il., grafs. tabs

Tese (Doutorado) Universidade Federal do Pará, Instituto Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2015.

1. Educação Superior – Altamira (PA). 2. Financiamento Educacional. 3. Parceria Público – Privado. 6. UHE Belo Monte. I. Chaves, Vera Lucia Jacob, orient. II. Título.

CDD: 378.098115

RHOBERTA SANTANA DE ARAÚJO

O PDRS XINGU E A POLÍTICA DE EXPANSÃO DA UFPA NO CONTEXTO DE INSTALAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE: O CASO DO CAMPUS DE ALTAMIRA

Aprovada em 27 de novembro de 2015

Profª Drª Vera Lúcia Jacob Chaves. UFPA
(Orientadora)

Prof. Dr. João Ferreira de Oliveira - UFG
(Examinador Externo)

Prof. Dr. Carlos Alberto Ferreira Lima - UNB
(Examinador Externo)

Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha – UFPA
(Examinador Interno)

Profª Drª Arlete Maria Monte de Camargo – UFPA
(Examinador Interno)

Dedico este trabalho aos meus pais, pelo incentivo e apoio.

A minha querida filha, Lethycia, inspiração de amor, alegria e esperança.

Ao Plínio Augusto, pelo cuidado e zelo com nossa filha, no momento em que estive ausente.

Aos meus irmãos, Ruth, Rosely e Raphael.

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho se reveste de expressivo significado que, a despeito das dificuldades enfrentadas, no decorrer do processo, merece ser comemorado e dividido com pessoas e instituições que colaboraram para o seu êxito. Assim, registro especial agradecimento a:

Meus pais, referenciais de força, luta e esperança;

Minha filha, Lethycia, por compreender o necessário período de ausência e por ser minha fonte de alegria, amor e esperança.

Professor Plínio Augusto da Silva Castro, pelo zelo e cuidado com nossa filha, no período em que estive ausente e pela amizade construída ao longo desses anos.

Professora Doutora Vera Lúcia Jacob Chaves, pelas importantes contribuições na orientação deste trabalho e nas atividades acadêmicas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação e no GEPES. A seriedade, a competência e o rigor intrínsecos à prática da professora são uma referência para minha carreira profissional.

Professores do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Pará, linha Políticas Públicas em Educação, pelo aprendizado e necessário rigor científico, com especial agradecimento às professoras doutoras Olgaíses Cabral Maués e Terezinha de Fátima Andrade Monteiro dos Santos.

Professor Doutor Gilberto de Miranda Rocha, cujas orientações relacionadas aos Grandes Projetos de Investimento na Amazônia foram determinantes para o aprimoramento da investigação, permitindo uma adequada delimitação da problemática de pesquisa.

Prof. Dr. Carlos Alberto Ferreira Lima e Profª Drª Arlete Maria Monte de Camargo pelas importantes contribuições na qualificação deste trabalho, permitindo o aprimoramento da pesquisa.

Professor Doutor Gilberto Marques de Souza, em especial pelo quadro teórico apresentado na disciplina Economia na Amazônia que me possibilitou a compreensão do papel reservado à Região Amazônica na dinâmica de reprodução e concentração do capital em âmbito nacional e internacional.

Professora Doutora Maria Ivonete Coutinho da Silva, pelos diálogos produtivos, compartilhamento de informações, esclarecimentos de dúvidas e dados indispensáveis para o êxito da investigação que gerou esta tese, além da preciosa amizade que levarei por toda a vida.

Professor Doutor Antônio Sousa Alves, meu querido amigo, que tive o prazer de conhecer no mestrado, em 2009, e desde então compartilhamos angústias, experiências, diálogos e profusa esperança de que o êxito seria alcançado no processo de formação.

Professor ME Gilson Rocha de Oliveira, pela generosa amizade e diálogos profícuos sobre os dilemas humanos.

Colegas da turma do Doutorado 2012, Francisco, Albiane, Evaldo, William, João, os profícuos estudos realizados ao longo das disciplinas cursadas foram indispensáveis para a trajetória desta pesquisa.

Colegas do Grupo de Pesquisa do Ensino Superior – GEPES/UFPA, pelo compartilhamento dos estudos, dados e informações.

Direção da UFPA-*Campus* Universitário de Altamira, representados pelos Professores Maria Ivonete Coutinho da Silva e José Queiroz de Miranda Neto, pela disposição constante no fornecimento de informações e dados empíricos da pesquisa.

Michelle Teixeira de Sousa, Rita de Cássia Vicente dos Anjos, Suellen Dinelly Cardelly, Eduardo Tupinambá, Saulo Alves, queridos amigos! Compartilhamos momentos e conversas agradáveis ao som da trilha sonora do bom e velho rock'roll.

Universidade Federal do Pará, pela oportunidade de qualificação.

Privatizaram sua vida, seu trabalho,

sua hora de amar e seu direito de pensar.

É da empresa privada o seu passo em frente,

seu pão e seu salário.

E agora não contente querem privatizar o conhecimento, a sabedoria, o pensamento,

que só à humanidade pertence."

(Bertold Brecht)

RESUMO

ARAÚJO, Rhoberta Santana de. **O PDRS XINGU E POLÍTICA DE EXPANSÃO DA UFPA NO CONTEXTO DE INSTALAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE: O caso do Campus de Altamira.** 337f. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará. Belém, 2015.

O ideário de desenvolvimento econômico propugnado pelo capitalismo dissemina o discurso da educação como importante fator para a competitividade e o desenvolvimento das economias globais. Assim, um conjunto de ações estatais, materializadas em planos, programas e instrumentos normativos, estabelece a conexão entre educação, conhecimento e desenvolvimento, conformando-a às demandas econômicas. O ensino superior, analisado neste trabalho, é impactado pelas mediações da sociabilidade capitalista que incorporam a ciência, a inovação e a tecnologia, aliadas à formação de recursos humanos qualificados enquanto estratégia para ampliação de acumulação e concentração do capital e fator de competitividade das economias globais. A universidade pública, particularmente, se incorpora à dinâmica de reprodução capitalista pela aproximação das demandas empresariais e do mercado, por meio das parcerias público-privadas (PPP). Esse fenômeno vem ocorrendo regularmente e apresenta implicações para a expansão e o financiamento das instituições. Diante disso, a pesquisa geradora desta tese buscou investigar os desdobramentos socioeconômicos da implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no contexto de ampliação e reprodução do capital na Amazônia e sua repercussão na política de expansão e financiamento da Universidade Federal do Pará (UFPA). Tal objeto exigiu análise de contratos e convênios firmados entre aquela universidade e a empresa construtora da usina (Norte Energia S.A.), visando compreender as repercussões das PPPs para a expansão e o financiamento da UFPA. A metodologia assentou-se nas contribuições do materialismo histórico-dialético; a técnica de pesquisa utilizada foi o estudo de caso, pela sua pertinência no fenômeno estudado. Revisão bibliográfica e análises documentais subsidiaram a produção. Alterações no cenário socioeconômico engendrados pela supremacia do capitalismo, os valores e os princípios do mercado têm sido progressivamente incorporados pelas universidades públicas. Esse cenário, enquanto hipótese, implica a expansão e o financiamento das instituições, das quais se demanda fornecimento de produtos e serviços a empresas e grupos econômicos envolvidos na execução dos empreendimentos. O Estado, nessa conformação, atua como mediador das relações entre a universidade pública e o mercado, mediante políticas de incentivo às parcerias e disseminação da lógica da autonomia, ancoradas na capacidade da instituição pública de diversificar suas fontes de financiamento. As demandas do mercado assumem, nesse painel, centralidade na condução da política de expansão adotada pela universidade pesquisada. Os resultados parciais da pesquisa em desenvolvimento demonstram que os municípios da Área Direta de Influência da UHE de Belo Monte padecem com pobreza, desigualdade, violência e baixo acesso ao ensino superior. No que se refere à expansão e

ao financiamento, recursos novos angariados pela UFPA vêm permitindo o investimento em infraestrutura física, aquisição de equipamentos e desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão, por meio dos projetos aprovados pelos docentes junto ao Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu e à Norte Energia S.A.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Superior. UFPA. Expansão. Financiamento. Parceria público-privada. UHE Belo Monte.

ABSTRACT

ARAÚJO, Rhoberta Santana de. **O PDRS XINGU E POLÍTICA DE EXPANSÃO DA UFPA NO CONTEXTO DE INSTALAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE: O caso do Campus de Altamira.** 326f. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará. Belém, 2015.

The ideas of capitalism regarding economic development present education as a major factor for competitiveness as well as for the development of global economies. Therefore, a number of State actions materialized in plans, programs, and normative instruments establish connections between education, knowledge, and development, such actions being conformed to the economic demands. Higher education, as analyzed in this dissertation, has been impacted by the mediations of capitalist sociability which incorporates science, innovation, and technology, as much as the preparation of qualified human resources, as strategy for the widening of accumulation and concentration of capital, and as an element for global economic competitiveness. Public universities in particular are incorporated to the dynamics of capitalist reproduction through an approximation with the entrepreneurs and the market, by means of public-private partnerships (PPP). Such a phenomenon has been occurring regularly, and brings implications for the expansion, and the financing of institutions. The research herein submitted sought to investigate the socioeconomic consequences of the deployment of the Belo Monte Hydroelectric Dam Complex (HDC) in the Amazon, in the context of the amplification and reproduction of capital in the region, as well as its repercussion for the policies relative to the expansion and financing of the Para Federal University – UFPA; for such purposes contracts and formal agreements signed between the University and the construction company of the power plant (Norte Energia S.A.) were analysed. The research methodology was based on the contributions of historic-dialectic materialism. Case study was chosen as the pertinent technique. Literature review and document analysis have subsidized the investigative process. The working hypothesis stated that changes, in the socioeconomic scenario, engendered by capitalism as well as by market values and principles have been progressively incorporated by public universities; products and services are requested from these latter by corporations and economic groups involved in the implementation of projects. The State acts in this configuration as mediator of the relationships between public institutions of higher education and the market, by both encouraging partnerships and disseminating the logic of autonomy, anchored in the public institution's capacity to diversify its sources of funding. Within such scheme, market's demands become central in the bearing of the expansion policy adopted by the

studied university - UFPA. Partial results of the ongoing research evidenced that cities and villages in the area of direct influence of the HDC Belo Monte endure poverty, inequality, violence, and poor access to higher education. As for expansion and funding, new resources have been raised by UFPA, which have been allowing for investment in facilities, equipments, and for the development of research and extension activities, by way of faculty's projects submitted to, and approved by both the Plan for Sustainable Regional Development of Xingu and the Norte Energia S/A.

KEYWORDS: Higher Education. UFPA. Expansion. Funding. Public-private partnership. HDC Belo Monte.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDES-SN	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior
ANFOPE	Associação Nacional pela Formação dos Profissionais em Educação
ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BM	Banco Mundial
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
DNAEE	Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica
ENADE	Exame Nacional de Desempenho do Estudante
EIA/ RIMA	Estudos de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto ao Meio-Ambiente
EUA	Estados Unidos da América
FAI	Fundação de Apoio Institucional
FASUBRA	Federação dos Sindicatos dos Servidores das Universidades Federais
FADESP	Fundação de Amparo e Desenvolvimento de Ensino e Pesquisa
FIES	Financiamento Estudantil
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GED	Gratificação de Estímulo à Docência
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano
IDESP	Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Estado do Pará
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
IFET	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IFPA	Instituto Federal do Pará
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEC	Ministério da Educação
MPF	Ministério Público Federal
MME	Ministério de Minas e Energia
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAR	Programa de Ações Articuladas
PARFOR	Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PBA	Plano Básico Ambiental
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDRS	Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável
PGL	Plano de Governo de Lula da Silva
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Projeto de Lei
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPPs	Parcerias Público-Privadas
PROEG	Pró-Reitoria de Ensino da Graduação
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
PT	Partido dos Trabalhadores
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
REUNI	Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
TWh	Terawatt Hora
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UEPA	Universidade do Estado do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UHE	Usina Hidrelétrica
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e a Cultura

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Potencial de geração de recursos hídricos (GW).....	65
TABELA 2	Investimentos programados para a geração e transmissão de energia elétrica no estado do Pará.....	66
TABELA 3	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual por classes de rendimento mensal per capita, segundo as grandes regiões – 2013.....	70
TABELA 4	Pessoas residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal per capita, segundo as grandes regiões 2013.....	71
TABELA 5	Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2014 – ranking municípios com mais de 100 mil habitantes.....	75
TABELA 6	Matrícula presencial e à distância por região geográfica e categoria administrativa 2013.....	77
TABELA 7	Taxa de frequência a estabelecimento de ensino da população residente de 06 a 24 anos por grupos de idade e nível de ensino, segundo as grandes regiões do Brasil.....	80
TABELA 8	Taxa de frequência a estabelecimento de ensino da população residente de 06 a 24 anos por grupos de idade e nível de ensino, nos estados da região norte.....	81
TABELA 9	Internação causa externa por município de ocorrência na AID da UHE de Belo Monte 2011-2014.....	97
TABELA 10	Nascidos vivos por município de ocorrência na AID da UHE de Belo Monte 2011-2014.....	97
TABELA 11	Nascidos vivos de mães menores de 15 anos por município de ocorrência na AID da UHE de Belo Monte 2011-2014.....	98
TABELA 12	Mortes causas violentas no município de Altamira 2011-2014.....	98
TABELA 13	Número de matrículas na graduação presencial e a distância segundo a categoria administrativa no município de Altamira 2009-2012.....	100
TABELA 14	Gastos Universidades Federais 1995-2013.....	190
TABELA 15	Vagas ofertadas e contratadas no ensino de graduação da UFPA 2003-2015.....	197
TABELA 16	Projetos aprovados pro esfera de componente no PDRSX.....	203
TABELA 17	Projetos aprovados por câmara técnica no comitê gestor do PDRSX.	214

TABELA 18 Projetos aprovados pela UFPA-*Campus* de Altamira no PDRSX 2011-2014..... 218

TABELA 19 Plano de Gestão Orçamentária do *Campus* de Altamira 2011-2014... 236

TABELA 20 Pactuação de docentes e técnicos-administrativos do *Campus* de Altamira/ curso de Medicina..... 237

TABELA 21 Vagas ofertadas e preenchidas em processos seletivos e alunos matriculados e cadastrados no ensino de graduação do *Campus* de Altamira 2010 -2014..... 239

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICOS

GRÁFICO 1	PIB preços correntes e PIB per capita dos estados da região Norte.....	72
GRÁFICO 2	Indicador padronizado de pobreza por unidade da federação 2012.....	73
GRÁFICO 3	Indicador padronizado de pobreza por unidade da federação 2012.....	74
GRÁFICO 4	Matrículas presenciais e a distância por região geográficas e categoria administrativas 2013.....	78
GRÁFICO 5	Matrículas do ensino de graduação presencial e a distância, segundo as esferas administrativas.....	82
GRÁFICO 6	População dos municípios da área de influência da UHE de Belo Monte.....	93
GRÁFICO 7	PIB preços correntes, municípios AID da UHE de Belo Monte	94
GRÁFICO 8	PIB per capita, municípios AID da UHE de Belo Monte.....	95
GRÁFICO 9	IDHM municípios AID da UHE de Belo Monte.....	96
GRÁFICO 10	Escolaridade da população com 25 anos ou mais dos municípios AID da UHE de Belo Monte.....	99
GRÁFICO 11	Recursos disponibilizados PDRS Xingu 2011- 2014.....	104
GRÁFICO 12	Anos de estudo médio pessoas de 25 anos ou mais.....	168
GRÁFICO 13	Evolução das matrículas no ensino de graduação na UFPA no período de 2003-2014.....	199
GRÁFICO 14	Evolução do quadro de pessoal da UFPA na série histórica 2003-2014.....	200
GRÁFICO 15	Evolução do quadro de pessoal docente, segundo a categoria, Campus de Altamira 2010-2014.....	241
GRÁFICO 16	Evolução do quadro de pessoal técnico-administrativo, Campus de Altamira 2010-2014.....	243

QUADROS

QUADRO 1 Dados técnicos da UHE Belo Monte..... 85

QUADRO 2 Ações estruturantes na educação PDRS Xingu..... 107

QUADRO 3 Legislação do ensino superior no governo do Partido dos Trabalhadores..... 145

QUADRO 4 Composição do Comitê Gestor do PDRSX..... 210

QUADRO 5 Câmaras técnicas do Comitê Gestor do PDRSX..... 213

FIGURAS

FIGURA 1 Área de abrangência da UHE Belo Monte..... 88

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 20

1.1 ALGUNS ELEMENTOS DA MEMÓRIA E MOTIVAÇÃO DA PESQUISA 20

1.2 CONTEXTUALIZANDO O *LÓCUS* DE INVESTIGAÇÃO 27

1.3 OBJETIVOS 33

1.4 HIPÓTESE 34

1.5 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO 35

1.6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 48

1.7 ESTRUTURA DA TESE 52

2 USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE E PDRS XINGU: HISTÓRICO, MEDIAÇÕES E CONTRADIÇÕES..... 55

2.1 PRODUÇÃO ENERGÉTICA NA AMAZÔNIA: O FALACIOSO DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO..... 55

2.1.1 DESENVOLVIMENTO PARA QUEM? ALGUNS INDICADORES DAS ASSIMETRIAS REGIONAIS SOB O MARCO DO PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DA AMAZÔNIA..... 68

2.1.1 A DISTRIBUIÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO CONTEXTO DOS CENTROS DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: ESTRATÉGIA DE SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS?... 76

2.2 A DISTRIBUIÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO CONTEXTO DOS CENTROS DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: ESTRATÉGIA DE SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS?..... 83

2.3 INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS ATINGIDOS PELA UHE BELO MONTE..... 92

2.4 O PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DO XINGU: O “TRANSFORMISMO” E A “PEQUENA POLÍTICA” ENQUANTO ESTRATÉGIA DE HEGEMONIA DO CAPITAL..... 101

3 ECONOMIA E EDUCAÇÃO: INCORPORAÇÃO DA EDUCAÇÃO À DINÂMICA DE AMPLIAÇÃO E REPRODUÇÃO DO CAPITAL..... 111

3.1 A TEORIA DO CAPITAL HUMANO: ASPECTOS CONCEITUAIS E MEDIAÇÕES NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS..... 111

3.2 A TEORIA DO CAPITAL HUMANO E A IDEOLOGIA DESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL..... 120

3.3 A O ENSINO SUPERIOR E AS MEDIAÇÕES DA IDEOLOGIA DESENVOLVIMENTISTA..... 129

3.4 A CONTRARREFORMA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR SOB A ÉGIDE DO NOVO DESENVOLVIMENTISMO DOS GOVERNOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES..... 139

4 UNIVERSIDADE E MEDIAÇÕES COM O MERCADO: O LUGAR DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E IMPLICAÇÕES PARA A AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA..... 148

4.1 A UNIVERSIDADE E A REPRODUÇÃO AMPLIADA DO CAPITAL: FUNÇÃO SOCIAL X FUNÇÃO UTILITARISTA..... 148

4.2 AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO: INCORPORAÇÃO DOS VALORES E PRINCÍPIOS DO MERCADO..... 159

4.2.1 A VISÃO DOS EMPRESÁRIOS ACERCA DO PAPEL DESEMPENHADO PELA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA..... 164

4.2.2 AS PPP NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ..... 172

4.3 AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA: DISPUTAS CONCEITUAIS E LIMITES PRÁTICOS. 175

4.3.1 A AUTONOMIA NOS MARCOS REGULATÓRIOS DA UFPA..... 180

4.4 FINANCIAMENTO UNIVERSITÁRIO: IMPLICAÇÕES PRÁTICAS PARA A AUTONOMIA..... 182

5 **HISTÓRICO, CONTRADIÇÕES, MEDIAÇÕES NA EXPANSÃO E NO FINANCIAMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – *CAMPUS* DE ALTAMIRA SOB O MARCO DA CONSTRUÇÃO DA UHE DE BELO MONTE.** 192

5.1 PROTAGONISMO DA UFPA NOS POLOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ESTADO DO PARÁ: ALGUNS INDICADORES DE EXPANSÃO..... 193

5.2 OS RECURSOS ENVOLVIDOS NA POLÍTICA "DESENVOLVIMENTISTA" DO PDRSX: A INSERÇÃO DA UFPA NO CENÁRIO DE DISPUTA..... 209

5.3 A EXPANSÃO E O FINANCIAMENTO DO *CAMPUS* DE ALTAMIRA: MEDIAÇÕES DOS RECURSOS DO PDRS XINGU..... 220

5.3.1 O TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE A NORTE ENERGIA E A UFPA..... 225

5.4 OS PROJETOS APROVADOS PELA UFPA PELA VIA DO PDRS XINGU E DESDOBRAMENTOS NA POLÍTICA DE EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA..... 233

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 245

REFERÊNCIAS..... 262

ANEXOS..... 283

1 INTRODUÇÃO

Considerando que o fenômeno educativo acontece no interior das mediações de determinada sociedade, historicamente situada, o presente trabalho elegeu como centralidade a política de expansão do ensino superior e suas relações com a instalação de um grande empreendimento na Amazônia, a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no estado do Pará. As categorias teóricas e empíricas de análise foram expansão, financiamento, parcerias público-privadas, economia da educação e desenvolvimento regional.

O trabalho se vincula ao Programa de Pós-Graduação em Educação, linha Políticas Educacionais, e ao Grupo de Pesquisa de Políticas do Ensino Superior, sob coordenação e orientação da Professora Doutora Vera Lúcia Jacob Chaves, todos pertencentes à Universidade Federal do Pará. A pesquisa não contou com financiamento público de agências de fomento.

Na subseção a seguir, serão apresentados alguns elementos da memória da pesquisadora e trajetórias que motivaram o desenvolvimento da pesquisa.

1.1 ALGUNS ELEMENTOS DA MEMÓRIA E MOTIVAÇÃO DA PESQUISA

Memórias dispõem de uma intensa carga de representações de cunho simbólico e existencial. Ainda que o trabalho seja de natureza acadêmica, por isso mesmo, orientado pelas exigências e princípios da academia, não se podem perder de vista as mediações que influenciam nossa vida e diante das quais a tomada de decisões são um imperativo constante. E quando se nasce numa família materialmente desprovida de capital nas suas distintas expressões, é necessário tomar cedo as decisões que permitirão a mudança de rumos e a conquista de padrões mínimos de autonomia.

Sou legatária do projeto de “integração e desenvolvimento” da Amazônia, sob o lema “integrar para não entregar”, que, no plano do discurso, pretendia inserir a região no processo de modernização socioeconômica do país. Sob a promessa de recebimento de terras e infraestrutura física, milhares de famílias migrantes, oriundas de diversas regiões do Brasil, aceitaram a proposta da ditadura civil-militar para ocupar os vastos “vazios demográficos”. Ainda que essa ideia de vazio seja de todo equivocada, pois torna invisíveis os povos da floresta que ocupavam este território há milênios. Entretanto, foi esse o principal argumento dos militares para atração dos migrantes. Aqui, a abundância de terras, recursos naturais e apoio do Estado permitiria a reconstrução da vida dessas famílias que enfrentavam condição de pobreza e desemprego nas cidades de origem.

Nesse cenário, minha família materna se deslocou do interior de Minas Gerais para tomar posse de um lote de terras, situado a 100 km de Altamira, hoje município de Medicilândia. O ano era 1972, e diferente das promessas governamentais, o que se encontrou na região foram condições adversas de sobrevivência, expressas na ausência ou escassez de infraestrutura básica (escolas, hospitais, habitação, saneamento básico), além dos confrontos com os ocupantes originais das terras (indígenas e ribeirinhos). Dessa forma, a resiliência era um requisito necessário para permanecer nessa região, ancorada no sonho de construção de uma vida melhor. Nesse mesmo sentido, meu pai, afugentado da pobreza do interior do Ceará, desembarcou em busca de oportunidades de trabalho, inicialmente no sul do Pará, na cidade de Marabá, e posteriormente na mesorregião do Xingu.

A constituição do núcleo familiar ocorreu na periferia de Altamira, sobre o pilar das adversidades de pais que não tinham emprego fixo, tampouco formação escolar mínima, e padeciam dos efeitos da instabilidade econômica e política da transição do regime militar e restabelecimento da democracia representativa no país. Os duros anos de recessão econômica, ao longo da década de 1980, eram o desdobramento de mais uma crise do modo de produção capitalista, cujos maiores eram efeitos eram sentidos pela classe trabalhadora.

Muito cedo, enxerguei na educação o único instrumento capaz de conceder conforto ao espírito e permitir um posicionamento crítico e autônomo no mundo. Ela

(a educação) se estabeleceu como um porto seguro, onde eu poderia ancorar sonhos, esperanças e ideais, contrariando as perspectivas e projeções naturais impostas aos nascidos em condições adversas. Numa sociedade classista, cujas marcas indeléveis são a pobreza, a exploração, a injustiça, a violência, aspectos estruturais do atual modelo civilizatório engendrado pelo capitalismo, é necessário estabelecer meios de resistência. Recorrendo à pertinente declaração de um autor desconhecido que afirma: “Quando você nasce pobre, o maior ato de rebeldia contra o sistema é você ser estudioso”, fiz da escola e dos livros meus grandes companheiros de luta.

Meus pais, apenas alfabetizados, se dispuseram a investir na minha educação escolar básica. Tive a oportunidade de estudar numa escola confessional, no ensino fundamental e no ensino médio. Ainda que não houvesse participação e acompanhamento familiar efetivo, admito que essa formação inicial, mesmo com as fragilidades de professores sem formação adequada, facilitou o ingresso na Universidade, associada ao meu apreço pelos estudos.

O ingresso no espaço universitário, ocorrido em 1999, representou um marco inexorável na minha história de vida. Essa inserção representou o início da trajetória até o momento percorrida, assentada na busca pelo desvelamento do mundo e da essência das coisas. E na compreensão de que é no ser social que temos a determinação da nossa consciência, conforme os ensinamentos marxistas.

No decorrer do curso, a experiência da maternidade se apresentou como mais um desafio, concomitante ao trabalho e aos estudos. A renúncia à licença maternidade se apresentou como alternativa para garantir a conclusão do curso no prazo previsto. A paciência e a perseverança são pilares indispensáveis na realização de um projeto de vida.

Nesse período, auge da austeridade das políticas neoliberais engendradas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), vivenciei, enquanto aluna, os constrangimentos impostos às universidades públicas, expressas no sistemático processo de sucateamento, por meio dos cortes em investimentos. O pacto explícito daquele governo com extratos da burguesia empresarial concebe a Educação

Superior como um bem privado, orientado pelas regras do mercado, *lócus* privilegiado da oferta. As greves organizadas pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) e pela Federação de Sindicatos dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA Sindical) marcaram esse período de modo emblemático. O efeito educativo desses movimentos de representação reside no entendimento da organização coletiva enquanto instrumento que dispõe a classe trabalhadora para salvaguarda dos seus direitos e resistência contra os ataques do Estado e do capital.

O Campus de Altamira, onde fiz minha graduação, não dispunha sequer de quadro efetivo de professores, além da infraestrutura comprometida, o quadro técnico cedido por prefeituras e inexistência de políticas de assistência estudantil. Os professores eram deslocados de outros campi ou eram professores temporários, sem formação em nível de pós-graduação. Decerto, houve comprometimento na formação acadêmica, impondo-se a necessidade de usar os limitados recursos disponíveis.

Entretanto, parafraseando Guimarães Rosa, “lembraremos o quanto nos custou chegar até o ponto final” e certamente depois disso, “não somos mais os mesmos e sabemos mais uns dos outros”, indubitavelmente a experiência universitária me conduziu ao mundo novo de ideias, conhecimentos e horizontes. O encantamento com o desenvolvimento das potencialidades intelectuais, políticas, culturais e profissionais me concedeu o entusiasmo para escolher a permanência na Universidade Federal do Pará, após a conclusão do curso de graduação em Pedagogia, em 2004.

Nesse ano, ingressei no quadro técnico-administrativo, e mesmo aprovada noutros certames de dois órgãos do judiciário, fiz a escolha pela Universidade por enxergar nela um ambiente ímpar, que me permitiria a continuidade dos estudos e o acesso constante à construção de novos saberes e conhecimentos. E isso se configurou como uma busca permanente, reconhecendo que essa era a única forma de consolidação da carreira que vislumbrava na academia. A experiência adquirida nos primeiros anos da vida profissional permitiu a imersão no ambiente universitário,

por meio da participação nas atividades acadêmicas, administrativas, políticas e nos movimentos grevistas organizados pelo sindicato de representação da categoria. Essa vivência promoveu o interesse pela investigação dos fenômenos observados na universidade.

O ingresso no mestrado acadêmico em Educação, do Programa de Pós-Graduação Educação, da UFPA, em 2009, representou uma etapa marcante nessa trajetória. Do ponto de vista intelectual, representou uma ruptura nas estruturas de representação da minha modesta compreensão do fenômeno educativo e das políticas educacionais, em particular, permitindo o início de um árduo, mas prazeroso caminho de amadurecimento intelectual. Este momento representou, ainda, a assunção definitiva da universidade, em particular, e o ensino superior, de modo geral, enquanto objeto de investigação. Os estudos desenvolvidos naquele momento, aliados às atividades desenvolvidas no Grupo de Pesquisa do Ensino Superior, sob a coordenação e orientação da Profª Drª Vera Lúcia Jacob Chaves, permitiram um maior entendimento do papel da Universidade e das mediações e contradições que ela vem sofrendo sob a égide do capital.

Durante o período de formação do mestrado, iniciei as atividades de professora formadora do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), atuando em municípios do Polo de Altamira. Essa experiência tem me possibilitado uma experiência importante no magistério do ensino superior, possibilitando acompanhar a realidade dos municípios daquela região, marcada por omissão e negligência do Estado e pelas dificuldades enfrentadas pelos professores no exercício da docência, submetidos a precarização e intensificação do trabalho e aos desmandos dos gestores locais.

O cumprimento, a contento, do plano de trabalho estabelecido na pesquisa do mestrado proporcionou entusiasmo para continuidade dos estudos, no âmbito do doutorado. O prosseguimento na linha de políticas do ensino superior revigora o fascínio pelas distintas possibilidades de investigação da temática. Desta vez, tendo como pano de fundo a economia e o desenvolvimento regionais, o cenário da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e das mediações desse empreendimento na expansão e no financiamento da UFPA.

O pensamento marxiano nos ensina que “se a aparência e a essência das coisas coincidissem, a ciência seria desnecessária”. Neste sentido, a opção pelo método de investigação que visa à apreensão da realidade concreta dos fenômenos, ultrapassando o campo das aparências e interpretando-o nas suas distintas contradições e mediações, é a missão assumida nesta pesquisa. O contato direto com o real aparente provocou a motivação para escolha do objeto.

Desde a minha adolescência convivo com as discussões envolvendo a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. A obra se mostrou polêmica, desde a sua concepção no regime dos militares, no final da década de 1970: defensores e opositores do empreendimento apresentavam os argumentos dos benefícios ou prejuízos da obra. A discussão ganhou maior visibilidade, no final dos anos de 1980 e início dos anos 1990, a partir da organização de eventos que colocaram o tema em pauta, a exemplo do 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira (PA), e da ECO 92, no Rio de Janeiro.

No início dos anos 2000, a partir da retomada dos estudos de viabilidade técnica e ambiental e pela postura adotada pelo governo de Lula da Silva (2003-2010), ao tratar o empreendimento como fato inevitável e indispensável ao crescimento do país, reacenderam-se os movimentos de oposição e defesa da obra. Testemunhei algumas ações desses movimentos e percebi a tímida atuação da UFPA, naquele contexto, exceto na polêmica contratação da FADESP para realização de Estudos de Impacto Ambiental, em 2000. No ano seguinte, a justiça federal determinou a suspensão dos estudos, a partir de ação civil pública impetrada pelo Ministério Público sob a alegação da ausência de licitação para contratação da fundação.

Em 2011, quando a construção da usina iniciou efetivamente, ainda residia em Altamira, e acompanhei os efeitos econômicos e sociais decorrentes de um empreendimento dessa envergadura, além de participar de algumas reuniões realizadas pela coordenação do Campus de Altamira e a comunidade acadêmica, cuja pauta era traçar diretrizes e estratégias para expansão e fortalecimento das ações do campus sob o marco da UHE Belo Monte. Era evidente que a obra, “menina dos olhos” do governo federal, mobilizaria capital político e econômico para

aquela região. O entendimento disseminado nessas reuniões era de que o Campus deveria elaborar um plano, contendo as demandas de expansão para criação de novos cursos e consolidação dos cursos existentes. A partir disso, foi criado um grupo de trabalho, responsável pela elaboração do plano de expansão do Campus de Altamira. Integrei esse grupo como coordenadora técnica, com o apoio da Pró-Reitoria de Planejamento da UFPA.

Nesse período, respondia pela Divisão de Gestão Pedagógica e recebi a incumbência da coordenação da época de conduzir a construção do Plano de Expansão do Campus, coordenando reuniões internamente e participando de reuniões externas, no âmbito do recém-criado Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu. As informações relacionadas a esse Plano ainda eram escassas, e a cidade de Altamira vivia sob intensa efervescência social, econômica e política, no início do empreendimento.

Essa experiência me despertou uma série de inquietações acerca do posicionamento da Universidade diante desse empreendimento e dos efeitos dele decorrentes; aparentemente, o que mobilizava professores e a coordenação era a busca por financiamento para as ações institucionais sob o argumento da necessidade de expansão. As parcerias público-privadas apareciam como mediadoras das relações que começaram a se estabelecer entre a Universidade e o conjunto de empresas responsáveis pelo empreendimento. Entretanto, percebia uma naturalização e aceitação desse processo, particularmente entre professores pesquisadores, interessados na aprovação de projetos. A crítica, ainda que presente, não encontrava eco, diante do propósito maior, isto é, angariar novos recursos para o campus.

As inquietações desse período encorajaram a submissão da proposta de pesquisa ao PPGED/ICED/UFPA. Reconhecia que o percurso a ser trilhado seria árduo, pois, ainda que permanecesse na linha de políticas educacionais no ensino superior, outras categorias teóricas e empíricas deveriam subsidiar a investigação, particularmente na área da economia (e educação, e política, e desenvolvimento regional). O desvelamento da realidade exige um movimento de abstrações (teoria,

pensamento, reflexões) para alcance do concreto, permitindo uma adequada interpretação do fenômeno investigado.

1.2 CONTEXTUALIZANDO O *LÓCUS* DE INVESTIGAÇÃO

A presente investigação se insere no campo das políticas de ensino superior, e outras matrizes teóricas serão utilizadas para o desvelamento do fenômeno investigado. Economia e desenvolvimento regional são aspectos subsidiários da pesquisa ora relatada, que se propôs investigar a dinâmica de instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e os desdobramentos para a expansão e o financiamento da Universidade Federal do Pará. Elegeu-se como lócus de investigação do estudo o município de Altamira, área direta afetada pelo maior empreendimento do Programa de Aceleração do Crescimento, a construção da Hidrelétrica acima referida. Cercada de polêmicas e disputas nos campos jurídico, político, ambiental e ideológico, a obra, iniciada em 2011, vem provocando alterações e impactos significativos nos indicadores sociais e econômicos do município.

O estado do Pará, particularmente nos municípios do interior (Altamira, Marabá, Parauapebas, Tucuruí), guarda especificidades no seu processo de ocupação territorial, que tem no Projeto de Integração Nacional, lançado na década de 1970, pelo então Presidente Emílio Garrastazu Médici, seu marco de institucionalidade. Os lemas que orientavam o projeto – “terra sem homens para homens sem-terra” e “integrar para não entregar” – expressavam o discurso governamental da necessidade de integração da Amazônia ao território nacional e à política de desenvolvimento econômico defendida na época. O início da abertura da Transamazônica – BR 230, em 10 de outubro de 1970, marcou um período emblemático, na história dos municípios contemplados pela obra.

O Projeto de Integração Nacional e o II Plano Nacional de Desenvolvimento[1], implementados em meados da década de 1970, representaram incisivas ações

---

[1] O *II Plano Nacional de Desenvolvimento* (1975-1979), no governo do General Ernesto Geisel, propôs um ajuste estrutural na economia brasileira, visando minimizar os efeitos da crise do petróleo.

políticas que pretenderam, sob a égide do discurso desenvolvimentista, promover a integração econômica da Amazônia no contexto capitalista nacional e internacional. Dessa forma, grandes empreendimentos – Mineração Rio do Norte, com atividade exploradora de bauxita no município de Oriximiná; Albrás e Alunorte, com produção de alumínio e alumina, no município de Barcarena; o Projeto de Ferro Carajás, no município de Parauapebas; a Usina Hidrelétrica de Tucuruí; a abertura da Rodovia Transamazônica –, a despeito dos impactos ambientais e sociais, decorrentes de intensos fluxos migratórios e de profundas alterações no meio ambiente, foram instalados às custas do endividamento do país e da consolidação do modelo de desenvolvimento dependente, com abertura dos mercados nacionais a empresas estrangeiras.

Nesse sentido, "os grandes projetos surgem em sincronia com os planos de 'potência emergente' da ditadura e do sonho megalomaníacos de no menor espaço de tempo levar o Brasil a tomar parte do seleto grupo de países desenvolvidos" (GUIMARÃES, 1995, p.164).

O Estado, nesse cenário assumiu feição intervencionista e regulatória por meio da construção de bases materiais necessárias para instalação e expansão do grande capital nacional e internacional.

Os planos, os programas e os projetos implementados pelo Estado se forjaram em políticas de incentivo à instalação de empreendimentos econômicos que, conforme discurso governamental do período, romperia com o atraso e o isolamento das sociedades locais, compostas majoritariamente por índios, negros e ribeirinhos. A política de incentivo se materializou por meio da construção de infraestrutura, a exemplo da abertura de estradas, construção de portos, aeroportos, hidrelétricas. Além da infraestrutura, a concessão de empréstimos por meio de agências de fomento, a exemplo do Banco da Amazônia e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, subsidiaram a instalação dos empreendimentos econômicos na Amazônia e no estado do Pará.

A meta era estimular a produção de bens de capital e os setores energético, siderúrgico e petroquímico, com financiamento de estatais nacionais e de empréstimos externos.

Na contramão do discurso político e ideológico que defendia a instalação do grande capital na Amazônia, como estratégia para modernização e a geração de riqueza para a região, Loureiro (2001, p. 61) ressalta que

> Os abusos, as exorbitâncias e o arbítrio desse novo capital na região são incontáveis: a criação e a recriação do trabalho escravo, a expulsão e a morte de posseiros, trabalhadores rurais em geral e de índios; a grilagem de terras; as queimadas; a poluição de rios e lagos e outros. Contudo, sob a nova ótica desenvolvimentista, eles deveriam ser entendidos como fenômenos característicos de uma fase do desenvolvimento amazônico, cuja tendência seria a de desaparecem, a longo prazo, quando o processo de ocupação/desenvolvimento tivesse sido completado!

A derrocada do regime autoritário, com o restabelecimento do regime democrático, não representou alterações significativas no modelo de desenvolvimento na Amazônia, considerando-se que as bases estruturais desse modelo estavam consolidadas, a exemplo da elevada concentração de terras, intenso fluxo migratório do campo para cidade, instalação de grandes empresas nacionais e multinacionais e o uso desordenado dos recursos naturais. (LOUREIRO, 2001).

Apesar da disseminação de discursos por movimentos sociais, organizações não governamentais e entes estatais, que propugnam um desenvolvimento ambientalmente seguro, social e culturalmente referenciado, a política de desenvolvimento para Amazônia continua balizada por instalação, consolidação e expansão de grandes empreendimentos econômicos, notadamente por meio da exploração de recursos minerais, da produção agropecuária e da produção e distribuição de fontes energéticas, pela via das usinas hidrelétricas. Os custos ambientais e sociais desse processo, dito desenvolvimentista, são denunciados continuamente por organizações não governamentais, promotores e procuradores de justiça.

Ao cabo desse processo, o estado do Pará arregimenta a instalação e a consolidação de empreendimentos econômicos em mesorregiões. Os municípios de

Marabá, Barcarena, Tucuruí[2], Oriximiná, Paragominas Parauapebas, Canaã dos Carajás e, mais recentemente, Altamira[3] são sedes de instalação de grandes empresas[4]. A instalação dos empreendimentos capitaneados por conglomerados de empresas constituídas por capital nacional e internacional é cercada de tensões e conflitos, ações judiciais do ministério público federal e estadual e intensa mobilização de movimentos e organizações sociais que contestam o modelo desenvolvimentista imposto e os expressivos impactos socioambientais causados às comunidades.

Os movimentos sociais e populares contrários à obra denunciam que os impactos socioambientais têm acarretado um efeito nefasto para a população das áreas afetadas ou de influência do empreendimento. Ribeirinhos, indígenas e camponeses serão atingidos pela inundação das suas terras e sumariamente remanejados. A população urbana das cidades das áreas diretamente atingidas e das áreas de influência vem sendo impactada pelo intenso fluxo migratório. O aumento populacional tem criado bolsões de miséria e pressionado a ampliação da oferta de serviços de interesse público (saúde, educação, saneamento básico, transporte), além do surto inflacionário observado nos setores do comércio e dos serviços.

O governo federal, por meio do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu – PDRSX[5], prevê investimentos na ordem de 500 milhões de

---

[2] A Usina Hidrelétrica de Tucuruí foi construída para atender à expressiva demanda por energia elétrica, vinda da indústria de exploração e transformação de minérios do estado do Pará.

[3] As obras de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte iniciaram no primeiro semestre de 2011, após muita polêmica e batalhas judiciais travadas entre o Ministério Público Federal e a União, que divergem quanto a viabilidade técnica, socioambiental e a observância dos procedimentos definidos em lei para construção da obra. A previsão de investimentos na obra é de 40 bilhões de reais.

[4] A empresa Vale, antiga Companhia Vale do Rio Doce, privatizada em 1996, detém o capital majoritário das principais empresas que exploram a extração e a produção dos recursos minerais no Estado do Pará, com atuação nos municípios de Marabá, Parauapebas, Paragominas, Canaã dos Carajás, Ourilândia do Norte e Oriximiná; até 2010, detinha o capital majoritário da Albrás/Alunorte, complexo industrial localizado na Vila do Conde, município de Barcarena, vendida para uma multinacional norueguesa.

[5] O PDRS Xingu criado por meio do Decreto nº 7.340 de 21 de outubro de 2010, com a finalidade de promover políticas públicas que resultem na melhoria da qualidade de vida da

reais para incentivo de ações que estimulem o desenvolvimento regional dos municípios da área de influência da obra. Esses recursos vêm sendo disputados por municípios, instituições, organizações e movimentos sociais, considerando que a modalidade de distribuição ocorre por meio de edital, mediante apresentação de projetos. A Universidade Federal do Pará – Campus de Altamira tem submetido e aprovado projetos no âmbito desse plano.

Além disso, o município se tornou um espaço com intensa presença e movimentação de atores políticos (deputados, senadores, ministros), que coadunando com a tradição histórica do *modus operandi* da política clientelista brasileira, estabelecem acordos e divulgam ações/projetos de caráter popular e supostamente relacionados com as políticas desenvolvimentistas da região. Uma dessas ações é o Projeto de Expansão do Campus de Altamira, que prevê a criação de novos cursos, contratação de novos professores e técnico-administrativos o que, na prática, representaria a criação da estrutura de uma nova universidade. O projeto foi elaborado pelo Campus de Altamira e submetido ao Conselho Gestor do PDRSX e, posteriormente, enviado ao MEC, com a compreensão de se tratar de uma política maior de governo.

Desse modo, a pesquisa ora relatada pretendeu investigar, nesse município, as influências da instalação da Hidrelétrica de Belo Monte na política de expansão e financiamento da UFPA-Campus de Altamira e os desdobramentos na configuração do público-privado.

A UFPA se apresenta como instituição pioneira e desempenha papel de relevante destaque na produção e na difusão de conhecimentos nos campos de investigação científica, cultural e tecnológica. Dentre as finalidades estatutárias dessa instituição merecem destaque:

> I. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo,de forma a gerar, sistematizar, aplicar e difundir o conhecimento em suas várias formas de expressão e campos de investigação científica, cultural e tecnológica;
>
> II. Formar e qualificar continuamente profissionais nas diversas áreas do conhecimento, zelando pela sua formação humanista e ética, de modo a

---

população que habita sua área de abrangência (Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilância, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu, no Estado do Pará.

> contribuir para o pleno exercício da cidadania, a promoção do bem público e a melhoria da qualidade de vida, particularmente do amazônida;
>
> **III. Cooperar para o desenvolvimento regional, nacional e internacional, firmando-se como suporte técnico e científico de excelência no atendimento de serviços de interesse comunitário e às demandas sócio-político-culturais para uma Amazônia economicamente viável, ambientalmente segura e socialmente justa.** (UFPA, 2006, p.1**.** Grifos nossos**.**).

Nesse sentido, questiona-se: como vem ocorrendo a "cooperação com o desenvolvimento regional, nacional e internacional"? E o atendimento das "demandas sócio-político-culturais"? Essa cooperação estaria orientada aos apelos econômicos do modelo desenvolvimentista implantado na Amazônia, arregimentado pelo capital nacional ou internacional? A UFPA, maior Instituição Federal de Ensino Superior da Amazônia e uma das maiores do país, vem conseguindo preservar sua autonomia, em conformidade com as determinações constitucionais e infraconstitucionais?

Dentro das questões apontadas, observa-se que a oferta de cursos de graduação nos campi e núcleos da UFPA distribuídos no território paraense vem sendo orientada pela vocação socioeconômica local. Desse modo, nos polos de desenvolvimento de exploração mineral, os cursos de Geologia, Engenharia de Minas, Engenharia de Produção foram implantados. No campus de Tucuruí, as ofertas de cursos das Engenharia Civil, Elétrica e Mecânica, igualmente, atendem uma demanda instalada pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

O Campus de Bragança, localizado em região costeira, abriga os cursos de Engenharia da Pesca, Ciências Biológicas e Ciências Naturais. No município de Altamira, com predomínio da produção agropecuária e exploração dos recursos florestais, o campus oferta os cursos de Engenharia Agronômica e Engenharia Florestal. E atualmente, com o início das obras de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, o campus pleiteia a oferta de cursos na área das engenharias (civil e elétrica), do direito e da saúde, por meio de recursos do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, com recursos tanto do consórcio construtor da obra quanto da União.

A oferta de alguns desses cursos foi apoiada por grandes empresas que exploram atividade econômica nos municípios da área de abrangência dos *campi*. O apoio se relaciona a convênios para construção de infraestrutura física, contratação de pessoal de apoio administrativo e aquisição de equipamentos. Além disso, cursos são contratados, cujo financiamento cabe à empresa contratante. Nesse contexto, questões emergem e requerem uma investigação: Qual o papel desempenhado pela Universidade Federal do Pará no processo de instalação da UHE de Belo Monte? Caberia à Universidade tão somente a função instrumental de formação de profissionais para ocupação dos postos de trabalho, e, desse modo, ser mais uma peça na engrenagem de (re)produção do capital? Quais as intercorrências da relação público-privado, considerando os interesses corporativos das empresas? Como esse empreendimento repercute na expansão e no financiamento das atividades dessa Universidade?

1.3 OBJETIVOS

À luz, então, dessas considerações e desses questionamentos, foram estabelecidos, para a pesquisa geradora desta tese, os objetivos que seguem.

1.3.1 OBJETIVO GERAL

- Investigar a política de expansão e financiamento da UFPA, no contexto de implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, e as mediações das parcerias público-privadas na conformação daquela política.

1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Investigar os desdobramentos socioeconômicos da construção da UHE de Belo Monte para os municípios da área de influência direta do empreendimento;
- Analisar as influências da Teoria do Capital Humano e da ideologia desenvolvimentista na conformação das políticas do ensino superior, no Brasil, adotadas nos governos petistas;

- Investigar a expansão e o financiamento da UFPA-Campus de Altamira sob o marco de construção da UHE de Belo Monte;
- Analisar os projetos e os convênios firmados entre a UFPA e empresa Norte Energia S.A.;
- Investigar as repercussões das parcerias público-privadas na configuração da autonomia universitária, considerando os interesses corporativos da empresa financiadora;

1.4 HIPÓTESE

Na esteira das alterações no cenário socioeconômico engendradas pela supremacia do capitalismo, os valores e os princípios do mercado são progressivamente incorporados pelas universidades públicas transacionadas por elementos como competitividade, empreendedorismo, parcerias público-privadas, capital humano, inovação e tecnologia. Esse panorama implica diretamente a expansão e o financiamento das instituições, na medida em que estas são demandadas para o fornecimento de produtos e serviços para as empresas e grupos econômicos envolvidos na execução dos grandes empreendimentos instalados nas distintas regiões do Brasil, incluindo a Amazônia.

O Estado, nessa conformação, atua como um mediador das relações estabelecidas entre a universidade pública e o mercado, por meio de políticas de incentivo ao fortalecimento das parcerias e à disseminação da lógica da autonomia ancorada na capacidade da instituição pública de diversificar suas das fontes de financiamento. As demandas do mercado assumem, nessa conjuntura, centralidade na condução da política de expansão adotada pela universidade, objeto da investigação geradora desta tese.

A **hipótese** dessa investigação é que a política de expansão e financiamento da UFPA-Campus de Altamira vem sendo influenciada pela construção UHE de Belo Monte, sob a mediação das parcerias público-privada, que visam à contratação de

cursos, projetos e consultorias, possibilitando acréscimo no financiamento daquela unidade acadêmica. Como parte desse processo, a UFPA perde sua autonomia, uma vez que assume o compromisso de atendimento das demandas da empresa Norte Energia S.A., relacionadas a oferta de cursos, desenvolvimento de pesquisas, assessoria técnica, bem como à disponibilização dos espaços dos laboratórios da UFPA-Campus de Altamira para execução dos projetos de interesse daquela empresa.

1.5 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

As reformas educacionais no ensino superior implementadas nas últimas décadas ressaltam a necessidade da expansão do acesso e a reconfiguração das instituições universitárias, justificadas pela competitividade das economias globais na dinâmica das quais o conhecimento é fator distintivo para alcance de maiores padrões de produtividade e desenvolvimento.

A expansão do ensino superior tem delineado as principais ações políticas implantadas pelo governo federal, em articulação com Estados e Municípios e materializadas por meio de convênios e parcerias com instituições de ensino superior, quer públicas quer privadas. Sob a justificativa da real necessidade de expandir o acesso ao ensino superior, particularmente aos jovens na faixa etária dos 18 aos 24 anos, oriundos das camadas populares, distintos programas foram implementados no governo de Lula da Silva (2003-2010). Cabral Neto e Castro (2009) identificam, nesse processo, as tendências observadas nos países que têm adotado mecanismos de ampliação do acesso: a) expansão quantitativa; b) diversificação das estruturas organizacionais; c) restrições ao financiamento público; d) a internacionalização; e e) a flexibilização dos cursos e a adoção de novas modalidades, como por exemplo, a educação a distância.

As políticas de expansão adotadas são intensamente influenciadas por orientações de organismos multilaterais que propugnam a associação entre educação e desenvolvimento econômico. Neste sentido, o ensino superior desempenha papel estratégico na formação de quadros profissionais, com

competências e habilidades para atuar no mercado de trabalho. Por isso, há necessidade de superação dos índices de seletividade no acesso, oportunizando ampliação das possibilidades educacionais. Os princípios orientadores desse cenário expansionista são influenciados pela *teoria do capital humano*, na qual a educação é concebida como um investimento com retornos futuros aos detentores dessa forma de capital. Este trabalho apresentará as mediações dessa teoria na conformação de políticas e programas na Educação Superior, no país, na esteira da ideologia do desenvolvimento e do progresso.

Outro fenômeno que merece destaque são as parcerias público-privadas (PPPs) enquanto instrumentos que deram materialidade à reconfiguração do ensino superior, no governo de Lula da Silva e mantida no atual governo de Dilma Rousseff. A diluição das fronteiras entre o público e o privado, em que instituições privadas recebem financiamento público e instituições públicas são induzidas a buscar financiamento na iniciativa privada, consolida a premissa, defendida pelos governos petistas, de que a educação é um bem público, mas não necessariamente estatal; logo, ela não perde sua essência de atendimento ao interesse público se for ofertada pela iniciativa privada.

O empresariamento das políticas sociais, com a progressiva transferência à iniciativa privada da execução das obras e serviços, revela a continuidade e o aprofundamento da concepção ideológica do governo de Lula da Silva (2003-2010) em comparação ao governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). As ações que favorecem a expansão do capital dão a tônica das reformas. Esse processo precisa ser compreendido no interior do novo ordenamento de reprodução do capital que, diante da saturação de mercados e como condição para permanente acumulação, necessita ampliar seu campo de atuação. Nesse sentido, a área social se apresenta como um atrativo do mercado, para exploração.

As reformas neoliberais, iniciadas na década de 1990 e aprofundadas nos governos Lula da Silva, indicam uma readequação do papel do Estado na condução das políticas sociais, com um amplo processo de privatização de empresas prestadoras de serviços de interesse público e a chamada do mercado e da sociedade civil para assumir a oferta desses serviços; serve de pilar político, econômico e ideológico para atendimento das exigências de acumulação do capital,

cuja representação está assentada na aliança da burguesia nacional e internacional. Neste sentido, Minto (2007, p.219) discute que,

> Se a gênese do Estado moderno burguês está fundada essencialmente nas contradições e nos antagonismos de classe que caracterizam a sociedade produtora de mercadorias, estranha a admiração – suscitada pelas vicissitudes do capitalismo nos dias atuais – daqueles que julgam imprópria a utilização de recursos do fundo público para os fins da acumulação capitalista. Ora o processo de reconfiguração do capital – a reestruturação produtiva e a recomposição das taxas de lucro – se dá através desse processo histórico em que o capital apropria-se, de forma crescente, de setores ainda não dominados inteiramente por sua lógica reprodutiva, a saber, da esfera estatal de interesses públicos cujo veículo são as políticas sociais.

Desse modo, a maciça participação do mercado na promoção de serviços de interesse público, a exemplo da saúde e da educação, é expressão das permanentes metamorfoses da reprodução e da acumulação capitalista. Nessa configuração, o Estado assume um papel decisivo, pois é por meio da transferência dos recursos oriundos do fundo público para a iniciativa privada e consequente delegação para esta assumir a função de executora desses serviços que é materializada essa conformação, cujo marco regulatório está assentado nas parcerias público-privadas.

Nessa perspectiva, as universidades públicas são induzidas a buscar fontes de financiamento junto à iniciativa privada, por meio da prestação de serviços, a exemplo de cursos contratados, bem como um conjunto de atividades relacionadas à produção científica e tecnológica. A autonomia universitária, enquanto princípio constitucionalmente referenciado, é compreendida, nesse contexto, como autonomia para realizar contratos, convênios e parcerias com empresas, visando à obtenção de recursos adicionais para os orçamentos das instituições.

O ideário de desenvolvimento econômico propugnado pelo capitalismo dissemina o discurso da educação como um importante fator para competitividade e para o desenvolvimento das economias globais. As alterações nas bases técnicas de produção, alicerçada esta na acumulação flexível, na desregulamentação econômica e na divisão internacional do trabalho, difundem um novo perfil do trabalhador, perfil esse coadunado com os interesses corporativos e empresariais.

Nesta perspectiva, um novo modelo de educação deve ser incorporado às políticas educacionais como estratégia para superação dos obstáculos impostos ao crescimento econômico.

É importante compreender a ressignificação do papel da educação no interior de um quadro mais amplo de reforma estrutural do capitalismo, notadamente em economias periféricas a exemplo do Brasil. A educação sempre esteve, de algum modo, vinculada à ideia de desenvolvimento da nação. No Brasil, considerando a posição de subalternidade em relação à colônia e, após a proclamação da independência, aos países imperialistas (Inglaterra e EUA), a concentração de esforços, expressos em diretrizes, políticas e programas orientados para ampliação do acesso à educação ocorreu tardiamente. No século XX, com o movimento dos pioneiros da Escola Nova, são disseminados, de forma mais sistemática, os ideais liberais de uma educação pública, gratuita e laica.

Esse período coincide com a revolução burguesa nacional que assume, com o golpe de 1930, a direção econômica, política e ideológica do país que, até então, era exercida pelas oligarquias agrário-exportadoras. As lutas em torno da construção de um projeto de nação fundada na modernização e no progresso defendiam a educação enquanto elemento basilar para constituição de uma população minimamente instruída e a formação de um grupo de dirigentes técnicos e políticos para condução desse processo. Educação e desenvolvimento são, portanto, aspectos relevantes no processo de consolidação da burguesia nacional enquanto classe hegemônica.

> [...] A reivindicação de escola pública, gratuita, obrigatória e leiga é consequência da nova situação criada com a ascensão de novas classes sociais e a complexificação crescente de todo organismo social. A educação pública e gratuita é uma conquista do Estado burguês, e surgiu na Europa com a ascensão da burguesia e o desenvolvimento da vida urbana. Historicamente, pois é uma conquista resultante da decadência da antiga ordem aristocrática e, como tal, representa no Brasil, uma reivindicação ligada à nova ordem social e econômica que começa a se definir mais precisamente após 1930. (ROMANELLI, 2007, p.150).

Os países que conseguiram, a partir do século XX, implementar ações sistemáticas que visavam ao crescimento econômico, por meio de incentivo da industrialização e produção de bens de consumo e bens de capital, optaram por uma

associação dependente do capital estrangeiro, quer por meios empréstimos, quer por meio de transferência de tecnologia. Nesse período, ocorre abertura das fronteiras nacionais para instalação de empresas multinacionais, arregimentadas pela ação do Estado. Ressalte-se que as políticas nacional-desenvolvimentistas, adotadas a partir de 1930 e vigendo até início da década de 1980, incentivaram a industrialização, no país, por empresas nacionais e multinacionais, uma clara aliança da burguesia interna e externa.

Nesse período, profícuos estudos de economistas de distintas filiações teóricas constituíram as bases para a disseminação do ideário desenvolvimentista no país. Celso Furtado, em particular, elegeu, na sua vasta produção, o desenvolvimento como categoria central de suas análises. Elaborou importante quadro teórico para compreensão do subdesenvolvimento nos países periféricos, a partir das estruturas econômicas de determinado período histórico.

Furtado (2008) reiterava que o fator distintivo das economias desenvolvidas era a acumulação de novos conhecimentos científicos e dos progressos na aplicação desses conhecimentos. Nesse sentido, desenvolvimento, necessariamente, é expressão de modernização tecnológica e científica, com vistas ao aumento da produtividade do fator trabalho. Capital e trabalho constituem, portanto, o sedimento necessário para o desenvolvimento econômico. O primeiro é limitado, nas economias periféricas, e repercute diretamente na subutilização do segundo.

Esse quadro histórico repercutiu diretamente na configuração da educação do país. Economia e educação aparecem nos discursos oficiais e nas produções acadêmicas como elementos diretamente imbricados, condicionando a educação a um papel nitidamente instrumental ao capital. Nesta perspectiva, a teoria do capital humano foi amplamente utilizada como referência para implementação de políticas no campo educacional na década de 1960.

No Brasil, em particular, sob o regime autoritário dos militares, apoiado pela burguesia nacional e internacional, o discurso desenvolvimentista, com forte apelo político e ideológico foi intensamente disseminado. Pires (2005) destaca a influência da economia da educação na formulação das políticas educacionais no Brasil e, em

particular, a teoria do capital humano, no período em que era largamente disseminada para os países em desenvolvimento. A tônica do discurso reformista era criar as condições materiais e humanas para incluir o país no rol dos países desenvolvidos e, nesse sentido, a qualificação dos recursos humanos para atuar nas várias frentes de crescimento econômico era estratégica.

O modelo desenvolvimentista apresentou sinais de esgotamento no final da década de 1970, período que coincide com a disseminação do receituário neoliberal, pautado pela ortodoxia monetarista, que condenava enfaticamente a intervenção e o controle do Estado nas atividades produtivas. Essa política intervencionista demonstrava, segundo os precursores do neoliberalismo, resultados nefastos para as economias periféricas, sendo exemplos o elevado endividamento público, o descontrole inflacionário, a recessão e os expressivos índices de desemprego, no quadro histórico de outra importante crise estrutural do capital.

O remédio amargo imposto pelo receituário neoliberal impôs alterações expressivas na estrutura econômica dos países periféricos, especialmente com predomínio do capital financeiro sobre o capital produtivo. As alterações técnicas na base de produção, ancorados na competitividade e na flexibilidade, e a difusão de conceitos como empregabilidade e capital humano imprimem a tônica das reformas educacionais implementadas a partir da década de 1990. Esses elementos pretendem ocultar na verdade o quadro dramático imposto ao trabalho, objeto de intensa exploração e precarização. Essa fase é marcada por recrudescimento da economia nacional e a adoção de um conjunto de reformas políticas e econômicas austeras, que pretendiam a estabilidade monetária, cujo efeito mais nítido foi aprofundamento da concentração de renda e acirramento das assimetrias sociais.

A partir dos anos 2000, com assunção de Lula da Silva (2003-2010) à presidência da República, a pauta do desenvolvimento econômico é reposicionada. Alicerçado no discurso de superação da pobreza, o ex-presidente implementa programas de transferência de renda e um conjunto de medidas para a retomada do crescimento econômico. Marcado pelo forte apelo ideológico e midiático por meio de uso de jargões como “nunca na história desse país”, as ações macroeconômicas adotadas nesse período inserem o Brasil no rol de países emergentes. Ressalte-se que, nesse cenário, o Estado continua assumindo a funcionalidade para ampliação

do capital, na medida em que financia as principais ações para subsidiar a nova fase desenvolvimentista.

O “novo desenvolvimentismo” reconhece que a modernização tecnológica e produtiva não engendrou processos mais amplos de inclusão social e a melhoria dos indicadores de distribuição de renda. Em suma, os patamares de crescimento econômico observados na fase nacional desenvolvimentista não se traduziam na melhoria dos indicadores sociais (renda, saúde, educação, habitação). Mota, Amaral e Peruzzo (2012, p.157), em referência a Castelo (2010), caracterizam essa nova fase:

> Uma estratégia de desenvolvimento alternativo aos modelos em vigência na América do Sul, tanto ao ¨populismo burocrático”, representado por setores arcaicos da esquerda e partidários do socialismo quanto à ortodoxia convencional, representada por elites rentistas e defensores do neoliberalismo [...] cujo principal objetivo é delinear um projeto nacional de crescimento econômico combinado com uma melhoria substancial nos padrões distributivos do país [...] um determinado padrão de intervenção do Estado na economia e na “questão social”. (Grifos dos autores).

Desse modo, o referido modelo propõe um caminho intermediário entre a ortodoxia dos preceitos neoliberais e alguns princípios defendidos pela esquerda, uma espécie de humanização do capitalismo que, sem abrir mão do mercado e da apropriação privada dos meios de reprodução e ampliação do capital, propõe aumento da produtividade da economia por meio de um conjunto de políticas de incentivo ao desenvolvimento econômico, referenciado na melhoria dos indicadores sociais. Desenvolvimento e equidade social são elementos centrais nessa conformação. Bresser-Pereira (2006) elenca o conjunto de variáveis que são fundamentais para alcance do desenvolvimento econômico nesse quadro histórico:

> O aumento da capacidade de poupança e investimento da nação, a forma pela qual incorpora progresso técnico na produção, o desenvolvimento do capital humano, o aumento da coesão social nacional que resulta em capital social ou em sociedade civil mais forte e democrática, uma política macroeconômica que garanta a saúde financeira do Estado e do Estado-Nação, levando a índices de endividamento interno e externo dentro de limites conservadores são elementos constitutivos de uma estratégia nacional de desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.23).

O planejamento do desenvolvimento a partir da implantação dos Planos de Aceleração do Crescimento (PACs) se configurou como carro-chefe da retomada do crescimento econômico do país, no governo de Lula da Silva. As ações organizadas em torno do planejamento e da execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, energética e logística visavam alavancar os indicadores de emprego, distribuição de renda e estimulo ao consumo de bens e serviço do país.

Entretanto, o otimismo do governo petista de Lula da Silva, que projetou um crescimento longo e continuado, não se concretizou. O cenário de uma grave crise de ordem política, econômica e institucional, enfrentado no governo de Dilma Rousseff, evidencia a fragilidade e o equívoco do projeto de desenvolvimento econômico desse governo, que manteve as bases de predominância financeira da economia, privilegiando a manutenção do superávit primário para garantir o pagamento dos serviços da dívida pública.

Esta opção implicou cortes nos investimentos previstos nas obras do PAC e outras áreas do aparelho do Estado. Os cortes atingem igualmente direitos previdenciários e trabalhistas (seguro desemprego, pensões, abono permanência do servidor público federal). O desdobramento dessa opção política se apresenta de modo duro à classe trabalhadora: desemprego, endividamento, redução de consumo e inflação, provocando um clima de insegurança e instabilidade no país. A crise do capital, cujo ônus é atribuído ao trabalhador, reforça o fracasso desse sistema:

> A reconfiguração da relação entre as distintas frações do capital, que transferiu para o capital financeiro a liderança do processo de desenvolvimento e da dinâmica macroeconômica, implicou um processo acelerado de concentração do sistema financeiro, cuja natureza parasitária, associada ao financiamento da dívida pública, se acentuou. Essa nova hegemonia, ao determinar a natureza da política macroeconômica – em especial, a vigência de taxas de juros elevadas e a obtenção de elevados superávits fiscais primários – e pressionar o orçamento público, provoca questionamentos sobre a legitimidade dos gastos sociais, em especial aqueles vinculados à seguridade social (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p.158).

Nessa esteira, o crescimento da dívida pública, deliberadamente constituída para alimentar a lógica de acumulação do capital financeiro, compromete a capacidade de investimento do governo federal, notadamente nas políticas sociais

universais, das quais a classe trabalhadora depende diretamente. (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007).

As categorias teóricas ilustradas até o presente momento foram articulados a orientação e procedimentos metodológicos referenciados para o desenvolvimento da investigação.

A orientação metodológica nessa pesquisa [6] se alicerçou no método materialista histórico dialético. O método aqui compreendido fomenta a investigação de fenômenos historicamente situados, influenciados por múltiplas determinações, que independem da vontade e da consciência dos sujeitos e que revelam as condições objetivas de existência, no interior de relações sociais contraditórias, antagônicas e em permanente transformação (ARAÚJO, 2011).

As contribuições do materialismo histórico-dialético, enquanto teoria e lógica do conhecimento, assinalam a descoberta das leis[7] que determinam os fenômenos, apreendendo sua regularidade interna e o seu movimento no decurso histórico. Assim, o conhecimento se revela por meio da apreensão da essência dos fenômenos. Tal essência, não se dá na sua imediaticidade, ou pseudoconcreticidade, como indica Kosik (2002). É necessário, por meio do exercício da abstração, decompor a estrutura da coisa, compreender seus aspectos, relações e mediações e alcançar o real, que representa o fenômeno desvelado, sua concreticidade, isto é a totalidade concreta.

O autor adverte que a totalidade concreta não abarca todos os fatos, o agrupamento de todos os aspectos, das coisas e relações, mas que sua apreensão depende de uma teoria da realidade, que oferece os elementos para distinção da falsa consciência e a compreensão real da coisa.

---

[6] Sánchez Vásquez (2007) compreende pesquisa como "toda atividade voltada para solução de problemas; como atividade de busca, indagação, inquirição da realidade, é atividade que vai nos permitir, no âmbito da ciência, elaboração de um conhecimento, ou um conjunto de conhecimentos, que nos auxilie a compreensão desta realidade e nos oriente em nossas ações." (p.31).

[7] As leis da dialética materialista explicam o conhecimento como sendo um processo em desenvolvimento, que incorpora necessariamente saltos, interrupções do processo de graduação, aquisição de resultados basicamente novos à base da solução das contradições que surgem entre objeto e sujeito. (KOPNIN, 1978).

A concepção de método que orienta a presente pesquisa está expressa, ainda, nas formulações de Kopnin (1978, p.91):

> O método é um meio de obtenção de determinados resultados no conhecimento e na prática. Todo método compreende o conhecimento das leis objetivas. [...] Por si mesmas, as leis objetivas não constituem o método, tornam-se método os procedimentos que nela se baseiam e servem para a sucessiva interpretação e transformação da realidade, para obtenção de novos resultados.

Assim compreendido, o método não corresponde a procedimentos meramente descritivos de dada realidade. Para além da descrição, ele realiza a interpretação dos fenômenos, mediados[8] na e pela prática dos sujeitos, visando à transformação dessa realidade. Desse modo, o ser, o pensamento e a prática são elementos indissociáveis, constituindo um todo orgânico, rompendo com a dicotomia teoria-prática, sujeito-objeto e ideia-matéria.

Nesse movimento de desvelamento do real e apreensão da essência dos fenômenos, as categorias constituem um instrumental no processo de investigação da realidade. Para Cury (1989, p.27), “As categorias ajudam a entender o todo, cujos elementos são os constituintes da realidade, e nele os elementos da educação”. Neste sentido, as categorias inerentes ao movimento da coisa expressam as estruturas e relações existentes entre os fenômenos. Desse modo, a contradição, a totalidade, a mediação e a reprodução são categorias fundantes da investigação proposta e ora apresentada. As pesquisas educacionais desenvolvidas nessa perspectiva devem considerar que

> O modo próprio como a educação se desenvolve, ao articular-se contraditoriamente pelas relações sociais com a totalidade, necessita ser interpretado através de um conjunto de elementos a fim de não passarem de meras abstrações. Esses elementos são os elos mediadores entre si mesmos e entre a educação e a totalidade. O papel mediador da educação, sua ligação com a totalidade, a partir das relações sociais, permite pensá-la não refletindo mecânica e linearmente as estruturas de base e nem pairando acima da estrutura social. Ao contrário, permite pensa-la no conjunto do movimento das relações sociais próprias de uma dada sociedade. Se o pressuposto desta sociedade são as relações sociais

---

8 De acordo com Ciavatta (2001), as *mediações* são relações articuladas, reconstruídas em nível de conhecimento histórico, dentro de determinada totalidade social que faz parte do mundo objetivo. Revela processos complexos, com significados diversos, relacionados com a prática dos sujeitos e os fenômenos da realidade.

> inerentes ao capitalismo, ainda que em geral, então a densidade histórica da educação estará em relação com as necessidades de produção social. (CURY,1989, p.87).

Karl Marx, na obra *Contribuição à Crítica da Economia Política*, aborda o método que orienta sua investigação acerca dos fenômenos da realidade social da sua época, marcado pelo pleno desenvolvimento das forças produtivas sob o marco do modo de produção capitalista na Europa. Nesse contexto, enfatiza que o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e cultural. A estrutura econômica da sociedade, expressão das relações de produção e das forças produtivas, constitui uma superestrutura jurídica e política, que historicamente correspondem às formas de consciência social (MARX, 2007). Desse modo, "não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência." (MARX, 2007, p.45).

Sob esse prisma, as pesquisas no campo educacional que pretendem a sedimentação teórico-epistemológica no materialismo histórico dialético devem empreender o esforço de situar os fenômenos educativos na imbricada teia de relações, contradições, mediações e reproduções que determinam a realidade social. O quadro histórico desenhado ao longo do século XX e deste novo século indica que as permanentes metamorfoses do modo de produção capitalista para manutenção da sua posição hegemônica constituem um desafio ainda maior para o pesquisador no desvelamento da realidade concreta. As determinações desse cenário no tecido social se manifestam de distintas formas e nos mais variados campos, mas isso não ocorre de forma aparente e imediata.

E no atual contexto que apresenta elementos de crise e resistência, favorecida por intensa racionalização do Estado, a universidade, enquanto instituição social que produz por excelência conhecimento científico, revertido em inovação e tecnologia, além de formar profissionais de distintas áreas, não está imune às determinações advindas desse processo. Cabe investigar a forma como isso vem ocorrendo e as repercussões na expansão e no financiamento da maior Instituição Federal de Ensino Superior da Amazônia, notadamente no marco de construção da polêmica UHE de Belo Monte.

O revisionismo da ideologia desenvolvimentista, no Brasil, engendrado por governos que evocam o discurso da inserção das classes populares, ancorados na adoção de políticas de redistribuição de renda, torna ainda mais atual a previsão de Karl Marx presente nos escritos do *Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, “A história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa”. O autoritarismo e o centralismo que caracterizam a concepção, o planejamento e execução dos empreendimentos no Brasil e na Amazônia, justificados no plano do discurso pela necessidade de modernização e crescimento econômico do país, dissimulam a finalidade concreta das grandes obras de infraestrutura, qual seja, a apropriação privada do fundo público, na lógica inexorável da acumulação do capital.

A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, em particular, representa um caso emblemático da historicidade análoga à exposição marxiana. Há mais de três décadas é cercada de polêmicas e disputas em torno da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental. O projeto original foi concebido no governo autoritário dos militares, no auge da primeira fase desenvolvimentista. Os impactos causados pelo referido projeto foram objetos de intensas resistências, período que coincide com a transição democrática, na qual os trabalhadores assumem protagonismos em várias frentes de luta por reconhecimento e garantias de direitos.

No último decênio, o projeto foi reformulado e reinserido na pauta de prioridades do governo petista do ex-presidente Lula da Silva (2003-2010), integrando uma das principais obras do Plano de Aceleração do Crescimento. O autoritarismo com que todo o processo vem sendo conduzido – a exemplo de reformulações de instrumentos normativos para atender exigências de licenciamento e execução, a criminalização dos movimentos sociais contrários ao empreendimento, uso da força policial militar para controle dos revoltosos, os intensos impactos socioambientais enfrentados pela população dos municípios da área de influência –, constituem fenômenos ilustrativos da repetição histórica do autoritarismo e da violência capitaneados pela aliança entre o Estado e a burguesia, escamoteados sob a farsa do desenvolvimento e da democracia.

A problemática da presente pesquisa pretendeu apreender o conjunto de mediações e contradições nas relações estabelecidas entre a Universidade Federal do Pará e a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, notadamente as

parcerias estabelecidas entre a instituição e a empresa responsável pela execução do empreendimento.

Destaca-se um quadro de inter-relações complexas, com fronteiras timidamente delimitadas entre o público e o privado, considerando que, por um lado, o Estado é o planejador e financiador do empreendimento, viabilizado por empréstimos de recursos do BNDES; e por outro, delega para um conjunto de empresas privadas (financeiras, empreiteiras, mineradoras) a execução da obra e a exploração futura da energia produzida. A configuração do setor energético, no Brasil, autoproclamado sustentável por utilizar uma matriz predominantemente renovável pela via da construção de usinas e barragens, foi objeto subsidiário de análise. O amplo processo de privatização do setor elétrico, encetado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e mantido pelos governos petistas, é revelador da aliança estatal e burguesa na implantação de políticas nitidamente classistas, convergentes aos interesses da ampliação, concentração e reprodução do capital.

A temática se situa no campo das políticas públicas do ensino superior e tem estreita relação com a atual (re)configuração das universidades brasileiras, expressa na reforma universitária em curso, suscitada no governo de Lula da Silva (2003-2010) e prosseguida por sua sucessora, Dilma Rousseff. Propôs-se, nessa investigação, desvelar as mediações da construção da UHE Belo Monte para a expansão e o financiamento das atividades da UFPA, bem como a repercussão das parcerias público-privadas para a autonomia universitária.

1.6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A investigação elegeu como técnica de pesquisa o **estudo de caso**, em razão de estar direcionada para um fenômeno em particular, entretanto, incluída num plano mais amplo de reforma em desenvolvimento na UFPA. Nessa modalidade de pesquisa, os sujeitos e fenômenos são particularizados, o que não significa o comprometimento da representatividade do objeto investigado. Assim, indica Severino (2007, p. 121):

> O caso escolhido para a pesquisa deve ser significativo e bem representativo, de modo a ser apto a fundamentar uma generalização para situações análogas, autorizando inferências. Os dados devem ser coletados e registrados com o necessário rigor e seguindo todos os procedimentos da pesquisa de campo. Devem ser trabalhados, mediante análise rigorosa e apresentados em relatórios qualificados.

Além disso, tal instrumento de investigação exige uma variedade de dados quantitativos e qualitativos, coletados em diferentes momentos e tendo como fonte diferentes documentos. O objetivo é buscar elementos coincidentes e conflitantes sob óticas diversas, analisando as contradições inerentes ao fenômeno estudado.

Deve-se ter em mente que a totalidade de qualquer objeto, quer físico, biológico ou social, é uma construção intelectual, uma vez que não dispomos de meios concretos para definir precisamente esses limites. O estudo de caso não pode ser considerado uma técnica que realiza a análise do indivíduo em toda a sua unicidade, mas é uma tentativa de abranger as características mais importantes do tema que se está pesquisando, bem como seu processo de desenvolvimento. (SÁNCHEZ VÁSQUEZ, 2007, p.71).

O estudo de caso, nesse sentido, é compreendido como uma técnica de pesquisa que, aliada às contribuições epistemológicas do materialismo histórico-dialético, possibilita investigar as condições objetivas das influências e mediações da instalação de grandes empreendimentos econômicos no Estado do Pará e a expansão e financiamento da UFPA. Dessa forma, foi necessário investigar o contexto socioeconômico e político em que vem ocorrendo o referido processo, enquanto mais uma estratégia do grande capital para manter sua posição hegemônica.

O desenvolvimento da pesquisa requer **revisão bibliográfica** dos principais pesquisadores que tratam da temática de estudo. Os dados e categorias teóricas desenvolvidas por vários pesquisadores se configuraram como elementos de análise e fundamentação da investigação. Nesse sentido, a produção teórica de vários pesquisadores, a exemplo de Amaral (2003), Dias Sobrinho (2003), Lima (2007), Chaves (2008), Castro e Cabral Neto (2009), Furtado (1962), Sguissardi (2009),

Leher (2010), entre outros, constituíram um quadro de referências adotadas como importantes subsídios teóricos da pesquisa aqui relatada.

A instalação desses empreendimentos, via de regra, é cercada de tensões e antagonismos entre grupos sociais, dados o caráter contraditório e os efeitos devastadores para as populações locais. Os custos ambientais e socioeconômicos são elevadíssimos. Entretanto, os interessados na instalação e na execução das obras utilizam um arsenal político, econômico e ideológico capitaneado pelo aparato estatal para propalar um discurso desenvolvimentista.

O discurso “modernizador” desses empreendimentos anuncia a necessidade de superação do atraso e do arcaico, entendidos como obstáculos ao desenvolvimento do capital. Nesse campo de tensões, constantes disputas são travadas e movimentos de resistência são organizados. A aliança da burguesia nacional, da burguesia internacional e do Estado na implementação dos grandes empreendimentos na Amazônia se constitui como estratégia de acumulação do capital e concentração de terra e renda.

A **análise de documentos oficiais** relacionados à temática proposta se configurou como outra etapa importante na pesquisa. Os seguintes documentos foram consultados e referenciados durante o processo de investigação:

a) Contratos e convênios firmados entre a UFPA e a Norte Energia S.A., cujos objetos fossem oferta de cursos, construção de infraestrutura, aquisição de equipamentos e realização de serviços;

b) Dados IBGE/PNAD relacionados aos indicadores socioeconômicos dos municípios da área de influência da UHE de Belo Monte;

c) Dados INEP/MEC relacionados aos indicadores de expansão do ensino de graduação, distribuição regional das matrículas por esfera administrativa;

d) Dados IPEA/PNUD relacionados aos indicadores de desenvolvimento humano dos municípios da área de influência da UHE de Belo Monte; e estudos relacionados ao impacto da educação na economia;

e) Plano Nacional de Energia 2030;

f) Estudos do Instituto Socioambiental relacionados aos impactos da construção da UHE de Belo Monte;

g) Estudos do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do estado do Pará relacionados aos impactos da construção da UHE de Belo Monte;

h) Plano Básico Ambiental/Norte Energia S.A.;

i) Projeto de Expansão e Reestruturação do Campus de Altamira, da UFPA;

j) Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX) e Decreto nº 7.340/2009;

k) Editais públicos do Comitê Gestor do PDRSX;

l) Relatórios anuais do Comitê Gestor do PDRSX;

m) Projetos de pesquisa/extensão e contratos de consultoria aprovados por docentes da UFPA junto ao PDRSX e à Norte Energia S.A.;

n) Relatórios anuais de gestão da UFPA;

o) Relatórios anuais de gestão da UFPA - Campus de Altamira;

p) Plano de Gestão Orçamentária da UFPA;

q) Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPA;

r) Pactuação de vagas na criação do curso de Medicina;

s)

t) Pactuação de custeio e capital do curso de Medicina;

u) Atas das reuniões do Conselho Universitário do Campus de Altamira, da UFPA;

v) Atas das reuniões do Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu.

Evangelista (2004) destaca que as fontes documentais “mentem”, isto é, apresentam elementos ocultos. Assim, os aspectos silenciados nos documentos podem ser mais relevantes do que aquilo que é notoriamente anunciado. Além

disso, importa o entendimento do contexto de produção dos documentos, particularmente se expressam a formulação de uma política. Frequentemente, tais documentos são divulgados por meio de discursos supostamente consensuais quanto ao atendimento de demandas populares.

O recorte temporal proposto para o estudo foi o período 2003-2014 que contempla os dois governos de Lula da Silva (2003-2010) e o mandato em curso de Dilma Rousseff. As semelhanças na condução da política econômica nos dois governos, sedimentados no padrão de desenvolvimento capitalista, constituem a tessitura das políticas públicas do ensino superior.

1.7 ESTRUTURA DA TESE

A tese está estruturada em seis seções, a saber: introdução, quatro capítulos substantivos e considerações finais.

No capítulo dois, será apresentado o histórico da construção da UHE Belo Monte, empreendimento cercado de tensões e disputas, cujo planejamento foi iniciado no final da década de 1970. A obra é uma das principais do PAC, inserida no rol de prioridades da atual presidente Dilma Rousseff e considerada estratégica para o planejamento de oferta energética do país.

Além disso, são destacados alguns indicadores socioeconômicos dos municípios impactados pelo empreendimento, demarcando a prevalência das assimetrias regionais do dito projeto de modernização da Amazônia. O cenário de desigualdades sociais, concentração de renda e pobreza predomina nos territórios que recebem os grandes projetos de investimento. Nessa seção, é apresentado, ainda, o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, anunciado como estratégia do desenvolvimento da região que abrigará a usina e que, entretanto, vem se mostrando como um instrumento de cooptação de movimentos e entidades.

Na terceira seção, são explicitados os elementos conceituais da *teoria do capital humano* e a sua incorporação às políticas educacionais adotadas no Brasil, notadamente a partir da década de 1960. O reconhecimento da educação enquanto

fator importante para o crescimento econômico e modernização nacional constituiu instrumento de justificação para reformas que pretendiam torná-la mais instrumental às demandas dos sistemas produtivos. Nesse sentido, a educação é tomada como um bem de capital, pois, ao promover uma maior qualificação do trabalhador, tornando-o mais produtivo, permite ganhos individuais ao detentor dessa forma de capital e ao proprietário dos meios de produção. Ademais, será abordado como a ideologia desenvolvimentista, na esteira dos grandes planos de desenvolvimento, vem influenciando as reformas no ensino superior. A discussão abrange, ainda, a mais recente fase expansionista encetada pelos governos do Partido dos Trabalhadores.

Ainda nesse capítulo, enfatiza-se a expansão do acesso ao ensino superior com a implementação de vários programas (PROUNI, REUNI, FIES, UAB) tem sido a tônica das mais recentes reformas no campo das políticas do ensino superior. Empresas, corporações, políticos e governos têm mencionado o comprometimento do desenvolvimento do país em razão da carência de profissionais qualificados, particularmente, na grande área das ciências aplicadas, para atuar nas várias frentes de produção e ampliação do capital. A maioria delas tem sido arregimentada pelo Estado, a exemplo do Programa de Aceleração do Crescimento, idealizado e implementado nos governos Lula da Silva (2003-2010) e ainda em vigor no atual governo de Dilma Rousseff (2011-2014).

No quarto capítulo, são apresentados aspectos teórico-conceituais da função social ou utilitarista da universidade e as mediações do mercado. As parcerias público-privadas são a expressão mais visível da incorporação da lógica privatista e gerencial pelas universidades públicas. Considerando as limitações e dependência do financiamento público, as instituições são induzidas à diversificação das fontes de receitas. Nessa esteira, a oferta de produtos e serviços ao mercado se apresenta como estratégia de preservação da vida institucional das universidades públicas. Autonomia e financiamento são dimensões centrais para preservação das funções da universidade pública; entretanto, são exatamente esses aspectos que vêm sendo reconfigurados na lógica predominante do mercado.

Os dados empíricos da investigação são analisados na quinta seção. Os documentos selecionados serviram de instrumental analítico para confrontação da

hipótese formulada para a pesquisa. A política de interiorização da UFPA, iniciada na década de 1970, coincide com a implantação dos planos e projetos de modernização da região amazônica, balizada pela integração e ocupação do território, e mediada por grandes projetos de investimento. Alguns indicadores da expansão da UFPA e do Campus de Altamira são destacados.

Análises dos dados financeiros dos recursos aprovados no âmbito do PDRSX, nas distintas câmaras técnicas, e os projetos aprovados por docentes da UFPA-Campus de Altamira são também apresentadas. O projeto de expansão e reestruturação do Campus de Altamira, concebido no início das obras civis da usina, representa outra iniciativa daquela unidade visando incorporar capital financeiro para implementação da política de expansão do ensino superior na região.

Além disso, nesse capítulo cinco, é analisado o termo de cooperação estabelecido entre a UFPA e a Norte Energia, materializando a parceria público-privada que demarca o conjunto de vantagens incorporadas pela empresa.

Por fim, as considerações finais apresentarão os resultados da pesquisa, destacando os objetivos e hipóteses, bem como apontamentos para continuidade de investigações posteriores.

2 USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE E PDRS XINGU: HISTÓRICO, MEDIAÇÕES E CONTRADIÇÕES

Nesta seção, foram abordados aspectos históricos do processo de ocupação da região amazônica e incorporação do território a dinâmica de acumulação capitalista, balizado no discurso desenvolvimentista. Os planos, programas de projetos gestados têm se pautado na exploração dos recursos naturais, incluindo o potencial de geração de energia elétrica, a partir das bacias hidrográficas do Amazonas. Neste contexto, a construção da UHE de Belo Monte se configura como mais um fenômeno, cercado de polêmicas e resistências. O histórico do processo de construção da usina será destacado, bem como os indicadores socioeconômicos dos municípios da área de influência direta do empreendimento. O atraso, a desigualdade, a pobreza e a violência persistem nos municípios que abrigam o empreendimento. Nessa esteira, o Estado em aliança com a empresa executora da obra apresenta o PDRSX como instrumento para alavancar o desenvolvimento regional nos municípios impactados, os elementos e mediações desse processo foram analisados durante a investigação.

2.1 PRODUÇÃO ENERGÉTICA NA AMAZÔNIA: O FALACIOSO DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO.

O modelo de ocupação Amazônia, notadamente a partir do século XX, é emblemático na história da formação econômica do Brasil, pautada pela suposta subutilização dos recursos minerais e florestais abundantes e pela ideia do vazio demográfico. Neste sentido, as medidas de integração do território amazônico ao resto do Brasil visavam, no plano do discurso, à modernização desse espaço, integrando-o ao avançado processo de industrialização experimentado nas regiões centro-sul.

Os pilares da tímida economia amazônica estavam baseados no extrativismo de subsistência, na exportação de alguns produtos brutos, no comércio que se desenvolvia nas cidades e nos rios da Amazônia, a partir dos regatões[9]. Em suma, uma economia baseada na troca de mercadoria e na informalidade (LOUREIRO, 2001). Esse quadro iria sofrer um revés a partir de meados do século passado, com ascensão da ditadura civil-militar ao poder, notadamente.

A aliança do Estado com a burguesia nacional e internacional instituiu uma política de atração do grande capital para a região, por meio de incentivo fiscais, creditícios e de acesso à terra. Dessa forma, as grandes multinacionais receberam em abundância os meios de produção necessários aos seus negócios: terra, trabalho e capital. O Estado conformou, assim, um conjunto de medidas para dar viabilidade ao projeto de modernização e integração da Amazônia, alicerçado nos interesses do grande capital.

Os Planos Nacionais de Desenvolvimentos (I e II), implantados entre 1970 e 1979, e os desdobramentos regionais para Amazônia (Plano de Desenvolvimento da Amazônia) cumpriam o claro objetivo de consolidação da burguesia nacional e internacional enquanto classe hegemônica. No caso particular da Amazônia, fica evidente o papel reservado na composição do capitalismo mundial, constituído em reserva de recursos naturais (minerais, agroflorestais e hídricos). Ocorre, nesse contexto, uma redefinição na estrutura da divisão internacional do trabalho, com o deslocamento das multinacionais dos países centrais para os países periféricos em busca de vantagens no processo de produção, abundância nos recursos naturais, mão de obra barata, fragilidade nas medidas de proteção ambiental e, particularmente, fragilidade no tecido social regional que pudesse representar resistência à imposição do novo modelo.

No âmbito interno, representou a possibilidade de ampliação do capital excedente no sul-sudeste, que demandava novos campos de atuação. Como, no país, o processo de industrialização é caracterizado pela concentração dos polos de produção nos estados do sul e sudeste, a incorporação da Amazônia à dinâmica nacional representou uma nova etapa na história econômica da burguesia brasileira.

---

[9] Comércio de produtos realizados em embarcações nos rios da Amazônia.

Dessa forma, o projeto de inserção amazônica na dinâmica capitalista mundial, arregimentada pelo Estado a partir dos planos de desenvolvimento, atendia a propósitos políticos, ideológicos e notadamente econômicos. A instalação de grandes empreendimentos no campo da agropecuária, da extração mineral e de produção energética, por meio de incentivos e isenção fiscais, atenderia, no plano do discurso, a necessidade de modernização e desenvolvimento regional; entretanto, representaram mais uma estratégia de reprodução, ampliação e concentração do capital, numa clara aliança entre a burguesia nacional, a internacional e o Estado.

> A escolha da Amazônia para realizar a expansão capitalista não pode fugir dos princípios que o sistema lhe concebe. A região amazônica, dentro do processo histórico, tornou-se gradativamente espaço de capitais nacionais e internacionais. Foi a estratégia política e militar do discurso nacionalista que proclamava a integração – "integração para não entregar" – internacionalizando a Amazônia. Esses espaços passaram a fazer parte do mercado mundial, dentro das perspectivas capitalistas de reprodução para acumulação. (PICOLI, 2006, p.51).

A política de incentivo se materializou, ainda, por meio da construção de infraestrutura, a exemplo da abertura de estradas, construção de portos, aeroportos, hidrelétricas. Além da infraestrutura física, a concessão de empréstimos, por intermédio de agências de fomento, a exemplo do Banco da Amazônia e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, subsidiaram a instalação dos empreendimentos econômicos na Amazônia e no estado do Pará. Outra medida adotada foi a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em substituição à extinta SPVEA [Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia], mais uma estrutura ligada à tecnocracia estatal a contribuir para o desenvolvimento e que acabou sendo palco de abusos e denúncias de corrupção.

Brito (2001) destaca que a política de integração regional na Amazônia visava a homogeneizar as estruturas socioeconômicas, encobrindo conflitos latentes no interior dos distintos ordenamentos sociais. O autor designa de "modernização forçada" a integração da região ao processo de industrialização nacional, sob o controle direto das elites econômicas e políticas. Nessa conjuntura, o planejamento

assume centralidade na ação coordenada pelo Estado, mediante a consolidação da sua estrutura burocrática, concedendo materialidade aos planos, cujos pilares eram a integração, a modernização e a correção das distorções do desenvolvimento socioeconômico regional, além da superação das formas pré-capitalistas de produção, evidenciadas na Amazônia.

A integração da região se daria não apenas pela oferta de matéria-prima, indispensáveis à indústria nacional, mas pela constituição de um mercado de consumo (BRITO, 2001). O autor chama atenção para o fato de que os planos de desenvolvimento direcionados à Amazônia consagram a ideia de criação de polos de desenvolvimento· o que fica mais evidente no POLAMAZÔNIA, cuja estratégia era a criação de 15 polos de desenvolvimento, especializados em determinadas atividades de produção, notadamente mineração e agropecuária.

Nessa conjuntura, se reconhece que o processo de ocupação econômica seria seletivo geograficamente e setorialmente especializado nos produtos com maior vantagem comparativa. A desigualdade inter-regional, portanto, prevalece no modelo de desenvolvimento gestado para Amazônia. O capital, apoiado pelo Estado, escolheria os polos mais vantajosos para exploração econômica. Esse cenário condenava espaços geográficos ao atraso, acirrando tensões sociais decorrentes do ritmo desigual de crescimento econômico e da atuação mais tímida do Estado, exatamente onde era necessária uma ação mais efetiva.

Vainer e Araújo (1992) ressaltam que o desenvolvimento capitalista e suas relações constitutivas é concentrador e excludente por natureza. Essa característica intrínseca ao sistema explica o cenário de desigualdade observado nas regiões geográficas do Brasil:

> Ao mesmo tempo em que está permanentemente incorporando novos setores e esferas da vida econômica, o capital, em sua incessante acumulação, concentra e centraliza meios de produção e de controle da vida social. Esta tendência imanente do capital se projeta igualmente no espaço: ao mesmo tempo que expande suas fronteiras e incorpora novos territórios, o desenvolvimento capitalista concentra e centraliza espacialmente os meios de produção e de poder (VAINER; ARAÚJO, 1992, p.13).

Os ciclos da formação econômica brasileira, invariavelmente vinculados aos processos de acumulação capitalista externos/internos e liderados pela burguesia enquanto classe hegemônica, não assumiram o desenvolvimento regional homogêneo como uma pauta prioritária. A relação estabelecida entre Estado e região, no Brasil, se configura como arena emblemática, provocando embates políticos e ideológicos de diferentes matizes. A incorporação da Amazônia, a questão regional para o Estado, e o objeto de sistemático planejamento por meio de políticas públicas é um fenômeno historicamente recente. Para Vainer e Araújo (1992), a questão regional, enquanto conceito e objeto de investigação entre pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, se apresenta como um desafio, a começar pela conceituação, em face de diversidade de proposições:

> Para alguns, a questão regional é a manifestação das desigualdades ou desequilíbrios entre diferentes espaços de um mesmo território nacional; para outros, expressa a existência de relações de colonialismo ou imperialismo internos. Há ainda muitos outros sentidos conferidos àquela expressão: obstáculos à difusão espacial da modernidade; manifestação ou projeção espacial da divisão social do trabalho e sua incessante transformação sob o capitalismo; momento particular do processo de homogeneização capitalista em que, sob a égide do capital financeiro monopolista, se dissolvem os espaços regionais tradicionais; dimensão espacial da articulação de diferentes momentos da produção (VAINER; ARAUJO, 1992, p. 19-20).

A despeito da heterogeneidade conceitual, para o autor importa saber o que torna um fato, fenômeno ou processo social uma questão regional. No caso da Amazônia, apesar das descontinuidades das ações estatais, o planejamento da ocupação do território vinculado aos projetos de desenvolvimento ocorreu ao longo do século passado, coincidindo com a reestruturação da divisão internacional do trabalho e a desregulamentação das fronteiras de movimentação do capital em âmbito global. Além desses aspectos, a agudização dos conflitos de classe, consequência do modelo de ocupação das terras que privilegiava o latifúndio e a monocultura e vinha acarretando o massacre dos camponeses, demandava intervenção do Estado, histórico mediador dos inconciliáveis e antagônicos interesses entre a burguesia e o proletariado.

O Estado, empenhado na construção do modelo conciliatório nas disputas interclasses, adotou como estratégia a implantação dos Grandes Projetos de Investimento (GPI), articulados aos Polos Regionais de Desenvolvimento e idealizados a partir do centro. Para Vainer e Araújo (1992), são projetos que mobilizam expressiva quantidade de capital, força de trabalho, recursos naturais, energia e território. Dessa forma, a disponibilidade e a abundância desses elementos serão determinantes para uma região receber um GPI. As empresas executoras desses grandes projetos, com a anuência do Estado passam a assumir o papel de planejamento e gestão do território e implantar o modelo de desenvolvimento que, no plano do discurso, promoveria progresso; entretanto, no plano concreto, aprofundam o cenário de desigualdade, exclusão e pobreza:

> São empreendimentos que consolidam o processo de apropriação dos recursos naturais e humanos em determinados pontos do território, sob a lógica estritamente econômica, respondendo a decisões e definições configuradas em espaços relacionais exógenos aos das populações/regiões das proximidades dos empreendimentos (VAINER; ARAÚJO, 1992, p.34).

O planejamento do desenvolvimento, sob a prevalência do capital, prossegue pós-abertura democrática. Na década de 1990, a incorporação do receituário neoliberal às políticas governamentais não se absteve da adoção de uma agenda, supostamente, desenvolvimentista. No segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o Plano Plurianual (PPA), conhecido como Programa Avança Brasil, instituído pela Lei Nº 9.989/2000, conformou um conjunto de ações e diretrizes para alavancar a retomada do crescimento econômico. O referido Plano estava em plena sintonia com a Reforma Administrativa do Estado levada a cabo desde o primeiro mandato de FHC, promovendo um rearranjo nos princípios e relações mantidos entre Estado e burguesia, no qual o protagonismo do capital é realçado.

O PPA estabeleceu um amplo leque de programas e projetos articulados a diferentes áreas (economia, educação, saúde, agricultura, inovação e tecnologia, infraestrutura, energia e transportes, entre outras) com a finalidade de incentivar a

modernização do país, por meio da sua integração, promovendo a redução das assimetrias regionais e das desigualdades sociais (BRASIL, 2001).

A redução das desigualdades inter-regionais é uma dimensão destacada na agenda política proposta no PPA, na qual se defendia que um desenvolvimento sustentável deve ocorrer por meio do crescimento integrado das regiões brasileiras, o que exigiria investimentos públicos e privados nos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (BRASIL, 2001). É evidenciada, no Plano, a concepção que orientou a gestão de FHC e se manteve nos governos petistas: a transferência da exploração das atividades de natureza econômica, notadamente ligadas à infraestrutura e prestação de serviços, para o capital privado, cabendo ao Estado o papel de controle e avaliação. As parcerias mantidas entre Estado e a iniciativa privada, bem como as organizações sociais, representariam, no discurso político do governo na época, a reconstrução do protagonismo de uma sociedade moderna e democrática.

> A forte recuperação dos investimentos em infraestrutura, com a participação da iniciativa privada, é um dos pilares que devem sustentar a expansão da economia nos próximos anos. Estes investimentos não apenas eliminam obstáculos ao dinamismo e à competitividade do sistema produtivo, mas representam também um passo decisivo rumo à modernização e à universalização dos serviços públicos básicos. O principal desafio associado à infraestrutura é reconstruir a geografia econômica do País, viabilizando uma distribuição mais equitativa das oportunidades das regiões na atração dos investimentos produtivos (BRASIL. PPA, 1996, p.6).

No caso da Amazônia, o Plano previa obras de infraestrutura na área de transportes e produção de energia. O conjunto de projetos incluía a construção de hidrelétricas, rodovias, hidrovias, linhas de transmissão e gasodutos, e visava, dentre outros aspectos, a integração da região amazônica, pelos eixos Madeira-Amazonas e Araguaia-Tocantins, aos demais eixos de integração do país, bem como à América Latina.

No plano do discurso, os projetos pretendiam assegurar a inserção competitiva da economia brasileira no cenário internacional por meio da modernização da estrutura produtiva, notadamente minimizando os obstáculos

enfrentados pelas cadeias produtivas e comerciais (SUPERTI, 2011). Diferente dos polos de desenvolvimento, concebidos nos Planos Nacionais de Desenvolvimento implantados na década de 1970, o conceito previsto no PPA se orientava em torno do Eixo de Integração e Desenvolvimento[10], constituindo espaços que poderiam gerar investimentos e atrair a movimentação de capitais, considerando a disponibilidade de potencial compatível com a exigência de competitividade econômica (BECKER, 1999). Diferente do que objetivava o antecessor, em tese, os eixos capitalizariam maiores ganhos em razão da integração entre infraestrutura e desenvolvimento econômico.

Nas ações de integração e desenvolvimento previstas para a Amazônia no âmbito do PPA prevaleceu a lógica economicista em favor do grande capital, balizada na utilização dos recursos naturais em abundância, na degradação ambiental e na apropriação privada dos benefícios e na socialização dos custos.

Com a assunção de Lula da Silva na presidência, a pauta do desenvolvimento econômico é alvo de uma ampla agenda de planejamento. O Plano de Aceleração do Crescimento, criado em 2007, portanto no segundo mandato do presidente Lula (2007-2010), apresentou como objetivos: a) acelerar o ritmo de crescimento da economia, b) aumentar o emprego e a renda e diminuir as desigualdades regionais e c) manter os fundamentos macroeconômicos (inflação, consistência fiscal e solidez nas contas externas) (BRASIL. PAC, 2007).

Esses objetivos seriam viabilizados por meio da retomada do planejamento e da execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética, associados a uma série de reformas institucionais, confirmando a continuidade do processo da Reforma Administrativa do Estado, iniciado na gestão de FHC. Os principais instrumentos para a consecução dos objetivos do Plano foram

---

[10] Para Becker (1999, p.36), "A justificativa dos EID se fundamenta em necessidades internas e externas da retomada dos investimentos produtivos e da redefinição do papel do Estado. De um lado, a inserção competitiva no cenário internacional. No plano doméstico, razões de equidade: a redução das disparidades econômicas entre os estados que vinha ocorrendo desde 1970 e foi interrompida devido à crise fiscal do Estado e à consequente queda de investimentos públicos, cuja importância relativa como fonte de crescimento do PIB tende a ser maior justamente nos estados menos desenvolvidos. Para tanto, necessárias se fazem a descentralização e a plena utilização sustentável do território".

a elevação do investimento público e privado, aumento do crédito e redução dos juros, melhora do ambiente de investimentos, investimentos em infraestrutura, aperfeiçoamento do sistema tributário e medidas fiscais de longo prazo (BRASIL. PAC, 2007).

Dessa forma, o referido Plano criou as condições ideais para que o grande capital retomasse os padrões de crescimento da irregular economia nacional, o que se materializou por meio do financiamento público e da desoneração tributária. Além disso, medidas fiscais de controle das despesas públicas buscavam o equilíbrio dos gastos públicos, criando, assim, um ambiente de confiança e otimismo na instância governamental, indispensáveis para atração de investimentos nacionais e estrangeiros.

> Pela primeira vez em décadas, o País teria um plano estratégico capaz de recuperar o planejamento, retomar investimentos em setores estruturantes, fazer crescer o emprego e a renda, incentivar o investimento público e privado e, principalmente, construir a infraestrutura para sustentar o crescimento do Brasil (BRASIL.PAC, 2010, p.5).

No balanço dos resultados do primeiro PAC (2007-2010), o governo federal divulgou resultados positivos e promissores do cumprimento das metas previstas no Plano. Nesse período, os investimentos teriam alcançado 619 bilhões de reais, em 31 de dezembro de 2010, e teriam gerado 8,2 milhões de postos de trabalho no período (BRASIL. PAC, 2010).

O PAC 2 (2011-2014) se desenrola no interior de uma significativa crise de ordem econômica, política e institucional, influenciada pelas denúncias de corrupção em empresas estatais, envolvendo a alta cúpula da Administração Federal, membros do Congresso Nacional e as principais empreiteiras do país. Ademais, o cenário desfavorável de investimentos ocorre numa grave crise fiscal e orçamentária enfrentada pelo governo federal, intensificada no ano de 2015. Com o intuito de manter os compromissos com os credores e especuladores, vem implementando uma série de medidas visando ao aumento da arrecadação e ao corte de despesas, afetando diretamente as áreas sociais e os direitos dos trabalhadores. Das medidas de contenção de despesas anunciadas pelo governo federal, em 2015, estimadas

em 70 bilhões de reais, pelo menos 25,7 bilhões foram do PAC (*AJUSTE*..., 2015). O objetivo claro dessas medidas é o aumento do superávit primário, isto é, economia para pagar os juros da dívida pública, reforçando o caráter classista do atual governo.

Diante do exposto, infere-se que o modelo de desenvolvimento, pautado pelo financiamento público dos custos dos empreendimentos e pela apropriação privada dos ganhos pelo grande capital, prevalece, na atualidade, assim como a concepção dos polos de desenvolvimento e de especialização produtiva.

A retomada da pauta do desenvolvimento econômico encetada pelos governos petistas nos programas de aceleração do crescimento, no início dos anos 2000, reinsere a produção energética como ação estratégica para garantir os pilares de sustentação dos distintos setores da economia nacional. A palavra de ordem era aumento da oferta, diante da progressiva demanda. Disseminou-se, inclusive, o discurso de risco eminente de “apagão”, caso as obras planejadas para o setor enérgico não fossem construídas. Além disso, o Estado e os empresários responsabilizavam movimentos sociais, ONGs, promotores e procuradores, históricos defensores da causa ambiental e das populações atingidas, pelo atraso das obras, decorrente de batalhas judiciais travadas entre esses atores.

O Plano Nacional de Energia 2030, elaborado no primeiro mandato do ex-presidente Lula da Silva (2003/2006), instrumento de planejamento de longo prazo, que baliza as tendências e demandas de energia para as próximas décadas, elege como centralidade a expansão da oferta energética sob a égide da eficiência e da inovação tecnológica. (BRASIL. MME, 2007). O plano destaca que a energia produzida pelas hidrelétricas se constitui como alavanca de desenvolvimento do país, viabilizando a autossuficiência na produção, baixos custos e economia de divisas. O referido documento estima que o consumo de energia do país sofrerá um crescimento significativo, passando de 375 TWh, em 2005, para valores entre 847 e 1.244 TWh, em 2030. A projeção desse cenário justificaria a expansão dos projetos hidrelétricos e a diversificação das fontes de energia, priorizando aquelas renováveis.

Por outro lado, o Plano ressalta que um dos desafios para expansão da oferta hidrelétrica é a demora das licenças ambientais, exatamente o instrumento que visa salvaguardar as populações atingidas dos impactos socioambientais decorrentes da construção e implantação dos empreendimentos. Nessa esteira, a mensagem subliminar indica que a produção de energia para atendimento dos interesses dos grandes consumidores desse insumo (setor industrial, comércio e serviços) deve prevalecer sobre efeitos negativos impostos ao meio ambiente e às populações atingidas, elo mais vulnerável nesse circuito. Os empreendimentos construídos ou em fase de construção, a exemplo da Usina de Belo Monte, confirmam a materialização desse discurso.

Outra justificativa, apresentada no referido Plano, para ampliação da oferta energética a partir dos projetos hidrelétricos é a baixa utilização da capacidade de geração de energia nas bacias hidrográficas. O país utilizaria apenas 30% desse potencial, e a Bacia do Amazonas seria a mais importante nesse cenário, visto o expressivo potencial que ainda pode ser aproveitado, conforme observado na Tabela 1, a seguir.

TABELA 1. Potencial de Geração dos Recursos Hídricos (GW)

BACIA	AMAZONAS	TOCANTINS ARAGUAIA	DEMAIS	TOTAL
Potencial aproveitado, em construção e com concessão outorgado	1	12	65	78
Expansão potencial entre 2009 e 2015	12	2	6	20
Expansão após 2015	61	5	10	76

Fonte: BRASIL. Ministério de Minas e Energia, 2007.

O planejamento de produção energética, a partir das hidrelétricas nos rios da Bacia Amazônica, tem se estabelecido como estratégia para ampliação da matriz energética do Brasil. O estado do Pará é inserido nesse cenário de forma emblemática. O Programa de Aceleração do Crescimento prevê a construção de

seis Usinas Hidrelétricas no Estado do Pará: a UHE de Belo Monte (em execução); UHE de São Luiz do Tapajós; UHE de Jamanxin; UHE de Jatobá; UHE de Cachoeira dos Patos; e UHE de Marabá, estas ainda em fase preparatória. Tais empreendimentos se orientam pelas PPP, em dinâmica tal que empresas privadas, sociedades de economia mista de distintos segmentos constituem consórcios para concorrer às concessões. Interessante registrar que, diante dos volumosos investimentos necessários à execução dessas obras, comumente o Estado realiza empréstimos aos consórcios de empresas responsáveis pelo empreendimento.

Na Tabela 2 são apresentados os recursos que devem ser investidos na geração e transmissão de energia elétrica, no estado do Pará; parcela significativa desses recursos será aplicada na construção de usinas hidrelétricas. Os elevados investimentos envolvidos nesses empreendimentos, cujas cifras ultrapassam dezenas de bilhões de reais, sinalizam a complexa rede de interesses econômicos e políticos que orientam o setor energético no país.

TABELA 2. Investimentos programados para geração e transmissão de energia elétrica no estado do Pará

TIPO	**2011 a 2014** (R$ milhões)	**Pós 2014** Exclusivo (R$ milhões)	**2011 a 2014** Regional (R$ milhões)	**Pós 2014** Regional (R$ milhões)
Geração de energia elétrica	21.093,58	31.246,63	5.198,62	7.158,53
Transmissão de energia elétrica	1.115,04	-	2.851,85	13.436,54
TOTAL	**22.208,62**	**31.246,63**	**8.050,020**	**20.595,07**

Fonte: Brasil. Ministério do Planejamento, 2014

Os episódios registrados em 19 de janeiro de 2015[11], de desligamento do fornecimento de energia em, pelo menos, onze estados da federação, são

[11] Os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rondônia e Distrito Federal tiveram

amplamente utilizados pelo Estado e por empresários como justificativa para ampliação na geração de energia elétrica no país. O Operador Nacional do Sistema (ONS) argumentou, na época, que a elevação do consumo decorrente das altas temperaturas do verão seria a causa do desligamento, necessário para evitar um apagão de maiores proporções. Entretanto, o país tem convivido, nos últimos anos, com ameaças de apagões decorrentes da progressiva demanda por energia. Nesse cenário, o atual padrão de consumo não é adequadamente abordado, visto que o consumidor residencial acaba sendo alvo de maiores cobranças, deslocando-se o foco dos grandes consumidores de energia.

Nessa esteira, a privatização do setor elétrico no país constituiu-se como umas das ações centrais dos governos neoliberais de FHC e foi consolidada nos governos dos petistas, sob a promessa da eficiência e competitividade no setor. O efeito desse processo foi o aumento exorbitante do preço da energia elétrica cobrado da classe trabalhadora e a cobrança de tarifas subsidiadas para o grande capital. Aplica-se conhecida fórmula que predomina no sistema capitalista, orientada pela maximização do lucro do capital e pela divisão dos custos e prejuízos, estes impostos aos trabalhadores.

De acordo com Benincá (2011), a energia foi transformada em mercadoria de primeira grandeza, retirando a soberania energética e popular. Em referência a Mecca (2011), destaca que:

> A energia alimenta um modelo exportador e os grandes consumidores como sudoeste do país. Metade da energia produzida vai para indústria pesada, como do alumínio, da celulose, da siderurgia. Essas empresas têm quatro características principais: empregam pouca mão de obra, são poluidoras do ambiente, destinam-se ao mercado externo e não ao bem-estar dos brasileiros; recebem subsidio do governo de até 400 milhões por ano. Ao exportar alumínio, papel e ferro, na realidade estamos exportando floresta, território, água, biodiversidade e população deslocada. (MECCA, 2011 *apud* BENINCÁ, 2011, p. 39).

---

parte do fornecimento de energia interrompidos no dia 19 de janeiro, por um período de até 1 hora. (*APAGÃO*..., 2015).

Os impactos desses empreendimentos sobre os segmentos mais vulneráveis da sociedade – ribeirinhos, indígenas, camponeses, além de trabalhadores urbanos que dependem exclusivamente da sua força de trabalho para reprodução da sua existência – são minimizados pelo Estado, em prol do suposto desenvolvimento econômico. Os empresários, apoiados diretamente pela estrutura estatal, se apresentam como baluartes do progresso e redentores da condição de atraso observada nos polos onde se instalam os projetos energéticos. Entretanto, a despeito do discurso que orienta a política de desenvolvimento gestada na Amazônia, persistem a desigualdade, a pobreza, a violência e o sistemático desrespeito aos direitos humanos.

É importante articular a discussão dos grandes projetos hidrelétricos planejados e instalados na Amazônia com os impactos socioeconômicos promovidos junto às populações locais, visto que um dos principais argumentos apresentados em defesa das obras de infraestrutura seria os efeitos positivos ao desenvolvimento regional, propiciando uma melhoria nos indicadores de qualidade de vida da população. Na subseção a seguir, alguns indicadores extraídos de bases de dados oficiais (PNUD, IPEA, IBGE, INEP) permitem inferir que o projeto de modernização da Amazônia não está atrelado à efetiva elevação dos padrões de desenvolvimento social da maioria da população.

2.1.1 Desenvolvimento para quem? Alguns indicadores das assimetrias regionais sob o marco do projeto de modernização da Amazônia

O cenário socioeconômico dos estados que compõem a Região Norte, de modo geral, e do estado do Pará, em particular, revelam um quadro desalentador. Incorporado aos planos e ações ditas desenvolvimentistas, em meados do século passado, o Estado amarga ainda resultados pífios em termos de desenvolvimento.

No *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*, organizado, em conjunto, pela PNUD, pelo IPEA e pela Fundação João Pinheiro, são apresentados os dados do *Índice de Desenvolvimento Humano* (IDH) de estados, municípios e regiões metropolitanas no país. As informações disponibilizadas permitem inferir que a

inserção do Estado na dinâmica de produção capitalista no âmbito nacional, a partir dos empreendimentos que se propunham alavancar o desenvolvimento regional, não representou mudanças substantivas na qualidade de vida da população

O *Índice de Desenvolvimento Humano*, resultado da combinação de indicadores da renda *per capita*, longevidade e educação, coloca o estado do Pará numa posição de desvantagem no cenário nacional, ocupando as últimas colocações do *ranking*, com os estados de Alagoas e Maranhão. No *ranking* das cem cidades brasileiras com melhor IDH, nenhuma cidade do Pará, tampouco da região amazônica, foi classificada. Os melhores desempenhos registrados são do Distrito Federal, São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Paraná, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. (PNUD, 2010).

Outro indicador importante que baliza a avaliação de desenvolvimento humano de uma população é a *distribuição de renda*. Esse aspecto se relaciona com o ciclo econômico de crescimento, expresso na geração de emprego e consequente partilha dos ganhos de produtividade do trabalho. Na Tabela 3, apresentada a seguir, é possível observar o rendimento mensal *per capita* nos domicílios particulares segundo as grandes regiões do Brasil.

TABELA 3. Arranjos familiares – residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal *per capita,* segundo as Grandes Regiões – 2013.

GRANDES REGIÕES, UNIDADES DA FEDERAÇÃO, REGIÕES METROPOLITANAS	ARRANJOS FAMILIARES – RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES				
	Distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar per capita (salário mínimo) (%)				
	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5	Sem rendimento	Sem declaração
Brasil	**8,7**	**5,5**	**4,8**	**2,4**	**4,8**
Norte	**5,8**	**3,2**	**2,5**	**3,7**	**2,8**
Nordeste	4,0	2,5	2,3	2,9	3,5
Sudeste	10,7	6,8	6,2	2,2	6,2
Sul	12,3	7,7	5,6	1,6	4,1
Centro-Oeste	9,9	6,7	6,8	2,3	4,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios, 2013

Nos dados da Tabela 3, é possível observar que as Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentam os maiores percentuais de rendimento mensal familiar em todas as classes de rendimento, com destaque para as famílias que ganham mais de cinco salários mínimos. Enquanto nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste esse percentual é de 6,2% e 6,8%, respectivamente, na Região Norte essa classe de rendimento é de apenas 2,5%. O percentual de arranjos familiares sem rendimento nessa região é o mais elevado do país, ficando na ordem de 3,7%.

No sentido contrário, as Regiões Norte e Nordeste concentram os arranjos familiares com a menor classe de rendimento, com ganhos abaixo de um salário mínimo mensal. As rendas familiares mensais de até ¼, mais de ¼ até ½, mais de ½ até um salário mínimo representam o maior percentual de famílias, segundo a pesquisa de amostragem do IBGE, naquelas regiões. A referida pesquisa demonstra que, nas Regiões Norte e Nordeste, aproximadamente ¾ das famílias sobrevivem com até um salário mínimo mensal. O estado do Pará, na PNAD/IBGE, apresenta

elevado percentual de arranjos familiares (66%) cuja renda não ultrapassa um salário mínimo, como pode ser constatado na Tabela 4.

TABELA 4. Pessoas residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal per capita, segundo as grandes regiões – 2013.

GRANDES REGIÕES, UNIDADES DA FEDERAÇÃO, REGIÕES METROPOLITANAS	PESSOAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES				
		Distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar *Per capita* (salário mínimo) (%)			
	Total (1000)	Até ¼	Mais de ¼ até ½	Mais de ½ até 1	Mais de 1 a 2
Brasil	**200 976**	**8,8**	**17,0**	**27,9**	**23,9**
Norte	**16 992**	**15,8**	**25,5**	**28,0**	**16,4**
Nordeste	55 777	18,6	25,8	28,7	14,0
Sudeste	84 429	3,8	12,3	27,5	28,6
Sul	28 768	3,1	10,3	26,3	33,0
Centro-Oeste	15 010	3,7	13,6	29,8	26,0

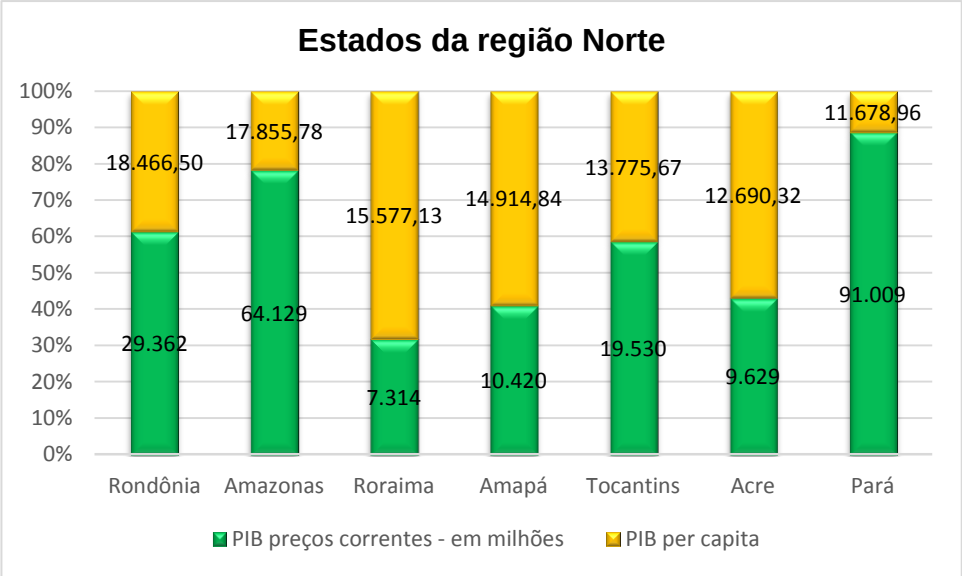
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios, 2012.

A concentração de riqueza é uma característica do modo de produção capitalista, constituindo-se em fenômeno inerente à funcionalidade do sistema. Entretanto, observa-se um aviltamento da exploração e da desigualdade em determinadas regiões do país, coincidindo com as regiões que não completaram o processo de modernização tecnológica, cujas economias estão alicerçadas na produção de *commodities*. O resultado desse modelo de especialização produtiva é a limitada geração de emprego e renda, associada à elevada concentração de riqueza, corroborando-o ciclo da pobreza e desigualdade social.

Outro indicador, utilizado como parâmetro para avaliar o nível de desenvolvimento, é o *Produto Interno Bruto* (PIB); neste aspecto, o estado Pará apresenta o maior PIB da região (91.009 milhões). Entretanto, em 2012, de acordo com dados disponibilizados nas contas regionais do IBGE, o PIB p*er capita* do estado era de R$11.678,96, o menor da Região Norte, conforme pode ser observado

no Gráfico 1, a seguir. No ano de referência, o PIB *per capita* do Brasil foi de R$22.044,00. Depreende-se a persistência de um quadro de assimetrias na distribuição de riquezas no estado.

GRÁFICO 1. PIB preços correntes e PIB per capita dos estados da Região Norte – 2012



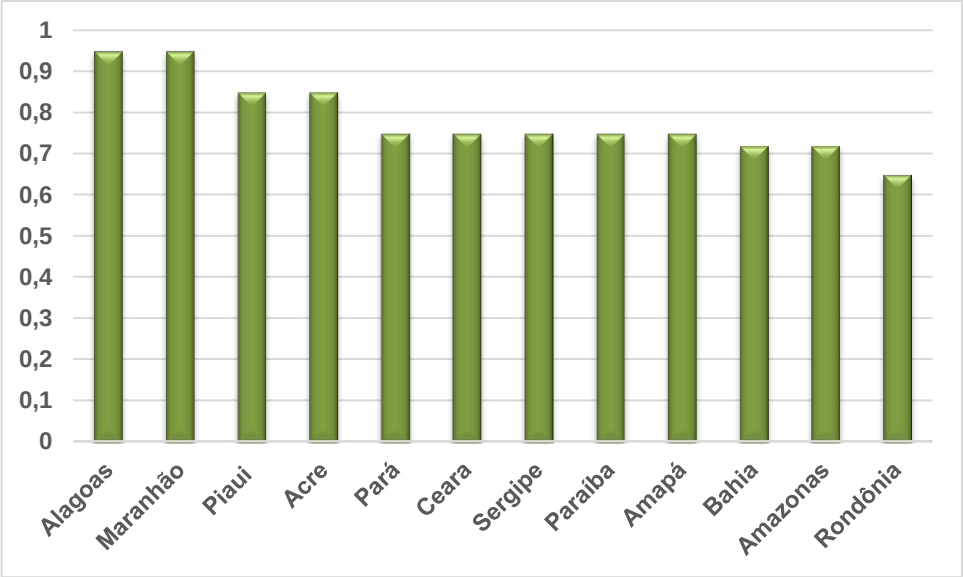
Fonte: IBGE. Contas regionais do Brasil – 2012.

Outros dados podem ser acrescidos no cenário de desigualdade e pobreza evidenciado no Estado do Pará, que abriga a maior obra de infraestrutura do PAC. O governo federal, por meio da Secretaria Geral da Presidência da República, do Ministério da Justiça e da Secretaria Nacional da Juventude, divulgou o *Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade 2014*. No estudo, é apresentado um conjunto de indicadores que dimensionam a violência e a desigualdade às quais os jovens são expostos: a) taxas de homicídios entre brancos e negros; b) mortalidade por acidentes de trânsito; c) frequência à escola e situação de emprego; d) Indicador padronizado de desigualdade; e) Indicador padronizado de pobreza.

Não surpreende a presença do estado do Pará no *ranking* dos estados com alta vulnerabilidade do jovem à pobreza, à desigualdade e à violência. No indicador padronizado de pobreza, por exemplo, o estado divide as primeiras posições com Alagoas, Piauí, Maranhão e Acre. O estudo ressalta a intensa correlação entre

vulnerabilidade juvenil à violência e território. Isto significa que as diferenças regionais expressas nas condições macroeconômicas e sociais são determinantes na qualidade de vida da juventude no Brasil. No Gráfico 2, é possível constatar que os estados do Norte e Nordeste apresentam os resultados de elevada vulnerabilidade do jovem à pobreza, ocupando as dez primeiras colocações do *ranking* dos estados com as condições mais adversas para juventude brasileira.

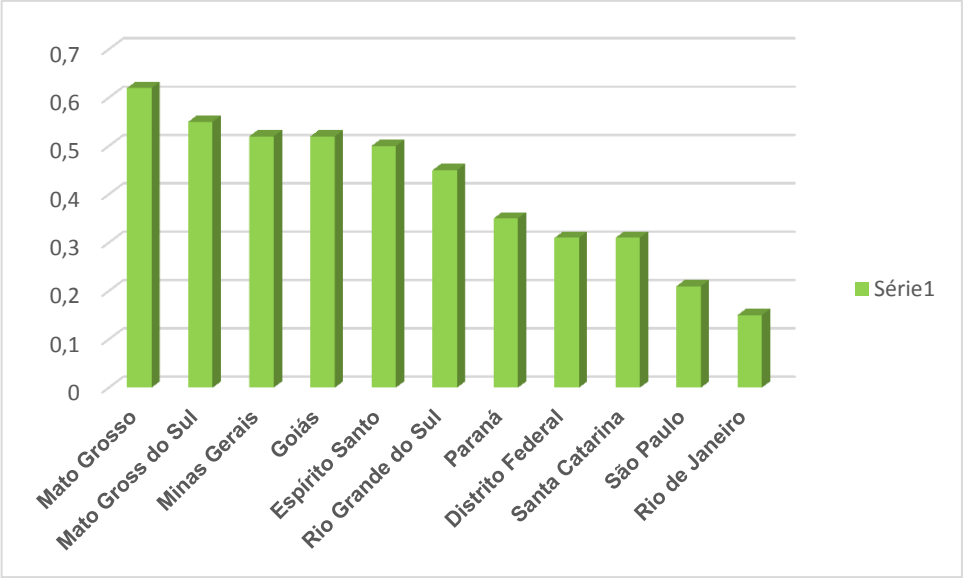
GRÁFICO 2: Indicador padronizado de pobreza – Unidades da federação 2012



Fonte: Ministério da Justiça, Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria da Juventude, 2014.

No Gráfico 3, apresentado a seguir, constam os estados com melhor desempenho no indicador padronizado de pobreza, referência de estudo do governo federal. Na escala, os estados mais próximos de zero, apresentam os melhores resultados.

GRÁFICO 3. Indicador padronizado de pobreza – Unidades da federação 2012



Fonte: Ministério da Justiça, Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria da Juventude, 2014

Diante dos dados é possível constatar que os estados das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste apresentam os melhores resultados, ainda que em alguns deles, como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Goiás e Espírito Santo, o indicador de pobreza se apresente relativamente alto. Por seu turno, Distrito Federal, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro apresentam os menores indicadores no cenário nacional. Os estados que abrigam os maiores polos de produção econômica no país, apresentam os menores indicadores de pobreza.

Nas informações disponibilizadas pelo estudo, estão listados os dez municípios brasileiros com os mais altos índices de violência juvenil, apontando forte correlação entre vulnerabilidade juvenil à violência e território, visto que diferenças regionais determinam as condições de vida da juventude no país.

As cidades que abrigam grandes polos de produção energética e mineral, no estado Pará, figuram como os lugares mais perigosos para juventude brasileira (Altamira, Marabá e Parauapebas). Outro município paraense compõe esse *ranking*, Marituba, na região metropolitana de Belém, conforme pode ser observado na tabela 5, apresentada a seguir.

TABELA 5. Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2014 – ranking municípios com mais de 100 mil habitantes – ano base 2012

MUNICÍPIOS	Cabo de Santo Agostinho/PE	Itaguaí/ RJ	Altamira/PA	Marabá/PA	Luziânia/GO	Parauapebas/PA	Simões Filho/BA	Eunápolis/BA	Teixeira de Freitas/BA	Marituba/PA
Posição no ranking	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Vulnerabilidade	Muito Alta	Muito Alta	Muito Alta	Muito Alta	Muito Alta	Muito Alta	Muito Alta	Muito Alta	Muito Alta	Muito Alta
Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ–Violência)	0,651	0,592	0,587	0,582	0,573	0,570	0,567	0,564	0,564	0,561
Indicador de mortalidade por homicídio	0,782	0,680	0,620	0,710	0,857	0,530	1,000	0,936	0,891	0,759
Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito	0,520	0,791	0,732	0,632	0,613	0,824	0,404	0,413	0,454	0,216
Indicador de frequência à escola e situação de emprego	0,604	0,550	0,666	0,591	0,518	0,564	0,580	0,605	0,614	0,582
Indicador de pobreza	0,780	0,738	0,809	0,793	0,781	0,752	0,754	0,806	0,806	0,730
Indicador de desigualdade	0,578	0,176	0,125	0,191	0,076	0,173	0,090	0,069	0,064	0,561

Fonte: Ministério da Justiça, Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria da Juventude, 2014.

Os indicadores relacionados à violência, pobreza, acesso ao emprego e à escola, indicam um cenário de extrema vulnerabilidade a que a população jovem daquelas cidades está submetida. Os dados evidenciam que o discurso de desenvolvimento que acompanha a instalação de grandes obras de infraestrutura, no estado do Pará, não se materializa na melhoria da qualidade de vida da população, notadamente dos segmentos mais vulneráveis.

Não se pode argumentar que os “bons frutos” ainda serão colhidos, visto que esse processo já se estende por algumas décadas, nos municípios que apresentam potencial de produção energética e mineral, objeto de exploração e acumulação pelo grande capital.

Considerando os impactos ambientais e socioeconômicos promovidos pelos empreendimentos, percebe-se que o maior beneficiário é o grande capital, na lógica inexorável de acumulação e concentração de riqueza. Os dados de órgãos oficiais do Estado confirmam que a condição de pobreza, desigualdade e violência continua prevalecendo nas populações desses municípios, esvaziando o discurso desenvolvimentista dos representantes das esferas estatais e da iniciativa privada para justificar a instalação desses empreendimentos.

O acesso à educação será objeto de discussão no próximo tópico. As oportunidades educacionais, por meio de políticas de acesso, permanência e conclusão se configuram como um indicador importante da redução das desigualdades e do desenvolvimento de determinada sociedade. Nesse sentido, será destacada a distribuição das matrículas do ensino superior, nos contextos nacional, e regional e local (estado do Pará). Os dados evidenciam assimetrias inter-regionais na distribuição de matrículas nos distintos níveis de ensino, particularmente no ensino superior.

2.1.2 A DISTRIBUIÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO CONTEXTO DOS CENTROS DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: ESTRATÉGIA DE SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS?

Na atual conjuntura, a expansão do acesso ao ensino superior aparece enquanto carro-chefe das recentes políticas, implantadas nos últimos anos, ~~nesse~~ para esse nível, associadas ao discurso de modernização científica e tecnológica do país e da necessidade de formação de recursos humanos.

Diante da baixa cobertura da oferta para a população de 18 a 24 anos, conforme dados do *Censo do Ensino Superior* de 2013, divulgado pela INEP, a taxa de escolarização líquida da população daquela faixa etária era de 15,10%; se for considerada a taxa de escolarização bruta, o percentual foi de 28,7%. Ressalte-se

que a meta prevista no Plano Nacional de Educação, aprovado recentemente no Congresso Nacional, é elevar o percentual de matrículas líquidas para 33% e de matrículas brutas, para 50%, no período de vigência do Plano. (INEP, 2015).

No país, observa-se a predominância das Instituições de Ensino Superior privadas, conforme pode ser verificado na tabela a seguir:

TABELA 6. Matrículas presencial e a distância por região geográfica e categoria administrativa - 2013

REGIÕES GEOGRÁFICAS	Total	CATEGORIA ADMINISTRATIVA				
		Públicas	Federal	Estadual	Municipal	Privadas
Brasil	7.305.977	1.932.527	1.137.851	604.517	190.159	5.373.450
Norte	568.337	209.965	147.610	55.594	6.761	358.372
Nordeste	1.521.706	561.175	349.076	188.940	23.159	960.531
Sudeste	3.329.946	636.151	351.530	231.193	53.428	2.693.795
Centro-Oeste	696.275	163.069	108.577	40.901	13.591	533.206
Sul	1.189.713	362.167	181.058	87.889	93.220	827.546

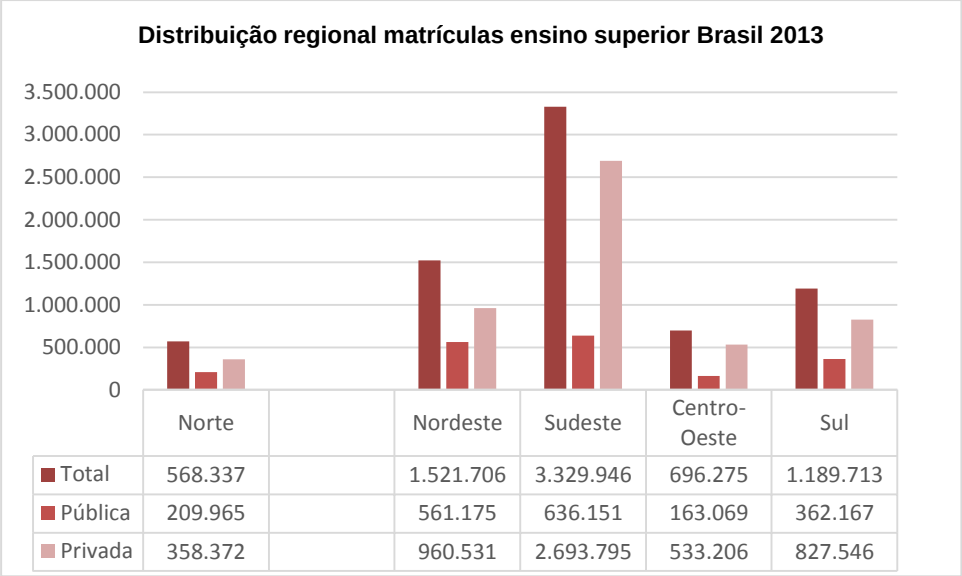
Fonte: MEC/INEP 2015

Conforme os dados da Tabela 6, o universo de alunos matriculados na graduação presencial e a distância, no Brasil, no ano de referência, era de 7.305.977. Apenas a Região Sudeste concentrava 45,5% das matrículas. Por seu turno, a Região Norte respondia por 7,7%. Nesta região, as IES privadas concentravam 63% das matrículas e, no universo das matrículas da IES públicas, as instituições federais respondiam por aproximadamente 70% das inscrições.

A supremacia da participação privada na oferta é mantida, com 74% das inscrições no território nacional. Ressalvados os devidos indicadores demográficos, ocorre uma acentuada assimetria na distribuição de vagas no ensino superior do país.

No Gráfico 4, apresentado a seguir, é possível dimensionar a distribuição das matrículas nas regiões geográficas do país e constatar a baixa participação da Região Norte.

GRÁFICO 4. Matrículas presenciais e a distância por região geográfica e categoria administrativa - 2013



	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
Total	568.337	1.521.706	3.329.946	696.275	1.189.713
Pública	209.965	561.175	636.151	163.069	362.167
Privada	358.372	960.531	2.693.795	533.206	827.546

Fonte: MEC/INEP 2015

A territorialidade é um aspecto destacado nas políticas expansionistas, considerando uma intensa concentração de IES e da oferta de vagas em determinadas regiões geográficas do país. O *Plano de Desenvolvido da Educação* (PDE)[12] ressalta que

> Só é possível garantir o desenvolvimento nacional se a educação for alçada à condição de eixo estruturante da ação do Estado de forma a potencializar seus efeitos. Reduzir as desigualdades sociais e regionais se traduz na equalização das oportunidades de acesso à educação de qualidade. (BRASIL. MEC, 2007, p.5).

O PDE reconhece que as discrepâncias nas oportunidades educacionais são territorialmente demarcadas entre centro e periferia, campo e cidade, capital e

---

[12] O PDE, criado em 24 de abril 2007, no mandato do ex-presidente Lula da Silva, previa um conjunto de princípios, diretrizes, metas para os distintos níveis e modalidades da educação nacional.

interior (BRASIL. MEC, 2007), reconhecendo a necessária associação entre educação e ordenação territorial.

Diante dos dados apresentados, é possível observar estreita relação entre os polos dinâmicos de produção econômica e a concentração das IES, incluindo universidades, nessas regiões. Depreende-se que o ensino superior, no país, tem servido à lógica de ampliação, reprodução e concentração do capital. O amplo processo de privatização da oferta do ensino superior, no Brasil, entendida como um bem de capital demonstra um cenário de hegemonia burguesa, impondo importantes desafios para os defensores da universidade pública:

> [...] os senhores do dinheiro organizam e buscam estratégias para ampliar cada vez mais o controle sobre a escola e a universidade, objetivando definir o que é dado a pensar para a juventude brasileira. O objetivo é a inculcação da moral, da "ética" e dos valores burgueses em seu momento neoliberal, em especial em um contexto de novas configurações da "governança" que requerem a combinação de entes privados (ONG, Terceiro Setor, empresas com "responsabilidade social") com os aparatos do Estado. (LEHER, 2007, p.163).

Os programas e planos de expansão do ensino superior implantados no último decênio, notadamente a partir do governo do ex-presidente Lula da Silva (2003-2010), estabelecem, de forma clara, a necessidade de ampliação do acesso enquanto estratégia de desenvolvimento econômico do país. As políticas de expansão adotadas são intensamente influenciadas por orientações de organismos multilaterais[13], que propugnam a associação entre educação e desenvolvimento econômico. Nesse sentido, o ensino superior desempenha papel estratégico na formação de quadros profissionais, com competências e habilidades para atuar no mercado de trabalho. Por isso, há necessidade de superação dos índices de seletividade no acesso, oportunizando ampliação das possibilidades educacionais.

Na Tabela 7, apresentada a seguir, é possível observar as assimetrias regionais, no que se refere às oportunidades educacionais, nas regiões geográficas do país:

---

[13] Banco Mundial, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

TABELA 7: Taxa de frequência a estabelecimento de ensino pela população residente de 6 a 24 anos de idade, por grupos de idade e nível de ensino, segundo as grandes regiões.

GRANDES REGIÕES, UNIDADES DA FEDERAÇÃO, REGIÕES METROPOLITANAS	TAXA DE FREQUÊNCIA LÍQUIDA A ESTABELECIMENTO DE ENSINO PELA POPULAÇÃO RESIDENTE DE 6 A 24 ANOS, POR GRUPO DE IDADE E NÍVEL DE ENSINO		
	6 a 14 anos Ensino fundamental	15 a 17 anos Ensino médio	18 a 24 anos Ensino superior
Brasil	92,5	55,2	16,4
Norte	91,5	44,9	12,4
Nordeste	91,6	46,2	12,3
Sudeste	93,4	63,1	17,7
Sul	93,2	59,2	20,7
Centro-Oeste	92,2	57,2	22,3

Fonte: IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2014.

A Região Norte apresenta, comparativamente, o pior desempenho em todos os níveis educacionais, com destaque para o ensino superior, cuja frequência líquida, na faixa etária de 18 a 24 anos, é de 12,4%. No ensino médio, apenas 44,9% da população entre 15 e 17 anos estão matriculados nesse nível de ensino, demonstrando as fragilidades nas políticas de acesso e permanência na escola, direcionadas, particularmente, aos segmentos mais vulneráveis da sociedade.

Os dados evidenciam que os melhores resultados são observados nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. As assimetrias regionais relativas às oportunidades educacionais revelam um cenário de negligência das políticas sociais que deveriam ser objeto de uma ação sistemática e coordenada do Estado, nas suas distintas esferas de poder e competência. O projeto de 'modernização' da região amazônica, em pauta desde meados do século passado, parece não estar articulado a políticas sociais consistentes, que promovam elevação dos padrões de qualidade de vida da população.

Na Tabela 8, a seguir, os dados do estado do Pará, no que se refere ao acesso da população entre seis e 24 anos, evidencia situação ainda mais excludente, particularmente no ensino médio e ensino superior.

TABELA 8. Taxa de frequência a estabelecimento de ensino da população residente de 6 a 24 anos de idade, por grupos de idade e nível de ensino nos estados da região Norte:

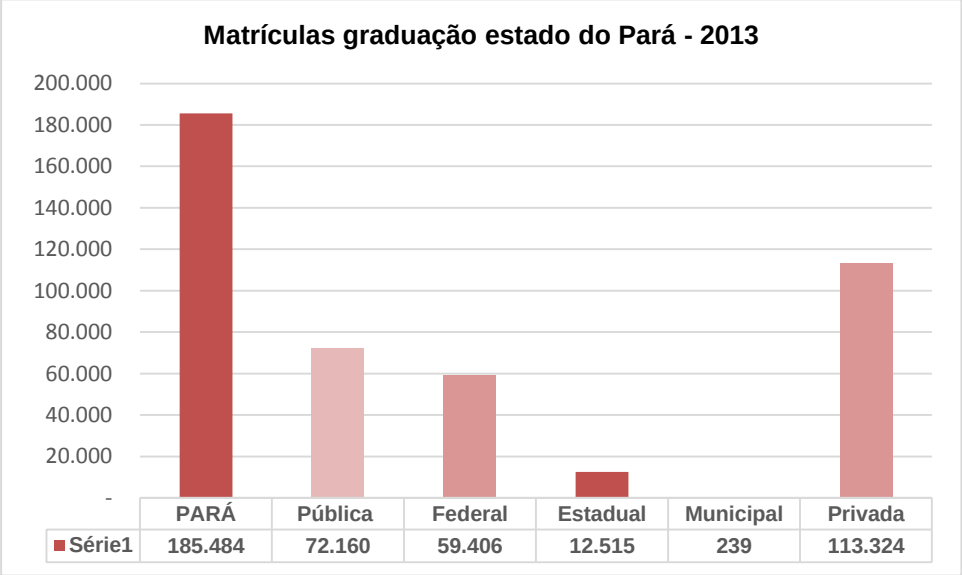
GRANDES REGIÕES, UNIDADES DA FEDERAÇÃO, REGIÕES METROPOLITANAS	TAXA DE FREQUÊNCIA LIQUIDA A ESTABELECIMENTO DE ENSINO DA POPULAÇÃO RESIDENTE DE 6 A 24 ANOS, POR GRUPO DE IDADE E NÍVEL DE ENSINO		
	6 a 14 anos Ensino fundamental	15 a 17 anos Ensino médio	18 a 24 anos Ensino superior
Norte	91,5	44,9	12,4
Rondônia	92,7	49,4	14,0
Acre	90,1	45,5	15,7
Amazonas	90,5	44,2	14,3
Roraima	92,9	59,9	19,2
Para	91,8	39,9	8,7
Região Metropolitana de Belém	92,2	50,1	14,4
Amapá	90,3	52,3	18,9
Tocantins	92,6	57,1	16,9

Fonte: IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2014

Comparativamente aos estados da Região Norte, o Pará apresenta o pior desempenho no acesso ao ensino médio, com apenas 39,9% da faixa etária esperada (15 a 17 anos) matriculada nesse nível de ensino. No ensino superior, o quadro é ainda mais excludente, com apenas 8,7% dos jovens entre 18 e 24 anos matriculados naquele nível de ensino. O Pará, que abriga importantes polos de produção energética, mineral e agropecuário, estratégicos para a economia nacional, não vem associando a produção de riquezas à melhoria dos indicadores socioeconômicos da população residente no estado.

No Gráfico 5, apresentado a seguir, completando os dados da tabela anterior, constam as matrículas no ensino de graduação presencial e a distância no estado do Pará. Os dados revelam que a iniciativa privada concentra 61% das matrículas, seguindo a tendência nacional, da cobertura majoritária da IES privadas. Por seu turno, a rede federal concentra 82% das matrículas das instituições públicas.

Gráfico 5. Matrículas na Graduação presencial e a distância, segundo as esferas administrativas. Estado do Pará - 2013



Fonte: MEC/INEP, 2015.

Os dados educacionais apresentados evidenciam assimetrias nas oportunidades de acesso da população da região do Norte e do estado do Pará, em particular, em relação às demais regiões geográficas do país. A despeito das políticas expansionistas adotadas nas últimas décadas, ainda persiste um quadro de exclusão. O estado do Pará apresenta os piores indicadores de acesso ao ensino superior da Região Norte, considerando que esta região apresenta baixo desempenho no cenário nacional.

Na subseção a seguir, um breve histórico do processo de construção da UHE de Belo Monte visa apresentar as mediações e contradições da polêmica obra, planejada ainda no governo dos militares, cujo projeto foi reformulado do governo do ex-presidente Lula da Silva e inserido no rol de prioridades da política energética do país. A análise do movimento histórico dos fenômenos investigados constitui uma

ação imprescindível para apreensão da realidade. Alguns indicadores socioeconômicos dos municípios diretamente impactados pelo empreendimento serão apresentados, buscando fornecer um quadro analítico das condições de vida da população local.

Os indicadores socioeconômicos apresentados demonstram o esvaziamento empírico do discurso de desenvolvimento, apontando para a continuidade da pobreza e da desigualdade das populações atingidas pelo empreendimento.

Além disso, o PDRS Xingu, cujo objetivo é viabilizar a implementação de políticas sociais públicas para atendimento das demandas da população, vem se apresentando como espaço de disputa de recursos financeiros entre diferentes atores, incluindo a UFPA.

2.2 BREVE HISTÓRICO DO PROCESSO DE INSTALAÇÃO DA UHE DEBELO MONTE: DISPUTAS, POLÊMICAS, VIOLAÇÕES E PREVALÊNCIA DO CAPITAL

As discussões acerca da construção da usina de Belo Monte iniciaram, no final da década de 1970, originadas da conclusão, em dezembro de 1979, dos Estudos de Inventário da Bacia Hidrográfica do Xingu. Naquela época, a proporção de impacto da obra, que alagaria uma expressiva área da cidade de Altamira e aldeias indígenas da região, indicava limitações na viabilidade socioeconômica do projeto. O projeto foi engavetado pelo governo federal. No final da década de 1980, as discussões foram, novamente, retomadas.

O *Relatório Final dos Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu* foi aprovado pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), em 1988. No ano seguinte, aconteceu, em Altamira, o histórico encontro dos povos indígenas (I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu), com a presença de várias etnias, movimentos sociais, parlamentares e representantes do poder público. Na ocasião, ocorreu o episódio que marcou de modo emblemático a resistência contra a instalação do empreendimento na bacia do Xingu. A índia Tuíra encostou a lâmina do seu facão no rosto do então Presidente da Eletronorte José Antônio Muniz

Lopes. A cena foi amplamente divulgada na mídia nacional e internacional. (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2013).

No início de 2000, novos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental foram realizados e subsidiaram a elaboração de novo projeto que, segundo o governo federal, apresentava menor impacto socioambiental, em razão da redução da área de inundação. Em 2005, as discussões foram intensificadas, pois a obra fora incluída no *Plano de Aceleração de Crescimento* (PAC), do Governo Lula da Silva, e passou a ser considerada obra prioritária do Ministério de Minas e Energia, dirigido pela então Ministra Dilma Rousseff. No mesmo ano, no mês de julho, o Congresso Nacional autorizou a construção da Hidrelétrica.

Desde então, batalhas judiciais vêm sendo travadas entre o Ministério Público Federal (MPF) e a Advocacia Geral da União (AGU). O MPF ressalta os impactos que a obra trará para as populações, particularmente indígena, apontando falhas na condução dos estudos de impacto ambiental e inobservância dos procedimentos previstos em lei. Por seu turno, a AGU defende a viabilidade do empreendimento e o cumprimento dos requisitos legais.

O painel de especialistas integrado por professores/pesquisadores de renomadas instituições de ensino e pesquisa nacionais e internacionais produziram, em 2009, o documento *Análise Crítica do Estudo de Impactos Ambientais do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte*, resultado da análise detalhada e confrontação de dados apresentados no Estudo de Impactos Ambientais, produzidos pela Eletrobrás, requisito para obtenção do licenciamento da obra junto ao IBAMA. O documento elaborado pelos especialistas apontou falhas e inconsistências nos seguintes aspectos: a) Dados sociais, econômicos e culturais; b) Impactos sobre as populações indígenas; c) Saúde, educação e segurança; d) Hidrologia da Bacia do Xingu; e) Viabilidade técnica e econômica não demonstrada; f) Ameaças à fauna aquática; g) Ameaças à biodiversidade. (MAGALHÃES; HERNÁNDEZ, 2009).

A despeito dos vários problemas apontados por pesquisadores, MPF e movimentos sociais quanto à viabilidade técnica, econômica e socioambiental da UHE de Belo Monte, o leilão da obra foi realizado, em 20 de abril de 2010, e o orçamento inicialmente previsto estava na ordem de 19 bilhões de reais, conforme anunciado pelo governo federal, naquele período. Entretanto, estima-se que o custo

da obra ultrapasse 28,6 bilhões de reais. A maior parcela do recurso (80%) será financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Isto é, fundos públicos financiando um empreendimento executado pela iniciativa privada.

No Quadro 1, apresentado a seguir, alguns dados técnicos do empreendimento demonstram a participação do grande capital na execução da obra, expressa numa grande aliança entre estatais do setor elétrico, empreiteiras, entidades de previdência complementar, bancos e mineradoras.

QUADRO 1. Dados técnicos da UHE Belo Monte

Rio: Xingu
Município: Altamira e Vitória do Xingu
Estado: Pará
Região: Norte
Executor: Norte Energia S.A, com a seguinte composição acionária: as estatais Eletrobras (15,00%), Chesf (15,00%) e Eletronorte (19,98%), os fundos de pensão Petros (10,00%) e Funcef (10,00%), Belo Monte Participações S.A./Neoenergia S.A.(10,00%), Amazônia/Cemig e Light (9,77%), Vale (9,00%), Sinobras (1,00%) e J.Malucelli Energia (0,25%).
Potência instalada: 11.233 MW
Energia firme: 4.571 MW médios
Área do reservatório: 503 km²
Altura: 93 m
Número de turbinas: 18 tipo francis na casa de força principal e 6 tipo bulbo na casa de força complementar
Data da licitação: 13/10/2010
Estágio no licenciamento: licença de instalação deferida
Entrada em operação: 2015 e alcance da capacidade total em 2019
Custo estimado: R$ 28,9 bilhões

Financiadores: BNDES (R$ 22,5 bilhões)
Construtora: Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM), formado pelas empreiteiras Andrade Gutierrez, Odebrecht, Camargo Corrêa, OAS, Queiroz Galvão, Contern, Galvão Engenharia, Cetenco , J. Malucelli e Serveng.
Número de trabalhadores no pico da obra: 28 mil (2013 a 2014)
População dos municípios no entorno da obra: 350.876

Fonte: Norte Energia SA, 2014.

Os números do empreendimento são vultosos, considerando a dimensão dos recursos materiais e humanos necessários envolvidos. Apenas o número de trabalhadores, no pico da obra, equivale aproximadamente a um terço da população de Altamira e supera a população de alguns municípios da área de influência de tal realização.

A contratação de um consórcio de empresas pela Norte Energia S.A.[14], para a execução das obras civis da usina, aglutina as dez maiores empreiteiras do país, conforme apresentado no quadro. Evidencia-se a dimensão econômica e política do empreendimento e os interesses do capital privado[15] A construção da obra conta com o acompanhamento do governo federal que assume uma postura intransigente em relação às ações e movimentos de oposição. O uso da força policial e do instrumental jurídico (Advocacia Geral da União e decisões favoráveis da justiça federal) conforma a materialidade do Estado enquanto gestor dos negócios da burguesia, como ressaltava Marx.

A Norte Energia S.A., alinhada com o discurso governamental, ressalta a importância estratégica do empreendimento para a garantia da segurança energética e modicidade das tarifas, reiterando que a produção de energia pela via

---

[14] A Norte Energia S.A. é composta por empresas estatais e privadas do setor elétrico, fundos de pensão e investimentos e empresas autoprodutoras e obteve a concessão para construção de UHE de Belo Monte, com outorga de concessão por 35 anos. (NORTE ENERGIA S.A., 2012).

[15] As empresas Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Correa, Engevix, Galvão Engenharia, Iesa, Mendes Junior, OAS, Queiroz Galvão e UTC estão sob investigação da Controladoria Geral da União pelo envolvimento no esquema de corrupção na operação deflagrada pela Polícia Federal em março de 2014, denominada “lava jato”. Caso ocorra condenação, as empresas podem ser impedidas de manter contratos com a Administração pública (Correio Braziliense, 2015).

das hidrelétricas representa custos inferiores às demais fontes de energias. A empresa demonstra otimismo na condução do processo. No *website* mantido pela empresa são apresentados dados quantitativos sobre a construção. O pico da obra aconteceu nos anos de 2013 e 2014, com a contratação de 23 mil trabalhadores. Esses números, segundo a empresa, revelam contribuição para a promoção do desenvolvimento social da região.

> Os benefícios do projeto Belo Monte transcendem à implantação de uma fonte de geração renovável e econômica para suprir necessidades do Estado do Pará, da região Norte e do Brasil. A exemplo de outros aproveitamentos hidrelétricos, existem benefícios associados à preservação ambiental de áreas na bacia hidrográfica, além do aumento dos indicadores de desenvolvimento humano nos municípios abrangidos. A inserção regional do projeto UHE Belo Monte vai alavancar o desenvolvimento na região. (NORTE ENERGIA, 2012).

Os municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu foram definidos como área de abrangência do empreendimento, conforme pode ser observado na figura apresentada a seguir:

FIGURA 1. Área de abrangência da UHE Belo Monte

Fonte: Instituto Socioambiental, 2014

Nesses municípios, os efeitos negativos do empreendimento vêm impondo à população que, historicamente, enfrenta condições adversas de sobrevivência, um cenário ainda mais hostil. O intenso fluxo migratório não esteve associado à implantação das ações antecipatórias e de mitigação dos impactos socioambientais, pré-requisito para instalação do empreendimento. A empresa executora insiste que todas as condicionantes estão sendo cumpridas; entretanto, o que se observa nos municípios diretamente impactados, a exemplo de Altamira, é o aviltamento das condições de vida dos segmentos mais vulneráveis. A ampliação da demanda dos serviços públicos sem o correspondente aumento da oferta, surtos inflacionários, além da arrancada da violência urbana, vêm tecendo um cenário nebuloso para as sociedades locais.

Os movimentos sociais e populares contrários à obra denunciam os impactos socioambientais do empreendimento. Ribeirinhos, indígenas e camponeses serão atingidos pela inundação das suas terras e sumariamente remanejados. O processo de indenização das terras atingidas é alvo de críticas pelo modelo adotado pela empresa executora, que define unilateralmente as regras, critérios e condições de

indenização dos bens imóveis. São comuns as reclamações em relação aos valores compensatórios, divergentes do mercado.

O movimento social com expressiva resistência à UHE de Belo Monte é o *Movimento Xingu Vivo para Sempre*, que congrega um conjunto de organizações e movimentos sociais e ambientais de Altamira e demais municípios da área de influência do empreendimento. A resistência do *Movimento* se orienta por várias frentes, incluindo protestos, ocupações, ações judiciais com apoio do Ministério Público Federal, e, particularmente, um acompanhamento diário do andamento da obra e todos os episódios que a envolvem, cujos efeitos são sentidos pelas famílias e comunidades impactadas.

Esse *Movimento* denuncia, ainda, práticas que remontam aos anos duros da ditadura militar, a exemplo de agentes infiltrados nas reuniões do movimento, episódio registrado em 2013, numa reunião de planejamento da organização, na cidade de Altamira. Além de um processo de criminalização dos movimentos sociais, na qual as principais lideranças respondem a processos judiciais e estão proibidas de se aproximar das obras da usina. Dessa forma, ocorre a conhecida prática de perseguição aos “inimigos da ordem” e a concessão de favores aos grupos e movimentos que se mantêm aliados aos imperativos governamentais e do capital. Esse fenômeno fica evidente na forma de destinação dos recursos do PDRS. As organizações e movimentos que apoiam o governo, abdicando da resistência contra o empreendimento, recebem aprovação dos seus projetos, conforme será demonstrado neste trabalho.

Observa-se um clima de tensão frequente, na cidade de Altamira e nos canteiros da obra. Desde o início da construção, várias greves foram deflagradas pelos operários, que reivindicam melhoria nas condições de trabalho e nos salários. A força nacional se mantém presente nesses episódios, com o claro objetivo de intimidação e uso da força para conter a resistência. Importante ressaltar a política adotada pelo Consórcio Construtor de Belo Monte no que se refere à divulgação das informações à comunidade. Muitos dos episódios ocorridos nos canteiros não são divulgados pelos meios de comunicação local. As informações acabam sendo disseminadas por redes sociais e por operários com residência no município de Altamira.

Demissões sumárias, greves, o silêncio da mídia, o uso da força policial, acusações de má aplicação dos recursos na obra são alguns elementos que compõem o atual cenário de construção do maior empreendimento do Programa de Aceleração do Crescimento do autodenominado governo popular.

Os graves episódios de violação dos direitos humanos e ambientais são minimizados pelo discurso governamental para justificar a necessidade da ampliação da capacidade energética do país, discurso esse pautado pela ideia do "bem público" e do "progresso", que não podem ser comprometidos por interesses de grupos minoritários (indígenas, ribeirinhos, camponeses). O desenvolvimento do país estaria diretamente condicionado à ampliação das reservas energéticas.

> Na definição de políticas para o setor elétrico e na tomada da decisão sobre obras a serem executadas, há que considerar todo um contexto ideológico dominante no Brasil, que sintetizamos na frase consensual: "energia é progresso". A tradição cartesiana tanto de nossas escolas de engenharia, como as de formação de militares, é outro ponto relevante. Na prática, essa visão ideológica tem servido como fundamento para múltiplas decisões. Decisões que não necessitariam de justificações mais amplas, nem tampouco da aprovação do Congresso Nacional. (NACKE; SANTOS, 1991, p.49).

Apesar de a arquitetura da inserção amazônica na dinâmica da produção do capitalismo nacional e internacional ter ocorrido de modo sistemático e planejado nos governos autoritários dos militares, marcado pelo esvaziamento das estruturas jurídicas e políticas, o reestabelecimento democrático não expressou alterações no *modus operandi* quando se trata da instalação de grandes empreendimentos, a exemplo da Usina Hidrelétrica de Belo Monte:

> Os processos de decisão relativos a obras de infraestrutura, que se caracterizam como estruturas de acumulação em si, colocam em evidência e provocam a discussão sobre as condições nas quais as sociedades democráticas enfrentam pelo menos quatro desafios interligados: o primeiro diz respeito à utilização das ciências e das técnicas e da interrelação entre ciência e poder – experts e governo; o segundo diz respeito à redefinição e/ou construção de um espaço público, constituído não apenas de técnicos, mas também de homens e mulheres; grupos sociais, comunidades e povos com histórias e conhecimentos diversos; o terceiro de confrontar-se com o aparato legal que rege a tomada de decisão; e, por último, especialmente no caso brasileiro, o desafio de se interrogar sobre a fidelidade dos governantes

> aos princípios democráticos e os mecanismos que a sociedade dispõe de fiscalização e controle. (MAGALHÃES; HERNÁNDEZ, 2009, p. 23).

O governo federal manteve posição única em relação ao caloroso debate acerca da UHE de Belo Monte: a construção iria acontecer! Ancorou-se no argumento da necessidade de energia para conduzir o processo de desenvolvimento nacional. Bermann (2012) chama atenção que o planejamento energético no Brasil é regulado pela a oferta, sem um questionamento necessário das previsões das demandas futuras. Neste cenário, determinados setores industriais são favorecidos (cimento, ferro-gusa e aço (siderurgia), ferro-ligas, não ferrosos (alumínio), química, papel e celulose).

> Por este desenvolvimento histórico, criou-se um emaranhado de interesses que não nos permite afirmar que possa existir uma capacidade previsível de planejamento. Pelo contrário, apenas um atendimento de cargas futuras, multiplicando o cenário presente para o futuro muito incerto, diante da complexidade do arranjo de interesses que estão em jogo. Dentro deste campo estão empreiteiras, indústrias de equipamentos, geradoras, comercializadoras, agências reguladoras, grupos políticos e econômicos que conflitam entre si, e disputam com governos a utilização do discurso da energia para angariar votos (BERMANN, 2012, p.16).

Nessa esteira, o autoritarismo, a violência e o desrespeito a princípios fundamentais de uma sociedade dita democrática são a marca indelével da construção desse empreendimento. Alguns indicadores dos municípios do entorno da obra confirmam o quadro de desigualdade e pobreza, conforme se apresenta na subseção seguinte.

O Instituto Socioambiental (ISA) divulgou, em julho de 2015, o documento intitulado *Dossiê Belo Monte – Não há condições para a Licença de Operação*, resultado do sistemático trabalho de acompanhamento das ações do consórcio de empresas executoras do empreendimento. O conjunto de compromissos exigidos desde a instalação até a operação da usina não estariam sendo adequadamente cumpridos pelo referido consórcio. De acordo com o Instituto, vem ocorrendo descumprimento das condicionantes de prevenção e mitigação dos impactos promovidos pela realização da obra. O dossiê aponta problemas no processo de licenciamento da obra, considerando os atrasos na adoção de medidas

antecipatórias, necessárias para um empreendimento das dimensões de Belo Monte. Os efeitos desse quadro são infligidos à população por aquele atingida.

> Esses atrasos na implementação da infraestrutura de saúde, educação e saneamento básico, assim como no desenvolvimento de ações de regularização fundiária e proteção das Terras Indígenas (Tis) e das Unidades de Conservação (UCs) afetadas, persistem até hoje, mais de cinco anos após a concessão da licença prévia. A obra foi instalada ao mesmo tempo em que se concretizavam, aos poucos, os principais impactos que deveriam ter sido evitados pelas ações antecipatórias: a sobrecarga de equipamentos públicos, a degradação ambiental da região, a piora da qualidade de vida das populações locais e a perda de recursos naturais essenciais à manutenção das formas de vida dos povos indígenas e comunidades tradicionais da região (ISA, 2015, p.8).

O dossiê na integra está disponibilizado na página eletrônica do Instituto, que se constitui, hoje, como uma organização dotada de importante referência nos estudos dos impactos dos empreendimentos hidrelétricos no Brasil e na Amazônia.

2.3 INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS ATINGIDOS PELA UHE BELO MONTE

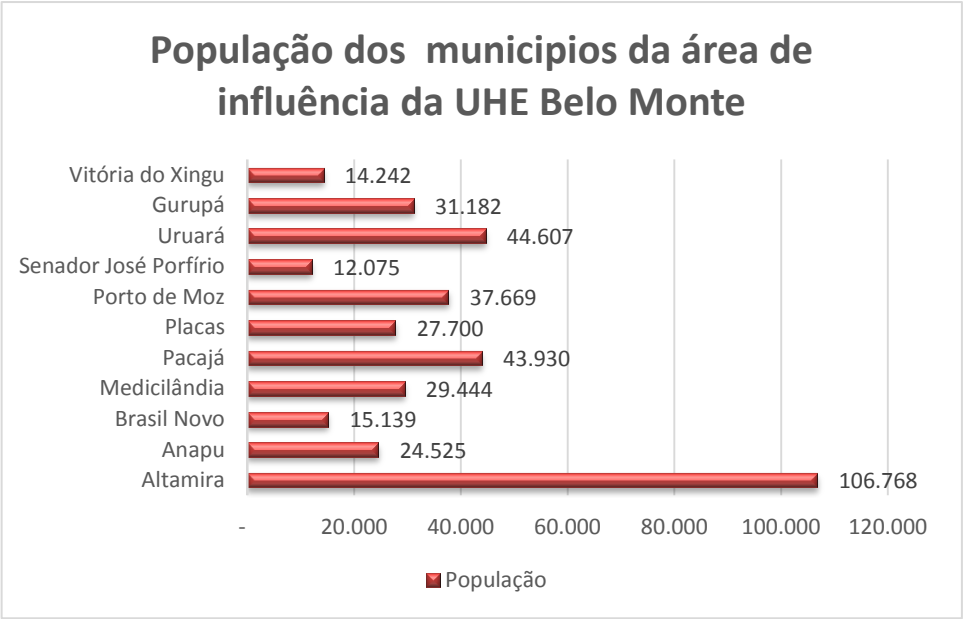
Nos gráficos apresentados a seguir, podemos observar que os indicadores socioeconômicos dos municípios da área de influência da UHE de Belo Monte seguem a tendência observada no estado do Pará e na Região Norte, isto é, um desempenho exíguo, conformando o quadro de desigualdade e pobreza ao qual expressiva parcela da população está submetida.

O perfil populacional dos municípios envolvidos demonstra que o baixo povoamento é característico da região de integração do Xingu. A maioria dos municípios apresenta população inferior a 50 mil habitantes, com exceção de Altamira, cuja população ultrapassa 100 mil habitantes. Este município, considerado sede, vem enfrentando acentuado impacto das ações decorrentes do empreendimento. Os migrantes de todos os cantos do país lá desembarcam em busca de oportunidades, ocorrendo um intenso movimento de entrada e saída da

cidade, processo intensificado, especialmente, a partir de 2010, ano de licitação da usina.

Esse fenômeno pressiona a demanda de bens e serviços de interesse público (saúde, educação, transporte, habitação). Nesse contexto, observa-se a precarização do atendimento, resultado da incipiente adoção de medidas antecipatórias que deveriam ter sido implementadas pela empresa responsável pela obra em conjunto com as esferas governamentais. Isto é, o que já era insuficiente, em termos de políticas públicas, se torna ainda mais deficitário.

GRÁFICO 6. População dos municípios da área de influência da UHE de Belo Monte

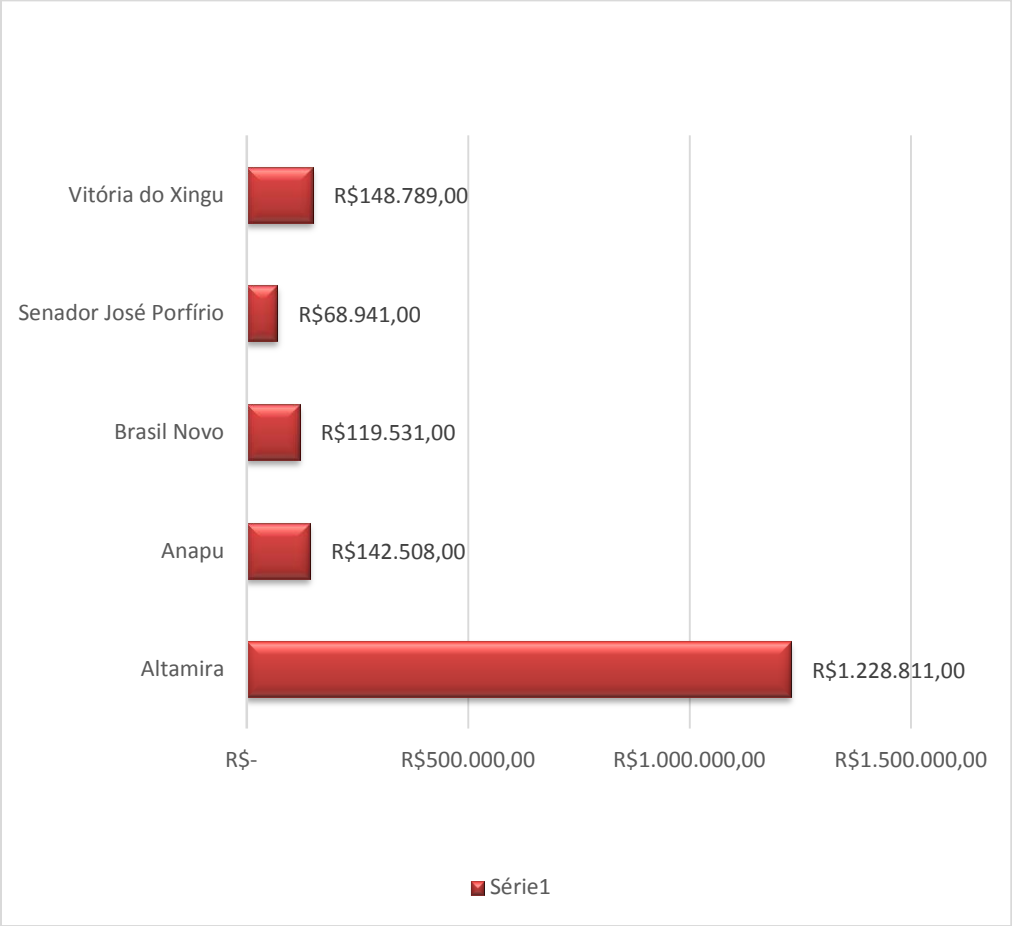


Fonte: IBGE, 2014.

Os municípios da Área de Influência Direta (AID) do empreendimento são Altamira, Vitória do Xingu, Brasil Novo, Senador Jose Porfirio e Anapu, com população total de 172.749 habitantes. Os demais municípios, Uruará, Medicilândia, Placas, Porto de Moz, Gurupá e Pacajá são considerados da Área de Influência Indireta (AII). A população dos municípios da área de influência da obra é de 387.281 habitantes (IBGE, 2014).

No Gráfico 7, a seguir, é apresentado o perfil econômico dos municípios da AID, o indicador utilizado como referência é o PIB.

GRÁFICO 7. PIB preços correntes municípios AID UHE Belo Monte – 2012

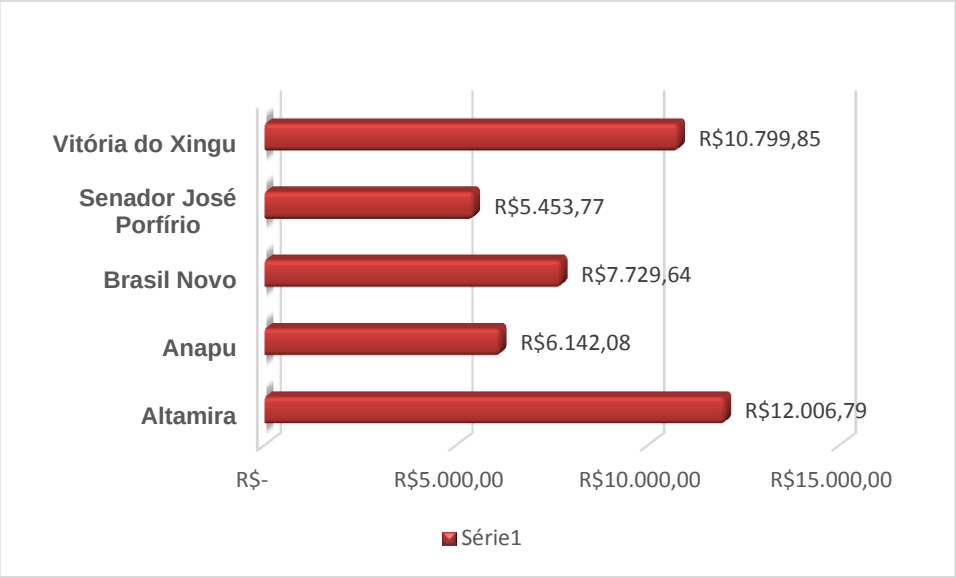


Fonte: IBGE, 2014.

Os dados indicam que os municípios apresentam um PIB modesto, com exceção de Altamira, com PIB de R$ 1.228.811,00. A cidade abriga o principal polo econômico da mesorregião do Xingu, com uma matriz diversificada de serviços, comércios e produção agropecuária. É possível observar um intenso desequilíbrio econômico das atividades produtivas nos municípios da AID, resultando no baixo desempenho destes. O desdobramento desse cenário é a dependência de políticas compensatórias de distribuição de renda e uma maior demanda por outras ações do

Estado, cujo foco seja a redução da pobreza. No Gráfico 8, a seguir, o PIB *per capita* desses municípios, segue a mesma tendência.

GRÁFICO 8. PIB *per capita* dos municípios AID UHE Belo Monte - 2012

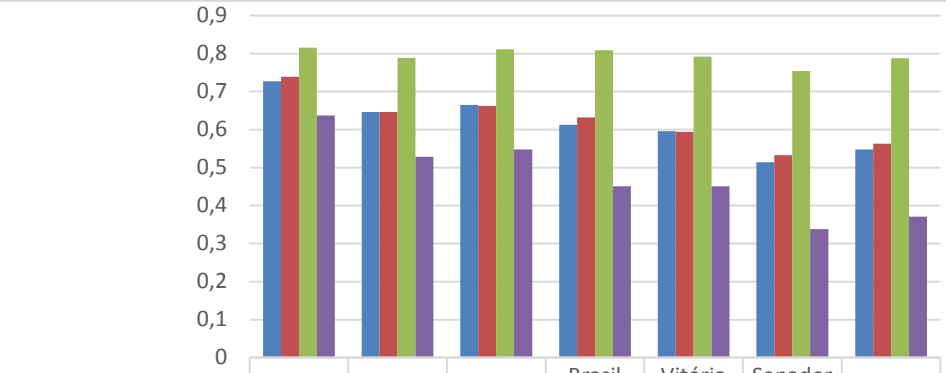


Fonte: IBGE, 2015.

Os municípios da área de influência direta do empreendimento de Belo Monte apresentaram um PIB *per capita* baixo, em comparação com a média brasileira, que, em 2012, foi de R$ 22.040,00, e abaixo da média do Pará (R$11.678,96), com exceção de Altamira, que obteve o PIB *per capita* de R$ 12.006,79. Esse indicador permite inferir que a instalação de “polos de desenvolvimento” não vem promovendo alterações significativas no quadro de pobreza e desigualdade das sociedades locais.

Outro indicador é o Índice de Desenvolvimento Municipal (ÍDHM), resultado da combinação dos indicadores de renda, longevidade e educação. Os resultados reafirmam o cenário desfavorável dos municípios diretamente afetados pelo empreendimento. Conforme demonstra o gráfico, em todas as dimensões do índice, o resultado alcançado pelos municípios está abaixo da média nacional, com destaque para a dimensão educacional.

GRÁFICO 9. IDHM: Municípios AID da UHE Belo Monte



	Brasil	Pará	Altamira	Brasil Novo	Vitória do Xingu	Senador J. Porfiri	Anapu
IDHM 2010	0,727	0,646	0,665	0,613	0,596	0,514	0,548
IDHM RENDA	0,739	0,646	0,662	0,632	0,594	0,533	0,563
IDHM LONGEVIDADE	0,816	0,789	0,811	0,809	0,792	0,754	0,788
IDHM EDUCAÇÃO	0,637	0,528	0,548	0,451	0,451	0,338	0,371

Fonte: IPEA; PNUD; FJP, 2010. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.

Os resultados demonstram um desempenho abaixo da média nacional em todos os municípios. Apenas em Altamira, os resultados nos indicadores de renda, longevidade e educação ultrapassam a média do Pará. Chama atenção o indicador de educação que, nos municípios analisados, apresentou um resultado baixo em relação à média do Brasil (0,637), com destaque para Brasil Novo, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio e Anapu. Os indicadores revelam fragilidades nas políticas sociais e uma estreita relação entre o desempenho econômico dos municípios.

Nas tabelas apresentadas a seguir, serão destacados alguns indicadores da área de saúde do município de abrangência do empreendimento.

TABELA 9. Internação - causa externa por município de ocorrência na AID UHE de Belo Monte 2011-2014.

MUNICÍPIO		2011	2012	2013	2014	TOTAL
150060	Altamira	1438	1492	1920	2063	6913
150085	Anapu	55	48	81	113	297
150172	Brasil Novo	76	107	158	43	384
150780	Senador José Porfírio	14	20	58	20	112
150835	Vitória do Xingu	14	0	2	6	22
Total		1597	1667	2219	2245	7728

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Altamira, 2015.

Conforme os dados da tabela acima revelam, ocorreu um crescimento significativo nos números de internações na série histórica, com destaque para o município de Altamira, que recebe a maior demanda de atendimento de serviços na área da saúde. No ano de 2011, foram 1.438; em 2014, esse número foi de 2.063, crescimento de 69%. Outro indicador, igualmente, revela ampliação, representando maior pressão da rede de atendimento básico da saúde: considerados os nascidos vivos em todos os municípios da AID, com exceção de Vitória do Xingu, houve crescimento no período. O município de Altamira registrou o crescimento mais expressivo no período, aproximadamente 33%.

TABELA 10. Nascidos vivos por município de ocorrência na AID da UHE de Belo Monte, anos 2011 a 2014

MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA	2011	2012	2013	2014
Altamira	1982	1961	2563	2763
Anapu	382	527	535	529
Brasil Novo	263	279	271	290
Senador José Porfírio	289	321	291	270
Vitória do Xingu	226	228	200	256
AID Belo Monte	**3.142**	**3.316**	**3.860**	**4.108**

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Altamira, 2015.

Outro indicador, os nascidos vivos de mães menores de 15 anos, apresentou crescimento na série histórica (2011-2014), confirmando o impacto recebido pelos municípios na área de influência do empreendimento. Novamente, em Altamira, o crescimento foi mais significativo. Em 2011, foram registrados 40 partos em mães menores de 15 anos; em 2014, esse número cresceu para 73.

TABELA 11. Nascidos vivos de mães menores de 15 anos por município de ocorrência na AID da UHE de Belo Monte, anos 2011 a 2014

MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA	NASCIDOS VIVOS DE MÃES MENORES DE 15 ANOS				
	2011	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**
Altamira	40	38	53	73	47
Anapu	13	13	11	15	8
Brasil Novo	6	5	4	4	3
Senador José Porfírio	14	16	9	10	9
Vitória do Xingu	5	0	8	6	8
AID Belo Monte					

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Altamira, 2015.

As mortes de causa violenta seguiram a tendência observada noutros indicadores. Em Altamira, município sede do empreendimento, ocorreu uma ampliação significativa, passando de 292 casos, em 2011, para 381, registrados em 2014, crescimento de 31%.

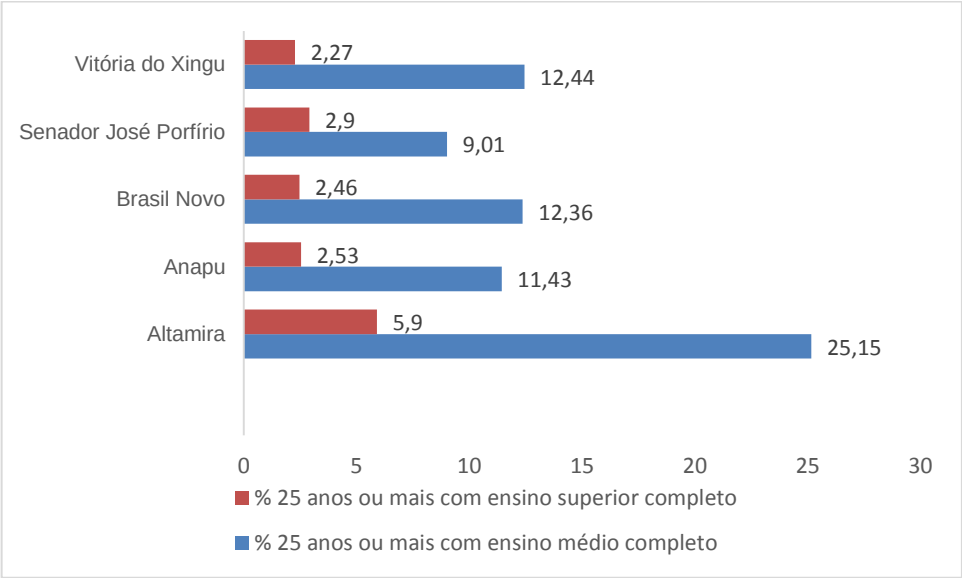
TABELA 12: Mortes de causas violentas no município de Altamira – PA, anos 2011 a 2014

CAUSA	2011	2012	2013	2014
Acidentes	160	154	179	184
Suicídios	9	8	17	14
Homicídios	123	145	154	183
TOTAL	**292**	**307**	**350**	**381**

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Altamira, 2015.

No aspecto educacional, o perfil de escolaridade da população reflete a realidade socioeconômica dos municípios, como é possível observar no gráfico a seguir. Na população da faixa etária com mais de 25 anos, o percentual dos indivíduos com nível superior, na maioria dos municípios, não chega a 3%, com exceção de Altamira, que atinge o percentual de 5,9%. Este último recebeu, no final da década de 1980, o projeto de interiorização da UFPA, resultando na instalação do Campus Universitário de Altamira. No ensino médio, a baixa escolarização da população se repete, com os municípios apresentando a média de 12% de jovens com mais de 25 anos que concluíram aquele nível de ensino. A exceção é Altamira, com 25,15%.

GRÁFICO 10: Escolaridade da população com 25 anos ou mais nos municípios da AID da UHE Belo Monte



Fonte: IBGE, 2012.

A propalada contribuição para o desenvolvimento regional da região estaria pautada pela geração de empregos durante a execução da obra, com data marcada para terminar, e pelas compensações financeiras destinadas ao estado do Pará e aos municípios atingidos pelo empreendimento. Na tabela a seguir, é possível observar as matrículas no ensino superior, segundo a categoria administrativa, no período de 2009 a 2012, no município de Altamira. A participação das IES públicas supera a das IES privadas, contrariando uma tendência que prevalece no Estado do

Pará e no Brasil. As IES privadas do município oferecem majoritariamente cursos a distância ou semipresenciais.

TABELA 13. Número de matrículas na graduação presencial e a distância segundo categoria administrativa. 2009 a 2012 – Altamira.

		NÚMERO DE MATRÍCULAS POR VÍNCULO ADMINISTRATIVO.					
		PÚBLICA		**Total**	**PRIVADA**	**Total**	**TOTAL**
		FEDERAL	**ESTADUAL**		**PRIVADA**		
ANO CENSO	**MUNICÍPIO – UF**						
2.012	ALTAMIRA –PARÁ	1.743	383	**2.126**	1.243	**1.243**	**3.369**
		1.743	**383**	**2.126**	**1.243**	**1.243**	**3.369**
	2.012	**1.743**	**383**	**2.126**	**1.243**	**1.243**	**3.369**
2.011		1.222	417	**1.639**	1.085	**1.085**	**2.724**
		1.222	**417**	**1.639**	**1.085**	**1.085**	**2.724**
	2.011	**1.222**	**417**	**1.639**	**1.085**	**1.085**	**2.724**
2.010		1.050	466	**1.516**	920	**920**	**2.436**
		1.050	**466**	**1.516**	**920**	**920**	**2.436**
	2.010	**1.050**	**466**	**1.516**	**920**	**920**	**2.436**
2.009		745	387	**1.132**	798	**798**	**1.930**
		745	**387**	**1.132**	**798**	**798**	**1.930**
	2.009	**745**	**387**	**1.132**	**798**	**798**	**1.930**

Fonte: INEPDATA, Censo ensino superior 2009; 2010; 2011; 2012.

Nota-se um crescimento no número de alunos matriculados nas IFES, no município de Altamira, que atualmente conta com uma unidade acadêmica vinculada à UFPA e uma unidade do Instituto Federal do Pará (IFPA). Essa ampliação de 234% na série histórica ocorreu a partir dos programas de expansão do governo federal, REUNI e PRONATEC, possibilitando a criação de cursos novos e contratação de pessoal. Observa-se, igualmente, uma progressão acentuada dos alunos vinculados às IES privadas, com crescimento de 155% no período analisado.

Apesar desse crescimento, conforme demonstrado no gráfico anterior, o nível de escolaridade da população da área de impacto do empreendimento é muito baixo, notadamente a faixa etária de 25 anos ou mais com nível superior completo. Estes dados confirmam o potencial de expansão da oferta desse nível de ensino e a necessidade de uma atuação mais efetiva do Estado na conformação de políticas que atendam a uma demanda latente da população.

Na subseção seguinte, será apresentado e discutido o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) Xingu, uma iniciativa intergovernamental, na esteira da construção da UHE de Belo Monte, que se propõe a instrumentalizar as políticas públicas voltadas para municípios da área de influência do empreendimento, contribuindo para o desenvolvimento regional. Os recursos previstos no Plano são objeto de concorrência de organizações públicas, associações, fundações e ONGs. A inserção da UFPA nesse Plano será objeto de análise.

2.4 O PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DO XINGU: O “TRANSFORMISMO” E A “PEQUENA POLÍTICA” ENQUANTO ESTRATÉGIA DE HEGEMONIA DO CAPITAL.

O PDRS Xingu é o instrumento de planejamento criado pelo governo federal em parceria com o governo do estado do Pará que propõe o fortalecimento das políticas públicas na região de integração do Xingu, formalizado por meio do Decreto nº 7.340, de 21 de outubro de 2010. Ele se apresenta como um plano de desenvolvimento territorial na esteira da instalação dos grandes projetos de infraestrutura que visam à “maximização dos benefícios gerados pelos empreendimentos e a mitigação de possíveis impactos negativos, especialmente de natureza social e ambiental”. (BRASIL; PARÁ [Governo do], 2010, p.5).

A agenda de políticas sociais intermunicipalizadas, na região de integração do Xingu, segundo o Plano, visa contemplar os seguintes eixos temáticos: a) Ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental; b) Infraestrutura

para o desenvolvimento; c) Fomento às atividades produtivas sustentáveis; d) Inclusão social e cidadania; e d) Modelo de gestão.

Os recursos previstos para financiamento das ações planejadas no âmbito do Comitê Gestor do PDRS X[16] são originários da Norte Energia S.A., no montante de 500 milhões de reais. Esse valor deve ser investido ao longo de vinte anos, nos municípios da região de integração do Xingu. O referido Comitê se apresenta como espaço de síntese, negociação e consenso das negociações, demandas e propostas (PDRS XINGU, 2014).

Os membros titulares do Comitê Gestor do PDRSX observam as seguintes representações: a) Governo Federal; b) Governo Estadual; c) Associação de municípios; d) Sociedade civil. A representação prevista no Plano é paritária, dessa forma, 15 vagas são distribuídas nas esferas de governo e outras 15 vagas, na sociedade civil. Esses membros assumem função diretiva, consultiva e deliberativa no funcionamento do Plano e se organizam de forma colegiada.

O Comitê Gestor do Plano é constituído por oito câmaras técnicas, contemplando as áreas consideradas prioritárias: 1) Ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental; 2) Infraestrutura para o desenvolvimento; 3) Fomento às atividades produtivas sustentáveis; 4) Inclusão social e cidadania; 5) Monitoramento e acompanhamento da implementação das condicionantes previstas no licenciamento ambiental do empreendimento Belo Monte; 6) Povos indígenas e comunidades tradicionais; 7) Saúde; 8) Educação. Essas câmaras subsidiam as decisões do Comitê, notadamente em relação aos projetos apresentados à Plenária.

A representação nas câmaras é igualmente paritária (governos e sociedade), e as reuniões antecedem as realizadas pelo Comitê. (PDRS XINGU, 2014).

---

[16] O Comitê Gestor do PDRS Xingu é a instância constituída pelo Decreto nº 7.340/2010, responsável pelo monitoramento, execução e efetividade do Plano. O órgão colegiado conta com a representação paritária das três esferas governamentais e da sociedade civil. Compete ao referido Comitê decidir a destinação dos recursos financeiros que são alocados aos projetos aprovados por meio de edital público.

As reuniões das câmaras técnicas e do Comitê Gestor seguem uma periodicidade próxima da mensal e constituem espaço para submissão dos projetos, discussão e homologação das propostas, além de apresentação do *status* de execução dos projetos que receberam recursos. A evolução do projeto, no que se relaciona a execução, cumprimento de metas e ações propostas é objeto de acompanhamento no Comitê.

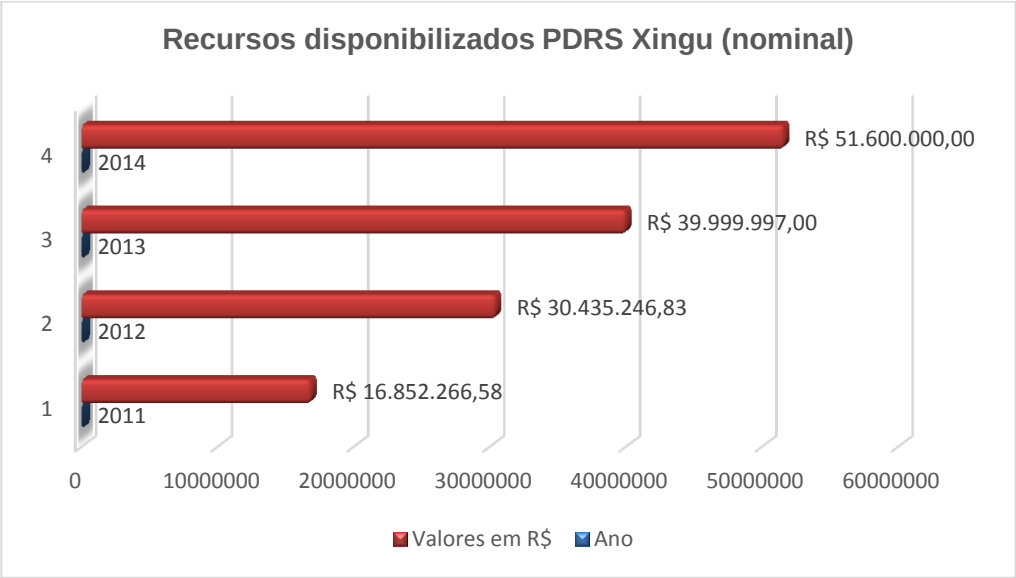
A coordenação das câmaras técnicas é assumida por representantes dos distintos ministérios ligados à Presidência da República, e os demais membros são representantes de órgãos governamentais e da sociedade civil. O governo federal assume uma posição política estratégica na condução do PDRS, visto que os principais cargos de direção no Plano são assumidos por membros daquela estrutura governamental, deslocados de Brasília (DF) para assumir os postos de comando. Uma demonstração de que o Plano se constitui instrumento político importante no cenário de instalação do empreendimento.

No campo do discurso, a iniciativa pretende garantir a participação dos segmentos da sociedade, promovendo aproximação das esferas estatais com a sociedade civil, notadamente na definição das ações prioritárias para promoção do desenvolvimento regional.

Os projetos começaram a ser recebidos, em 2011, pelo Comitê Gestor. No referido ano, trinta projetos foram aprovados, com o volume de recursos na ordem de R$16.852.266,58. Os contemplados com os recursos foram prefeituras da região, governo do Estado do Pará, associações, cooperativas, organizações não governamentais. A heterogeneidade dos projetos submetidos e aprovados chama atenção, a exemplo de ações que vão da infraestrutura do abatedouro de município de Porto de Moz ao georreferenciamento das propriedades rurais do município de Altamira.

No Gráfico 11, apresentado a seguir, são apresentados os recursos disponibilizados no período de 2011 a 2014, no âmbito do PDRS Xingu.

GRÁFICO 11. Recursos disponibilizados PDRS XINGU no período de 2011 a 2014



Fonte: PDRS Xingu, 2014

Diante dos dados é possível observar uma evolução nos investimentos disponibilizados aos projetos aprovados pelo Comitê Gestor do Plano. A ampliação ultrapassa 300% do valor aprovado no primeiro ano de vigência do Plano em comparação com o ano de 2014. Neste último ano, as câmaras técnicas de *a) Fomento às atividades produtivas sustentáveis*; *b) saúde*; e *c) educação* receberam cada uma R$9.675.000,00. Às demais câmaras foram disponibilizados recursos na ordem de R$4.515.000,00. Desde a implantação do Plano, foram aprovados aproximadamente R$138.887.509,00 em projetos, submetidos por órgãos governamentais e sociedade civil. O volume maior de recursos, em 2014, foi recebido pelas câmaras técnicas de educação, saúde e fomento às atividades produtivas sustentáveis.

No trabalho de campo, a pesquisadora teve oportunidade de acompanhar algumas reuniões que visavam à apreciação dos projetos submetidos pelos diversos segmentos (governamentais e não governamentais). O despreparo técnico dos proponentes ficou evidente na qualidade dos projetos apresentados.

Chama a atenção o volume de projetos aprovados, cujos proponentes são organizações não governamentais. Em 2011, dos 30 projetos habilitados a receberem recursos do Plano, 17 foram de autoria daquelas organizações. Os recursos envolvidos foram da ordem de R$5.500.000,00. Apesar de a maior parcela

de recursos ter sido destinada a prefeituras, órgãos estaduais e federais, percebe-se uma intensa participação dos representantes das ONGs nas câmaras técnicas temáticas e nas plenárias conduzidas pelo Comitê Gestor do PDRS.

Alguns desses movimentos e organizações sociais assumiram, ao longo do processo de discussão da UHE Belo Monte, iniciada na década de 1980, posição de crítica e resistência. Entretanto, após ascensão dos governos petistas ao poder, observou-se uma mudança de posicionamento, convergindo para moderação e acomodação de interesses que têm na disputa dos recursos do PDRSX uma das suas expressões.

A região de integração do Xingu apresenta uma tradição de intensa atuação dos movimentos sociais, fortalecidos, notadamente, a partir do Projeto de Colonização implementado pelo regime militar com a promessa da concessão de terras e infraestrutura básica para permanência das famílias oriundas de outras regiões brasileiras, em meados da década de 1970. No entanto, a negligência e a omissão estatal impuseram condições de vida precárias às famílias, que encontraram, na organização coletiva, um instrumento político de resistência e estabelecimento de pautas reivindicatórias.

Esses movimentos tiveram forte visibilidade, por meio de ações sistemáticas que visavam à defesa de direitos dos segmentos mais vulneráveis, a exemplo dos indígenas, camponeses, negros, mulheres, crianças e adolescentes. A partir dos anos 2000, o *modus operandi* do governo petista em relação aos movimentos sociais estabeleceu canais de diálogo e negociação direta de pautas específicas. O resultado dessa política foi uma atuação mais discreta dos movimentos aliados ao governo federal.

Nessa esteira, a cooptação de formas de resistência em relação ao controverso empreendimento se materializa em uma instância que se reveste de um caráter supostamente democrático. Visando à compreensão do fenômeno observado nessa região, parece pertinente o conceito de ‘consenso passivo’ e a prevalência da ‘pequena política’ (COUTINHO, 2010). Nesse sentido, o empreendimento e os impactos dele decorrentes passam a ser encarados como inevitáveis. As organizações sociais estabelecem acordos, em troca de recursos para consolidação das atividades das suas fundações, associações, cooperativas. Essas organizações assumem o papel de representantes da sociedade civil,

fortalecidas pelo aparato governamental e midiático, cumprindo a função de tornar invisível o dissenso. A aceitação resignada do existente, e a transformação das ideias e valores das classes dominantes em senso comum expressam a materialidade desse cenário.

Para Coutinho (2010), ocorre hegemonia da ‘pequena política’ quando a política deixa de ser pensada como arena de luta por diferentes propostas da sociedade e passa a ser vista como simples administração do existente. Os governos petistas assumiram a via da pequena política para manutenção do seu projeto de governabilidade e cumprimento da sua agenda.

Na mesma direção, são mantidas e aprofundadas as PPPs. A terceirização da política pública atende a propósitos políticos e econômicos que se ajustam a interesses do Estado, do mercado e de segmentos da sociedade civil. Nessa acomodação, aparentemente, todos angariam seu filão; entretanto, o efeito desse quadro é a desresponsabilização estatal na efetivação da política pública e na transformação dos direitos e garantias em mercadoria, regulados pelas leis do mercado, com efeitos nefastos para os trabalhadores.

Na proposta original do Plano, a câmara técnica da educação não estava prevista. Os membros ligados às instituições educacionais participavam da câmara de inclusão social e cidadania. Entretanto, diante da diversidade de temas que a integravam, dificultando uma participação mais efetiva dos representantes da área da educação e após mobilizações internas, liderados especialmente por representantes da UFPA, UEPA e IFPA, a nova câmara técnica foi criada, em 2014, cuja coordenação é assumida pelo MEC.

No Plano, a implantação e a ampliação dos cursos universitários e o fortalecimento da pesquisa e da inovação são apresentadas como ações estruturantes, exigindo, portanto, medidas que permitam a difusão de políticas sociais, favorecendo a inclusão das populações historicamente desassistidas. Nas ações estruturantes da área educacional, são destacadas as seguintes diretrizes e ações demandadas:

QUADRO 2. Ações estruturantes na educação no PDRS Xingu.

DIRETRIZ	AÇÕES DEMANDADAS
PROMOVER A AMPLIAÇÃO DA REDE DE ESCOLAS E UNIVERSIDADES PÚBLICAS DA REGIÃO.	• Ampliar e reformar as escolas de ensino infantil (creches), fundamental e médio, principalmente na área rural; • Construir novas escolas de nível fundamental e médio nos municípios da região; • Fortalecer e ampliar as Universidades Públicas da região; • Criar cursos de férias pelas Universidades Públicas; • Implantação da Universidade Aberta do Brasil; • Garantir a ampliação e implantação de núcleos da UFPA e criação UEPA, UFRA (Medicina, Enfermagem, Química, Psicologia, Nutrição, Fisioterapia, Engenharia Florestal, Biologia, Física, Educação Física, Gestão Pública) na região, além da manutenção; • Construir quadras poliesportivas nas escolas fundamentais e médias, para municípios da região;
PROMOVER A UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DE QUALIDADE, COM ESPECIAL ATENÇÃO AO ENSINO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE.	• Garantir escolas técnicas com cursos profissionalizantes; • Incluir a valorização do educador (servidor, educador); • Implantação do ensino médio na zona rural; • Implantação de um núcleo de educação à distância – cursos de inclusão digital (criação de um laboratório de informática); • Criação e ampliação de bibliotecas; • Criação de salas de recursos multifuncionais para educação inclusiva; • Implantação de brinquedotecas nas escolas e hospitais da região; • Adquirir ônibus escolares para os municípios da região; • Garantir uma nova metodologia para educação do ensino multisseriado da zona rural; • Promover a capacitação de educadores para contemplar as diversidades regionais (formação Libras; Braille para necessidades especiais; povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos).

Fonte: PDRS Xingu, 2014.

A definição das diretrizes e ações demandadas na área educacional seria resultado das consultas públicas, envolvendo os municípios da área de abrangência

do empreendimento. O documento que consolida essas demandas reconhece que a fragilidade na gestão e a escassa efetividade institucional são os grandes desafios para o cumprimento de ações e metas que permitam a melhoria das oportunidades e a qualidade da educação nessa região. Nesse cenário, um caminho a ser trilhado seria o fortalecimento das instituições públicas e da sociedade civil.

O Plano, no entanto, não indica quais os instrumentos e os recursos envolvidos para alcance das diretrizes e ações demandadas, tampouco os indicadores quantitativos e qualitativos das propostas. Dessa forma, ainda que se reconheça a pertinência e a relevância do conjunto de proposições, estas acabam assumindo a feição de generalidades e mera intenção.

O modelo adotado pelo Comitê Gestor do Plano, a partir da ampla concorrência de projetos, nas câmaras temáticas, parece promover um esvaziamento das ações estruturantes, visto que não há garantias da aprovação dos projetos que estejam sintonizados com tais ações. Dessa forma, os atores que dispõem de maior capital político e conseguem angariar apoiadores dos seus projetos acabam por captar os recursos disponibilizados. Isto vem se materializando pela intensa inserção das prefeituras e ONGs nas câmaras técnicas.

Dessa forma, os investimentos, que deveriam ser objeto de uma ação sistemática de planejamento, pautado pelas demandas socioeconômicas da região, acabam pulverizados em ações fragmentadas e desarticuladas, cujo resultado mais nítido é o proveito político por prefeitos, vereadores e outras lideranças locais.

Outro aspecto que merece destaque é a desarticulação das diretrizes e ações demandadas nessa área em relação a políticas e programas educacionais desenvolvidos pelo governo federal, em parceria com estados e municípios. Ações que disponibilizam assistência técnica e financeira, a exemplo do Plano de Ações Articuladas (PAR)[17] e do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e

---

[17] O *Plano de Ações Articuladas* é instrumento de planejamento, avaliação e implementação de políticas de melhoria da qualidade da educação básica pública, em articulação com a União, Estados e Municípios (MEC, 2015).

Emprego (PRONATEC)[18]. Isso, certamente, repercute na eficácia e na efetividade das propostas apresentadas. O caráter federado da educação, no Brasil, assentado na divisão de responsabilidades entre as esferas administrativas, na oferta dos níveis e modalidades de ensino, acaba resultando em ações pouco articuladas entre os atores políticos. Esse é um aspecto evidenciado nas proposições da câmara técnica de educação, onde os representantes dos órgãos da estrutura educacional apresentam projetos com ações específicas de secretarias municipais e estaduais de educação, instituições de ensino superior e ONGs. Nesse sentido, importa o questionamento dos efeitos e impactos dessas medidas no cenário educacional dos municípios que historicamente enfrentam desafios para alcance de padrões mínimos de qualidade.

O objetivo deste capítulo foi apresentar o cenário social, econômico e histórico da construção da UHE de Belo Monte, destacando o perfil do estado do Pará e dos municípios da área de influência direta do empreendimento. A análise realizada apontou a prevalência de condições de pobreza, desigualdade e violência. Os indicadores utilizados expressam desempenho baixo no desenvolvimento humano da população (escolaridade, renda, longevidade).

No campo educacional, com destaque para o ensino superior, a frequência líquida aponta limitado acesso dos jovens de 18 a 24 anos a esse nível de ensino. A média de escolaridade da população dos municípios da AID está abaixo da média estadual e nacional.

O discurso que acompanha a instalação dos grandes empreendimentos, no estado do Pará, pautada pela ideia de progresso e desenvolvimento, não encontra materialidade na melhoria efetiva da qualidade de vida da população, notadamente dos municípios que abrigam essas obras.

No capítulo seguinte, os elementos teórico-conceituais da economia e da educação, sob a égide da *teoria do capital humano*, serão apresentados, bem como os desdobramentos da ideologia desenvolvimentista no ensino superior, no Brasil.

---

[18] O *Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego* (PRONATEC) foi criado pelo governo federal, em 2011, por meio da Lei Nº 11.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público. (MEC, 2015).

As políticas e programas governamentais disseminam o discurso da educação como um fator estratégico para o desenvolvimento econômico do país. Nessa esteira, a expansão do acesso ao ensino superior assume centralidade nas ações do Estado que vem implementando uma série de medidas para incentivar essa expansão, com desdobramentos para a universidade pública, conforme será abordado na seção a seguir.

3 ECONOMIA E EDUCAÇÃO: INCORPORAÇÃO DA EDUCAÇÃO À DINÂMICA DE AMPLIAÇÃO E REPRODUÇÃO DO CAPITAL.

A educação, notadamente no processo de consolidação do sistema capitalista, esteve de alguma formada associada à ideia de desenvolvimento. No século passado, a *teoria do capital humano* construiu a matriz teórica que solidificou essa associação, na qual a educação passa a ser concebida com um bem de capital que proporciona ganhos ao seu detentor e ao sistema. Desde então, essa teoria vem subsidiando políticas governamentais que visam à ampliação do acesso das oportunidades educacionais no ensino superior. A instalação de grandes obras de infraestrutura, no Brasil e na Amazônia, torna ainda mais nítida a apropriação dos princípios daquela teoria e a disseminação do discurso da centralidade da educação como fator estratégico para o desenvolvimento econômico do país. Os desdobramentos desse cenário para a universidade pública serão objeto de análise neste capítulo.

3.1 A TEORIA DO CAPITAL HUMANO: ASPECTOS CONCEITUAIS E MEDIAÇÕES NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS

Na economia clássica, o papel da educação como elemento importante para o desenvolvimento econômico já era reconhecido. Adam Smith, na obra *A riqueza das nações*, postulava que a divisão técnica do trabalho promovia o embrutecimento do operário e a instrução elementar era necessária para superar essa condição. O autor ressaltava que qualquer nação que almejasse um nível mais elevado de progresso deveria oferecer a formação do seu povo. Smith, evidentemente não era defensor da oferta pública da escolarização; o Estado deveria oferecer oportunidade de escolarização apenas àqueles que não dispusessem de condições para arcar com os custos dessa formação e tão somente a instrução elementar.

Na economia clássica, os fatores de produção de riqueza eram terra, capital e trabalho. Os países com terras férteis e cultiváveis, com recursos naturais em abundância, capital físico e força de trabalho para atuarem como força motriz do processo produtivo certamente teriam melhores condições alavancar o crescimento econômico. A educação não constituía, portanto, um bem de capital, ainda que fosse reconhecida como importante para as nações que pretendiam alcançar determinados patamares de progresso.

No século XX, os estudos de economia e educação ocorrem de modo mais sistemático. Carnoy, Miller, Luschei (2006, p.20-21) apontam três razões para o interesse da economia na educação:

> 1) En casi todos los países del mundo, se gasta anualmente una gran cantidad de dinero en educación: una parte es asumida de manera directa por las familias, otra es asumida por los contribuyentes, tengan o no hijos en edad escolar. Los contribuyentes (y los políticos) se preocupan por que el dinero invertido en la educación tenga un efecto positivo.
>
> 2) El sistema educativo es un de los empleadores más importantes – casi el más importante – de mano de obra educada.
>
> 3) La mayoría de los Gobiernos cree que, en la economía del conocimiento globalizada actual, existe algún tipo de relación entre una mano de obra más educada y un incremento del crecimiento económico.

Destaca-se que, a partir da década de 1950 do século passado, ocorrem produções teóricas mais profícuas nesse campo. O período coincide com alterações importantes na conformação política e econômica dos países no pós-guerra, expressas na relação capital-trabalho, sob a influência dos preceitos do Taylorismo-Fordismo e das concessões do Estado de Bem-Estar Social. O trabalhador, nesse período, dispunha de condições favoráveis para acesso ao emprego e aos benefícios sociais dele decorrentes. Havia escassez de mão de obra na “era de ouro” do capitalismo. E, por outro lado, ocorriam as primeiras experiências socialistas na antiga União da República Socialista Soviética e em Cuba. Necessário compreender o desenvolvimento da relação entre economia e educação no interior de alterações históricas do modo de produção capitalista.

Os economistas neoclássicos reconheceram a importância da educação para o crescimento e o desenvolvimento econômico dos países e, notadamente, no

processo de modernização da produção, por meio da qualificação dos trabalhadores que, melhor capacitados teoricamente, seriam mais produtivos. Os pioneiros na formulação dessa teoria econômica foram Gary Becker e Theodore W. Schultz. Este último, mais conhecido na literatura acadêmica, publicou importantes obras no campo da relação entre economia e educação: *O valor econômico da educação* (1962) e *O capital humano* (1968) são obras que inauguraram um profícuo debate acerca das implicações do capital humano e da pesquisa para a economia, especialmente, por meio do aumento da produtividade do trabalho e do aumento da renda pessoal. A questão central levantada pelos teóricos desse campo é: *Qual o valor econômico da educação*?

Schultz elabora um detalhado arcabouço teórico para demonstrar que o capital humano constitui o mais importante elemento no processo produtivo, constituindo o diferencial que permite a elevação da produtividade advinda dos avanços tecnológicos capitaneados pela pesquisa, promovendo ganhos pessoais ao detentor do capital, considerando que o investimento em escolaridade e o treinamento em serviço promovem aumento nos rendimentos pessoais.

Para o autor, o investimento em capital humano necessariamente integra os fatores de produção. “Nessa abordagem, o estoque de capital é aumentado pelo investimento, e os serviços produtivos do capital adicional fazem aumentar a renda, o que assinala a essência do crescimento econômico” (SCHULTZ, 1973, p.14). O autor reitera que a economia tem negligenciado examinar duas classes de investimentos centrais: o investimento no homem e na pesquisa, quer no plano público quer no privado, situando a educação, a saúde e a migração interna no campo dos investimentos em capital humano.

Reconhecendo que as pessoas investem em si e, por meio disso, adquirem novas habilidades e conhecimentos, Schultz assevera que os recursos humanos constituem um bem de capital, a despeito das críticas e das resistências em torno dessa classificação realizadas, especialmente, por estudiosos de orientação marxista. E mais do que um bem de capital, os trabalhadores são capitalistas, considerando que são detentores de uma forma de capital, essencial na produção de riqueza.

> Os trabalhadores transformaram-se em capitalistas, não pela difusão da propriedade das ações da empresa, como o folclore colocaria a questão, mas pela aquisição de conhecimentos e de capacidades que possuem valor econômico. Esse conhecimento e essa capacidade são em grande parte o produto de investimento e, combinados com outros investimentos humanos, são responsáveis predominantemente pela superioridade produtiva dos países tecnicamente avançados. (SCHULTZ, 1973, p.35).

Nesse contexto, o capital humano se configura como capital por se tratar de uma fonte de satisfações e/ou rendimentos futuros. O indivíduo que investe nessa forma de capital lança mão de tempo e recursos financeiros para aquisição de conhecimentos e habilidades que possibilitarão acréscimos nos rendimentos.

A educação, elemento que se incorpora ao capital humano, é entendida como investimento e assume a dupla face de bem de consumo e bem produção, e é destacado o seu valor econômico. Os ganhos advindos desse investimento são considerados uma forma de capital:

> Embora a educação seja, em certa medida, uma atividade de consumo que oferece satisfações às pessoas no momento em que obtém um tipo de educação, é predominantemente uma atividade de investimento realizado para o fim de aquisição de capacitações que oferece satisfações futuras ou que incrementa rendimentos futuros da pessoa como agente produtivo. Dessa forma, uma parte sua é um bem de consumidor aparentado com os convencionais bens duráveis do consumidor, e outra parte é um bem produtor. Proponho, por isso mesmo, tratar a educação como um investimento e tratar suas consequências como uma forma de capital. Dado que a educação se torna parte da pessoa que recebe, referir-me-ei a ela como capital humano. (SCHULTZ, 1973, p.79).

Importante destacar o papel da Educação Superior na formulação do autor. Schultz (1973) reitera que a Educação Superior tem três funções centrais: a descoberta de talentos, a instrução e a pesquisa. Neste sentido, o autor ressalta em particular o papel da pesquisa aplicada ao desenvolvimento tecnológico. Entretanto, questiona se ela vem sendo organizada de modo eficiente e, notadamente, os fins econômicos da atividade.

Tomando como referência a Educação Superior nos Estados Unidos, Schultz (1973) indica a vocação para descoberta de talentos, reconhece os ônus elevados

para pagamento dos recursos adicionais e defende o aumento no volume de recursos e um planejamento mais eficiente das atividades desenvolvidas pelas instituições de ensino superior. Note-se que o discurso da eficiência, que, mais tarde, seria a tônica das reformas implementadas nos países emergentes, está presente nas formulações de Schultz (1973), especialmente aquilo que se espera das instituições educacionais, com nítida subordinação às demandas do capital.

A teoria econômica do capital humano foi amplamente utilizada como referência para implementação de políticas no campo educacional, na década de 1960. No Brasil, em particular, sob o regime autoritário dos militares, apoiado pela burguesia nacional e internacional, o discurso desenvolvimentista, com forte apelo político e ideológico, foi intensamente disseminado.

Apesar do autoritarismo das políticas implementadas no regime militar, a teoria do capital humano, de cunho nitidamente liberal, foi objeto de intensas críticas. Essas críticas apontavam os limites e as contradições da teoria, identificando-a como mera ideologia a serviço da manutenção da estrutura capitalista (PIRES, 2005). Os teóricos alinhados com a teoria social marxista apontavam aquela teoria como mais uma estratégia do capitalismo para justificar as condições de exploração do trabalhador, cada vez mais responsabilizado pelo “sucesso” no desempenho das funções produtivas do capitalismo.

O período coincide com incisivas ações políticas que visavam ao crescimento econômico do país. Os programas e planos de desenvolvimento, implementados na ditadura militar, sob forte apelo ideológico e alicerçados no nacionalismo e no patriotismo, propunham a instalação de obras de infraestrutura (portos, aeroportos, hidrelétricas, rodovias e ferrovias) e visavam criar as condições favoráveis para expansão da industrialização.

O reconhecimento da educação como fator importante para o desenvolvimento econômico levanta questões ainda não resolvidas por economistas, pedagogos e sociólogos. Pires (2005, p.50) apresenta a seguinte questão: “[...] as atividades e projetos abrigados e financiados pela política educacional contribuem para elevação da produtividade e competitividade dos indivíduos, das empresas e do país?”

As reformas educacionais implementadas nas últimas décadas do século XX e, mais recentemente, no Brasil, sob forte influência de organismos multilaterais (Banco Mundial, OCDE, CEPAL) advogam a dimensão estratégica da educação para o crescimento econômico do país e para qualificação dos recursos humanos. A ampliação do acesso, notadamente à Educação Básica e profissional, é apontada como imperativo para superar o quadro deficiente de recursos humanos para atuar nas distintas frentes de expansão produtiva. Gámboa (2009, p.99) destaca a influência dos organismos multilaterais na condução desse processo, particularmente nos países pobres e emergentes:

> A implementação dessa política de formação de "capital humano" vem sendo dirigida pelo Proto-Estado Mundial, por intermédio do Banco Mundial, do FMI e Unesco. Tal política prioriza a formação técnica, desprezando o potencial humano para a criatividade e a produção científica. Na divisão internacional do trabalho, essa política educacional aplicada para América Latina não pode prever inovações científico-tecnológicas independentes das grandes empresas multinacionais, evitando-se, assim, perigosos rivais no mercado mundial. À America Latina cabe apenas fornecer, além de matérias primas, força de trabalho tecnificada e barata e condições favoráveis de leis menos exigentes quanto à conservação de meio ambiente e isenções de impostos que garantam melhores lucros.

A OCDE, em estudo denominado *Education at a glance 2012* (Olhar sobre a educação, 2012), analisa alguns indicadores educacionais dos 42 países signatários da organização. Dentre outros aspectos, aborda o volume de gastos públicos com educação, diferenças salariais decorrentes de maior tempo de escolarização e, de modo especial, os benefícios econômicos da educação.

No início do resumo do relatório, aponta-se a relação da educação com a economia para alcance de melhores rendimentos pessoais:

> Já há algum tempo, os setores globais da educação e da economia têm sofrido rápidas transformações, causadas em grande parte por duas mudanças principais. A primeira é a contínua ascensão da economia do conhecimento, que tem criado novos incentivos vigorosos para que as pessoas construam as suas capacidades por meio da educação – e para que os países as ajudem a alcançarem este objetivo. O segundo fenómeno – que está intimamente ligado ao primeiro – é o enorme crescimento da educação superior no mundo inteiro, que tem aumentado as oportunidades para milhões de pessoas e tem fortemente

> ampliado as reservas globais de talentos constituídas por indivíduos altamente instruídos. (OCDE, 2012, p.2).

O crescimento da oferta da Educação Superior constatado pela organização corrobora a lógica mercadológica imposta a essa etapa educacional, nos países centrais e periféricos. A oferta desse nível de ensino, objeto de interesse de grandes corporações, a partir do reconhecimento do potencial de lucratividade e retorno dos investimentos, assume o caráter predominantemente privado, tendência observada, no Brasil, desde o regime militar.

O estudo ressalta ainda que um nível mais elevado de instrução colabora para evitar o desemprego e garantir a manutenção do emprego mesmo em período de recessão econômica. Indica que o desemprego é maior para as pessoas sem curso secundário: o índice havia subido de 8.8% para 12.5%, em 2010. Por outro lado, para as pessoas com nível superior, essa variação foi pouco significativa, passando de 3.3% a 4.7%, no mesmo período. (OCDE, 2012). No mesmo estudo, é destacado um elemento que reforça os limites da teoria do capital humano: o nível de jovens entre 15 e 29 anos desempregados, percentual que alcançou 16% dessa faixa etária populacional.

Na atual fase de sociabilidade capitalista, marcada por constantes inovações tecnológicas, educação e conhecimento são marcas distintivas dos países desenvolvidos sob a égide da nova divisão internacional do trabalho, considerando-se que um maior potencial científico-tecnológico possibilita ampliação dos lucros e da competitividade:

> Essa centralidade se dá porque *educação* e *conhecimento* passam a ser, do ponto de vista do capitalismo globalizado, *força motriz* e eixos da *transformação produtiva* e do *desenvolvimento econômico*. São, portanto, bens econômicos necessários à transformação da produção, ao aumento do potencial científico-tecnológico e ao aumento do lucro e do poder de competição num mercado concorrencial que ser quer livre e globalizado pelos defensores do neoliberalismo. Torna-se clara a conexão estabelecida entre educação-conhecimento e desenvolvimento-desempenho econômico. A educação é um problema econômico na visão neoliberal, já que ela é elemento central desse novo padrão de desenvolvimento. (OLIVEIRA, 2009, p. 239-240).

Nessa perspectiva, a competitividade no mercado global seria facilitada e ampliada pela incorporação da tecnologia aos produtos e processos, conduzida, principalmente, pelos países centrais, especialmente aqueles que experimentam de industrialização madura e, por isso, dispõe de capital para investir em inovação e tecnologia. Outro elemento distintivo desses países corresponde a cenários mais favoráveis das oportunidades educacionais para os jovens.

A heterogeneidade da escolaridade da força de trabalho é apontada como um dos fatores da desigualdade salarial no Brasil. Esse viés de análise é corroborado pelo Instituto de Pesquisa Econômicas e Aplicadas (IPEA), fundação pública, vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

> A sustentabilidade do desenvolvimento socioeconômico está diretamente associada à velocidade e à continuidade do processo de expansão educacional. Essa relação direta se estabelece a partir de duas vias de transmissão distintas. Por um lado, a expansão educacional aumenta a produtividade do trabalho, contribuindo para o crescimento econômico, o aumento de salários e a diminuição da pobreza. Por outro, a expansão educacional promove maior igualdade e mobilidade social, na medida em que a condição de “ativo não-transferível” faz da educação um ativo de distribuição mais fácil do que a maioria dos ativos físicos. Além disso, devemos observar que a educação é um ativo que pode ser reproduzido e geralmente é ofertado à população pobre por intermédio da esfera pública. Essas duas vias de transmissão, portanto, tornam transparente que, do ponto de vista econômico, a expansão educacional é essencial para fomentar o crescimento econômico e reduzir a desigualdade e a pobreza (IPEA, 2002, p.6).

O referido Instituto divulgou, em 2011, o Comunicado nº 75, intitulado *Gastos com a política social: alavanca para o crescimento com distribuição de renda*. O documento apresenta o resultado dos estudos realizados pela fundação com vistas a analisar os impactos dos gastos com as políticas sociais para o crescimento econômico do país. O estudo aponta que esse setor começa a regular direta e indiretamente o volume, as taxas e o comportamento dos empregos e dos salários na economia do Brasil (IPEA, 2011). Segundo a fundação, isso vem acontecendo tanto por transferência de renda e prestação de serviços a sociedade quanto pela criação de um amplo mercado interno de consumo de massa.

A dinamização econômica se traduz no aumento da capacidade de consumo das famílias beneficiadas pelas políticas sociais, o que promove um efeito em cadeia (consumo, renda, empregos, salários). Dessa forma, o gasto social repercute positivamente em duas frentes: promoção de crescimento econômico associado com melhor distribuição de renda. (IPEA, 2011). De acordo com o Instituto, o efeito multiplicador do gasto social para alavancar o crescimento econômico, balizado pelo Produto Interno Bruto (PIB), é semelhante a atividades produtivas, a exemplo da exportação de commodities:

> Os resultados para o crescimento do *produto* após a simulação de um incremento no valor dos gastos públicos sociais de 1% do PIB na matriz, são que ao final do ciclo gerou-se um crescimento do PIB de 1,37%. O multiplicador o gasto social, em termos de PIB, é consideravelmente maior que o multiplicador dos gastos com os juros da dívida pública, 0,71% (quase o dobro), quase idêntico ao das exportações de commodities, de 1,40%, mas é inferior àquele do investimento em construção civil, 1,54%. (IPEA, 2011, p.5).

Nesse estudo, a educação assume papel de destaque, em razão do efeito multiplicador do gasto dessa área para a economia. Para cada R$1,00 gasto em educação pública, ocorrerá um aumento de R$1,85 no PIB. Esse desempenho supera outras áreas (saúde, construção civil, exportação de *commodities*). Segundo o IPEA, esse efeito multiplicador ocorre porque os gastos envolvidos na oferta da educação pública (bens e serviços intermediários, salários) beneficiam estratos da população das classes média e pobre que não são poupadores, tampouco consumidores de produtos importados, o que favorece o incremento da cadeia de consumo no mercado interno.

Por outro lado, os dados do censo do IBGE (2010) comprovam o quadro desalentador da escolarização da população jovem no Brasil. De acordo com o censo, considerando a população de 20 a 24 anos, em torno de 25,37% não dispõem de nenhuma instrução ou dispõem apenas do ensino fundamental incompleto. Se for considerada a população de 25 anos ou mais, esse percentual é de aproximadamente 50%. A população da mesma faixa etária (20 a 24 anos) com ensino superior completo é de apenas 5,46%. Esse percentual é ampliado para 11,27% se consideramos a população de 25 anos ou mais.

Entretanto, esses estudos, apesar de relevantes, por apresentarem elementos importantes de análise do quadro de persistente desigualdade de renda e derrubar algumas inverdades disseminadas pelos ideólogos e defensores das políticas liberais, não abordam a questão central, qual seja, a desigualdade e a concentração de renda são intrínsecas ao funcionamento do capitalismo. As novas roupagens incorporadas por algumas economias emergentes, ancoradas nos princípios de equidade e justiça social, funcionam como medidas para contingenciamento das tensões sociais advindas do aviltamento das condições de reprodução material da existência dos trabalhadores.

3.2 A TEORIA DO CAPITAL HUMANO E A IDEOLOGIA DESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL

As profundas alterações na configuração da geopolítica mundial do pós-guerra impuseram desafios à organização sociopolítica dos países periféricos. O avançado processo de industrialização experimentado pelos países centrais reforçava uma posição hegemônica, no cenário mundial, dos países centrais e, em larga medida, contribuía para influenciar a condução da política econômica dos países em desenvolvimento, dentre eles o Brasil.

Esse período coincide com o fortalecimento do capitalismo na sua fase monopolista, expressa na formação de corporações e oligopólios e com forte predomínio do capital financeiro. Observa-se um intenso processo de movimentação das empresas multinacionais, em busca de novos mercados e condições mais atraentes de ampliação e concentração do capital.

Florestan Fernandes (2009) destaca a relação existente entre o grau de desenvolvimento científico-tecnológico de um país e as possibilidades de criar um padrão de modernização autônomo:

> A emergência e a consolidação de processos de modernização autônoma dependeriam de um certo teto tecnológico-educacional mínimo e da capacidade do país considerado de produzir uma certa massa de conhecimentos originais nas esferas da ciência pura, da

> ciência aplicada e da tecnologia de base científica (FERNANDES, 2009, p.132).

O autor argumenta que esses requisitos são determinantes para os países que já alcançaram um determinado padrão de desenvolvimento científico-tecnológico, inseridos na lógica de disputa entre países igualmente desenvolvidos; neste caso, inovação e tecnologia são requisitos de competitividade e crescimento. Por outro lado, para os países que não integram esse grupo, a conquista da autonomia cientifica e tecnológica é mais difícil:

> A exportação de excedente econômico; a educação copiada de fora; a pesquisa científico-tecnológica apenas adaptada a fins secundários; de segunda mão e de demonstração; a falta de uma política de integração nacional agressiva e revolucionária etc., convertem a heteronomia (ou dependência) numa condição permanente, em contínua diversificação e intensificação. (FERNANDES, 2009, p.133).

Os estudos do referido autor constituem uma referência importante para compreensão dos limites impostos e aceitos pelos países periféricos que amargam condições penosas para superação das crises advindas das distintas fases de organização capitalista. A integração das economias latino-americanas ocorre de forma heterônoma, transformadas estas em fontes de excedentes econômicos e de acumulação de capital para os países centrais (FERNANDES, 2008).

Os países que conseguiram, a partir do século XX, implementar ações sistemáticas que visavam ao crescimento econômico, por meio de incentivo da industrialização e da produção de bens de consumo e bens de capita, optaram por uma associação dependente do capital estrangeiro, quer por meio de empréstimos, quer por meio de transferência de tecnologia. Nesse período, ocorre abertura das fronteiras nacionais para instalação de empresas multinacionais, arregimentadas pela ação do Estado. Ressalte-se que as políticas nacional-desenvolvimentistas, adotadas a partir de 1930 e vigentes até início da década de 1980, incentivaram a industrialização, no país, por empresas nacionais e multinacionais, uma clara aliança da burguesia interna e externa.

O desenvolvimentismo é progressivamente incorporado às políticas e programas governamentais e carrega consigo um forte componente ideológico que

buscava mobilizar as distintas classes sociais na construção do projeto de Brasil potência. Bielschowsky (2000, p.7) define desenvolvimentismo como a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico a partir dos seguintes elementos:

> a) A industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro;
>
> b) Não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através de forças espontâneas de mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje;
>
> c) O planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e
>
> d) O Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente.

Nesse sentido, a economia do país, com reduzida integração, baixa diversificação e alicerçada na exportação de produtos primários, reforçava a condição de dependência em relação à demanda externa, dificultava a incorporação de progressos técnicos aos processos produtivos, aprofundando as desigualdades na distribuição de renda, expressa nos ganhos reais de salário.

Nesse período, inaugurado particularmente pelo governo de Getúlio Vargas, a ideologia desenvolvimentista é objeto de forte apelo político e ideológico. A revolução de 1930 expressou a vitória da burguesia industrial, apoiada por frações da oligarquia agrária. O período demarca o início de alterações estruturais na reprodução do capital, capitaneadas por ações incisivas do Estado na condução do projeto “modernizador” do país.

Os governos que sucederam Vargas se assemelham na política desenvolvimentista, supostamente orientada para o desenvolvimento do país, expresso em melhores oportunidades de trabalho, distribuição de renda, em suma, na melhoria das condições de vida da população. A disseminação de valores nacionalistas, pela via do chamamento dos trabalhadores a cooperar com a superação do atrasado e do arcaico, é uma marca emblemática desse período histórico.

Os planos de desenvolvimento econômico, notadamente a partir da década de 1950, são utilizados como instrumentos de ação orientada do Estado para condução do processo de industrialização do país. A visão do planejamento enquanto estratégia de racionalização das ações do Estado com vistas ao desenvolvimento se apresenta como algo inovador. Mais um instrumento a serviço da ampliação e da reprodução do capital, como ficou evidente no transcurso histórico.

Juscelino Kubistchek (1956-1961), por meio do *Plano de Metas*, implementou uma ação planejada de investimentos públicos que visavam à continuidade do processo de industrialização do pais; para tanto, o Plano continha um conjuntos de objetivos, metas e investimentos para setores de energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação, e delimitava o papel do poder público e da iniciativa privada na execução do plano. O período é marcado por um forte apelo à "Ideologia do desenvolvimento", tema de brilhante análise de Miriam Limoeiro Cardoso (1978).

A referida autora ressalta que é evidente, no discurso de JK, que o Estado não pretendia assumir papel de interventor da economia: as ações estatais propostas pretendiam solucionar os entraves impostos ao crescimento econômico do país, e a iniciativa privada seria a mola mestre desse processo.

> A intervenção governamental aqui se diz no sentido de racionalizar a ação do setor público no que concerne aos assuntos econômicos, superando "os entraves clássicos da burocracia retrógrada" e de dar cobertura aos investimentos que se coadunem com a programação do desenvolvimento. (CARDOSO, 1978, p.204).

Para o alcance das ambiciosas metas desenvolvimentistas, JK implementa uma reforma do Estado, pela qual se propunha a superar a estrutura retrógrada que impediam a modernização do país. Produtividade e eficiência são elementos referenciados nesse processo. Além desses aspectos, o planejamento assume centralidade na sistematização das ações do Estado. A intenção era incorporar um novo *ethos* pautando-se pela ideia do espírito cívico e de preservação da ordem (capitalista) e, particularmente, impedir a entrada da ideologia comunista no país:

> Toda a política do governo de Kubitschek é definida em torno do desenvolvimento econômico. O comportamento político de Juscelino é

> de molde a despertar, em primeiro lugar, a consciência da necessidade do desenvolvimento: necessidade econômica, como combate à miséria, e necessidade política, como impedimento da infiltração de ideologias subversivas. A razão última do desenvolvimento seria a luta contra a expansão comunista. (CARDOSO, 1978, p.227).

Os trabalhadores são chamados a contribuir para essa empreitada integrando-se de forma eficiente à racionalização do trabalho capitaneada pela incorporação dos novos processos técnicos. Por outro lado, creditando esperança na transformação do quadro de miséria e desigualdade que imperava no país. A participação de todos os estratos sociais (trabalhadores, burguesia, Estado) era indispensável nesse processo de transformação conservadora (CARDOSO, 1978).

A autora ressalta que a racionalização do processo de desenvolvimento, questão-chave da política desenvolvimentista, exigiria uma adequação do sistema educacional. Neste sentido, a educação é claramente subordinada aos interesses economicistas do capital.

> A questão que se coloca para a reforma proposta é tornar mais prático o ensino, fugindo ao academicismo, aproximando a escola da realidade nacional, no sentido de que ela passe a formar o tipo de quadros exigidos pela transformação por que se quer fazer passar a realidade. A escola deve preparar cada um, de acordo com seu talento, para ser capaz de desempenhar as tarefas que lhe incumbem no desenvolvimento. Há uma qualificação que é básica para esta finalidade e que perpassa todos os níveis escolares: a técnica. (CARDOSO, 1978, p.220).

Nesse sentido, a formação de um quadro de recursos humanos (técnicos e cientistas) constituiria a condição potencial para o desenvolvimento do país, perspectiva claramente vinculada à *teoria do capital humano*. O papel da escola, nesse contexto, é condicionado à formação desse “capital”, estratégico para alcance do novo padrão de desenvolvimento proposto. Cardoso (1978) reconhece que, nessa circunstância, não se atribui à educação a função de requisito para produtividade; entretanto, é ressaltada a interdependência entre educação e desenvolvimento.

Frigotto (2006) reitera as teorias desenvolvimentistas surgem na fase do capitalismo monopolista e servem para ofuscar as reais tensões entre capital e

trabalho e as crises decorrentes da acumulação, concentração e centralização do capital. Nessa perspectiva, a discussão se direciona para o quadro explicativo do desenvolvimento e da modernização, na qual o capital humano assume papel preponderante. Escamoteiam-se, intencionalmente, os reais fundamentos da estrutura de organização do capitalismo, expressas na exploração, na desigualdade e na segregação e, especificamente, na disputa de classes.

> A questão das desigualdades sociais, dos antagonismos de classes, o conflito capital-trabalho seriam superados, por um processo meritocrático. Mascara-se, como vimos, o caráter orgânico da acumulação, concentração e centralização do capital e a própria luta de classes, na medida em que se nivela, sob a categoria de capital, a capacidade de trabalho dos indivíduos "potenciada" com educação ou treinamento, ao capital físico, ou seja a força de trabalho se apresenta como uma mercadoria – um capital do mesmo valor que o capital físico. (FRIGOTTO, 2006, p.126).

O período nacional-desenvolvimentista demarca a adoção de um conjunto de políticas no campo educacional que visavam, pelo menos, no plano do discurso, democratizar as oportunidades educacionais, o caminho, teoricamente eficaz, para superar os desequilíbrios regionais e favorecer a distribuição de renda. Frigotto (2006) chama atenção para o pensamento governamental da época que enfatizava a necessidade de superar as desigualdades do padrão educacional. A ampliação do acesso à educação, nos distintos níveis, ajustaria a oferta e a demanda do mercado de trabalho e, como desdobramento, minimizaria as disparidades na distribuição de renda.

> No âmbito propriamente educacional e pedagógico, a teoria do capital humano vai ligar-se à toda perspectiva tecnicista que se encontra em pleno desenvolvimento na década de 50. Neste aspecto há um duplo reforço. A visão do capital humano vai reforçar toda a perspectiva da necessidade de redimir o sistema educacional da sua "ineficiência" e, por sua vez, a perspectiva tecnicista oferece a metodologia ou a tecnologia adequada para constituir o processo educacional como investimento – a educação geradora de um novo tipo de capital – "o capital humano". A educação, para essa visão, se reduz a um fator de produção. (FRIGOTTO, 2006, p.121).

A reforma do 1º e 2º graus, em 1971, é um exemplo da materialização das políticas educacionais que visavam a essa conformação tecnicista e instrumental da formação dos trabalhadores. A profissionalização sumária, imposta às escolas

públicas, atendia aos interesses econômicos, políticos e ideológicos da aliança entre a burguesia e o governo autoritário militar.

> É preponderante o papel que a educação exerce em mais de um dos fatores de produção. A atividade educacional tem papel significativo em dois níveis fundamentais: em primeiro lugar, a nível da própria reprodução do capital, pois o desenvolvimento da acumulação se realiza não apenas pelo aumento da produção, mas principalmente pelo crescimento da produtividade; em segundo lugar, a nível da formação dos quadros superiores da administração (da burocracia), da dirigência (gerentes e chefes) e dos técnicos e planejadores que exercem o principal papel na racionalização da produção e na criação de novas formas de trabalho economizadores de mão-de-obra. Diante disso, a educação é analisada pelos planejadores do desenvolvimento como fator indispensável para o desenvolvimento ampliado da acumulação, na medida em que atua na preparação de mão-de-obra mais produtiva e ajustada às necessidades da produção, bem como na preparação dos quadros de dirigentes e controladores do sistema produtivo e das relações sociais da produção, isto é, do trabalho e da ideologia. (RODRIGUES, 1984, p. 87).

As reformas educacionais implantadas no período nacional-desenvolvimentista engendram a readequação da educação às exigências da conformação socioeconômica do período. Rodrigues (1984) ressalta a permanência da divisão dos tipos de escola em função da sua destinação. Isto é, escolas destinadas a formar as elites das classes dirigentes e escolas voltadas para a formação das classes subalternas (trabalhadores). Desse modo, o discurso da necessária ampliação do acesso à educação aos trabalhadores, visando à inserção no processo de modernização, deve ser compreendido no interior de uma sociedade segmentada e marcada pela tensão das disputas entre classes. O crescimento econômico observado nessa fase desenvolvimentista intensificou a estrutura elitista, concentradora de renda e excludente de direitos para a classe trabalhadora.

Na mesma direção, Fernandes (2008) destaca que, a despeito do reconhecimento da necessidade de educar as massas populares para participar da ordem social que se instaurava a partir do processo de industrialização, os governos demonstravam completa incapacidade para condução desse processo. Nesse quadro, manteve-se a falta de um padrão elevado da educação popular. A par disso, a intervenção das classes conservadoras na construção do sistema de educação, visava à conservação de uma estrutura elitista das oportunidades educacionais.

> A convicção de que as oportunidades concedidas às camadas populares pelo ensino primário e profissional são satisfatórias, tanto quanto a presunção de que a seleção dos mais capazes não é prejudicada pelas barreiras que restringem, economicamente, o acesso a outros graus do ensino médio e ao superior, são incompatíveis com uma concepção verdadeiramente democrática da educação. (FERNANDES, 2008, p.111).

O cenário pós-regime militar não imprimiu mudanças significativas para a função social da educação. Oliveira (2009) destaca a subordinação da educação, enquanto projeto social, aos interesses dos grupos hegemônicos. Dentre as distintas finalidades atribuídas à educação no contexto da sociedade capitalista, está a de "habilitar técnica, social e ideologicamente os diversos grupos de trabalhadores para servir ao mundo do trabalho" (p.238). Considerando que uma das características marcantes do modo de produção capitalista é o fortalecimento do capital sobre o trabalho, a função social da educação, a partir de uma perspectiva integral, crítica, emancipadora, é comprometida.

Esse painel da subordinação da educação e da ciência aos imperativos do capital expressa a capacidade de metamorfose do capitalismo diante das crises e limites inerentes a esse modo de produção. No transcurso histórico, de algum modo, educação e ciência estiveram a serviço da ampliação ou da reprodução do capital; entretanto, as alterações mais recentes na configuração da produção capitalista indicam uma transformação da educação e da ciência em bens de capital. Uma mercadoria rentável, que possibilita ganhos consideráveis aos capitalistas que utilizam esse nicho do mercado para ampliação do capital.

A crise de acumulação enfrentada pelo capital, no final da década de 1970, imprimiu uma nova feição aos princípios liberais que orientavam o funcionamento do sistema desde então. O acirramento das relações entre capital e trabalho, expresso por desemprego estrutural, rebaixamento de salários, restrições de direitos sociais, esvaziamento e cooptação de sindicatos dos trabalhadores engendrados sob a doutrina neoliberal, inaugura a nova fase de sociabilidade capitalista.

O Estado assume o papel de supervisor, executor e financiador de uma série de reformas estruturais que pretendiam racionalizar o gasto público, particularmente,

nas áreas diretamente relacionadas à reprodução do trabalhador (educação, saúde, moradia, transportes, cultura, previdência). Além disso, a partir de um amplo processo de privatização de empresas estatais, promoveu transferência de capital à iniciativa privada.

Apesar de, no plano do discurso, a doutrina neoliberal advogar a tese da mínima intervenção estatal nas relações do mercado, atuando apenas para corrigir possíveis imperfeições, na prática, o Estado fortaleceu sua posição de disciplinamento das relações sociais de produção, recorrendo ao aparato administrativo e militar para neutralizar os efeitos indesejáveis das reformas estruturais adotadas.

Harvey (2011) destaca a ação do Estado no processo de reestruturação das formas de acumulação capitalista. As forças produtivas (meios de produção e força de trabalho) que constituem o fulcro expansionista são objetos de permanente mediação do Estado, notadamente quanto ao financiamento da infraestrutura (fornecimento de água, energia, transporte, telecomunicações) e na formação e disciplinamento da força de trabalho.

> O Estado (local, regional ou nacional) se torna responsável por garantir o fornecimento da força de trabalho em quantidades e qualidades adequadas (incluindo formação profissional, treinamento e docilidade política) em relação à demanda de trabalho corporativo. Embora o aparelho do Estado possa passar a seguir a agenda das empresas em vez da agenda de trabalho, há ainda um grande interesse em localidades que investem em oportunidades educacionais de alta qualidade (universidades e escolas técnicas), pois isso poderá ajudar a atrair a indústria de alta tecnologia que irá contribuir mais para a base tributária da localidade. (HARVEY, 2011, p.60).

Desse modo, ocorre o esforço permanente de superação das barreiras de acumulação e manutenção dos lucros. O Estado, nessa conformação, utiliza todo o seu aparato técnico-burocrático e militar para garantir o pleno funcionamento das forças produtivas em favor do capital.

3.3 A O ENSINO SUPERIOR E AS MEDIAÇÕES DA IDEOLOGIA DESENVOLVIMENTISTA

O desenvolvimento científico-tecnológico tem se configurado, no decorrer da história econômica do capitalismo, como marco distintivo para o aumento da produtividade do capital e, portanto, aspecto importante no processo de crescimento econômico. Os países centrais, que experimentaram precocemente a modernização técnica, de modo especial, sob o marco da Revolução Industrial, dispuseram de condições mais favoráveis para a reprodução ampliada do capital.

Desse modo, o pleno desenvolvimento das forças produtivas, comandado pela burguesia, promoveu a exploração racional e eficiente dos recursos naturais, dos recursos técnicos e dos recursos humanos. A acumulação decorrente dos ganhos de produtividade do capital financiou a expansão econômica desses países, viabilizada pela ocupação de novos territórios, apropriação de novas fontes de recursos naturais e incorporação de novos mercados.

Nessa conformação histórica, temos a construção de conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento econômicos. Para Bresser-Pereira (2006, p.1), um economista de filiação liberal, desenvolvimento econômico

> [...] é o processo de sistemática acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, dos salários e dos padrões de bem-estar de uma determinada sociedade.

Para o autor, desenvolvimento é um fenômeno histórico que apenas pode ser compreendido no interior do modo de produção capitalista, visto que acumulação, produtividade e salários são elementos próprios dessa forma de organização. Nesta acepção, desenvolvimento e crescimento econômico seriam expressões sinônimas, visto que o primeiro implica alterações estruturais na economia, acompanhadas de crescimento da renda *per capita*, produtividade, salários e dos padrões de vida. Entretanto, é reconhecido que o desenvolvimento econômico, nessa conformação, pode ocorrer no quadro de concentração de renda e desigualdade social. Por outro

lado, é possível ocorrer crescimento da renda *per capita* sem alterações na estrutura econômica. (BRESSER-PEREIRA, 2006).

E uma condição essencial para continuidade do desenvolvimento econômico é o estoque de capital e de conhecimentos técnicos, segundo esse mesmo autor. O progresso técnico se configura, nessa formulação, como determinante para economias competitivas e dinâmicas.

Celso Furtado (2008) reconhecia que a incorporação da técnica ao fator trabalho, permitindo aumento da produtividade, era o elemento distintivo das economias desenvolvidas. Nessa perspectiva, o crescimento de uma economia se relaciona com acumulação de novos conhecimentos científicos e de progressos na aplicação destes conhecimentos. O autor reitera que as economias subdesenvolvidas apenas assimilam as técnicas produzidas, em determinada época, por economias desenvolvidas, fato limitante para superação do subdesenvolvimento. E nesse sentido, sempre existe deficiente utilização dos fatores de produção, resultado da escassez de capital.

> Dentro dos padrões da técnica conhecida, numa região subdesenvolvida sempre existe deficiente utilização dos fatores de produção. Essa deficiência, sem embargo, não resulta necessariamente de má combinação dos fatores existentes. O mais comum é que resulte da escassez do fator capital. Desperdiça-se um fator (mão-de-obra) porque o outro é insuficiente (capital). Dessa forma, a produtividade média de um conjunto de fatores em uma economia subdesenvolvida é menor do que seria de esperar se observarmos a utilização desses fatores nas economias desenvolvidas. Deve-se isso à relativa fixidez dos coeficientes técnicos (não é possível combinar fatores senão em determinadas proporções) e o fato de que a tecnologia se vem desenvolvendo em função da disponibilidade de fatores e recursos dos países que lideram o processo de industrialização. (FURTADO, 2008, p.85).

Harvey (2011) reitera que a fetichização da tecnologia, amplamente disseminada no capitalismo, é estratégica para aumento de produtividade, implicando a redução dos custos do trabalho e cumprindo a lógica inerente ao sistema: maior geração de lucro para os capitalistas. Nesse quadro, observa-se um incentivo permanente para o dinamismo organizacional e tecnológico. As economias centrais, que alcançaram patamares de desenvolvimento tecnológico precocemente,

dadas as condições históricas do desenvolvimento capitalista, dispõem de vantagens concorrenciais mais vantajosas em relação às economias periféricas.

O desenvolvimento científico-tecnológico é, portanto, imbricado de determinações históricas e contradições. Mészaros (2009) destaca que o crescimento capitalista no cenário global ocorre sob as bases de concentração (capital) e articulação com a ciência e tecnologia, aprofundando a subordinação do trabalho ao capital.

Cabe destacar a crise de acumulação do capital que, no final da década de 1970, determinou a reconfiguração da base produtiva. Desse modo, sob a égide da acumulação flexível, da inovação tecnológica, da desregulamentação dos mercados, e da formação de conglomerados multinacionais, observa-se uma readequação na dinâmica de produção, reprodução e concentração do capital, por meio de uma redefinição da relação capital/trabalho/Estado.

Essas redefinições são mediadas por uma ampla série de reformas estruturais, nos países centrais e periféricos, visando à manutenção da lógica inerente ao capital: a manutenção da mais-valia. Em relação à conjuntura de crise e às medidas adotadas pelo capital para manutenção do processo de valorização, os países periféricos, notadamente, enfrentam condições adversas nas supostas portas que seriam abertas com a liberação econômica.

> As promessas de que as ondas de inovação tecnológica e os movimentos de internacionalização de capital permitiriam uma socialização dos novos métodos de produção e consumo não foram cumpridas. A difusão desigual do progresso técnico acentuou as assimetrias na divisão internacional do trabalho e exacerbou as características predatórias do capital, revitalizando formas de superexploração do trabalho que se imaginavam superadas e depredando o meio ambiente em um ritmo inimaginável. A assimilação dos padrões de consumo e dos estilos de vida das economias desenvolvidas ficou restrita a uma exígua parcela de privilegiados agravando a fratura social que separa ricos de pobres em dois mundos radicalmente distintos. (SAMPAIO JR., 2011, p.201).

Nesse quadro, engendra-se um novo perfil do trabalhador para assumir os postos de trabalho complexo, estabelecidos a partir das alterações nas bases técnicas de produção. O adestramento manual e físico, que predominou na fase de

produção fordista, passa a conviver com outro componente: o intelectual, que delimita a segmentação entre os trabalhadores que realizam trabalhos simples e trabalhos complexos. Bruno (2011) ressalta que a passagem do trabalho simples para o trabalho complexo é determinada pelas inovações tecnológicas, permitindo ganhos em produtividade, a partir da redução dos custos da produção.

> O que é importante destacar aqui é que apenas o acréscimo das qualificações decorrente de uma formação mais complexa do trabalhador permite a introdução de inovações e garante que se trabalhe eficazmente com elas, viabilizando os ganhos de produtividade (BRUNO, 2011, p.549).

Esse quadro civilizatório, com significativas implicações para o conteúdo e a forma do trabalho, demanda um trabalhador de outro tipo, provido de conhecimentos, comportamentos e valores funcionais à lógica de reprodução do sistema. O aumento da escolaridade se consubstancia, no plano do discurso, como estratégia necessária à superação dos gargalos do crescimento econômico. Ocorre a complexificação dos sistemas educativos, com a implementação de políticas que visam à universalização [19] e à massificação [20] do acesso à educação escolar, enquanto medida para qualificação dos trabalhadores para disputar as limitadas vagas no mercado de trabalho (BRUNO, 2011).

> O conhecimento a ser transmitido às novas gerações de trabalhadores em qualquer nível do ensino deve ser inteiramente instrumentalizado; é fundamental que o aluno saiba transformar o saber escolar em técnicas de trabalho e em comportamento adaptativo aos novos códigos disciplinares (ser proativo, saber resolver problemas no ambiente de trabalho e na comunidade, ser capaz de trabalhar sob pressão, assimilar regras de competição impostas à classe trabalhadora). (BRUNO, 2011, p.554).

Nessa conjuntura histórica, cabe o questionamento: qual o espaço reservado às universidades públicas?

---

[19] Universalização se relaciona à expansão do acesso à educação escolar as novas gerações de trabalhadores. Para Bruno (2011), esse processo resulta do interesse dos capitalistas em explorar uma força de trabalho capacitada para realização de tarefas mais complexas. Por outro lado, se configura enquanto resultado da luta das famílias para acesso níveis superiores de qualificação, diante das exigências impostas pelo mercado de trabalho.

[20] Massificação se configura quando ocorre a subordinação da educação às exigências do mercado de trabalho (conhecimentos, comportamentos, disciplina) (BRUNO, 2011).

A experiência universitária, no Brasil, ocorreu tardiamente. Apenas no início século XX, as primeiras universidades foram criadas pelo governo federal (São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Bahia); o período coincide com o projeto de modernização do país, sob a égide do desenvolvimento urbano-industrial e da consolidação do modelo burocrático-racional de Estado.

O modelo de universidade, no país, tem sido, historicamente, objeto de discussão e disputas. As propostas transitam entre modelos que privilegiam a pesquisa e a produção de conhecimento autônomo e desinteressado (modelo humboldtiano), alicerçado na efetiva autonomia institucional; e modelos cuja centralidade se assenta no ensino, como a finalidade precípua, e na profissionalização nas distintas áreas do conhecimento, inspirados no modelo napoleônico e no modelo anglo-saxônico, caracterizado pela intensa vinculação a demandas econômicas e, no caso do último modelo, pela diferenciação acadêmica.

Sguissardi (2009) reitera que a universidade, no Brasil, sobreviveu mais como federação de escolas, assumindo a profissionalização como finalidade precípua. E mantém-se, atualmente, no sistema do ensino superior a prevalência de instituições que se dedicam predominantemente a atividades de ensino, mesmo as organizadas sob a modelo de universidade. Para o autor, a análise dos indicadores do ensino superior, no Brasil (organização acadêmica, organização administrativa, regime de trabalho dos docentes, matrículas, pesquisa e extensão), confirma a preponderância do modelo de universidade “neoprofissional, heterônoma e competitiva”.

Nessa configuração, as atribuições, atividades e dinâmica interna de funcionamento estaria *pari passu* condicionadas à lógica do mercado e do Estado, inviabilizando o desenvolvimento autônomo da instituição. Sguissardi (2009, p.157) em referência a Schugurensky (2002), destaca:

> [...]. Enquanto sob o Estado do Bem-Estar e do fordismo, quando do apogeu das teorias do capital humano, a educação superior (universidade) era vista como investimento público de crucial importância para o desenvolvimento e criação de empregos, no Estado neoliberal e na globalização, a educação superior (a universidade) passa a ser vista como parte do problema econômico de cada país, entendido este como falta de competitividade internacional. A universidade somente cumpriria sua função, hoje, se fosse gerida como uma empresa comercial típica e se tornasse efetivamente competitiva.

Desse modo, a oferta do ensino superior é concebida como parte do problema econômico dos países que pleiteiam uma inserção competitiva no mercado global. Entretanto, não se postula que o Estado deva assumir os custos da oferta pública desse nível de ensino; ao contrário, a oferta do ensino superior, no Brasil, se configura como serviço oferecido predominantemente pela iniciativa privada, sob supervisão e regulação estatal.

Os dados do *Censo da Educação Superior 2013* indicam que as instituições de ensino superior privadas, nos distintos modelos de organização acadêmica, concentram 74% das matrículas no país. (INEP, 2015). As instituições públicas respondem por 26% das matrículas presenciais, e a rede federal concentra 58,9% das dessas matrículas. Das 2.391 instituições de Educação Superior do Brasil, apenas 8% são Universidades e detêm mais de 53% dos alunos, sendo, portanto, grandes instituições. Por outro lado, as Faculdades têm uma participação superior a 84%, mas atendem apenas 29% dos alunos. (INEP, 2015).

Almeida Filho (2007), ao elaborar o panorama histórico da criação das universidades no ocidente, enquanto instituições sociais complexas, imersas no tecido das transformações sociais, econômicas, culturais e políticas de determinada época, reitera que o desenvolvimento tecnológico desencadeado a partir da revolução industrial requereu uma nova funcionalidade à instituição universitária. O modelo que o autor designa como universidade científico-tecnológica deveria fornecer o substrato tecnológico e as bases intelectuais (treinamento profissional e administrativo) requeridos pelo processo de industrialização.

Outro modelo de universidade se apresenta no mundo dos negócios: a universidade corporativa. De acordo com Almeida Filho (2007), essas instituições se dedicam aos negócios, administração, engenharias, tecnologias e sistemas de informação. Nessa configuração, segundo o autor, a instituição pode surgir a partir de centros de ensino no interior de uma empresa ou pela criação de uma instituição acadêmica como corporação. A convergência, em ambos os casos, é o caráter empresarial da organização e funcionamento.

Faz-se necessário situar a diferenciação dos modelos universitários sob o marco da ascensão do modo de produção capitalista enquanto padrão hegemônico

de sociabilidade, particularmente, na fase monopolista, marcado pela intensa competitividade das economias globais. Nesse contexto, as economias centrais se diferenciam das economias periféricas pela capacidade do desenvolvimento tecnológico em favor da elaboração de produtos com alto valor agregado. O conhecimento produzido nas instituições universitárias e nos centros de pesquisa se configura como fator de uso político e econômico que distinguirá o seleto grupo de países hegemônicos dos demais países em processos retardatários de desenvolvimento tecnológico.

Santos e Almeida Filho (2008) ressaltam que essa conformação, acentuada a partir da década de 1970, produziu uma contradição entre a redução de investimentos públicos no ensino superior e a intensificação da concorrência entre as empresas na busca de inovação tecnológica, o que seria alcançado por meio da produção de conhecimento técnico-científico e a formação de mão de obra altamente qualificada. O resultado dessa contradição é oferta majoritária de vagas no ensino superior pela iniciativa privada, em instituições organizadas sob a forma de faculdades e centros universitários, com finalidade de profissionalização da massa de trabalhadores. A formação, nessas instituições, salvo raras exceções, é caracterizada por currículos enxutos e direcionados a demandas do mercado, prevendo disciplinas que doutrinem o trabalhador para incorporação de valores e práticas requeridas pelas relações de produção.

Por outro lado, o apelo político e ideológico que dissemina a centralidade da educação na formação do capital humano, particularmente em nível superior, atende a interesses específicos dos empresários da educação, em face do amplo processo de privatização instaurado, no país, nos últimos decênios.

Outra contradição observada por Santos e Almeida Filho (2008, p.87), reside no crescimento do emprego de mão de obra com baixa qualificação:

> No que respeita às exigências de mão-de-obra qualificada, a década de 1990 veio revelar uma outra contradição: por um lado, o crescimento da mão-de-obra ligada à economia baseada em conhecimento, por outro, não o decréscimo, mas antes o crescimento explosivo de emprego em baixíssimo nível de qualificação. A globalização neoliberal da economia veio aprofundar a segmentação ou dualidade dos mercados de trabalho entre países e no interior de cada país. Veio por outro lado permitir que, tanto a *pool* de mão-de-obra qualificada, como a *pool* de mão-de-obra

> não qualificada, pudesse ser recrutada globalmente – a primeira, predominantemente através de fuga de cérebros (*brain drain*) e da subcontratação (*outsourcing*) de serviços tecnicamente avançados, a segunda, predominantemente através da deslocalização das empresas e também através da imigração, muitas vezes clandestina.

Diante desse quadro imposto ao trabalho, infere-se o esvaziamento lógico e conceitual da teoria do capital humano. O capital utiliza da forma mais conveniente a exploração do trabalho, na defesa intransigente da manutenção da sua essência: a mais-valia. Não importa se recorrerá a mão de obra altamente qualificada, com baixa ou nenhuma qualificação. O intenso processo de precarização e depreciação do trabalho, observado nos últimos anos, assentado no desemprego estrutural, na desregulamentação e na flexibilidade do trabalho, em restrições de direitos sociais e trabalhistas, demarcam o campo de contradições e conflitos nas relações de produção.

As políticas direcionadas ao ensino superior, materializadas em planos, programas, projetos e diretrizes, estabelecem como foco a expansão do acesso, visando à elevação da matrícula da população na faixa etária entre 18 e 24 anos. Essa tendência expansionista, sistematizada no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e objeto de continuidade nos governos petistas de Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-..), guardam similitudes ao demarcar o mercado enquanto espaço privilegiado da oferta. Amaral (2008b) ressalta que, em decorrência das tensões advindas do Estado e do mercado, as instituições públicas são levadas a atender a necessidades sociais determinadas por agências financiadoras estatais e não estatais. Os produtos e os serviços demandados pelo mercado às universidades públicas incorporaram a rotina dessas instituições, consubstanciando tal incorporação como pressuposto para reconhecimento da relevância social.

No quadro de readequação do ensino superior, o financiamento das universidades públicas é objeto de disputas e contradições, diante dos critérios e condições estabelecidas pelo Estado para alocação de recursos. Orientadas pelos princípios gerenciais da administração pública, cuja centralidade se assenta em racionalidade, produtividade, eficiência e controle dos resultados, as instituições públicas vêm *pari passu* sendo submetidas à lógica privatista de financiamento.

Desse modo, as instituições reconhecidamente produtivas serão aquelas com maior número de projetos aprovados nas agências financiadoras estatais e não estatais, isto é, instituições que demonstrem capacidade para captação de recursos de distintas fontes e apresentem os “produtos” decorrentes desse financiamento. A competitividade entre as instituições e as distintas áreas de conhecimento expressa uma das dimensões da atual conformação imposta e incorporada pelas instituições públicas.

O financiamento das universidades públicas (federais), a despeito da autonomia didático-científica, financeira e patrimonial prevista na Constituição Federal (BRASIL, 1988), depende, para manutenção das suas atividades, dos recursos oriundos do fundo público federal. Os últimos governos vêm adotando critérios produtivistas para o financiamento das universidades federais, além de uma série de condicionantes que estabelecem metas quantitativas e qualitativas prévia e unilateralmente determinadas pelo governo central. O REUNI[21] – Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais – é um demonstrativo dessa tendência. As ações reformistas no ensino superior, alicerçadas na nova fase desenvolvimentista conduzidas pelos governos do Partido dos Trabalhadores, serão analisadas na subseção a seguir.

3.4 A CONTRARREFORMA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR SOB A ÉGIDE DO NOVO DESENVOLVIMENTISMO DOS GOVERNOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

As expectativas em torno da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) foram significativas, em particular, dos segmentos populares que vislumbravam, na eleição do ex-operário e sindicalista, a inauguração de uma nova fase, no cenário

---

[21] O Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) é resultado de um conjunto amplo de ações que corporificam a reforma universitária, em curso, desde o Governo Lula da Silva (2003-2010). O Programa foi lançado, por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 e vigorou até 2012, alicerçado sob o foco da expansão, estabeleceu o compromisso de metas quantitativas enquanto condicionante para recebimento de recursos pelas instituições. O contrato de gestão foi instrumento jurídico usado pelo MEC para ajustamento das responsabilidades mútuas.

político nacional, que apresentasse alterações no quadro da frustrante experiência neoliberal do governo antecessor.

Entretanto, ainda durante a campanha eleitoral de 2002, Lula da Silva indicava que o seu governo não seria de ruptura com o quadro político-ideológico consolidado na gestão do presidente anterior e sim de “transição” para um padrão que, supostamente, congregasse os interesses da massa popular, de um lado, e, de outro, preservasse os interesses da burguesia nacional e internacional, reafirmando o compromisso de honrar os acordos mantidos com os organismos multilaterais. Isso significava a condução da política econômica e social sobre os mesmos pilares do governo de FHC. (ARAÚJO, 2011).

Dessa forma, a política econômica seria mantida com as taxas de juros elevadas, favorecendo a expansão do capital financeiro especulativo, atraindo “investimentos” estrangeiros ao país. Além disso, a política de estabilidade cambial seria conservada, como medida para obstaculizar a fuga de capitais e incentivar as exportações. O desenvolvimento econômico do país, enquanto estratégia para alcance de suposta justiça social, seria materializado, por meio de um programa de investimentos em infraestrutura que estimularia a criação de emprego e renda, elementos indispensáveis à sustentabilidade econômica. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) seria, mais tarde, o carro-chefe do segundo mandato de Lula da Silva (2007-2010), com a previsão de volumosos investimentos em infraestrutura.

O revisionismo das bases políticas e ideológicas do doutrinário neoliberal, diante do acentuado e persistente quadro de crise vivenciada pelas relações de produção capitalistas no início deste século, tem orientado a adoção de outro modelo civilizatório. De acordo com Castelo (2012, p.47),

> Diante da crise conjuntural, que ameaçava parcialmente a hegemonia neoliberal em regiões do planeta, ideólogos de diversas instituições ligados às classes dominantes iniciaram um processo de revisão dos principais pontos do projeto neoliberal, sintetizados no Consenso de Washington. Surgiu com esta revisão ideológica do neoliberalismo que pode ser chamado social-liberalismo, uma tentativa política ideológica das classes dominantes de dar respostas às múltiplas tensões derivadas do acirramento das expressões da “questão social” e da luta política da classe trabalhadora. Em poucas palavras, a “questão social” tornou-se

> novamente alvo da intervenção teórica e prática das classes dominantes.

Pochmann (2010) designa de social-desenvolvimentismo o modelo de política implementada a partir dos anos 2000 que, diante do esgarçamento dos preceitos neoliberais em face das insistentes crises de realização do capital, marcada pela prevalência do capital financeiro sobre o capital produtivo, pretende reestabelecer os índices de crescimento da economia. Nessa conformação, ocorre o reconhecimento de que o receituário neoliberal, pautado pela racionalização do gasto público (notadamente, gastos sociais), pela privatização do setor produtivo estatal e a elevação da carga tributária, acentuou o quadro de intensa concentração de renda, estagnação econômica e pauperização da população.

Nessa perspectiva, ocorreria uma coalizão política entre as distintas classes, estabelecendo um caminho de convergência entre os interesses dos segmentos sociais de baixa renda, historicamente excluídos do acesso a padrões mínimos de consumo, os trabalhadores, os segmentos médios e a burguesia. Ainda segundo Pochmann (2010), a reorientação do gasto público, com aumento de investimentos em políticas sociais e atividades produtivas visando à redistribuição de renda e riqueza, seria uma dimensão a ser perseguida pela nova agenda civilizatória.

> A ênfase na construção de uma nova agenda civilizatória deve ser perseguida, pois é ela que pode permitir a reconstrução da sociabilidade perdida, bem como liberar o homem do trabalho heterônomo no contexto das exigências da sociedade pós-industrial. Ou seja, o ingresso no mercado de trabalho aos 25 anos, a educação para o longo da vida, as 12 horas semanais no local de trabalho e a expansão de atividades ocupacionais socialmente úteis a sociabilidade, como cuidadores sociais, entretenimento e outras. (POCHMANN, 2010, p.123).

O governo Lula da Silva, no início do seu mandato, adotou medidas de ajuste macroeconômico com vistas a recuperar a estabilidade monetária e fiscal do país. O controle inflacionário e a depreciação da taxa de câmbio assumiam centralidade na política econômica (BARBOSA, 2013). No primeiro governo do ex-presidente, a economia nacional experimentou crescimento significativo do Produto Interno Bruto, alavancado pelo aumento do consumo e dos investimentos internos.

Além disso, reformas nas áreas tributária e previdenciária pretenderam racionalizar os gastos públicos e aperfeiçoar a arrecadação fiscal. Outra medida adotada correspondeu à facilitação de crédito para pessoas físicas e jurídicas e pretendeu incrementar as relações de consumo e de produção.

Desse modo, a política econômica do ex-presidente buscou associar o equilíbrio monetário, ampliando as reservas nacionais, cumprindo com o pagamento da dívida pública, articuladamente com o aumento racional de investimentos públicos (infraestrutura), acompanhado da facilitação de crédito para grandes empresas e para as famílias. A finalidade era a recuperação do crescimento econômico, fato que veio se concretizar na primeira gestão do petista.

Por outro lado, a política de transferência de renda materializada no programa Bolsa Família apresenta estreita afinidade com as bases ideológicas da social-democracia, sem prescindir da estrutura econômica capitalista, e se reveste de um caráter supostamente humanizado do sistema. Nesse cenário, conceitos como justiça social, sustentabilidade ambiental, empoderamento ou *empowerment* são amplamente utilizados nos discursos oficiais para indicar a sensibilidade dos governos diante das mazelas sociais e ambientais.

Dentre as medidas adotadas pelo governo petista de Lula da Silva para reestabelecer o crescimento econômico, o Programa de Aceleração de Crescimento ocupou protagonismo em discursos, campanhas publicitárias e nos esforços da cúpula do poder executivo e da base aliada no Congresso Nacional para neutralizar as resistências e implantar as ações necessárias à execução do planejamento previsto no Programa. Considerando que este último previa obras polêmicas do ponto de vista social, ambiental e econômico, a exemplo da transposição do Rio São Francisco e a construção de um conjunto de hidrelétricas nos rios da Amazônia.

O referido Programa foi criado na primeira gestão do ex-presidente Lula da Silva (2007-2010) e propunha o planejamento e a execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética no país. Orientado pelo investimento público e privado em obras estruturantes, apresenta a proposta de aumento da renda e geração de empregos. (BRASIL. MPOG, 2013). De acordo com

o governo federal, na primeira fase do Programa houve um crescimento recorde na criação de empregos no país, no período foram criados 8,2 milhões de postos de trabalho. O modelo econômico e social do governo petista pretendia associar crescimento econômico com distribuição de renda e redução da pobreza. (BRASIL. MPOG, 2013).

Francisco de Oliveira (2010) denomina esse cenário de ascensão das classes populares de “hegemonia às avessas”, na medida em que é consentida a condução moral e intelectual da sociedade por aquelas classes, mas a condução material continua sendo exercida pelas classes dominantes. Na visão do autor, a articulação entre os elementos força e consentimento na formação da hegemonia, nos termos de Marx e Engels, é reconfigurada, desaparecendo o elemento força:

> E o consentimento se transforma em seu avesso: não são mais os dominados que consentem em sua própria exploração; são os dominantes – os capitalistas e o capital, explicite-se – que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, com a condição que a “direção moral” não questione a forma de exploração capitalista. (OLIVEIRA, 2010, p.27).

Por outro lado, Carlos Nelson Coutinho (2007) prefere a denominação de “pequena política”, amparado nas formulações gramscianas. Nessa conformação, mantém-se a estrutura já estabelecida, e a política se reduz à discussão de questões parciais e cotidianas, abstendo-se de colocar em pauta as grandes questões que envolvam, por exemplo, a estrutura do Estado e as estruturas orgânicas econômico-sociais.

Nessa acepção, a hegemonia das classes dominantes se funda no consenso, isto é, na incorporação dos valores e princípios hegemônicos pela grande massa e pela aceitação dessa realidade como natural. Do mesmo modo, torna-se senso comum a ideia da política como mera disputa de poder entre diferentes elites, para administração do existente. A apatia, segundo o autor, se torna um fenômeno de massa (COUTINHO, 2010).

Dissemina-se uma reação de desvalorização da política, encarada de modo alegórico pelas grandes massas, com a escolha de figuras polêmicas para ocupação de cargos políticos (humoristas, jogadores de futebol, delegados). A abstenção

crescente do eleitorado é outro efeito da depreciação da política, mesmo diante da imposição da obrigatoriedade do voto.

Nesse quadro, as políticas sociais compõem o arsenal político capitaneado pelo Estado para conformação da hegemonia pela via do consenso.

A Educação Superior, evidentemente, está inserida nesse processo. Nas últimas décadas, um conjunto de medidas reformistas foi adotado nesse nível ensino. Estudos[22] têm indicado que o processo de reforma universitária levado a cabo, nas últimas duas décadas, repercute diretamente na reconfiguração da universidade, enquanto instituição social. A gestão, o acesso e o financiamento, elementos diretamente relacionados à autonomia, são objeto de reformulações. A concepção de instituição essencialmente pública, com autonomia didático-científica, financeira e patrimonial, é paulatinamente revista. A introdução do conceito de "público não estatal", idealizado ainda no governo de FHC, é sistematicamente aprofundado no governo de Lula da Silva, por meio de distintos dispositivos, como a ampliação da participação da iniciativa privada na oferta do ensino superior e estimulação das universidades públicas a se valer da diversificação das fontes de financiamento.

Sendo assim, a reforma da Educação Superior deve ser entendida a partir do seu caráter contraditório, que une, a um só tempo, marcas de permanência e mudança: a expansão do acesso das classes trabalhadoras ao ensino superior é coetânea da desqualificação desse nível de ensino, principalmente pela descaracterização da Educação Superior (especialmente da universidade) como espaço de produção de conhecimento técnico-científico; ou seja, a manutenção da educação, como um dos distintivos de classe, é condição das mudanças a serem introduzidas nos sistemas de ensino no sentido de sua expansão.

Nesse sentido, a reforma aparece como uma das expressões das tensões estruturais do capitalismo e das recentes tentativas da classe hegemônica de recompor sua capacidade de convencimento, em um momento de aprofundamento e refinamento de diferentes formas de opressão sobre os trabalhadores, visando à consolidação de uma nova forma de sociabilidade do capital. (CÊA, 2006, p.45).

---

[22] Dias Sobrinho (2003); Lima (2007); Chaves (2008); Silva Jr. e Sguissardi (2009).

Diante dessa conjuntura, depreende-se que o projeto de universidade proposto pelo MEC tem como marco de institucionalidade a colaboração entre Estado, iniciativa privada e sociedade civil, dirigidos pela busca de uma sociabilidade que contribua para a coesão e a justiça social. A expansão do acesso ao ensino de graduação, particularmente das camadas populares, funcionaria como um indicador desse novo marco. O modelo de universidade, sobre os pilares do ensino, da pesquisa e da extensão, concebido como elitizado e caro, deve ceder espaço à universidade operacional, voltada para a qualificação rápida dos trabalhadores, estimulando a sua inserção no mercado produtivo. Nesse contexto, Martins e Neves (2004, p.99) ressaltam:

> A nova universidade tem ainda por objetivo introduzir no âmbito das universidades, o "espírito" da responsabilidade social que se vem frações significativas da sociedade civil como o empresariado, a Igreja e setores da "nova esquerda", preocupados todos com os níveis de desagregação social causados pela miséria dos países periféricos do capitalismo. O alívio a pobreza, diretriz dos organismos internacionais para a periferia do capitalismo, é acatado espraiando no país como padrão de sociabilidade introduzido pelos neoliberais nos anos 1990 e endossado por governo e fração significativa da sociedade civil como estratégia de inclusão à sociabilidade burguesa nos anos iniciais deste século. Os intelectuais formados pelas novas universidades brasileiras constituirão um novo contingente de voluntários responsáveis pela implementação de políticas compensatórias nos marcos do capitalismo com justiça social.

A universidade pública é alvo de intensas investidas, particularmente, nos aspectos relacionados ao financiamento e à autonomia. No primeiro aspecto, as orientações emanadas, em especial, do Banco Mundial, se direcionam para a redução de investimentos às IES públicas, que devem ser induzidas a diversificar as fontes de financiamento, com a oferta de serviços ao mercado, bem como a cobrança de taxas de seus alunos, inclusive egressos. A autonomia é ameaçada por meio de mecanismos de pressão para inserção da universidade no campo do empresariamento do ensino.

A autonomia didático-cientifica é colocada em xeque, por exemplo, em editais de agências de fomento, que delimitam o campo de interesses de pesquisa, cuja centralidade recai na área do setor produtivo, que requer pesquisa aplicada, para promoção de permanente renovação tecnológica. Nesse sentido, as instituições

públicas não dispõem de autonomia financeira e ficam à mercê da dotação orçamentária dos governos; a lógica gerencialista e produtivista destes impõe uma série de condicionalidades para que as instituições obtenham financiamento, dentre aquelas o cumprimento de metas e avaliação de desempenho.

O caráter fragmentário da reforma universitária posta em marcha no governo de Lula da Silva que, a despeito da submissão ao Congresso do Projeto de Lei nº 7.200/2006, implantou uma série de dispositivos, os quais foram autocraticamente criados e representam, na prática, a instauração de um amplo processo reformista. No quadro a seguir, é possível observar os principais instrumentos de regulação criados e implantados no governo dos petistas e com diretas implicações para o ensino superior.

QUADRO 3: Legislação do ensino superior no governo do Partido dos Trabalhadores

Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.	Cria o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).
Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004.	Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo.
Lei 11.079, de 30 de dezembro de 2004.	Institui normas de parceria público-privada no âmbito da administração pública.
Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.	Institui o PROUNI.
Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.	Institui o REUNI.
Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007.	Estabelece diretrizes e constituição dos IFET.
Decreto nº 6.094, de 24 de abril de de 2007.	implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação
Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009.	Institui PARFOR; disciplina atuação da CAPES nesta.

Fonte: MEC, 2014.

Os instrumentos normativos ressaltam a tendência de fortalecimento das parcerias público-privadas, por meio de incentivos fiscais e creditícios. Evidencia-se o reconhecimento da iniciativa privada como lócus privilegiado da oferta do ensino superior, buscando legitimar essa opção política por meio de um sistema de avaliação, cuja finalidade se baliza, por pressuposto, no controle de qualidade dos cursos e das instituições.

Dessa forma, se estabelece uma intrincada rede de regulação que incentiva a prevalência do capital no campo do ensino superior no país. Ainda que haja ações específicas para o setor público, a exemplo do REUNI, nota-se um alinhamento com os princípios do mercado, na concepção, implantação e avaliação dessas políticas, com implicações diretas para gestão, autonomia, financiamento e trabalho docente das IES públicas.

Entretanto, é importante destacar que a educação, no contexto de escolarização formal, não necessariamente assume a função de mera reprodutora. Orso (2011, p.54-55) reitera que,

> Como a sociedade não é homogênea, como está permeada de contradições, de lutas e antagonismos de classes, a educação se transforma de acordo com o movimento da sociedade, que ao se transformar e ser transformada, também possibilita, uma educação do tipo diferente, adequada à nova realidade. Assim, em cada época em cada sociedade, a educação “reflete” as condições do desenvolvimento social, o nível de desenvolvimento das forças produtivas e as relações de forças entre as classes envolvidas.

Numa sociedade capitalista, portanto, os processos educativos instrumentalizarão a manutenção hegemônica do capital, ainda que isso ocorra num campo de disputas e contradições. Outro projeto de educação requer a transformação da sociedade. (ORSO, 2011).

Os desdobramentos para configuração da universidade pública, no cenário discorrido nesta seção, serão apresentados no capítulo seguinte. Enquanto instituição social, mediada por contradições do seu tempo histórico, observa-se a incorporação dos valores e princípios hegemônicos que sustentam a continuidade

do atual projeto civilizatório. A universidade, progressivamente, é submetida aos imperativos economicistas, que colocam em questão sua legitimidade e sua funcionalidade. A ampliação das parcerias público-privadas, o financiamento da Educação Superior e a autonomia universitária são categorias que constituição o quadro analítico a seguir exposto.

4 UNIVERSIDADE E MEDIAÇÕES COM O MERCADO: O LUGAR DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E IMPLICAÇÕES PARA A AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

As mediações do sistema capitalista na definição da função social da universidade serão objeto de análise neste capítulo. A progressiva aproximação da universidade com o mercado, materializada nas PPPs, impõe uma série de questionamentos sobre os efeitos dessa relação para a expansão e o financiamento da instituição pública. Neste estudo, em particular, interessam as parcerias estabelecidas entre a UFPA e a Norte Energia S.A., empresa responsável pela construção da UHE de Belo Monte. Com o intuito de apropriação do objeto investigado e apreensão da realidade concreta do fenômeno, as categorias teóricas abordadas serão PPPs, autonomia e financiamento universitário.

4.1 A UNIVERSIDADE E A REPRODUÇÃO AMPLIADA DO CAPITAL: FUNÇÃO SOCIAL X FUNÇÃO UTILITARISTA

A universidade, enquanto instituição social, é mediada pelas determinações do seu tempo histórico; a compreensão da dinâmica organizacional, acadêmica e política; nessa perspectiva, deve se situar no plano da conformação ao modo de sociabilidade de uma determinada época, coadunado com o modo de produção econômico hegemônico.

Nessa esteira, a formação econômica dos países conforma um quadro explicativo da criação e consolidação das universidades ao redor do mundo. Os países que assumiram a dianteira do processo de acumulação e concentração de capital, pela via da militarização,**,** da exploração e do domínio de outros territórios, estabeleceram as primeiras experiências universitárias, conduzidas por ordens religiosas. Na medida em que ocorre a consolidação da formação econômica sob a égide do capitalismo, percebem-se alterações na função social atribuída à

universidade. Cunha (2006) chama atenção para as diferentes formas e identidades assumidas por essa instituição, ao longo dos séculos, da experiência embrionária de professores e estudantes que dispunham de recursos mínimos para desenvolvimento das atividades a instituições complexas, multifuncionais, desempenhando papel importante na formação das forças produtivas.

Dessa forma, a formação econômica de um determinado país serve de balizador para compreensão da construção das diferentes formas assumidas pela universidade no decurso histórico. Delimitando a análise para a realidade brasileira, cuja experiência universitária ocorreu tardiamente, comparada a outros países centrais e países da América Latina, é possível recorrer ao processo de ocupação e exploração do território, fundado no colonialismo e no escravismo, com a demarcação nítida do papel atribuído ao país na divisão internacional do trabalho, a compreensão da forma identitária assumida pela universidade.

Florestan Fernandes (2009) destaca que os países latino-americanos foram incorporados de forma dependente ao espaço econômico, cultural e político das sucessivas nações hegemônicas capitalistas, tendo o padrão de dominação externa prevalecido na constituição desses países.

> Quando uma determinada forma de organização capitalista da economia e da sociedade era absorvida, isso ocorria em consequência de uma mudança da natureza do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos, e novos padrões de dominação externa emergiam inexoravelmente. Por outro lado, uma organização aristocrática, oligárquica ou plutocrática da sociedade sempre concentrou extremamente a riqueza, o prestigio social e o poder em alguns estratos privilegiados (FERNANDES, 2009, p.21).

A estratificação se constitui, portanto, como aspecto fundante da formação econômica dos países latino-americanos, constituindo as marcas societárias balizadoras da disputa interclasses. Associado à intensa estratificação social, marca indelével da sociedade brasileira, o acesso às oportunidades educacionais, notadamente ao ensino superior, representou, durante um longo período histórico, um fator distintivo da colonização, significava que apenas os estratos das elites dirigentes do país teriam formação em nível superior, que ocorria predominantemente em universidades portuguesas.

O reposicionamento da oligarquia agrário-exportadora, no início do século passado, e a ascensão da burguesia enquanto classe hegemônica reconfiguram a organização socioeconômica do país, cuja centralidade, no plano do discurso político, era a modernização da nação, ancorando-se na independência da produção dos bens de consumo duráveis e na massificação do consumo. O dito projeto de modernização demandava reformas em distintos campos da sociedade, visando criar as condições materiais para condução do processo modernizador. Nesse sentido, os estratos protagonistas da prometida transformação social demandavam por escolarização.

A criação das primeiras instituições de ensino superior, no Brasil, no modelo de universidade, coincide com o período da propalada modernização nacional. A formação de quadros profissionais para assumir os postos de trabalho na indústria emergente e no comércio em expansão, bem como para as carreiras incumbidas da estrutura burocrática do Estado, era uma reconhecida necessidade. Os elementos conjunturais pareciam convergir para a construção de um projeto nacional de desenvolvimento do país, no qual a educação se constituía como fator estratégico para superação do atraso. O estrangulamento do acesso deveria ser superado por meio da abertura de novas instituições. A consolidação do Estado nacional demandava um esforço orientado para a integração política, administrativa e econômica da nação e, nessa empreitada, a educação assumia forçosa instrumentalidade.

Em que pese o reconhecimento da relevância da ampliação das oportunidades educacionais, o Estado, no referido período (nacional-desenvolvimentista), demarca a posição de não exclusividade da oferta, estimulando a iniciativa privada para a execução conjunta dessa tarefa. Dessa forma, a lógica orientada de educação como um bem público, mas não necessariamente estatal, se desenhou ao longo da história brasileira de modo emblemático. E, no ensino superior, em especial, o Estado demarca nitidamente a função complementar na oferta desse nível de ensino.

A universidade pública, no Brasil, nessa conjuntura, recebe a incumbência de colaborar com a constituição do novo projeto civilizatório, no seio de uma sociedade complexa e heterogênea, marcada por antagonismos de classes e influenciada pelo

arsenal ideológico do liberalismo, espraiando ideais de liberdade e igualdade sob a racionalidade do capital, que experimentava uma nova fase nas relações de produção encetada pelo capitalismo industrial. Fernandes (2005) designa de *revolução burguesa* “um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial” (p.239). Esse período histórico inaugura a recomposição das estruturas de poder, estabelecendo o comando e a dominação burguesa. O autor reitera que a influência dos princípios liberais serviu de arcabouço filosófico aos processos de modernização decorrentes da/ desagregação da ordem colonial, além de conduzir a adaptação dos agentes econômicos internos à dinâmica do mercado internacional e à criação de um Estado nacional (FERNANDES, 2005).

Na esteira de transições e rupturas, tensões e acomodações entre o arcaico e o moderno, e reconfiguração da dinâmica de organização do capitalismo nacional em direta associação e subordinação ao capital internacional, a universidade pública é incorporada ao projeto nacional de Brasil potência. Uma sequência cronológica do desenvolvimento universitário no país não será objeto de exposição, neste trabalho; é importante, todavia, destacar que as mediações do modo de produção econômica de determinado tempo histórico repercutem na função social atribuída à universidade, e a adequada compreensão desse fenômeno precisa ser historicamente situada. Nesse sentido, o passado se constitui como referência para o quadro analítico do presente.

Diante disso, importa o questionamento: qual a função social da universidade pública diante do atual cenário? O capitalismo, enquanto modo de produção hegemônico, mediador das relações socioeconômicas, se configura como eixo estruturante da institucionalidade acadêmica? Está na racionalidade do mercado a justificativa da manutenção da instituição social? E a autonomia, prevista nos instrumentos legais, é um conceito exaurido diante do centralismo das decisões governamentais e do esvaziamento das fronteiras entre o público e o privado? Cabe vislumbrar um projeto democrático e emancipatório da instituição social, arquitetado sobre os pilares de bem público estatal, sintonizados com os anseios das camadas populares?

A ideia de progresso subjacente à implantação da universidade, no país, culminou na conformação do perfil acadêmico das instituições, direcionadas à formação de recursos humanos – instituições de ensino, majoritariamente. Apesar da heterogeneidade característica da composição das instituições brasileiras de ensino superior, organizadas sob a forma de faculdades, centros universitários, universidades, institutos tecnológicos, ocorre a prevalência do ensino nessas instituições. E essa tendência se observa, inclusive, nas universidades públicas, notadamente as instituições jovens que ainda não consolidaram programas de pós-graduação nas distintas áreas de conhecimento.

Ainda no aspecto relacionado à heterogeneidade, verifica-se a influência de modelos europeus no perfil das instituições, a exemplo do modelo francês. Groppo (2006), em referência a Ribeiro (1975), destaca que o referido modelo conformava uma "estrutura federativa, profissionalizada, rígida, autárquica, estagnada, duplificadora, autocrática e plutocrática" (GROPPO, 2006, p.21). Esse modelo referenciou a criação das primeiras instituições universitárias, no país, e ainda é observado enquanto uma tendência na atualidade.

Sguissardi (2009), ao tratar dos modelos predominantes no Brasil, utiliza alguns critérios e indicadores que referenciam a classificação de uma instituição universitária. Para o autor, as *neonapoleônicas* congregam algumas características: a) ausência de pesquisa e pós-graduação *stricto sensu*; b) corpo docente em regime de tempo parcial ou horista; c) isolamento das unidades; d) o ensino enquanto atividade exclusiva; e) estrutura acadêmico-administrativa direcionada à formação de profissionais. Por seu turno, as instituições *neo-humboldtianas* caracterizam-se por: a) presença de estruturas de produção cientifica e de pós-graduação *stricto sensu*; b) contratação majoritária de docentes em regime de tempo integral e com qualificação para atuar na pesquisa; c) associação entre ensino, pesquisa e extensão; d) estrutura administrativo-acadêmica direcionada à formação de profissionais e à formação de pesquisadores nas distintas áreas do conhecimento.

Orientado por esse prisma, o autor considera que, no país, existe uma superposição de modelos, reconhecendo a prevalência quantitativa de instituições que se enquadrariam ao modelo neonapolêonico, situadas na iniciativa privada e organizadas em faculdades, centros universitários e universidades. A opção política

e mercadológica em torno desse modelo estaria amparada por critérios econômicos e pelas recomendações do Banco Mundial, sob o argumento de que as universidades de pesquisa seriam onerosas e, portanto, em desacordo com as exigências do atual modelo de desenvolvimento mundial (SGUISSARDI, 2009).

Nessa esteira, a crise de hegemonia enfrentada pela universidade, enquanto lócus privilegiado de formação e das funções a ela atribuídas, ao longo do século XX, quais sejam “a produção da alta cultura, pensamento crítico e conhecimentos exemplares, científicos e humanísticos necessários a formação da elite”, além da “produção de padrões culturais médios e conhecimentos instrumentais, úteis na formação de mão de obra qualificada exigida pelo capitalismo (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008, p.15), estaria assentada na incapacidade de cumprir funções antagônicas. Disso decorrem os argumentos do Estado e do mercado, ao buscar noutras instituições a materialização desses objetivos. Sob esse aspecto, ao invés de as debilidades identificadas na universidade subsidiarem uma ampla reforma político-pedagógica, ao contrário, foram utilizadas como justificativa para abertura do bem público universitário à exploração comercial (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008).

A crise de hegemonia imposta à universidade precisa ser situada, portanto, no campo de investidas promovidas pelo Estado, em aliança com o empresariado, nas últimas décadas; a materialidade de tal hegemonia se expressa na dependência do financiamento público para manutenção das atividades universitárias e, decorrente disso, no estímulo à diversificação das fontes de financiamento balizada nas parcerias público-privadas. Nessa conformação, observa-se um movimento global de internacionalização e transnacionalização do ensino superior, com a formação de blocos de cooperação, visando à facilitação de circulação dos estudantes e a venda dos serviços educativos, processo aprofundado a partir da década de 1990.

> Os dois processos marcantes da década – o desinvestimento do Estado na universidade pública e a globalização mercantil da universidade – são as duas faces da mesma moeda. São os dois pilares de um vasto projecto global de política universitária destinado a mudar profundamente o modo como o bem público da universidade tem sido produzido, transformando-o num vasto campo de valorização do capitalismo educacional. Este projecto, que se pretende de médio e de longo prazo, comporta diferentes níveis e formas de mercadorização da universidade. (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008, p.21).

O consenso em torno da ideia de instituição social, referenciada social, política e cientificamente na produção de saberes especializados e na formação qualificada, é comprometida progressivamente, em face do avanço das instituições organizadas em oligopólios, simulacro da racionalidade, eficiência e produtividade, princípios tão caros à lógica do capital. Se a universidade pública não apresenta consenso em relação ao papel ora desempenhado, notadamente, no seio das camadas populares, diante do histórico processo de exclusão, caberia a ela responder, unilateralmente, pelo esvaziamento intencional promovido por medidas autocráticas dos diferentes governos, em favor de um projeto de educação orientado pelos valores de mercado?

A crise institucional, destacada por Boaventura de Sousa Santos, fragiliza a autonomia cientifica e pedagógica da universidade pela dependência do financiamento estatal. O condão da eficiência, sob a égide do gerencialismo, determina tempos e modos do fazer universitário, e a diluição das fronteiras entre o público e o privado consubstancia-se no resultado desejado das políticas públicas. Nessa conformação, qual o fator distintivo da função social da universidade, considerando que ela não detém a exclusividade, tampouco a supremacia da oferta?

Dessa forma, a crise no projeto civilizatório encetado pelo modo de produção capitalista, incapaz de responder aos grandes desafios enfrentados, destacadamente, pelas camadas populares, é sentido no espaço universitário. Chauí (2014) estabelece diferenciação conceitual para indicar o crescente comprometimento identitário da universidade, enquanto instituição social, para assumir o perfil de organização social:

> A passagem da universidade da condição de instituição à de organização insere-se nessa mudança geral da sociedade, sob os efeitos da nova forma capital, e ocorreu em duas fases sucessivas, também acompanhando as sucessivas mudanças do capital. Numa primeira fase, tornou-se universidade funcional; na segunda, universidade operacional. A universidade funcional estava voltada para a formação rápida de profissionais requisitados como mão-de-obra [*sic*] altamente qualificada para o mercado de trabalho (CHAUÍ, 2014, p.58).

A universidade funcional promove uma série de adaptações internas (didático-pedagógicas e administrativas) orientadas para o mercado de trabalho, visando a

instrumentalizar os egressos com as competências exigidas pelos empregadores. Por seu turno, a universidade operacional, ancorada nos princípios de organização, está voltada para si mesma enquanto estrutura de gestão e arbitragem de contratos. Produtividade, flexibilidade, eficiência e eficácia definem estratégias e programas da universidade (CHAUÍ, 2014).

A ampliação das oportunidades de acesso ao ensino superior implicou a perda do caráter de seletividade: "[...] se todos podem cursar a universidade, a sociedade capitalista se vê forçada a repor, por meio de mecanismos administrativos e de mercado, o critério de seleção" (CHAUÍ, 2014, p.60). O desdobramento disso é a desvalorização dos diplomas, maior exploração do trabalho e administração das taxas de desemprego, uma vez que, dispondo de um maior contingente de pessoal qualificado, as condições de trabalho e salário são facilmente impostas unilateralmente pelo proprietário dos meios de produção. Neste cenário, segundo a referida autora, a universidade demonstra incapacidade para garantir prestígio e emprego, tornando-se alvo fácil das ações do Estado, nas restrições de financiamento.

Por seu turno, prossegue Chauí (2014), a articulação da educação com o ideário de desenvolvimento econômico e integração nacional cumpre uma finalidade ideológica:

> Além de evidenciar as determinações econômicas da educação, as ideais de desenvolvimento econômico nacional e de integração nacional possuem uma finalidade ideológica, isto é, legitimar perante a sociedade a concepção do ensino e da escola como capital. Afirmando-se que a educação é fator primordial de desenvolvimento econômico da nação afirma-se que, a longo prazo, ela beneficia igualmente a todos e que seu crescimento bruto é, em si e por si, índice de democratização. Afirmando-se que a educação é fator de integração nacional, afirma-se que ela racionaliza e unifica a vida social, moderniza a nação, gerando progresso que, a longo prazo, beneficia igualmente a todos. Como o desenvolvimento é nacional, a dimensão de classe da educação é anulada. (CHAUI, 2014, p.67).

As linhas mestras das políticas educacionais, materializadas nos programas e ações governamentais, ressaltam a articulação entre educação e desenvolvimento econômico, destacando que uma das causas da debilidade do avanço científico-tecnológico e dos baixos índices de produtividade do país reside nas dificuldades

ainda não superadas na educação nacional. Nessa esteira, a democratização do acesso é elemento-chave das ações direcionadas ao ensino superior.

Na medida em que a universidade assume a centralidade da profissionalização dos alunos, de preparação para o mercado de trabalho, o mundo da produção, dos serviços e do consumo promove um empobrecimento do seu potencial identitário.

> É ainda limitar, banalizar e empobrecer a educação, a escola, a universidade e a formação dos estudantes, circunscrevendo-as ao mundo da prática, da operação, do funcionamento ágil, eficiente e seguro. É se deixar levar pelo imaginário da globalização, das mudanças consideradas profundas e rápidas no mundo do trabalho, pela necessidade de adequar o ensino e a universidade em geral aos novos tempos, às rápidas transformações trazidas pelo progresso das ciências e da tecnologia. (COELHO, 2006, p.45).

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) é ilustrativo: lançado em abril de 2007, prevê um conjunto de metas e diretrizes para a educação, no país, incluindo o ensino superior. No documento *Plano de Desenvolvimento da Educação. Razões, Princípios e Programas*, são apresentados os princípios políticos, os fundamentos teóricos, os métodos educacionais e as ações administrativas que orientam o Plano. Os pilares do PDE podem ser assim definidos: “i) visão sistêmica da educação; ii) territorialidade, iii) desenvolvimento, iv) regime de colaboração, v) responsabilização; e vi) mobilização social [...]”. (BRASIL. MEC, 2007a, p.11).

> Nessa concepção, a educação é compreendida como ligada a diferentes faces e interfaces da sociedade, cuja unidade dos sistemas educacionais pressupõe o reconhecimento da sua multiplicidade. Em contraposição, numa visão fragmentada, é mister considerar que níveis, etapas e modalidades da educação constituem momentos de um mesmo processo e, por isso, são interdependentes e complementares. (BRASIL. MEC, 2007a).

O papel decisivo da educação no desenvolvimento econômico e social do país é enfatizado; entretanto, para potencializar seus efeitos; é necessário o alinhamento das políticas públicas do Estado, nos diferentes entes administrativos. Destaca-se o ordenamento territorial dessas políticas para que se alcance efetividade das ações implementadas. Além desse aspecto, é evidenciada a

responsabilização[23] e a mobilização social, sendo interessante notar que esses são conceitos recorrentes no discurso governamental (ARAÚJO, 2011).

A tarefa de desenvolver a temática apresentada nesta seção – isto é, a função social da universidade, no interior de uma sociedade capitalista, diante de elementos que comprovam a materialidade da progressiva incorporação da instituição à lógica de ampliação e reprodução capitalista – precisa estar situada, portanto, na história de formação econômica e social do país. As lições advindas dos escritos de Marx ressaltam os desdobramentos da história na conformação do presente:

> Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua própria escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. (MARX, 2008a, p.19).

E no caso particular do Brasil, país ocupado por uma das fases da expansão do capitalismo mundial, subordinado à condição de colônia e inserido na divisão internacional do trabalho, enquanto fornecedor de bens primários e mão de obra escrava, fatores decisivos para o desenvolvimento industrial dos países centrais, foram fenômenos que repercutiram na cultura, nos valores e princípios das estruturas sociais.

A constituição do Estado burocrático, sob a égide do patrimonialismo, traz sérias implicações para a distinção entre o público e o privado, na qual vontades particulares prevalecem sobre o interesse coletivo e as relações que se estabelecem na vida doméstica instrumentalizam o modelo de composição social; conforme destacado por Sérgio Buarque de Holanda (1995), estas influenciam e determinam as instituições e as relações estabelecidas no interior desses espaços.

Nessa conjuntura, a universidade é constituída e constituinte do processo de formação econômico-social no país, resultado de um campo de disputas e

---

[23] *Accountability*, conceito largamente utilizado na implantação da Reforma do Aparelho do Estado, de Bresser-Pereira, é aqui compreendido como responsabilização ou prestação de contas pelos resultados de políticas e programas governamentais. Nesse contexto, estão incluídas instituições públicas não estatais que assumem funções do Estado.

resistências em torno da sua implantação, sua viabilidade e sua funcionalidade. A instituição, expressa, portanto, as relações estabelecidas no seio da sociedade.

> A universidade é uma instituição social que exprime e reflete, de modo historicamente determinado, a sociedade em que está inserida. Ela configura e dá forma às relações sociais, mas é também configurada por elas, pelos embates políticos e pelas disputas acadêmicas que atravessam e determinam o lugar social em que existe. Portanto, a sociedade brasileira em geral e a universidade em particular ainda carregam as marcas do colonialismo escravista, da cultura senhorial do patrimônio e de suas relações clientelísticas e de favor. Dessa forma, nossas universidades são predominantemente marcadas pelo domínio do mundo privado sobre o mundo público, do interesse particular sobre o coletivo, da hierarquia familiar sobre a ordenação cidadã, da amizade sobre o bem comum. (DUARTE; RAMPINELLI, 2005, p.30).

As manifestas contradições entre o público e o privado expressas nas políticas governamentais e nas relações entre distintos grupos políticos presentes nas estruturas internas da universidade dificultam a construção de uma sociabilidade coletiva, “o mundo público do debate e do dissenso não se forma se não há também uma percepção comum dos direitos coletivos” (DUARTE; RAMPINELLI, 2005, p.31). A dimensão política da universidade é inegável, entretanto os traços da arcaica cultura patrimonial do país repercutem na dinâmica nas instâncias decisórias, comprometendo, por vezes, o caráter democrático que deveria pautar a ação universitária.

> Dessa forma, a universidade não é uma ilha de democracia e espírito público, cercada por um mar de favores e amizades. As relações na universidade são tão autoritárias, despolitizadas e arcaicas quanto no restante da sociedade da qual ela é parte constitutiva. (DUARTE; RAMPINELLI, 2005, p.31).

Nesse quadro, as parcerias público-privadas se configuram como um fenômeno que, progressivamente, vem se incorporando às atividades das universidades públicas. Os efeitos da aproximação da instituição com o mercado são observados na ampliação da oferta de “serviços educacionais”, a exemplo de cursos de especialização, consultorias, cursos de graduação contratados, além da pesquisa científica, estimulada por mecanismos de financiamento público das demandas produtivas do capital. A ampliação desses serviços, enquanto estratégia da

diversificação das fontes de financiamento, estimula um ambiente de competitividade entre professores e entre as distintas áreas de conhecimento. Nessa corrida, o volume de parcerias estabelecidas com a iniciativa privada é utilizado como um fator distintivo de eficiência e produtividade, e defendida como o cumprimento de uma das missões da universidade, isto é, colaborar com o desenvolvimento econômico-social. No tópico seguinte, as PPPs no contexto universitário serão objeto de discussão mais detalhada.

4.2 AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO: INCORPORAÇÃO DOS VALORES E PRINCÍPIOS DO MERCADO

As reformas implementadas nas últimas décadas, cujo fulcro esteve assentado no ataque às instituições estatais, foram viabilizadas por uma campanha de desmonte das estruturas internas e uma onda privatizante que impuseram ações reformistas no campo do ensino superior; sob o marco da organização societária neoliberal, defendem, dentre outros aspectos, que a esfera pública se retire do atendimento das demandas sociais, além de promover depreciação da política e do político, e do público em relação ao privado (NEVES, 2002).

> O desmonte das universidades federais constitui importante mecanismo de desmobilização política, uma vez que essas instituições vêm, historicamente formando intelectuais (especialistas e dirigentes) em boa parte sintonizados com os valores, ideias e propostas do bloco de forças políticas democráticas de massas que, em relação à educação superior, critica a submissão deste nível de ensino aos interesses empresariais e a submissão do Brasil às grandes potências, no que diz respeito à produção do conhecimento, e vem realizando historicamente a defesa da educação pública. (NEVES, 2002, p.107).

A universidade pública foi alvo preferencial das políticas governamentais que, dentre outros pontos polêmicos, colocaram em questão a viabilidade da manutenção do caráter público e gratuito (dispensa da cobrança de taxas aos estudantes) da instituição. Indicadores de eficiência, a exemplo da relação aluno-professor, carga horária docente, taxa de sucesso na graduação e matrícula foram utilizados como

parâmetros para implantação de programas [24] que visaram à melhoria do desempenho institucional. Os princípios do mercado subjacentes a tais programas são utilizados para justificar investimentos e controlar resultados. Essas alterações devem ser situadas no campo macroscópico de conformação capitalista e no interior da disputa entre classes antagônicas, em face das permanentes investidas do capital para manutenção da sua hegemmonia.

Numa perspectiva de classe social, a intervenção do Estado na educação assume caráter convergente aos interesses da burguesia, enquanto classe hegemônica. Assim "a classe que domina materialmente é também a que domina com a sua moral, a sua educação e as suas ideias." (PONCE, 2007, p.171). Dessa forma, nenhum ideal pedagógico pode se impor antes do triunfo da classe revolucionária que o defende. O Estado assume o papel de mediador entre as tensões do capital e do trabalho, e as políticas sociais funcionam como instrumento de reprodução da classe trabalhadora, requisito necessário para permanente exploração e contenção dos conflitos no ambiente de profundas assimetrias sociais. (PONCE, 2007).

No interior de uma sociedade classista erigida pelo capitalismo, a universidade, produto do seu tempo histórico, submete-se a uma série de determinantes; e nesse movimento, a subordinação às demandas do capital parece ser uma realidade inescapável que culmina no processo de desinstitucionalização:

> Nesse processo de desinstitucionalização se inscrevem vários fenômenos imediatamente presentes, tais como heteronomia (absorção de critérios extrínsecos como paradigmas do modo de ser, da organização e da gestão da universidade), a privatização (assimilação dos mecanismos neoliberais de destruição da esfera pública) e subordinação ao mercado (entronização de critérios ligados ao tecnocratismo economicista). Tais exemplos configuram o quadro da *adaptação*, que seria ao mesmo tempo o abandono do perfil institucional em prol do perfil organizacional (PONCE, 2007, p.173).

---

[24] O REUNI foi criado por meio do Decreto 6.024/2007. Vem utilizando o contrato de gestão como instrumento de adesão e estabelecendo um conjunto de metas quantitativas e produtivistas a serem alcançadas pelas universidades públicas em troca do recebimento de investimentos e contratação de novas vagas de docentes e técnico-administrativos.

Nesse cenário, um marco político importante no processo de desinstitucionalização da universidade pública ocorreu, na década de 1990, no contexto do Plano de Desenvolvimento e Reforma Administrativa do Estado. Essa ação reformista expressou a adequação do país ao reordenamento do capital, em escala global, cujo fulcro era introduzir uma nova filosofia na administração pública e uma nova concepção de Estado. O modelo do Estado burocrático racional-legal, até então vigente, estava associado à ineficiência, à morosidade, ao clientelismo e ao corporativismo, elementos indesejáveis e responsáveis pelos entraves da máquina administrativa. Assim, era necessário romper com essa configuração ultrapassada e estabelecer um padrão que favorecesse a produtividade, a eficiência e a qualidade na prestação dos serviços; em síntese, um modelo gerencial, inspirado nos princípios empresariais de gestão.

O caráter gerencial introduzido no aparelho estatal visava ao reordenamento administrativo (pelas vias de privatização, descentralização e publicização) das atividades e à maior responsabilização dos agentes públicos pelo alcance das metas estabelecidas pelo núcleo central de governo, além de imprimir uma ressignificação do conceito do Estado, cuja centralidade de ação deve estar assentada na avaliação e no controle dos resultados. Dessa forma, a desresponsabilização pelo financiamento das políticas sociais devia ser encarada como alvo aceitável e inevitável, diante da suposta incapacidade fiscal do Estado. O deslocamento dessas políticas para o campo dos serviços não exclusivos do Estado determina a publicização das atividades sociais, isto é, deslocamento dessas atividades para o campo não estatal, e do incentivo à parceria com a sociedade para o financiamento e o controle da execução (BEHRING, 2008).

As parcerias público-privadas, nesse contexto, demarcam uma nova institucionalidade entre o Estado e o mercado, “as modificações das esferas pública e privada mantêm relações entre si, influenciadas, com mediações, pela realização do valor na esfera da circulação de mercadorias.” (SILVA JÚNIOR, 2005, p.112). À burguesia interessa a apropriação do econômico e do político, e as diferentes formas históricas assumidas pelo Estado, materializadas por reformas institucionais visam à adequação as diferentes formas assumidas pelo capitalismo. A reatualização das contradições entre o público e o privado se configura como uma das feições da recente fase do capitalismo monopolista. (SILVA JÚNIOR, 2005).

Neste cenário reformista, as parcerias público-privadas se estabelecem como outra modalidade de concessão do Estado em favor do capital, por meio da transferência da execução/gestão de serviços ou obras públicas para a esfera privada/mercantil. As concessões, que geralmente contam com o financiamento estatal, representam um lucrativo mercado de exploração econômica, esvaziando a ideia da supremacia do Estado na execução de serviços de interesse público. Os “parceiros” recebem delegação, financiamento e suposto controle do Estado para prestação de determinada atividade à população; ainda que ocorra investimento privado prévio, a contraprestação pecuniária posterior do Estado é certa, além do retorno financeiro, por meio da cobrança de tarifas dos usuários dos serviços (transporte, água, gás, energia, dentre outros). Dessa forma, para o parceiro privado, perdas econômicas são improváveis e, se porventura acontecerem, contam certamente com a assistência do fundo público.

Contraditoriamente, o discurso de justificação das PPPs se pautou pela suposta incapacidade fiscal do Estado para financiamento exclusivo de grandes obras públicas. A atração de investimentos privados seria uma estratégia necessária para superação dos gargalos no desenvolvimento do país, particularmente na área de infraestrutura (portos, ferrovias, aeroportos, estradas, hidrelétricas). O mercado, salvaguarda das relações econômicas e sociais, seria o agente mais eficiente e seguro para a missão que o Estado se declara incapaz de realizar.

Ocorre, assim, um rearranjo na relação entre Estado, mercado e sociedade, na qual as parcerias seriam instrumentos balizadores de compartilhamento de responsabilidades. A sociedade civil, representada por entidades e organizações, assumiria um novo papel na gestão das políticas sociais, particularmente, relacionadas à execução de projetos e programas de interesse público. O terceiro setor se consubstancia como elo entre o mercado e o Estado, guardando características de ambos.

Montãno (2008) reitera que, em razão das novas necessidades do capital, diante da atual configuração da luta de classes e das crises de superprodução e superacumulação, um novo trato da questão social é colocado em destaque. Aspectos historicamente defendidos pelos movimentos trabalhistas e sindicais, como universalidade, igualdade de acesso e solidariedade das políticas sociais, cedem

lugar à filantropia e ao voluntarismo. Necessidades e capacidades individuais de consumo, segundo aquele autor, são catalisadoras dessa reengenharia na condução das políticas sociais, onde universalização cede espaço a focalização e a descentralização.

Evidenciam-se concepções conflitantes daquilo que se concebe como bem público, na esteira da defesa dos direitos sociais, pautados por movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos, notadamente no século XX, e pelos defensores da progressiva incorporação do conceito à lógica mercadológica. Nesse campo de disputa, observa-se intensa desconstrução dos direitos sociais, enquanto um bem público a ser garantido pelo Estado. Progressivamente, vai-se estabelecer a concepção de um serviço cuja oferta deve ocorrer no mercado, orientado pela lei da oferta e da procura e pela concorrência, visando à garantia dos melhores serviços aos clientes.

No ensino superior, a sistemática diluição entre as fronteiras do público e do privado, viabilizadas por uma série de instrumentos normativos, como ilustrado neste trabalho, reiteram a subordinação da educação aos princípios economicistas do mercado. O crescimento das instituições privadas mercantis e a progressiva alteração do *ethos* universitário das instituições públicas, induzidas a buscar parcerias junto à iniciativa privada, são ilustrativos desse fenômeno:

> Nos processos de revisão e ajuste das universidades públicas, os gestores oficiais das políticas informam que as parcerias da universidade com as empresas enriquecem o conhecimento, contribuem para o progresso da região, para o trabalho em equipe e até para a interdisciplinaridade. Além disso, buscam legitimar o investimento direto de recursos do fundo público para o processo de inovação industrial e, ainda, promover novas relações público-privado no tocante às formas de transferir o conhecimento para as empresas. (OLIVEIRA; CATANI, 2011, p.26).

Na mesma direção, Sguissardi, Franco e Morosoni (2005) destaca que a universidade estatal pública se encontra num dos seus maiores dilemas da modernidade, qual seja, ver-se identificada como um bem público ou privado/mercantil. No cenário de cobertura majoritária pelas instituições privadas que, em 2013, concentravam 74% das matrículas, conjugada à estagnação da

participação do setor público na oferta, esse dilema assume pertinência nos documentos oficiais de organismos multilaterais (BM, BID, OMC, UNESCO, OCDE). O autor reitera que essas discussões coincidem com o acirramento das políticas de ajuste neoliberal que promoveram a redução de investimento público nas políticas sociais a partir do final da década de 1970, nessa esteira, os princípios das teorias econômicas do capital humano e do capital social serviram de substrato ideológico para a defesa da educação enquanto um bem público não estatal, cujos custos deveriam ser compartilhados pelo indivíduo. Esta tem sido a tônica das recentes políticas destinadas ao ensino superior, balizadas na ressignificação do conceito de bem público no campo dos direitos sociais. (SGUISSARDI; FRANCO; MOROSONI, 2005).

4.2.1 A VISÃO DOS EMPRESÁRIOS ACERCA DO PAPEL DESEMPENHADO PELA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

Os empresários, cientes da funcionalidade desempenhada pela educação e pelo conhecimento na esfera de produção e ampliação do capital, são exímios defensores de investimentos nas áreas de educação, ciência e tecnologia. No livro *Investimentos em educação, ciência e tecnologia. O que pensam os empresários*, publicado pela UNESCO Brasil, estão reunidas coletâneas de escritos de empresários de diferentes setores produtivos, no Brasil, discorrendo acerca da temática. (WERTHEIN; CUNHA, 2004).

A visão dos empresários é consensual em relação à centralidade dos referidos elementos na promoção do desenvolvimento econômico nacional e da redução das desigualdades sociais. Adilson Antônio Primo, Presidente da Siemens, Região Mercosul, reitera que o tratamento estanque das políticas de educação, ciência e tecnologia é um dos erros mais graves que um país pode cometer na estratégia de desenvolvimento econômico (PRIMO, 2004). Para o empresário, a referida tríade fornece o substrato de evolução socioeconômica e cria uma “máquina autossustentável” entre mercado e inovação tecnológica. E no que se relaciona à educação, em particular, o discurso do empresário está afinado com as

recomendações dos organismos multilaterais, que propugnam investimento prioritário em Educação Básica:

> A educação em nível fundamental e médio, propiciada de forma universal e com qualidade, é condição *sine qua non* para que haja evolução gradual do nível de formação de uma população, objetivando três fatores importantes: mercado de trabalho, mercado de consumo e discernimento. (PRIMO, 2004, p.47).

Na visão do empresário, o processo de educação é fundamental para o mercado de trabalho na medida em que é "gerador de mão-de-obra mais esclarecida e especializada" (PRIMO, 2004, p.47), permitindo, assim, ampliação do comércio, da indústria e dos serviços, no parâmetro de maior valor agregado. Por conseguinte, um maior contingente de trabalhadores qualificados, com melhores salários, repercute uma melhor distribuição de renda, tendo como resultado o aquecimento do mercado de consumo e promovendo o virtuoso ciclo de renda associada ao desenvolvimento nacional.

A ciência, enquanto geradora de novos conhecimentos, desenvolvida nas universidades e nas instituições de pesquisa, colaboram, na perspectiva do mercado, para inovação de processos e produtos, fator necessário à ampliação do capital:

> Empresas têm como foco a maximização de seu capital próprio e muitas delas fazem da inovação tecnológica uma das principais estratégias de diversificação e agregação de valor de seus produtos e serviços. Do ponto de vista da economia de um país, um perfil industrial com peso grande em empresas de base tecnológica, propicia maior produtividade e possibilidade de exportação, através de um nível de competitividade em padrões internacionais. Para as próprias empresas, o ganho é claro: preços mais competitivos, viabilização do aumento de exportação, acesso a novos mercados, desenvolvimento de fornecedores locais eficientes, maior flexibilidade e agilidade na customização para clientes, além de reduzir, em médio prazo, os custos em aquisição de tecnologia. (PRIMO, 2004, p.51).

É evidente, na visão empresarial, a subordinação da educação, da ciência e da tecnologia aos interesses do capital, na contramão de uma concepção emancipadora, que promova formação integral do indivíduo, instrumentalizando-o

para uma inserção mais qualificada nos espaços sociais. Para o capital, o Estado deve ser o principal financiador e organizador das políticas direcionadas para o fortalecimento daqueles setores, cujos resultados serão oportunamente apropriados pela cadeia de reprodução e ampliação capitalista.

Nesse contexto, outro empresário defende que, na inter-relação universidade-empresa, ocorra uma ação complementar com proveito para ambos:

> Daí a importância de se juntar a capacidade de gerar desenvolvimento do mundo acadêmico com o meio empresarial. Não podem ser ambientes distintos porque são complementares: ora os acadêmicos, com suas pesquisas, permitem às empresas uma melhoria em determinado processo produtivo, ora a empresa ensina as universidades a terem seus conteúdos curriculares em aderência com a realidade do mercado. (TREVISAN, 2004, p.64).

A visão do empresário é ainda mais audaciosa ao conceber o mercado como "educador" da universidade, que deve adotar currículos sintonizados com as demandas dos negócios da burguesia, ressaltando que os ambientes (acadêmico e mercado) não são distintos e sim complementares.

A economia do conhecimento aparece como o principal fator distintivo dos países que ocupam posição de destaque em termos de crescimento e produtividade econômica, como defende outro empresário:

> Os países que desejarem desempenhar papéis importantes na economia do conhecimento e com isso melhorar o nível da vida e riqueza de suas populações precisam investir em E, C & T. Os retornos são enormes e relativamente rápidos. (BRAGANÇA, 2004, p.61).

O empresário utiliza como referência a Coreia, país que apresentava, até o final da década de 1960, indicadores socioeconômicos semelhantes aos países africanos e que, atualmente, após expressivos investimentos em educação, ciência e tecnologia, desponta como um país inserido competitivamente na economia global, dispondo de uma indústria tecnológica de ponta, com importantes ganhos de produtividade. O empresário ressalta, igualmente, que a receita para o desenvolvimento do país reside no fortalecimento desses vetores que,

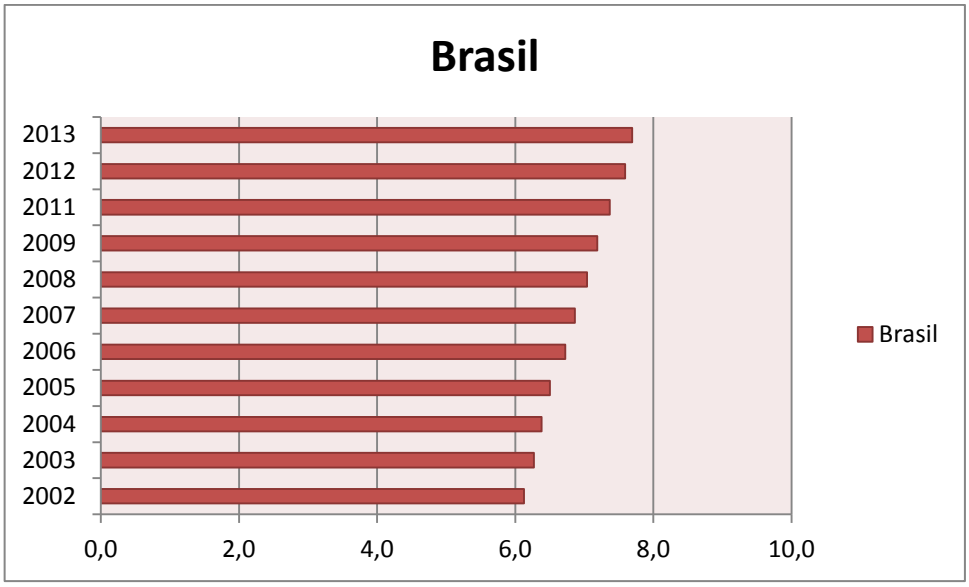
adequadamente articulados, garantem maiores investimentos, mais empregos, incremento na arrecadação fiscal e por consequência melhores condições de vida para população (BRAGANÇA, 2004).

A concepção dos empresários acerca da função da universidade se coaduna com as reformas instauradas, por distintos dispositivos, visando à adequação mais consistente entre os interesses do mercado e as atividades desenvolvidas no ambiente acadêmico. A opção governamental pelo fortalecimento de áreas estratégicas, direcionadas à inovação tecnológica, por meio do incentivo aos programas de fortalecimento de cursos de graduação e pós-graduação em áreas específicas (engenharias e tecnologias), revela o esforço político no sentido de ampliar o quadro de pessoal qualificado nas áreas consideradas estratégicas para a competitividade econômica.

O Brasil apresenta indicadores educacionais, no ensino superior, que o colocam em posição de desvantagem em relação aos países que compõem a OCDE, por exemplo. O percentual dos jovens de 30 a 34 anos que alcançaram o referido nível de escolaridade é de apenas 13%. A média dos países da OCDE é de 39% (OCDE, 2012). Por seu turno, as taxas de emprego das pessoas que atingiram esse nível de ensino são de 85%, superando a média dos países da OCDE (83%). Dessa forma, a obtenção de nível de escolaridade é fator distintivo para inserção no mercado de trabalho. O salário apresenta uma diferença expressiva para os detentores de diploma: adultos na faixa etária de 25 a 64 anos ganham 157% a mais do que os indivíduos na mesma faixa etária que dispõem apenas do ensino médio (OCDE, 2012).

No gráfico a seguir, é possível observar o baixo índice de escolaridade da população brasileira adulta, a despeito das ações governamentais adotadas para a universalização do acesso aos distintos níveis de ensino implantados nas últimas décadas. A média de anos de estudos do segmento da população com mais de 25 anos era de 6,1, em 2002, alcançando 7,6, em 2013.

GRÁFICO 12. Anos de estudo (média) – pessoas de 25 anos ou mais



Fonte: IBGE. PNAD 2002/2013

Os dados revelam as intensas assimetrias quando se trata das oportunidades educacionais aos segmentos mais jovens da população. O baixo nível de escolarização média da população repercute nas condições tanto de inserção econômica desta última no mercado de trabalho quanto nas de contratação, refletidas em salários menores e precarização nas relações de trabalho.

A condição de subordinação e dependência de países periféricos, no contexto da divisão internacional do trabalho, impõe limitações ao desenvolvimento cientifico e tecnológico daqueles países; os lentos avanços na produção tecnológica independente estabelecem uma posição de submissão às determinações das grandes corporações. Os principais oligopólios exercem intenso controle sobre as condições, critérios e resultados das políticas tecnológicas em âmbito mundial: “A vontade política das corporações – aliadas a seus Estados nacionais de origem, que regulamentam as reservas de mercado – é criar barreiras de entrada à produção independente” (BEHRING, 2008, p.47). Dessa forma, economias dependentes tecnologicamente reproduzem o ciclo de mera exportação de produtos primários com baixo valor agregado, produzidos com elevado custo ambiental e emprego de pouca mão de obra; e na ponta, permanecem na condição de consumidoras dos produtos tecnológicos das economias centrais.

Chaves (2009), em análise da Política Nacional de Ciência e Tecnologia nos governos dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), destaca que um dos pilares de reorientação do sistema brasileiro de produção cientifica e tecnológica está assentada nas parcerias entre as instituições públicas e o setor privado. A condução da política governamental dos ex-presidentes guarda, portanto, semelhanças ideológicas, no tocante à funcionalidade da ciência e tecnologia. A autora reconhece que, a despeito de haver incremento no investimento público em ciência e tecnologia, especialmente considerando o governo de Lula da Silva, o volume de recursos aplicados no período de análise (2000/2005) não seria suficiente para alterar um percentual de investimento extremamente baixo em relação ao PIB. Esse estudo é ilustrativo da condição de baixo desempenho do país, no que se refere à produção científica e tecnológica, em que pesem os apelos empresariais para ampliação dos investimentos estatais nessa área.

A apropriação do conhecimento e suas consequentes aplicações (inovação e tecnologia) em agentes de acumulação capitalista implicam o aprofundamento dos mecanismos de controle dos espaços tradicionalmente responsáveis pela produção do conhecimento científico (universidades e institutos de pesquisa).

Nos últimos anos, algumas medidas foram adotadas no esforço estatal de incentivo ao desenvolvimento pesquisas e inovação tecnológica orientada para o mercado, apoiadas pelas universidades e institutos de pesquisas. Nesse cenário, aprofunda-se o entendimento da funcionalidade do conhecimento científico produzido na academia à dinâmica da acumulação capitalista.

A Lei de Inovação Tecnológica [25] é ilustrativa desse panorama. Nessa conformação, a produção de conhecimento é orientada e financiada, predominantemente, para a realização de pesquisa aplicada. O instrumento normativo estimula um quadro de clara ingerência no princípio constitucional de autonomia didático-científico, ocorrendo a transferência de tecnologia às empresas, o uso do espaço e equipamentos das universidades no desenvolvimento de pesquisas encomendadas, e, além disso, a dedicação do trabalho de pesquisadores

---

[25] Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004.

que, recorrentemente, não podem exercer a propriedade intelectual dos resultados obtidos nas pesquisas (ARAÚJO, 2011).

> Outra atividade importante realizada pela universidade – a pesquisa – também foi incorporada à prestação de serviços remunerados. Para tanto, têm sido firmados convênios e contratos com empresas estatais e empresas privadas, envolvendo grandes quantias, destinadas, em sua maioria, a dar condições de infraestrutura necessária à realização dos serviços (construção de laboratórios e aquisição de equipamentos são os mais comuns) e para pagamento de pessoal. Os interesses do mercado em relação à prestação de serviços, especialmente nas áreas tecnológicas e/ou relacionadas ao setor produtivo, dão-se, principalmente, porque é vantajoso para uma empresa firmar convênio/contrato com a universidade, por não ter que arcar com despesas de pessoal, além de poder contar com uma infraestrutura já instalada, o que, certamente, contribuirá para aumentar seu lucro. (CHAVES, 2009, p.12).

Por seu turno, ocorre uma fragmentação entre as áreas de conhecimento, considerando que apenas algumas delas são de interesse do setor produtivo. As áreas mais atrativas mantêm, assim, mais parcerias com o mercado, e os pesquisadores envolvidos nos projetos dispõem de uma forma complementar dos rendimentos. Esse caráter competitivo no ambiente interno da universidade promove um distanciamento entre as áreas de conhecimento, criando “ilhas de competência e produtividade”, conferindo ainda *status* diferenciando às áreas que estabelecem mais parcerias com o mercado.

Outro instrumento normativo foi a Lei 11.196/2005. Designada como “lei do bem”, desonera empresas que investem em projetos de inovação, incentivando ampliação da participação do setor privado em pesquisa e desenvolvimento. Dessa forma, o instrumento visa estimular as empresas ao investimento em P & D, considerando que, no Brasil, esse financiamento é predominantemente público. Note-se que a renúncia fiscal em favor das empresas é um antigo expediente utilizado pelo Estado em benefício da iniciativa privada.

A relação entre universidade, Estado e mercado se estabelece como elemento determinante na conformação acadêmica, política e administrativa da instituição social. Os desdobramentos dessa relação impuseram, ao longo da história universitária, uma série de constrangimentos, considerando o centralismo e

o autoritarismo das decisões estatais relacionadas à manutenção e ao desenvolvimento das atividades acadêmicas. A efetiva autonomia sempre foi encarada como uma ameaça: “[...] a perspectiva de uma universidade autônoma, produtora de saber desinteressado, formadora de indivíduos teórica e politicamente críticos, cultores da liberdade, foi vista como ameaça à ‘ordem’ e às boas relações Universidade-Estado” (SGUISSARDI, 2009, p.43), em referência às primeiras instituições criadas no início do século XX.

Na atualidade, o quadro não difere. As reformas impostas às universidades por meio de programas, projetos e outros instrumentos normativos e de regulação aprofundam a subordinação da instituição às decisões do governo federal. Diante da dependência do financiamento do fundo público, progressivamente novos critérios são estabelecidos como pré-requisito para recebimento de recursos e contratação de pessoal. O contrato de gestão, instrumento utilizado no direito privado, vem sendo utilizado para implantação de programas, a exemplo do REUNI. A pactuação de metas, de indicadores de desempenho e eficiência, o estabelecimento de prazos e instrumentos de acompanhamento e avaliação compõem a conformação político-institucional na qual as universidades são inseridas, aprofundando a lógica privatista.

4.2.2 AS PPP NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

No caso da UFPA, observa-se a progressiva incorporação das parcerias público-privadas, enquanto estratégia de diversificação de financiamento e compartilhamento dos custos no desenvolvimento de determinadas atividades de interesse empresarial. O objeto dessas parcerias se direciona para a oferta de cursos de graduação e pós-graduação, consultorias; e o gerenciamento dos recursos envolvidos cabe à FADESP, fundação de apoio institucional.

Estudos realizados sobre esse fenômeno confirmam a tendência da consolidação das parcerias público-privadas no espaço universitário. Maria Rita Oliveira (2010) analisou o caso do *Campus* Universitário de Marabá, transformado, em 2012, em Universidade, e as parcerias mantidas com a empresa Vale. Esta financiou a construção do prédio do *Campus* II, para abrigar cursos de engenharia e

tecnologia, convergentes com as demandas daquela empresa por mão de obra especializada na região que abriga grandes empreendimentos de exploração mineral.

De acordo com a pesquisadora, o estabelecimento da parceria foi objeto de resistência de professores e alunos diante da postura da empresa que se propôs, inicialmente, a financiar apenas a infraestrutura física do curso de Engenharia de Minas e Meio ambiente, área de maior interesse e demanda para contratação de profissionais. Após negociações, outros cursos foram contemplados (Engenharia de Materiais, Geologia, Agronomia e Química).

A autora ressalta, ainda, que um dos desdobramentos dessa parceria foi o aprofundamento do fosso entre os cursos de tecnologia e as licenciaturas. Os primeiros concentram professores pesquisadores, realizando projetos de desenvolvimento tecnológico nas agências de fomento e na iniciativa privada, angariando mais recursos para pesquisa e fortalecimento dos cursos. Por outro lado, às licenciaturas cabe disputar os limitados recursos institucionais. O trabalho docente é igualmente impactado nessa conformação. Alguns professores aceitam como natural o estabelecimento das PPP enquanto alternativa para minimizar os efeitos da precarização das condições de trabalho impostas pelas políticas governamentais, e o sentido da organização política em prol da luta por uma universidade democrática se esvaecem:

> As pressões por produtividade fazem com que os professores destituam-se da sua memória educativa e militante, de seus desejos, paixões e princípios, convencendo-se de que agora, para salvar a universidade dos ventos neoliberais é preciso curvar-se à lógica das parcerias público-privadas, como garantia da continuidade do ensino, pesquisa e extensão na universidade. Entretanto, ao assumir essa bandeira, corre-se o risco de realizar a reflexão acrítica da realidade universitária, ao invés de construir possibilidades de mudanças. (OLIVEIRA M.R., 2010, p.89).

A pesquisadora reconhece que, em razão da frágil autonomia dos *campi* do interior, as PPP os torna mais vulneráveis aos interesses empresarias, cuja lógica está assentada na maximização do capital. Subjugam-se os interesses sociais às demandas do setor produtivo.

Na esteira dos ataques às universidades públicas, materializados nos constrangimentos e contingenciamento de ordem financeira e de pessoal articulados à ampliação dos indicadores de eficiência e produtividade, o mercado se transmuta como “parceiro ideal”.

A concepção de um modelo universitário pautado pela autonomia de pesquisar e ensinar, resguardada das interferências externas e dos apelos economicistas do mercado, parece não encontrar materialidade, tampouco legitimidade. A supremacia do ideário econômico nos encaminhamentos das políticas do ensino superior dissemina os critérios de relevância da ação universitária; nessa conformação, a utilidade e a imediata aplicabilidade na esfera de ampliação e acumulação capitalista são elementos balizadores na definição de cursos, currículos e áreas de pesquisa.

Leher (2007) ressalta que, mesmo diante da recusa da crença em uma universidade idealizada nos moldes da universidade alemã, resultado da reforma Humboldt, Schelling e Schleiermacher, ainda no século XIX, pautada pela autonomia do ensino e da pesquisa, as atuais alterações promovidas por atos normativos que incentivam as parcerias com as empresas está configurando um tipo de instituição dissonante das ideias, conjuntos e formas projetados na modernidade e que permitiriam a produção de conhecimento relevante para os todos os domínios da vida humana. O mesmo autor reitera que a universidade moderna se norteou pela busca de criação de um espaço público de produção de conhecimento, livre da tutela da religião, do Estado e do capital, o que permitiu a consolidação de grandes universidades no mundo:

> Entretanto, se até o período que Hobsbawm denominou de trinta gloriosos anos do capitalismo, diversos Estados “toleraram” esse modelo pois, a despeito da relativa autonomia universitária frente ao governo e ao mercado, beneficiaram-se dos efeitos sociais de uma ciência institucionalizada e da formação profissional técnico-cientificamente referenciada, nas três últimas décadas esse quadro foi alterado em profundidade. (LEHER, 2007, p.171).

No caso do Brasil, país que cumpriu a rigor a agenda neoliberal, na década de 1990, por meio de um amplo processo reformista que reconfigurou o papel do Estado na gestão e no financiamento das políticas sociais, observa-se importante desdobramento na configuração das universidades públicas, de modo especial, na dimensão que historicamente é alvo de debates e dissensos: a autonomia. Na subseção a seguir, será apresentado um quadro analítico-compreensivo dessa categoria e dos sinais do seu esvaziamento conceitual e prático, impostos pelo ordenamento estatal em aliança com o capital, em face da ocorrência das restrições ao efetivo exercício da autonomia universitária. Isso se materializa, sobretudo, no atual modelo do financiamento, bem como no estímulo às parcerias com o mercado.

4.3 AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA: DISPUTAS CONCEITUAIS E LIMITES PRÁTICOS

A autonomia universitária tem fomentado um intenso campo de disputas e debates em torno de sua concepção e aplicabilidade. O reconhecido estatuto jurídico da autonomia, considerando o que está previsto Constituição Federal (BRASIL, 1988), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996) e demais instrumentos normativos que tratam da temática, poderia indicar uma irrefutável e consensual condição para o desenvolvimento das atividades atribuídas à universidade. As dimensões da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial são, nos referidos instrumentos normativos, delimitadores do exercício desse estatuto. Entretanto, nas últimas décadas, as instituições universitárias vêm sendo alvo de intensas investidas nos campos jurídico, político, econômico e ideológico, sinalizando um esvaziamento conceitual e prático da autonomia.

No campo jurídico, autonomia se define como poder de autonormação exercido nos limites do ordenamento superior.

> Diversas são as perspectivas pelas quais a autonomia é analisada: da natureza do poder de autonormação à possibilidade de existência de vários graus de autonomia; da posição da norma autônoma no

> ordenamento jurídico à indiscutível distinção dos conceitos de soberania e de autonomia; da intenção da lei concessora à finalidade do poder de editar normas próprias; da natureza dos entes autônomos à delimitação do âmbito de sua atuação normativa, abordadas ainda as questões de controle e tutela, e a significativa dessemelhança entre entes autônomos e autárquicos (RANIERI, 1994, p.22).

As distintas perspectivas de análise da categoria *autonomia*, expressas particularmente na possibilidade de editar normas próprias e na manutenção de processos decisórios internos independentes das interferências externas, implicam o reconhecimento do legislador e da sociedade de que determinadas instituições, no cumprimento pleno de sua missão, requerem algumas prerrogativas necessárias ao atendimento a contento das finalidades institucionais.

Este conceito não significa ausência de controle e tutela, sobretudo quando a manutenção e o desenvolvimento das atividades da universidade dependem de financiamento público; ele se pauta pelo entendimento de que o cometimento ideal das funções relacionadas à produção de conhecimento alicerçado na pesquisa científica, cujos resultados sejam utilizados em benefício da humanidade, associado à formação de quadros técnicos especializados em distintas áreas, reconhecendo no trabalho uma categoria ontológica fundamental do homem, deve ser salvaguardado de determinação externa.

Ainda que se reconheça que, ao longo da história da universidade, sempre houve alguma forma de tutela e controle das atividades, ora com a presença mais intensa da igreja, ora do Estado, o projeto de modernização da universidade, inspirado, especialmente, no modelo alemão, propôs uma estrutura acadêmica e organizacional autônoma, a despeito do recebimento de financiamento estatal. Outros modelos serviram de inspiração para criação de universidades ao redor do mundo; entretanto, o grau de autonomia diante de estruturas sociais (Estado, igreja, mercado) se configurou como elemento de mediação e contradição da relação mantida entre a universidade e aquelas estruturas. Dessa forma,

> No longo processo de institucionalização das universidades, o que esteve em jogo foi a elaboração social do princípio de que o saber e difusão de conhecimento eram um tipo de trabalho específico cujo exercício – quanto o dos demais ofícios exigia organização própria e

> certa independência em relação aos interesses da Igreja e do Estado (RANIERI, 1994, p.35).

O movimento histórico, nessa perspectiva, serviu de elo mediador dos avanços e dos retrocessos aos progressivos graus de autonomia conquistados e concedidos às universidades. Nesse sentido, a consolidação dos Estados nacionais, por meio da centralização e burocratização das ações estatais, é ilustrativa de um período de maior controle da autonomia das instituições antigas, e que os princípios liberais procuraram restabelecer em certa medida, particularmente a partir do século XVIII. (RANIERI, 1994).

A autonomia universitária é relativa, delimitada ao exercício de uma função social específica, assentada no caráter universal do conhecimento produzido, demandando independência e salvaguarda contra os constrangimentos advindos de outras estruturas sociais.

Organizada institucionalmente sob a forma de corporação e da colegialidade representativa dos sujeitos que a integram, a universidade escolhe seus dirigentes e estabelece suas próprias normas de funcionamento. Dispõe ainda de autonomia para a criação e extinção de cursos, a contratação de docentes e técnicos-administrativos, para escolha dos currículos, elegendo os conhecimentos pertinentes e conferindo os graus acadêmicos. Essas prerrogativas decorrem do reconhecimento da competência específica da universidade para a sua organização administrativa e acadêmica. (DURHAM, 2005). As liberdades da pesquisa e do ensino constituem o esteio da ação universitária, permitindo os avanços científicos e tecnológicos firmemente alcançados.

Na mesma direção, a autonomia, na pesquisa científica,

> Consiste na liberdade de estabelecer quais os problemas que são relevantes para a investigação, definir a forma pela qual os problemas podem ser pesquisados e julgar os resultados da investigação por parâmetros internos ou processo de conhecimento, independentemente dos interesses externos que contrariem. (DURHAM, 2005, p.33).

Essa liberdade no exercício de umas das atribuições centrais da universidade é alvo de controvérsias, considerando-se a centralidade da produção do

conhecimento enquanto estratégia de hegemonia dos países centrais. O prestígio das ciências aplicadas, na atualidade, influencia a dinâmica da pesquisa no interior da universidade, que busca o fortalecimento desse tipo de pesquisa por seu maior apelo aos interesses do sistema produtivo.

A tecnologia, aplicação prática do conhecimento, se configura, atualmente, como uma das principais armas de disputa econômica, política e militar; e nessa esteira, a apropriação privada dos resultados alcançados nesse processo (ciência e tecnologia)[26] indica um cenário de privatização. Nessa ordenação, segundo Almeida (2002), a ciência seria mais um meio do que um fim, e a ideia da universalidade da produção científica isenta da interferência de interesses particulares é progressivamente esvaziada. Ocorre, ainda, a perda de autonomia na definição das prioridades da pesquisa, e a academia passa a estar orientada pela arbitragem dos contratos e pela lei da oferta e da procura. Todo o processo de aplicação da ciência é um processo de apropriação de algo público. Entretanto, a diferença reside na apropriação como socialização (acessibilidade e publicidade) ou na mercantilização (direito de patente ou uso exclusivo) (ALMEIDA, 2002).

Esse modo de apropriação do conhecimento produzido na academia parece ser o grande dilema enfrentado, atualmente, pela universidade pública, considerando-se a vinculação aos condicionamentos econômicos e sociais do seu tempo histórico e as alterações institucionais promovidas no cenário de privatização das distintas dimensões dos processos e produtos sociais:

> O estabelecimento de relações universidade-empresa não ocorre sem alterações na organização da pesquisa acadêmica nas funções tradicionais da universidade. Alguns autores vêem tais alterações influindo apenas na forma de gestão das atividades acadêmicas, nos objetivos de pesquisa e no comportamento dos pesquisadores. Outros, no entanto, vêem na aproximação universidade-empresa uma ameaça à tradição secular da universidade enquanto instituição preservadora do ideal da ciência como um bem coletivo. Os consórcios estariam

---

[26] Almeida (2002) destaca a diferença fundamental entre ciência e tecnologia. A técnica surgiria sob o signo da apropriação enquanto a ciência identifica-se pela publicação. O índice, ou fator, agregador da primeira é a excelência, da segunda a pertinência. Entretanto, nem tudo que é pertinente amplia o horizonte do saber humano, tampouco a excelência é imediatamente útil. Essa tendência, conforme interesse mais amplo ou restrito, caracteriza a ciência como patrimônio público e a tecnologia como bem privado.

> modelando, inclusive, a base do conhecimento e os caminhos de acesso a ele, não pelo seu valor social, mas por interesses privados de grupos socais muito específicos. (ALMEIDA, 2002, p.65).

A institucionalização dos valores do mercado nas atividades da universidade pública contraria os princípios historicamente defendidos pelos movimentos dos professores e dos técnicos-administrativos, pautados pelo caráter público, gratuito, autônomo da ação universitária, resguardada esta última das limitações impostas pelo Estado e pelo mercado. O entendimento da instituição enquanto um bem coletivo, articulada às necessidades das camadas populares e financiada com recursos públicos tem balizado o campo de mobilização política dos sindicatos daquelas categorias. O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) elaborou documento denominado *Proposta do ANDES-SN para a universidade brasileira,* em que reafirma os fundamentos conceituais ancorados no caráter público, efetivado pela capacidade de representação social, cultural, artística e científica, na produção de conhecimento crítico e inovador, visando à transformação da sociedade.

Além disso, a universidade deve estabelecer um plano de prioridades que contemple os problemas regionais e nacionais de relevância social, atenta às necessidades da maioria da população (ANDES-SN, 2003).

No que concerne à autonomia, a posição do Sindicato é enfática contra o cumprimento de funções meramente reprodutoras das relações sociais vigentes, contrapondo-se à submissão da universidade aos interesses econômicos e políticos dos grupos hegemônicos, bem como à lógica que concebe a educação como mercadoria. (ANDES-SN, 2003).

4.3.1 A AUTONOMIA NOS MARCOS REGULATÓRIOS DA UFPA

No PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2011/2015, elaborado pela UFPA, são demarcados os cenários e tendências contemporâneas que repercutem no campo de atuação da instituição.

No documento, reconhece-se que essas mediações devem ser consideradas "para uma inserção sintonizada com a sociedade global em plena expansão" (UFPA, 2011). A competitividade empresarial, a expansão da indústria cultural e de serviços, as tecnologias digitais consolidam, segundo o PLANO, o "modelo de progresso material da sociedade no limiar do século XXI". No caso brasileiro, a universidade destaca mudanças de natureza estrutural e conjuntural que permitiram a melhoria dos indicadores socioeconômicos, favorecendo a inclusão de um expressivo contingente populacional, alterando, portanto, o quadro de mobilidade social (UFPA, 2011).

Ainda em referência ao PDI, o cenário amazônico é colocado em destaque diante da necessidade de superação do padrão colonial imposto pelo atual modelo de desenvolvimento econômico, pela via da adoção de estratégias que potencializem o aproveitamento das fontes hídricas e energéticas, o patrimônio dos ecossistemas e das populações tradicionais:

> O aproveitamento sustentável de produtos e serviços da rica sociobiodiversidade amazônica passa, fundamentalmente pelo investimento na pesquisa e qualificação de recursos humanos, que oriente uma inserção competitiva no contexto nacional e internacional, a partir de um modelo endógeno de desenvolvimento. (UFPA, 2011, p.31).

Os princípios da atual fase de organização societária são reconhecidos como balizadores do alinhamento da universidade às exigências do mundo contemporâneo. O papel da educação, da ciência e da tecnologia, igualmente, modelo de progresso material da sociedade no limiar do século XXI, é destacado, enquanto catalisador da difusão de conhecimentos, com capacidade de promover ganhos de produtividade e conferir eficiência ao processo produtivo local e regional (UFPA, 2011).

No documento de referência, no aspecto relacionado à gestão institucional, destacam-se as parcerias com as empresas. O papel da UNIVERSITEC – Agência de Inovação Tecnológica, órgão suplementar da universidade, cuja atividade se direciona aos processos de inovação tecnológica, propriedade intelectual e empreendedorismo, é ressaltado como estratégico. (UFPA, 2011, p.90).

Nos objetivos e fins a serem perseguidos pela instituição, contidos no mapa estratégico do PLANO, um merece destaque: “promover maior interação da universidade com empresas e comunidade”. Nesse sentido, o protagonismo e a inovação aparecem como dimensões que devem ser fortalecidos, visando agregar valor a processos e produtos.

Dessa forma, ocorre um esforço institucional, no que se refere ao planejamento e à gestão para ampliação das parcerias com as empresas, em face da articulação aos fins da Universidade, ou seja, contribuir com o desenvolvimento sustentável da região amazônica.

A capilaridade da ação da referida Universidade, organizada nos *campi* e núcleos distribuídos em todo o território paraense, denota a expressiva inserção da UFPA no contexto amazônico. Os *campi* do interior, conforme previsto nos instrumentos normativos da instituição, dispõem de autonomia administrativa, acadêmica, podendo exercer autonomia na execução financeira, mantendo uma relação de dependência da Administração Superior, quanto à transferência de recursos para manutenção das atividades. Além disso, ocorre a incorporação das diretrizes gerais dos projetos e programas institucionais, quanto à sua execução, especialmente. O arcabouço jurídico emanado dos conselhos superiores vincula, obrigatoriamente, as atividades das unidades acadêmicas situadas no interior do estado: ainda que haja autonomia para editar normais internas do de funcionamento das unidades e subunidades, estas devem estar em consonância com os instrumentos normativos institucionais.

Observa-se, portanto, uma autonomia relativa das unidades acadêmicas da instituição em relação à Administração Superior. Os *campi* devem prestar contar dos recursos recebidos e são avaliados quanto ao cumprimento das atividades acadêmicas e administrativas. Nessa configuração, o capital político do reitor e dos pró-reitores é expressivo. A constituição de grupos políticos organizados em torno de interesses específicos reforça um cenário de confronto, cujo desdobramento é o esgarçamento das relações internas e o enfraquecimento dos objetivos institucionais. Os cargos de direção, ocupados após consulta à comunidade acadêmica, são objeto de intensa disputa, nos planos político e ideológico, e por

vezes jurídico, expressando um campo heterogêneo e contraditório de correlação de forças e de fragilidades nas relações internas entre os diferentes grupos que constituem a comunidade universitária.

As mediações do financiamento na autonomia das universidades públicas se apresentam como um tema amplamente discutido e alvo de contraditórias posições entre, de um lado, os defensores de um financiamento exclusivamente público, isento dos constrangimentos estatais e apelos empresariais, e com recursos suficientes para o cumprimento a contento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. E de outro lado, aqueles que acreditam que a universidade pública deve buscar formas de diversificação das fontes de financiamento, pela via da prestação de serviços educativos, cobrança de taxas e mensalidades e ampliação das parcerias com a iniciativa privada.

Na subseção a seguir, serão apresentados alguns elementos dessa conformação, destacando-se o modelo predominante de financiamento das IFES e desdobramentos para configuração universitária na atualidade.

4.4 FINANCIAMENTO UNIVERSITÁRIO: IMPLICAÇÕES PRÁTICAS PARA A AUTONOMIA

De acordo com Amaral (2008), o financiamento universitário, no Brasil, é marcado por indefinições sobre as regras, bem como sobre a vinculação de fundos e patrimônio que garantam a continuidade de recursos para manutenção e desenvolvimento das instituições. Dessa forma, ainda que haja previsão constitucional de que as Instituições Federais de Ensino Superior devem ser mantidas pela União, carece-se de instrumentos disciplinadores visando ao cumprimento desse estatuto legal. Além disso, as políticas direcionadas para esse nível de ensino não recebem o *status* de políticas de Estado, ficando, portanto, sujeitas às oscilações e aos distintos alinhamentos governamentais.

A Constituição Federal, de 1988, resultado de ampla mobilização das classes populares, indicava, no plano jurídico, avanços para o ensino superior público, com a

responsabilização do Estado pelo financiamento das IFES. Entretanto, segundo o autor acima citado, o que se verificou, nos anos que se seguiram à aprovação da Carta Magna, foi a escassez crônica de recursos para financiamento dessas instituições, além da apologia ao eficientismo e à competitividade; ademais, a implantação de um modelo gerencial, espelhado na iniciativa privada, estimulando a busca de fontes alternativas de financiamento junto ao mercado. (AMARAL, 2009).

Os anos de ortodoxia neoliberal do governo de FHC são ilustrativos dos efeitos nefastos desse cenário para as universidades públicas, pela via de uma ação deliberada de cortes nos gastos, engendrando um amplo processo de sucateamento das IFES, na década de 1990. A despeito de um amplo movimento de resistência capitaneado pelos movimentos docente e dos técnicos-administrativos, representados pelos respectivos sindicatos, que deflagraram sucessivas greves, o quadro instituído nas universidades federais era caótico. O deslocamento da educação para o campo dos serviços não exclusivos do Estado e a tentativa de transformar as universidades públicas em organizações sociais, cuja estrutura e organicidade se pautam pelo direito privado, representou uma das muitas manobras do governo tucano que visavam ao enfraquecimento dos pilares da universidade pública, notadamente de seu caráter gratuito.

A assunção de Lula da Silva na presidência da República poderia ter representado instauração de outro pacto social, assentado no protagonismo da classe trabalhadora e na garantia dos direitos sociais consagrados na Constituição Federal; entretanto o governo do petista consolidou e aprofundou as diretrizes das políticas neoliberais e, em nome da governabilidade, estabeleceu um mandato de acomodação de classes ou de reforma pelo alto. Esse quadro repercutiu igualmente no ensino superior, pela via do fortalecimento das instituições privadas, organizadas em oligopólios e inseridas na dinâmica do capital rentista e beneficiárias da reconfiguração das IFES, como já abordado neste trabalho.

Nesse sentido, no primeiro governo de Lula da Silva, foi instituído o Grupo de Trabalho Interministerial, para elaborar um diagnóstico da situação da Educação Superior, no Brasil, e apresentar um plano de ação, cujas metas deveriam contemplar a reestruturação, a expansão e a democratização das instituições federais de ensino superior (IFES). O GTI apresentou, em dezembro de 2003, o

documento intitulado *Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades brasileiras e roteiro para a reforma da universidade brasileira*, que destacava alguns eixos centrais – execução de ações emergenciais, autonomia universitária, aporte de recursos financeiros – e apresentava o roteiro para implementação da reforma. (OTRANTO, 2006).

O documento, no eixo de ações emergenciais, afirmava que a crise enfrentada pelas universidades federais tinha como pano de fundo a desarticulação do setor público, processo levado a cabo ao longo da década de 1990. Por seu turno, a crise fiscal do Estado e a prioridade conferida ao setor privado, cujo efeito, no ensino superior, era a acentuada expansão na oferta, mostravam-se elementos de confluência para o acirramento da crise. Nesse contexto, era necessária a implementação de ações emergenciais de apoio e uma reforma universitária mais profunda (BRASIL, 2003).

O financiamento das atividades da universidade se configurou como outro importante eixo apresentado pelo GTI. O agravamento das condições de manutenção das universidades federais se devia, em larga medida, à política adotada pela gestão de FHC, a partir de 1999, em que as previsões orçamentárias para manutenção das instituições eram provenientes basicamente de emendas parlamentares, da Comissão de Educação, do Congresso Federal. O GTI reafirma a necessidade do governo de assumir o compromisso de alocação regular de recursos para as universidades, bem como aumentar o valor de recursos destinados às instituições (ARAÚJO, 2011).

Ao cabo do processo de constatação da profunda crise enfrentada pelas universidades federais, desencadeada pela restrição dos gastos públicos com as políticas sociais, sob a égide da ortodoxia neoliberal dos anos de 1990, a pauta de financiamento é reinserida no rol das questões emergenciais. Entretanto, no decorrer do mandato de Lula da Silva, confirma-se a continuidade da concepção gerencial, iniciada por seu antecessor, e a manutenção dos pilares da política de predominância financeira, cuja centralidade é a salvaguarda das condições para reprodução e concentração do capital especulativo e destinação de volumosos recursos públicos para o pagamento dos juros e serviços da dívida pública.

Nesse cenário, questões controversas são colocadas em pauta, como a cobrança de contribuição social de ex-alunos de instituições públicas de ensino superior, objeto de proposta de emenda constitucional. O então Ministro da Educação, Cristovam Buarque, defendia que a tributação da renda bruta dos ex-alunos poderia ampliar as fontes de financiamento das universidades, permitindo ampliação de vagas e valorização dos salários dos professores (*MEC QUER...*, 2003). A despeito de a PEC 572/2002, do ex-deputado petista Padre Roque, e a PEC 217/2003, da deputada da mesma sigla partidária, Selma Schons, não progredirem no Congresso Nacional, elas são ilustrativas da concepção do financiamento do ensino superior público do governo petista.

No governo de Lula da Silva, o ensino superior foi objeto de ampla publicidade, diante da retomada de investimentos nas universidades públicas, por meio do programa de expansão e reestruturação (REUNI) e da ampliação do FIES e da criação do PROUNI, que permitiram a expansão do acesso ao ensino superior, notadamente aos segmentos populares. Um dos aspectos explorados pelo então presidente fora a criação de 14 novas universidades federais e a expansão da rede federal de Escolas e Institutos Tecnológicos. Essa expansão ocorreu, de fato; entretanto, ela esteve associada ao aprofundamento dos imperativos de eficiência e produtividade exigidos das universidades, expressos nos indicadores quantitativos de matricula, relação aluno-professor, taxa de sucesso da graduação.

O efeito desse quadro para as universidades federais se materializou na imposição de um modelo de financiamento balizado por contratos de gestão, estabelecendo uma série de metas produtivistas para concessão de financiamento. Competia às instituições comprovar sua capacidade de planejamento, gestão e cumprimento de metas, unilateralmente estabelecidas pelos órgãos da administração central, além da submissão às permanentes avaliações, em âmbito interno e externo.

Chaves e Cabrito (2015) reiteram que a redução dos investimentos públicos e a diversificação do financiamento foram centrais na reforma da Educação Superior implementada no Brasil, coadunada com as recomendações do Banco Mundial, cuja centralidade se assenta na crítica ao modelo de universidade de pesquisa, tido como oneroso aos cofres públicos. Os autores destacam que o modelo de arrecadação

tributária no Brasil, na qual as contribuições participam majoritariamente da receita corrente da União (ultrapassando os 50%), se configura como um instrumento para burlar a Constituição Federal, visto que a destinação de recursos para educação está vinculada apenas à arrecadação de impostos, que respondem por 30% das receitas.

Essa estratégia repercute diretamente nos gastos da União com a função educação, se comparado com as receitas correntes. Os estudos dos citados autores indicam que, no governo de Lula da Silva, ocorreu uma tendência de redução dos gastos da função educação em relação à receita corrente: em 2003, houve uma participação 3,7% dessa função em relação às receitas, com uma redução de 2,9%, em 2008. A despeito da recuperação para o mesmo patamar observado em 2003 (3,7%), a tendência percebida no governo petista foi de uma política de financiamento descontínua, como registrado ao longo da história da universidade no Brasil. (CHAVES; CABRITO, 2015).

No mesmo sentido, Santos e Cabral Neto (2010) reiteram que o Estado moderno em praticamente nenhum país assumiu plenamente o financiamento da educação, comprometendo a tutela da educação enquanto direito público.

> A ampliação do acesso à educação superior foi viabilizada historicamente em alguns contextos e conjunturas, com uma forte participação do setor privado, verificando-se, entretanto, variações de acordo com as particularidades de cada país, e principalmente no contexto de reformas educacionais. (SANTOS; CABRAL NETO, 2015, p.29).

Nesse quadro, os autores reiteram que a iniciativa privada passa a ser concebida como parte complementar da ação do setor público, favorecendo a ampliação do mercado empresarial-educacional. Essa diluição das fronteiras entre público e privado, conduzida de modo muito eficiente pelo Estado, nas últimas décadas, sob o discurso da necessária democratização do acesso, indica um quadro emblemático para o ensino superior público. A liberalização ou mundialização da oferta desse nível de ensino são ilustrativas dessa conformação. (OLIVEIRA; CATANI; SILVA JÚNIOR, 2010).

As universidades públicas são progressivamente incorporadas à dinâmica de competitividade, empreendedorismo, responsabilização, repercutindo no que Silva Júnior (2010) denomina cultura universitária, influenciada pelo pacto social burguês que busca unidade nas relações sociais. Para o autor, a universidade cumpre a função de manutenção e regulação desse pacto, além de constituir-se como consciência crítica do seu tempo histórico.

A cultura universitária destacada pelo autor é progressivamente incorporada por professores/pesquisadores na competição por recursos para financiamento de pesquisas e oferta de produtos e serviços pela via das PPPs. A produtividade é balizada, dentre outros aspectos, pela capacidade do professor de aprovar projetos em editais, oferecer consultorias e serviços pagos, permitindo investimentos na infraestrutura dos cursos e acréscimo na renda do professor.

Carnoy (2009) destaca que os efeitos do processo de mundialização econômica são refletidos na educação. A exigência da ampliação da instrução dos trabalhadores, considerando a maior qualificação como um fator de atratividade de capitais, implica a estruturação dos sistemas educacionais; entretanto, como a natureza e os fins desses capitais são estritamente econômicos, ocorre uma incitação à restrição do setor público e ao favorecimento do setor privado.

> O corpo dessa ideologia estimulada pela circulação de capitais globais obriga os Governos não só a frear o aumento dos gastos públicos com a educação, mas também a procurar outras fontes de financiamento para garantirem o financiamento de seu sistema educacional. Este projeto mais amplo de restrição dos gastos públicos com a educação corre o risco de impedir os Estados de escolher os meios mais eficazes de desenvolver e aprimorar o ensino no âmbito da economia mundial. (CARNOY, 2009, p.23).

Carnoy (2009) designa como “reformas fundadas no imperativo financeiro” a redução dos recursos de que dispõem o público e o privado para financiamento da educação e da formação. A tendência é orientada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) que recomenda uma redução do déficit público, a progressiva transferência dos recursos nacionais do Estado para o setor privado, considerando que a educação representa uma parcela importante dos gastos públicos, devendo, portanto, ocorrer a racionalização do financiamento estatal neste setor. Tendo a

lógica da eficiência e da produtividade como âncora, busca-se alavancar padrões de qualidade associada à exploração dos recursos disponíveis. Nessa esteira, os Estados devem privilegiar o financiamento do ensino fundamental, induzir a privatização do ensino secundário e do superior e promover a redução do custo-aluno em todos os níveis. O principal argumento para justificar a redução do financiamento público do ensino superior seria a incapacidade fiscal do Estado diante da crescente demanda de acesso (CARNOY, 2009).

No mesmo sentido, os críticos do financiamento público do ensino superior sustentam que os maiores beneficiados seriam os estratos sociais das classes abastadas e que a transferência dos recursos públicos desse nível para a Educação Básica promoveria resultados melhores no que se refere à mobilidade social para os estratos desfavorecidos, tese amplamente defendida pelo Banco Mundial.

O financiamento da Educação Superior, no Brasil, segue a tendência mundial de diminuição da participação do fundo público na garantia do acesso. A oferta majoritária de vagas pela iniciativa privada é reveladora do papel assumido pelo Estado na condução das políticas de financiamento desse setor. Nas últimas décadas, foi estabelecida uma série de medidas de estímulo à ampliação da oferta de vagas nas IES privadas, assentada, especialmente, na isenção fiscal e no financiamento estudantil.

Amaral (2009) destaca que o fundo público é resultado da arrecadação de impostos, taxas e contribuições estabelecidos pela lei do país e pagos tanto por capitalistas quanto por trabalhadores. Esses recursos, segundo o autor, financiam toda a burocracia do Estado e podem se dirigir a duas vertentes: a social e a econômica. A primeira financia as condições de reprodução de vida dos trabalhadores (educação, saúde, transporte, habitação, seguro-desemprego) e o segundo se dirige ao financiamento da reprodução e ampliação do capital (subsídios, créditos, empréstimos, renúncia fiscal aos setores produtivos).

Nos governos orientados por princípios liberais, observa-se forte financiamento das demandas do capital e adoção de políticas sociais focalizadas que visam à diminuição dos efeitos da pauperização da classe trabalhadora. Dessa

forma, o direcionamento de recursos do fundo público se configura como opção política guiada por uma perspectiva de classe.

> Atualmente, no Brasil, os banqueiros, os grandes proprietários rurais e os grandes capitalistas possuem incentivos fiscais que, praticamente, os isentam do pagamento, por exemplo, do imposto de renda. A legislação que permite esses privilégios traz como consequência uma redução nos recursos do Fundo Público, pois aqueles que possuem menos são exatamente os que, proporcionalmente mais pagam (AMARAL, 2009, p.60).

Ainda de acordo com esse autor, o financiamento das instituições públicas de ensino superior pode ser classificado em: 1. Financiamento incremental ou inercial; 2. Financiamento por fórmulas; 3. Financiamento contratual; 4. Financiamento por subsídios às mensalidades dos estudantes.

No primeiro caso, a alocação de recursos é determinada com base no orçamento do ano anterior e pode ser negociada ou não entre governo e instituições. No segundo, a determinação dos recursos financeiros ocorre por meio de variáveis e indicadores institucionais, a exemplo do número de ingressantes, matrículas, diplomações, relação aluno-professor, índice de qualificação do corpo docente. Os indicadores e variáveis compõem as fórmulas, cujos resultados indicam o valor de recursos destinado à instituição. Por seu turno, o financiamento contratual é realizado entre o Estado e a instituição, por meio de contrato, instrumento que prevê as obrigações das partes envolvidas, dentre as quais o valor do financiamento, pactuação de metas, a determinação de prazos para alcance dos resultados, os indicadores de desempenho e avaliação.

Na tabela a seguir, serão apresentados os gastos com as IFES, na série histórica 1995-2013, contemplando os mandatos de FHC, Lula da Silva e Dilma Rousseff.

TABELA 14. Gastos das Universidades Federais 1995-2013

ANO	VALOR	MEDIA IPCA ANUAL	IPCA JAN/2014	VALOR ATUALIZADO	VALOR EM BILHÕES
1995	17.538.614.637	1122,45	3836,38	59.944.576.971,00	59,94
1996	15.057.848.275	1320,99	3836,38	43.730.556.601,68	43,73
1997	15.110.909.947	1412,49	3836,38	41.041.842.917,46	41,04
1998	14.907.468.378	1457,62	3836,38	39.235.681.134,00	39,23
1999	15.595.949.907	1528,44	3836,38	39.145.789.372,21	39,14
2000	16.013.285.375	1636,10	3836,38	37.548.467.542,91	37,54
2001	15.114.651.683	1748,02	3836,38	33.172.130.423,93	33,17
2002	16.061.443.049	1895,73	3836,38	32.503.467.732,39	32,50
2003	14.759.526.507	2174,72	3836,38	26.036.985.129,55	26,03
2004	16.741.076.105	2318,15	3836,38	27.705.338.113,46	27,70
2005	16.804.737.679	2477,40	3836,38	26.022.991.659,39	26,02
2006	20.671.911.923	2581,03	3836,38	30.726.225.368,62	30,72
2007	22.235.949.932	2675,02	3836,38	31.889.688.151,92	31,88
2008	23.959.627.197	2826,92	3836,38	32.515.329.258,01	32,51
2009	25.655.774.121	2965,10	3836,38	33.194.596.715,91	33,19
2010	29.053.911.175	3114,50	3836,38	35.788.037.808,18	35,78
2011	31.073.185.671	3321,20	3836,38	35.893.215.718,57	35,89
2012	31.485.189.192	3500,66	3836,38	34.504.679.149,77	34,50
2013	34.649.879.932	3717,85	3836,38	35.754.564.163,04	35,75

Fonte: BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Execução Orçamentária*: 1995, 1997,1999, 2001, 2003, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013.

Esses dados demonstram uma progressiva ampliação dos gastos com as IFES, notadamente a partir do processo de expansão iniciado em 2003, que permitiu a criação de novas universidades e *campi* universitários. No período de 2003 a 2010, foram criadas 14 universidades e 144 *campi*. Nos municípios atendidos por universidades federais, o número destas ampliou-se de 114 para 272, no referido período (INEP, 2012).

As vagas ofertadas na graduação presencial seguiram a tendência de expansão, condicionada pelas metas do REUNI, em que as instituições se comprometeram com a criação de novas vagas e a melhoria de outros indicadores, em troca de incremento de recursos e contratação de pessoal. Nesse cenário, observa-se um crescimento significativo na oferta. Em 2003, as universidades federais ofertaram 109.184 vagas; no ano de 2011, esse número alcançou a marca de 231.530, um crescimento de 111% (INEP, 2012).

Apesar do reconhecido processo de expansão, estudos indicam que esse processo esteve associado a inúmeras dificuldades impostas às IFES, a exemplo de criação de cursos sem a instalação das condições de infraestrutura física mínima para o seu funcionamento, intensificação do trabalho docente, em face da exigência de maior dedicação ao ensino na graduação, além da incorporação de metas produtivistas, sintonizadas com os princípios da gestão gerencial da iniciativa privada.

O governo federal utiliza amplamente os números da expansão do acesso ao ensino superior para disseminar o discurso político de progressiva superação da elitização e democratização das oportunidades de ingresso, particularmente aos segmentos populares. Entretanto, conforme já abordado neste trabalho, a iniciativa privada consolida sua participação majoritária na oferta, sob a tutela e o incentivo do Estado.

5 HISTÓRICO, CONTRADIÇÕES, MEDIAÇÕES NA EXPANSÃO E NO FINANCIAMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – *CAMPUS* DE ALTAMIRA SOB O MARCO DA CONSTRUÇÃO DA UHE DE BELO MONTE

Neste capítulo, serão destacados elementos históricos da política de expansão da UFPA, pela via do processo de interiorização, possibilitando a criação de polos universitários nos municípios do território paraense. Essa política esteve associada aos planos nacionais e regionais de desenvolvimentos, conforme será ressaltado.

Na fase mais recente dessa política expansionista, a construção da UHE de Belo Monte se apresenta como vetor ou "oportunidade histórica" para dar continuidade à ampliação da atuação dessa universidade no território do Xingu. Os projetos e convênios firmados entre a Universidade Federal do Pará e a empresa Norte Energia como também os recursos captados junto ao Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) Xingu serão objeto de análise.

As mediações e contradições desse processo serão abordadas, o que foi viabilizado pelos documentos disponibilizados pelo Comitê Gestor do Plano e pela observação direta da pesquisadora, a partir de algumas reuniões promovidas pelas câmaras técnicas do referido Comitê.

A participação da UFPA nesses espaços vem se estabelecendo de modo sistemático, por meio da submissão de projetos e participação nas reuniões periódicas promovidas por aquele Comitê. A pauta que ganha visibilidade é a expansão do *Campus* de Altamira, por meio da criação da Universidade do Xingu. Neste sentido, o quadro analítico se balizará pelas mediações desse cenário, na expansão, no financiamento e nas parcerias público-privadas.

5.1 PROTAGONISMO DA UFPA NOS POLOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ESTADO DO PARÁ: ALGUNS INDICADORES DE EXPANSÃO

As primeiras ações de interiorização da Universidade Federal do Pará se iniciaram, na década de 1970, mais precisamente no ano de 1971, sob o modelo renovado das atividades extensionistas dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTACs), do final da década de 1960, com realização de Cursos Especiais de Licenciatura Curta, nas áreas de Letras, Estudos Sociais e Ciências Naturais.

> Esses cursos eram executados por intermédio dos Núcleos de Educação, sediados em municípios do Estado do Pará e dos então Territórios do Amapá, Rondônia e Roraima, sob a responsabilidade conjunta Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG) e do Centro de Educação. (FREITAS, 2005, p.15-16).

A primeira fase de interiorização da UFPA foi materializada por meio de convênios firmados com as Secretarias de Educação, nas esferas estaduais, municipais e governos dos territórios. A responsabilidade dessas entidades correspondia a recursos financeiros, instalação de equipamentos e prédios, pessoal de apoio e construção de prédio próprio. (FREITAS, 2005).

Esse período coincide com ações dos governos militares, por meio de planos, programas e projetos que visavam, no plano do discurso, integrar a Amazônia aos demais centros econômicos e urbanos do país, conforme já abordado neste trabalho. Os grandes projetos de investimento, acompanhados de subsídios fiscais e creditícios às empresas nacionais/internacionais, serviram de mola propulsora para ocupação do território amazônico, bem como a concessão de lotes, abertura de rodovias, portos e aeroportos. A ideologia desenvolvimentista que norteou a implantação desses grandes projetos vinculava o vazio demográfico à ideia do atraso, requerendo intervenção estatal para promover a modernização social e econômica da região. Dessa forma, percebe-se que a expansão da UFPA no interior do Pará esteve mediada por um conjunto sistemático de ações engendradas pelo Estado, sob a égide daquela ideologia, dita desenvolvimentista. Entretanto, no plano concreto, visavam garantir uma nova etapa da exploração e acumulação capitalista.

A segunda fase de interiorização das ações da Universidade ocorreu no período de 1986 a 1989. O PROGRAMA DE INTERIORIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ foi aprovado, por meio da Resolução nº 1.355, de 3 de fevereiro de 1986, constituído pela oferta dos cursos de Licenciatura Plena em Letras, História, Geografia, Pedagogia, Matemática, Física e Química. Os municípios contemplados pela segunda fase de expansão foram Altamira, Bragança, Cametá, Castanhal, Marabá, Santarém e Soure. Os cursos funcionavam no período intensivo, isto é, nas férias escolares, nos meses de janeiro e fevereiro e na primeira quinzena de março, em julho e na primeira quinzena de agosto.

A terceira fase de interiorização compreendeu o período de 1994 a 1996 e representou a continuidade do I Projeto Norte de Interiorização:

> Na perspectiva de continuidade da interiorização das atividades acadêmicas, visando a consolidação do papel da Universidade como agente de apoio ao processo de transformação social e de desenvolvimento regional, as IFES da região amazônica formularam, então, para o período de 1994/1996, o II Projeto Norte de Interiorização, assumindo cada Universidade o compromisso para a execução de oferecer cursos de licenciatura curta e plena, destinados preferencialmente aos professores do então denominado 1º e 2º graus, da rede pública de ensino, cursos de pós-graduação lato e stricto sensu, cursos de reciclagem para qualificação ocupacional/profissional e para capacitação de mão de obra não especializada, projetos artístico-culturais, projetos e pesquisa; projetos de trabalho comunitário, treinamentos e assessoramentos. (UFPA, 2007a, p.24).

No período de 1998 a 2001, ocorreu a quarta fase de interiorização das ações da UFPA. A consolidação e a ampliação das ações da Universidade, no interior do Estado, representaram continuidade no fortalecimento das licenciaturas, como importante estratégia para capacitação de recursos humanos para atuar na Educação Básica, além da oferta de cursos em sintonia com as vocações regionais.

Ressalte-se que a condição material mínima para funcionamento dos polos regionais da Universidade foi viabilizada, em grande medida, por meio do apoio das prefeituras, que cederam espaços, onde normalmente funcionavam escolas municipais, e pessoal de apoio administrativo. Ainda hoje, o apoio de prefeituras

municipais e do governo do Estado é decisivo para o desenvolvimento das atividades administrativas de diversos *campi* do interior.

A partir de 2003, por meio da retomada das políticas de expansão de acesso ao ensino superior, adotadas pelo ex-presidente Lula da Silva, as quais tiveram a interiorização como um dos tripés das ações implementadas, ocorreu a criação de novas instituições federais. A política expansionista da rede federal foi direcionada para universidades / *campi* e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs), cujo foco era a regionalização e interiorização da oferta. Diante das reconhecidas assimetrias nas oportunidades de acesso nas distintas regiões geográficas do país, conforme apresentado no capítulo I deste trabalho.

No documento *Análise sobre a expansão das Universidades Federais 2003 a 2012*, elaborado por uma comissão de trabalho constituída por representantes do MEC, da União Nacional do Estudantes (UNE), da Associação Nacional dos Dirigentes da Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), são apresentados os dados gerais desse processo expansionista, articulando-o ao contexto histórico vivenciado pelo país naquele período, no qual a retomada do crescimento constituía um dos pilares. No documento, destaca-se que a elitização do acesso era questionada pelos movimentos reivindicatórios de expansão e apontada como uma das formas de exclusão social (INEP, 2013). Diante da persistência do quadro da limitação do acesso ao ensino superior pelas camadas populares, era necessária a adoção de políticas que o minimizassem.

A primeira fase desse processo ocorreu no período de 2003 a 2007, foi designada EXPANSÃO 1 e estabeleceu como centralidade a interiorização do ensino superior público federal. A segunda fase ocorreu sob o marco de criação do REUNI, no período de 2007 a 2012, que, em linhas gerais, visava à expansão e a reestruturação das universidades federais, por meio de aportes de recursos para custeio e capital e contratação de docentes e técnicos-administrativo, exigindo das instituições a contrapartida da ampliação na oferta de vagas e da melhoria dos indicadores acadêmicos (redução das taxas de evasão, relação aluno-professor, taxa de sucesso na graduação). As ações implantadas pelo governo federal

permitiram a criação de 14 novas universidades federais e 126 novos *campi* no território nacional. Isso representou a ampliação da cobertura dos municípios atendidos por universidades federais, de 114 para 272. (INEP, 2013). As ampliações das vagas criadas na graduação foram significativas, passando de 109.184, em 2003, para 231.530, em 2011, crescimento de 111%. O documento destaca o cumprimento dos objetivos dos programas de expansão, notadamente na dimensão política, possibilitada pela democratização do acesso a estratos da população residente no interior dos estados.

A despeito da análise otimista contida no documento, o modelo de expansão adotado pelo governo federal tem sido objeto de críticas sistemáticas por professores e pesquisadores do ensino superior e movimentos sindicais, em face da lógica gerencialista e privatista, pautada por racionalização de recursos e exigência de cumprimento de resultados.

O processo de expansão alcançado pela UFPA, a partir da implementação dos programas do governo federal, se reflete nos números que se apresentam: Observa-se, nos dados apresentados na Tabela 15, que o processo de ampliação de vagas se inicia em 2005 (EXPANSÃO FASE I). A partir de 2007, por meio da adesão ao REUNI, ocorre um crescimento progressivo da oferta, nos anos subsequentes, com ápice nos anos de 2012 (8.178 vagas) e 2013 (9.506 vagas). Entretanto, no ano de 2014, observa-se uma queda de 23% da oferta de vagas em relação ao ano anterior, demonstrativo das fragilidades na expansão continuada demandada pelo programa. Em 2015, o governo federal, afinado com os interesses do capital rentista, impôs duras medidas de cortes ao gasto público, com repercussões em várias pastas, perfazendo 69,9 bilhões de reais de recursos contingenciados. O Ministério da Educação sofreu um corte de R$9,42 bilhões. O primeiro anúncio do Ministério do Planejamento relacionado às medidas econômicas ocorreu no mês de maio de 2015.

Em julho, o anúncio de um novo corte orçamentário, na ordem de 1 bilhão de reais, direcionado àquela pasta, aprofundou o cenário nebuloso para a educação pública no país (*EDUCAÇÃO ...*, 2015). A atual política econômica, balizada na austeridade e no cumprimento das metas de superávit fiscal para garantir o pagamento dos juros e serviços da dívida pública, denota o caráter classista do

governo federal, comprometido com os interesses do capital financeiro e a manutenção, a qualquer custo, dos níveis de lucratividade. Os efeitos dessas medidas são sentidos pela classe trabalhadora (desemprego, arrocho salarial, inflação, restrições aos direitos sociais e trabalhistas). Assim, o processo de expansão evidenciado nos últimos anos pelas IFES deve ser objeto de contenção, contrariando o lema do segundo mandato de Dilma Rousseff — "Brasil, Pátria Educadora".

Os dados apresentados a seguir revelam essa tendência, a partir de 2014, quando ocorreu uma redução significativa nas vagas ofertadas pela universidade objeto de análise, em comparação com ano anterior (2013).

TABELA 15: Vagas ofertadas e contratadas ensino de graduação – UFPA 2003-2015

ANO	CAPITAL	INTERIOR	TOTAL
2003	3.890	1.719	5.609
2004	3.423	2.377	5.800
2005	3.613	2.556	6.199
2006	3.556	2.024	5.580
2007	3.620	2.941	6.561
2008	3.787	2.782	6.569
2009	3.873	3.239	7.112
2010	4.003	3.829	7.832
2011	3.602	2.897	6.469
2012	4.343	3.835	8.178
2013	4.516	4.990	9.506
2014	4.465	2.839	7.304

Fonte: UFPA. *Anuário Estatístico*, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014.

Nos dados da Tabela 15, chama atenção a progressiva ampliação das vagas ofertadas nos *campi* do interior, na série histórica, cujo crescimento ultrapassa 290% no período entre 2003-2013. A regionalidade, dimensão destacada nas políticas de expansão do ensino superior, visando ao incentivo da criação de cursos e vagas de graduação em regiões geográficas desprovidas de acesso ou com baixa cobertura, vem encontrando materialidade nas ações desenvolvida pela UFPA. Nesse período, dois *campi* foram transformados em universidades: o *Campus* de Santarém e o *Campus* de Marabá convertidos, respectivamente, em Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).

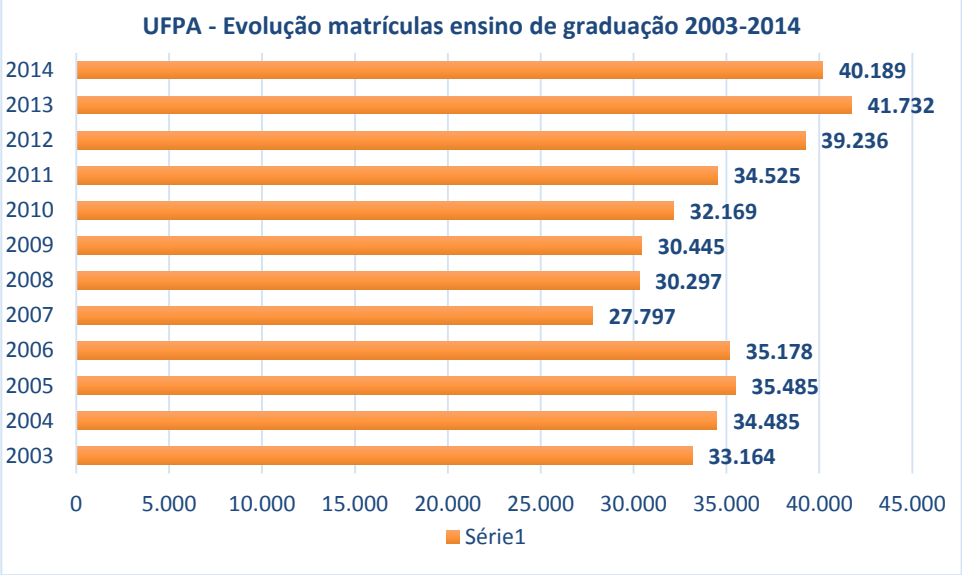
Observa-se, ainda, uma redução significativa na oferta de vagas, no ano de 2014, quando 2.839 foram ofertadas nos *campi* do interior. A análise dos documentos, durante a investigação, não permitiu identificar os fatores que contribuíram para essa redução. Uma das hipóteses é a criação da UNIFESSPA que, anteriormente, era unidade acadêmica da UFPA. A continuidade dos estudos sobre a política de expansão engendrada pela UFPA é que poderá permitir a confirmação dessa hipótese.

No Gráfico 13, apresentado a seguir, é possível observar a tendência de crescimento no número de alunos matriculados no ensino de graduação. Em 2003, a UFPA contava com 33.164 matrículas; em 2014, o universo de alunos matriculados era de 40.189, crescimento de aproximadamente 21% no número de matrículas na graduação. Nota-se uma redução significativa no número de matrículas no biênio 2006/2007. De acordo com o RELATÓRIO DE GESTÃO DA UFPA 2007, isso ocorreu em razão da migração do antigo sistema de dados (SISCA) para o sistema implantado a partir de 2006 (SIE). As distorções verificadas, a exemplo de duplicidade de matrículas, foram identificadas e corrigidas no processo de implantação do novo sistema.

Constata-se, ainda, que a ampliação de matrículas ocorreu, notadamente, no período de vigência do REUNI (2007-2012), em face do compromisso assumido pela

instituição junto ao MEC para a melhoria de um conjunto de indicadores acadêmicos.

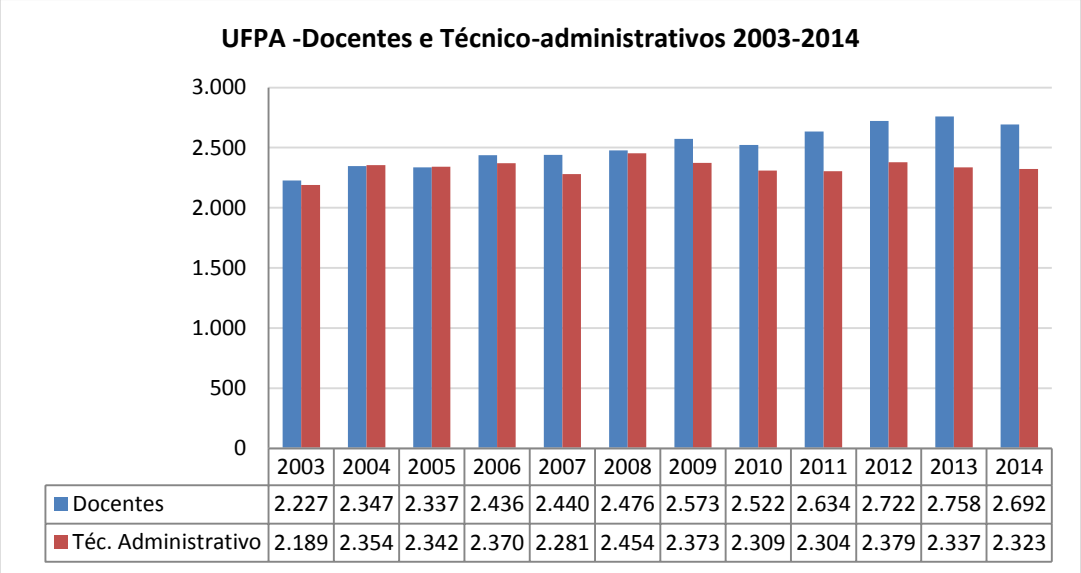
GRÁFICO 13: Evolução matrículas ensino de graduação na UFPA no período de 2003-2014



Fonte: UFPA. *Anuário Estatístico*, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014.

O Gráfico 14, apresentado a seguir, ilustra o processo expansionista experimentado pela UFPA no quadro de pessoal, na última década. A ampliação mais expressiva foi no quadro docente, com o acréscimo de 465 novas contratações. Entretanto, em relação aos técnicos-administrativos, o crescimento foi moderado, com apenas 134 novas admissões. Os números permitem inferir que o processo de expansão assumido pela Universidade vem priorizando as atividades fins, como a contratação de docentes e a ampliação de vagas na graduação.

GRÁFICO 14: Evolução quadro de pessoal da UFPA na série histórica 2003-2014



	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Docentes	2.227	2.347	2.337	2.436	2.440	2.476	2.573	2.522	2.634	2.722	2.758	2.692
Téc. Administrativo	2.189	2.354	2.342	2.370	2.281	2.454	2.373	2.309	2.304	2.379	2.337	2.323

Fonte: UFPA. *Anuário Estatístico*, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014.

Na gestão de Alex Fiúza Bolonha de Mello, que ocupou o cargo de Reitor da UFPA, no período 2001-2008, o conceito de Universidade Multicampi foi sistematicamente detalhado, e estabelecida a meta de consolidação de Universidade-rede, com efetiva integração dos *campi*[27] e núcleos do interior do Estado.

A Universidade-rede representa a integração do *Campus*-sede, situado em Belém, e os demais *campi* e núcleos distribuídos no estado do Pará. Essa integração ocorre por meio da desconcentração das atividades administrativas e acadêmicas.

Fialho (2005) elabora detidamente os significados atribuídos ao conceito de Universidade Multicampi, conceito esse, na visão da autora, ainda em construção e influenciado pelo que se compreende historicamente por universidade. A definição

---

[27] O Estatuto da UFPA dispõe, no Art. 26: "O *Campus* é uma unidade regional da Universidade instalada em determinada área geográfica, com autonomia administrativa e acadêmica". No parágrafo único, do referido artigo, prevê que "os *campi* atuarão em inter-relação mútua e interação com a Administração Superior da UFPA na elaboração e consecução de projetos, planos e programas de interesse institucional" (UFPA, 2009, p.26).

da missão e da natureza da universidade, objeto de flutuações, mediações e influências, produzem diversidade de entendimentos, cuja base se assenta numa visão dualista de universidade: “Ora como agência de formação de recursos humanos (e, mais restritamente, mão-de-obra para o mercado de trabalho), ora como encarregada da cultura douta, erudita (em suma distante das necessidades básicas das sociedades e do povo” (FIALHO, 2005, p.40). A autora acredita que essa concepção dualista é inapropriada, pois limita as múltiplas mediações que influenciam a missão, a produção e o papel assumidos pela instituição universitária nas relações de desenvolvimento econômico e social.

Ainda com apoio nos estudos de Fialho (2005) acerca da Universidade Multicampi, apreende-se que uma análise etimológica preliminar do conceito

> [...] permite evidenciar uma trajetória de sentidos atribuídos à palavra (Multicampi) – como a ideia de quantidade, como a ideia de localização geográfica e como a ideia de lugar de produção –, corroborando noções que circulam no meio universitário e que fazem reencontrar as dimensões relativas à estrutura organizacional desconcentrada e à dispersão físico-territorial. Essa expressão (Multicampi), portanto, cujos significados nem sequer se encontram absorvidos pela língua vernácula, embora consagrada para dizer de uma modalidade de ensino superior, vai além do mero ato de designar alguma coisa: ela aponta para um fenômeno que se pretende diferenciado de outros, a exemplo dos modelos universitários cuja configuração não se restringe a um único lugar enquanto localização física, por exemplo. (FIALHO, 2005, p.51).

Nesse sentido, não se trata apenas de aspecto meramente quantitativo, determinado pela quantidade de unidades (*campi*) que compõe uma universidade, tampouco pela determinação da localização geográfica dos espaços físicos. Outros elementos estão presentes nesse conceito (Multicampi):

> Nela estão presentes, pois, as duas acepções que vimos sublinhando e que buscamos caracterizar como indicadores analíticos: campus como indicador físico-espacial (unidade de assentamento de uma dada estrutura universitária e unidade de referência para indicar o distanciamento dos centros urbanos) e campus como indicador acadêmico (unidade de localização de uma determinada base da produção intelectual) (FIALHO, 2005, p.54).

A Universidade Multicampi expressa uma nova organicidade das universidades, influenciada e amplamente determinada pelo imperativo da expansão do acesso, processo sistematicamente aprofundado, na última década. O PLANO DE EXPANSÃO – FASE I e o REUNI são ações políticas que a elegeram como foco da interiorização da universidade pública, sob a justificativa de oportunizar acesso a cursos de graduação, em localidades distantes dos grandes centros urbanos.

É importante registrar que a interiorização da UFPA, nas suas distintas fases, foi influenciada por arranjos e acordos políticos locais e regionais, mediados por prefeitos, vereadores, deputados e governadores. Normalmente, a solicitação para a implantação de núcleos era dirigida à Universidade, por esses atores políticos, que se comprometiam a criar as condições mínimas de instalação: prédios, equipamentos e pessoal administrativo. Ocorre que acordos políticos, geralmente, têm prazo de validade, determinado pelo período do mandato do titular, e tem sido frequente, por essa razão, a descontinuidade de apoio às ações desenvolvidas nos núcleos e *campi*. Um exemplo é a cedência de pessoal administrativo oriundo das prefeituras e das secretarias de Estado; considerando a rotatividade dos gestores locais, a permanência desse pessoal de apoio é inconstante.

Os componentes institucionais da UFPA são demonstrados no quadro a seguir; sintetiza-se o crescimento no número de polos e *campi* do interior, distribuídos no território paraense. Em 2014, os municípios de Altamira, Abaetetuba, Ananindeua, Breves, Belém, Bragança, Capanema, Castanhal, Cametá, Salinópolis, Soure e Tucuruí abrigavam unidades acadêmicas daquela Universidade. A ampliação de cursos e faculdades no interior do Estado ressalta a centralidade da política de expansão por meio de interiorização. Merece destaque que alguns desses municípios recebem grandes empreendimentos econômicos na área de produção energética e industrial (Altamira, Tucuruí, Ananindeua, Salinópolis).

TABELA 16: Componentes Institucionais da UFPA 2010-2014

COMPONENTES INSTITUCIONAIS	2010	2011	2012	2013	2014
Campi	11	11	11	13	12
Polos Regionais	55	52	60	53	55
Institutos Acadêmicos	13	14	14	14	14
Faculdades (Belém)	47	47	52	48	52
Faculdades (Interior)	47	47	53	73	57
Cursos de graduação (capital)	116	116	104	106	89
Cursos de graduação (interior)	397	425	462	391	462
Núcleos	5	5	5	6	6
Escola de Aplicação	1	1	1	1	1
Escolas (Música, Teatro e Dança)	2	2	2	2	2
Hospitais Universitários	2	2	2	2	2

Fonte: UFPA. *Anuário Estatístico da UFPA 2015* (ano base 2014).

Observa-se uma inserção da universidade nos polos de produção econômica no território paraense. Os cursos criados buscam uma articulação a vocação socioeconômica das regiões atendidas. Dias Sobrinho (2010) chama atenção para as complexas e antagônicas exigências requeridas da Educação Superior na atualidade. O cenário flutua no campo ora de valorização, ora de depreciação desse nível de ensino, cujo desdobramento é um sentimento de crise e incertezas.

> A universidade hoje é levada a dar respostas a expectativas, tarefas e funções crescentemente alargadas, contraditórias e complexas. Três são os principais fatores que podem explicar esse fenômeno: forte demanda por mais escolarização de nível superior, que acabou acarretando uma grande expansão das matrículas, muitos países passando da categoria de elite para a de massa e até mesmo para a universalização; conexão da educação com a expansão social da divisão do trabalho; valor econômico do trabalho, sobretudo da pesquisa especializada para o impulso de nichos mercantis, ocasionando uma grande fragmentação das atividades acadêmicas (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 36-37).

A realidade brasileira está distante da universalização dessa etapa educacional; entretanto, a ampliação das matrículas observadas nas últimas décadas, incentivadas, por um lado, pelas políticas governamentais que privilegiam a supremacia da oferta nas instituições privadas e, por outro, a imposição de um modelo gerencial nas instituições públicas, visando à ampliação das vagas por meio do melhor aproveitamento da estrutura existente, reforça o cenário complexo e contraditório enfrentado pelas universidades públicas.

De acordo com Dias Sobrinho (2010), essas instituições não dispõem da hegemonia na formação dos profissionais nas distintas especializações, tampouco na capacitação de mão de obra para realização de trabalhos de reduzida especialização. Entretanto, persistem demandas contraditórias que buscam conciliar os valores gerais e permanentes da sociedade democrática com interesses imediatos e pragmáticos das empresas. A fragmentação e a diversificação têm sido o caminho escolhido: “Assim, se opera uma divisão de trabalho, explícita ou tacitamente, em que instituições estruturalmente diferenciadas criam seus nichos específicos e se ocupam de funções diversificadas” (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 57).

A ampliação da participação das instituições privado-mercantis, com capital aberto na bolsa de valores e organizadas em oligopólios, cuja especialidade é a oferta de cursos com metodologias e currículos padronizados, visando à redução dos custos e orientados para as demandas do mercado, se configura como expressão material da organicidade do ensino superior no Brasil[28].

Por outro lado, as instituições públicas buscam uma permanente adequação para se manterem socialmente relevantes. O estreitamento com as demandas do mercado, pela via da PPP, é o aspecto mais nítido desse processo. No caso da UFPA, objeto de investigação da pesquisa ora relatada, apresenta-se como um objetivo estratégico, no PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, “promover maior interação da Universidade com empresas e comunidade”, visando agregar valor aos produtos e processos e disseminar a cultura do protagonismo e da inovação (UFPA. PDI, 2011). Esse objetivo se articula com o compromisso, declarado pela Universidade, com o desenvolvimento regional sustentável, balizada na formação

[28] OLIVEIRA (2009); SGUISSARDI (2008); CHAVES (2010); VALE, CARVALHO, CHAVES (2015).

dos cidadãos com capacidade crítica e na produção de conhecimento científico e técnico (UFPA. PDI, 2011).

Diante dos dados empíricos apresentados até o momento neste trabalho, demonstra-se que os grandes empreendimentos instalados no estado do Pará não promoveram ganhos efetivos na qualidade de vida da população (renda, escolaridade, trabalho) e, na prática, consolidaram o modelo de exploração capitalista na Amazônia, capitaneado pela burguesia nacional e internacional; daí emerge o questionamento da capacidade ou efetividade da ação da Universidade na transformação dessa realidade. Nos documentos institucionais, o discurso do desenvolvimento regional e da transformação social assume importante centralidade. Entretanto, as limitações decorrentes da dependência do financiamento do fundo público e da progressiva incorporação de fontes orçamentárias captadas junto à iniciativa privada parecem promover o esvaziamento das proposições da Universidade.

A mola propulsora histórica do capitalismo está assentada na permanente busca de valorização do capital, como destaca Marx:

> Como fanático da valorização do valor, o capitalista força inescrupulosamente a humanidade à produção pela produção e, consequentemente, a um desenvolvimento das forças produtivas sociais e à criação de condições materiais de produção que constituem as únicas bases reais possíveis de uma forma superior de sociedade, cujo princípio fundamental seja o pleno e livre desenvolvimento de cada indivíduo. O capitalista só é respeitável como personificação do capital. Como tal, ele partilha como o entesourador o impulso absoluto de enriquecimento. (MARX, 2013, p.667).

A atualidade do pensamento marxista como matriz teórica explicativa do funcionamento do sistema capitalista permite compreender como as instituições sociais reproduzem os princípios e as estratégias necessárias para a manutenção hegemônica de tal sistema. No tempo histórico em que educação, ciência e tecnologia foram transformados em bens de capital, indispensáveis ao processo de permanente reprodução, ampliação e acumulação, é nítida a incorporação das atividades e dos processos gerados pelas universidades públicas na engrenagem desse modo de produção.

A universidade pública empreende um esforço constante para preservação da sua legitimidade e incorpora o discurso da classe burguesa. É no mínimo questionável o discurso de desenvolvimento e transformação social no interior de um sistema cuja base é a exploração e a exclusão de amplos segmentos populares.

O quadro teórico-analítico marxista ressalta que apenas uma transformação articulada por um processo revolucionário conduzido pela classe trabalhadora permitirá outra forma de sociabilidade, distinta daquela produzida pelo capitalismo porque ancorada na igualdade, na liberdade e na plena realização humana. Enquanto prevalecer a forma societária gerida pela dominância do capital sobre o trabalho, qualquer ação reformista visará apenas à conformação e a neutralização dos conflitos e dos focos de resistência decorrentes dos efeitos nefastos produzidos pelo capitalismo.

Entretanto, ainda que se reconheça que a educação, isoladamente, não disponha de potencial transformador de determinada realidade social, é importante sublinhar que, sem esse instrumento, qualquer possibilidade revolucionária é comprometida. E, em se tratando de regiões que enfrentaram processos históricos de exploração, desigualdade e violência, materializados em programas e projetos articulados pela aliança entre Estado e burguesia, vendidos sob o discurso do desenvolvimento regional, a ampliação das oportunidades educacionais é imprescindível.

Nesse cenário, o *Campus* Universitário de Altamira integrou a segunda fase de expansão da Universidade, por meio da oferta de cursos de graduação, prioritariamente, Licenciaturas, nas áreas de Letras, Ciências, Geografia, História, Matemática e Pedagogia. Em outubro de 1992, tiveram início os cursos regulares de Licenciatura em Letras e em Matemática, seguidos por Pedagogia, em 1994. Em 1996, foi criado o curso de Licenciatura em Ciências Agrárias, com apoio do então Centro Agropecuário, hoje Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural. O curso ofertou quatro turmas regulares e criou as bases para criação do curso de Agronomia, em 2001. A vocação econômica da região, com intensa atividade agropecuária e extrativista, serviu de importante referencial para abertura do curso.

É reconhecida a relevância das ações de interiorização da Universidade, considerando que foi disponibilizada, nos municípios, a primeira oportunidade de acesso a cursos de graduação, notadamente, aos cursos de licenciatura, formação essa que viria atender à demanda latente de professores da Educação Básica. Entretanto, é importante mencionar as precárias condições de oferta e funcionamento dos cursos, com limitada infraestrutura física e de equipamentos e, particularmente, de recursos humanos. Os docentes que atuaram nesses polos eram docentes ligados aos Centros de Educação; de Letras e Artes; de Exatas e Naturais; e de Filosofia e Ciências Humanas, do *Campus* de Belém, e o pessoal administrativo, cedido por prefeituras. Durante muitos anos, esse quadro emblemático permaneceu como regra, nos municípios contemplados pela interiorização.

O corpo docente efetivo, até o ano de 2000, era composto por não mais que cinco docentes. O corpo técnico-administrativo era constituído de pessoal de apoio (serviços gerais) remanescente do projeto Rondon, servidores em final de carreira, que não desenvolviam atividades de caráter administrativo.

Desse modo, por mais de uma década e meia, as atividades do ensino de graduação do *Campus* de Altamira dependeram quase que exclusivamente do *Campus* de Belém. As disciplinas eram organizadas de forma concentrada e ministradas por docente, por um período que variava de uma a duas semanas. Os cursos regulares do *campus*, até 2003, eram apenas Letras, Pedagogia e Agronomia. Outros cursos foram ofertados, pontualmente, a exemplo de turmas isoladas de História, Geografia, Matemática e Ciências Sociais.

Em 2004, foi criado o curso de Ciências Biológicas, após experiência de turma intervalar, ofertada em 1999, coordenada pelo *Campus* de Belém. As discussões acerca da criação do curso foram iniciadas, em 2002, na gestão do Professor Afonso Wellington Santos Nascimento, coordenador do *Campus* de Altamira, na época. Após reuniões entre Administração Superior e Coordenação do *Campus*, para ajustar as condições de oferta e funcionamento, o curso foi criado, em 2004, com a oferta da primeira turma. As contratações de docentes ocorreram ao longo dos anos de 2005 e 2006, com admissão de um total de sete professores

(sendo seis efetivos e um substituto). O curso de Ciências Biológicas é um dos cursos contemplados pelo REUNI. A consolidação do curso, por meio da contratação dos primeiros docentes, foi viabilizada pela primeira fase do programa de expansão do governo Lula da Silva que antecedeu o REUNI.

No período de 2005 a 2006, a UFPA integrou a primeira fase do Plano de Expansão, do governo federal. Nesta fase, apenas os *campi* de Marabá, Castanhal, Bragança, Cametá e Santarém foram contemplados com investimentos e contratação de pessoal. O *campus* de Altamira, a princípio, ficou fora da expansão. Entretanto, após pressões do Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica, junto ao MEC, e da própria comunidade universitária do *campus* de Altamira, junto à Administração Superior da Universidade, foram disponibilizadas 23 vagas para contratação de docentes destinadas aos cursos de Ciências Biológicas (12) e Engenharia Florestal (11). Este último havia sido criado, em 2008, com a primeira oferta de turma, em 2009.

Na fase seguinte, no período entre 2007 e 2012, a implantação do REUNI permitiu a continuidade do processo expansionista, com a criação de cursos novos, contratação de professores e técnicos-administrativos, além de investimento em infraestrutura física dos cursos criados (Geografia, Engenharia Florestal, Etnodesenvolvimento, Ciências Biológicas, Língua Inglesa). O trabalho de Araújo (2011) investigou os desdobramentos da implantação do programa nessa unidade acadêmica, bem como as condições precárias enfrentadas pelos cursos abertos. As dificuldades se relacionavam à falta de salas de aula, docentes e técnico-administrativos, bem como de material pedagógico para o funcionamento adequado do curso. Ao final dessa fase, o *campus* contava com um quadro efetivo de 87 docentes e 16 técnico-administrativos (UFPA. Anuário Estatístico, 2012). Na seção seguinte, será apresentada a mobilização deste *campus* para a continuidade do processo de expansão no contexto da construção da UHE de Belo Monte, particularmente a partir dos recursos do PDRS Xingu.

5.2 OS RECURSOS ENVOLVIDOS NA POLÍTICA “DESENVOLVIMENTISTA” DO PDRSX: A INSERÇÃO DA UFPA NO CENÁRIO DE DISPUTA.

O PDRS Xingu se apresenta como instrumento de planejamento compartilhado entre União, estados, municípios e sociedade civil para o incentivo ao desenvolvimento da região de integração do Xingu, sob o marco de construção da UHE de Belo Monte. A pauta do desenvolvimento local é intensamente explicitada no Plano, que visa à promoção de políticas públicas que resultem na melhoria da qualidade de vida da população (BRASIL; PARÁ, [2010?]).

O discurso desenvolvimentista, como já explicitado neste trabalho, vem sendo amplamente disseminado pelo governo petista na condução da sua política conciliadora de classes. Na esteira da instalação dos grandes empreendimentos na região amazônica, prevalece essa matriz discursiva, balizada por um viés supostamente progressista e democrático. A inserção da sociedade civil organizada na implantação de políticas e programas que visem ao incentivo do desenvolvimento local se apresenta como um indicador do caráter supostamente democrático do processo, cercado de polêmicas e resistências, de construção da usina.

Os consórcios de empresas responsáveis pelo empreendimento utilizam um amplo arsenal midiático, disponibilizado em *sites*, *blogs*, vídeos, *outdoors*, para enfatizar os benefícios, bem como as características diferenciadas do processo de planejamento e construção da obra. A implantação de um Plano de Desenvolvimento Regional financiado com recursos da Norte Energia seria, nesse cenário supostamente progressista, um fenômeno novo.

Em articulação com o Plano Básico Ambiental, seria um instrumento de planejamento para a redução dos impactos ambientais e socioeconômicos decorrentes do empreendimento e para o estabelecimento de novas estratégias de desenvolvimento para os municípios impactados. Observa-se um meticuloso arranjo político engendrado pelos planejadores e executores da obra para apaziguar os focos de resistência, associando ao empreendimento a ideia de progresso e reparação da histórica omissão do Estado no atendimento das demandas da sociedade.

O PDRS Xingu se orienta pela semelhante concepção de articular os grandes empreendimentos instalados na região ao planejamento de políticas públicas visando ao incentivo do desenvolvimento local. Os recursos programados para investimento, ao longo de 20 anos, pela Norte Energia são uma exigência do Edital de Leilão 06/2009, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), para a construção da UHE de Belo Monte.

O Comitê Gestor do PDRSX (CGDEX) apresenta composição paritária, com membros do Estado e da sociedade civil que dispõem de representação conforme disposto no artigo 3º, do Decreto 7.340, de 2010, e se constitui como instância responsável por monitorar a execução e a efetividade do PDRS, promovendo sua revisão e atualização. A coordenação geral do Comitê está prevista no parágrafo 2º, do artigo 6º, nos seguintes termos: "§ 2º O Comitê Gestor contará com uma coordenação-geral integrada por três membros, sendo um do Governo Federal, um do Governo do Estado do Pará e um escolhido entre os representantes do poder público municipal."

Quadro 4: Composição do Comitê Gestor - CGDEX

INSTÂNCIA		TITULAR	SUPLENTE	TOTAL
PODER EXECUTIVO	Governo Federal	5	5	10
	Governo Estadual	5	5	10
	Governo Municipal Prefeituras 11 municípios	5	5	10
	Subtotal	15	15	30
SOCIEDADE CIVIL	Setor Empresarial	4	4	8
	Entidade de trabalhadores	4	4	8
	Movimentos Sociais	4	4	8
	Comunidades Indígenas	2	2	4
	Instituto de Ensino e Pesquisa	1	1	2
	Subtotal	15	15	30
	TOTAL	**30**	**30**	**60**

Fonte: PDRS Xingu, 2011.

A democracia, a participação social, a transparência, a garantia do contraditório e o respeito entre os agentes governamentais e a sociedade civil são destacados como princípios do Comitê. Entretanto, observa-se expressiva inserção do governo federal nos espaços de coordenação do CGDEX. Além da coordenação geral, todas as Câmaras Técnicas são conduzidas por representantes dessa esfera governamental, deslocados dos ministérios relacionados ao eixo temático de cada câmara.

A elaboração do PDRSX, cuja iniciativa coube ao governo federal e contou com a parceria do governo do Estado do Pará, sinaliza a concepção de democracia e participação social que orienta as políticas de desenvolvimento gestadas no território do Xingu e demarcadas por intenso centralismo estatal.

Miranda, Vasconcellos e Rocha (2010) ressaltam que, em territórios frágeis, com limitado desenvolvimento e onde as desigualdades sociais acirram a luta de classes, os espaços legais de participação social se estreitam. A democracia representativa e participativa, consagrada na Constituição Federal, de 1988, não alcança efetiva materialidade nos segmentos demográficos representativos da população a qual, em razão da pobreza e da desinformação, acaba alijada dos processos de participação social por uma gama de motivos:

> a) as impossibilidades sociais geradas pela carência de atendimentos básicos em educação, formação e informação, que limitam o conhecimento e valorização dos espaços políticos legalmente instituídos e, muitas vezes, geram a inserção informal das organizações civis instituídas (como as associações de moradores e/ou produtores) pelo atendimento incompleto dos preceitos legais;
>
> b) as práticas centralizadoras da gestão pública, notadamente a nível local, que viabilizam limitações intencionais à participação popular;
>
> c) as estratégias político-eleitorais tradicionais ainda dominantes, que reforçam o centralismo estatal e apropriam-se dos meios legais de organização social como instrumento de manipulação partidária;
>
> d) a reprodução destas mesmas práticas citadas, a nível das lideranças locais e na base social, nas organizações populares estabelecidas;
>
> e) a desesperança e a descrença política do grosso dessa população marginalizada, gerada pelas experiências históricas fracassadas vivenciadas nas organizacionais formais e/ou informais;
>
> f) este distanciamento da sociedade política induzindo, pela desesperança e descrença, a inserção das populações pobres na sociedade autônoma (fora do Estado), em formas organizadas de desobediência civil (caso dos movimentos dos sem-terra, sem-teto, etc.)

> ou de ruptura social (a violência, o crime organizado, entre outros). (MIRANDA; VASCONCELLOS; ROCHA, 2010, p.5).

Os motivos elencados pelos autores são evidenciados na mesorregião do Xingu, território que, desde o período da ditadura militar, recebe expressiva intervenção das ações do governo federal. Os planos de desenvolvimento implantados desde a década de 1970 e a federalização das terras são fenômenos ilustrativos do esforço empreendido pelo governo central para manter aquele território sob seu controle e supervisão.

As dificuldades para uma efetiva participação social são agravadas pelo quadro de intensas desigualdades sociais que prevalecem nos municípios de abrangência da construção da Usina, conforme descrito na segunda seção deste trabalho. Os movimentos sociais que não se alinharam aos interesses do Estado enfrentam processos judiciais e a criminalização das atividades, a exemplo do Movimento Xingu Vivo. Além disso, a cultura conservadora dos arranjos dos grupos políticos locais dificulta a materialização de uma efetiva participação dos segmentos populares. Na manutenção dos interesses classistas, ocorre uma explícita acomodação entre os interesses do Estado, do capital e algumas organizações sociais.

Dessa forma, fica evidenciada a força política do governo federal, como principal articulador dos encaminhamentos e mediador das disputas de interesses entre as distintas esferas de representação na dinâmica de funcionamento do CGDEX. Isto se materializa no modo centralizado de planejamento das políticas e no processo de condução e execução dos planos/programas.

O Comitê Gestor do PDRSX, conforme mencionado anteriormente, é organizado por Câmaras Técnicas (CT), que subsidiam as decisões do Comitê e constituem espaço para discussão e submissão dos projetos. As CTs se organizam por eixo temático, com composição paritária, representadas por membros do governo e da sociedade (PDRS Xingu, 2011), conforme descrito no quadro apresentado a seguir.

QUADRO 5. Câmaras Técnicas do Comitê Gestor do PDRSX

CT	EIXO TEMÁTICO
01	Ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental
02	Infraestrutura para o desenvolvimento
03	Fomento às atividades produtivas sustentáveis
04	Inclusão social e cidadania
05	Monitoramento e Acompanhamento da implementação das condicionantes previstas no Licenciamento Ambiental do Empreendimento Belo Monte
06	Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais
07	Saúde
08	Educação

Fonte: PDRS Xingu, 2011.

As reuniões periódicas das CTs antecedem as plenárias do Comitê. Esta pesquisadora participou de algumas dessas reuniões como ouvinte. Observou-se, nesses encontros, um ambiente de intensa disputa política entre os diferentes representantes governamentais e das organizações da sociedade civil. Os municípios e seus respectivos órgãos apresentavam um discurso pautado pela defesa da necessidade de atendimento das demandas locais, notadamente, das secretarias que promovem os serviços sociais de interesse da população (saúde, educação, assistência social), diante dos impactos do empreendimento. As atas de algumas dessas reuniões estão na seção dos anexos deste trabalho.

O Comitê divulga, anualmente, edital público com as normas e critérios para submissão dos projetos que devem estar sintonizados com as diretrizes das CTs. Os proponentes dever estar constituídos sob a forma de pessoa jurídica, em conformidade com as leis brasileiras e atuarem há pelo menos dois anos na região. Outras exigências se relacionam com a abrangência regional das ações propostas (população destinatária e amplitude territorial); além disso, deve prevalecer, nos

projetos, a transversalidade, como o desenvolvimento sustentável[29] (PDRS XINGU, 2011).

Na tabela a seguir são apresentados os recursos captados por esfera de proponente no período de 2011 a 2014:

TABELA 17. Projetos aprovados por esfera de proponente 2011 a 2014. Valores nominais (em R$1,00)

	2011		2012		2013		2014		Total		
	Qtd.	Valor	Qtd	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd	Valor	% Part.
Gestão PDRSX			1	2.000.000,00	1	4.600.000,00	1	5.569.000,00	3	12.169.000,00	8,34
Câmaras Técnicas	1	90.000,00	12	11.020.000,00	1	4.929.600,00	1	436.566,33	15	16.476.166,33	11,29
Governo Estadual	3	3.122.486,46	2	1.672.825,00	3	1.701.271,15	2	2.391.095,00	10	8.887.677,61	6,09
Governo Federal	1	2.000.000,00	11	4.970.865,62	8	5.491.183,04	1	639.355,00	21	13.101.403,66	8,98
Governo Municipal	10	6.229.286,12	7	5.139.404,00	27	16.689.372,72	27	22.039.911,06	71	50.097.973,90	34,32
Organização da Sociedade	15	5.410.494,00	12	5.632.152,21	30	22.642.677,81	21	11.556.180,26	78	45.241.504,28	30,99
Total Geral	30	16.852.266,58	45	30.435.246,83	70	56.054.104,72	53	42.632.107,65	198	145.973.725,78	

Fonte: PDRS Xingu, 2015.

Os dados apresentados na Tabela 17 demonstram que a alocação dos recursos ocorre uma intensa captação pelas prefeituras (governo municipal), com crescimento progressivo no período de análise. Em 2011, os valores alocados por meio dos projetos ficaram na ordem de R$6.229.286,12. No ano de 2014, os recursos aprovados para essa esfera administrativa foram de R$50.097.973,90, crescimento superior a 804%, no período.

---

[29] O CGDEX apresentou no Edital de 2013, a seguinte conceituação de desenvolvimento sustentável: Entende-se desenvolvimento sustentável as ações que deverão estimular as potencialidades socioambientais e socioculturais e recursos da região, produzindo efeitos de forma continuada e reduzindo as desigualdades socioeconômicas e fomentando práticas includentes e o uso sustentável dos recursos naturais, com o objetivo de se consolidar o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu.

Os municípios impactados pelo empreendimento vêm utilizando os recursos previstos no PDRS Xingu para investimentos em projetos direcionados a diferentes áreas, a exemplo da agricultura familiar, regularização fundiária, saúde, educação, reestruturação dos órgãos de controle social (conselhos municipais). Esses municípios apresentam dificuldades históricas na implantação de políticas públicas afinadas com as demandas da população. O incipiente desempenho da economia dos municípios acarreta intensa dependência das transferências constitucionais do Estado e da União e a necessidade de uma ação estatal mais efetiva no planejamento e execução de políticas públicas.

Diante da omissão histórica das diferentes esferas administrativas no atendimento das demandas básicas da população daquela região, os recursos investidos pelo PDRS Xingu, no nível da aparência, poderiam minimizar o quadro de desigualdade, pobreza e exclusão. Entretanto, a descontinuidade dos investimentos, em face do prazo determinado no Plano, indica que estes, ainda que promovam avanços, conformam medidas contingentes, cujos efeitos só poderão ser adequadamente avaliados em médio ou longo prazo.

Os dados apresentados na Tabela 17 revelam, igualmente, uma intensa participação da sociedade civil organizada na captação dos recursos. No período entre 2011 a 2014, foram liberados R$45.241.504,28, que se destinaram a associações, cooperativas, fundações e sindicatos, o que corresponde a aproximadamente 30% do volume total de recursos disponibilizados no período analisado.

Infere-se, a partir desses dados, que vem ocorrendo uma acomodação de interesses entre os segmentos de classes, mediado diretamente pelo Estado. O grande capital, maior interessado no empreendimento, destina recursos financeiros a segmentos da sociedade civil organizada para atendimento das demandas relacionadas às suas atividades. Algumas dessas entidades integraram movimentos de resistência ao empreendimento, no longo processo de discussão e planejamento que envolveu a obra; e hoje, paradoxalmente, recebem financiamentos oriundos da empresa executora.

Dagnino (2004) ressalta que o período pós-constituinte, de 1988, conformou uma aposta na aproximação entre Estado e sociedade civil, em contraposição ao antagonismo que havia prevalecido em décadas anteriores. Algumas iniciativas de cunho participativo começaram a ser disseminadas, a exemplo dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas e dos Orçamentos Participativos. Estes últimos, implementados em municípios majoritariamente administrados pelo PT. Paradoxalmente, a partir daquele período (década de 1990), o receituário neoliberal tornou-se objeto de sistemática incorporação à agenda política dos presidentes democraticamente eleitos (Fernando Collor de Melo, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Lula da Silva e Dilma Rousseff). Como se sabe, um dos princípios amplamente defendidos pelo neoliberalismo é, numa direção, a redução da participação do Estado na garantia dos direitos sociais à classe trabalhadora e, noutra, a transferência dessas responsabilidades à sociedade civil.

A tese defendida por Dagnino (2004) é que existe confluência perversa entre dois projetos. De um lado, o alargamento da democracia, expresso na criação de espaços públicos e na crescente participação da sociedade civil nos processos de discussão e tomada de decisão no que se refere ao planejamento, à implantação e ao controle de políticas públicas. O estabelecimento de ações conjuntas entre Estado e sociedade civil, por meio da efetividade de canais democráticos de participação, conformariam os pilares desse projeto.

De outro lado, estaria o projeto ancorado nos princípios neoliberais, balizados na defesa da isenção do Estado, enquanto garantidor dos direitos sociais, materializados em políticas públicas. “A perversidade estaria colocada, desde logo, no fato de que, apontando para direções opostas e até antagônicas, ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva” (DAGNINO, 2004, p.96).

O fenômeno que a autora denomina de perverso é mediado por um discurso do fortalecimento das instituições democráticas, o que, supostamente, garantiria a inserção das organizações e movimentos sociais nos espaços de decisão política. O uso ideológico dessa participação é evidenciado na defesa de ações polêmicas e controversas, a exemplo da UHE de Belo Monte. Registre-se que, a despeito do

discurso democratizante, o Estado usa todo o aparelhamento jurídico e militar para contenção de conflitos e resistências dos trabalhadores e dos movimentos sociais que se contrapõem aos interesses do capital. Isso vem ocorrendo de modo sistemático na construção da UHE de Belo Monte e é denunciado pelo Movimento Xingu Vivo[30].

O discurso democrático e participativo permeia o PDRSX. No documento que o sistematiza, fica explicitada essa concepção de democracia participativa, destacando-se que a adoção do Planejamento Territorial Participativo como metodologia permitiu a interlocução entre Estado e sociedade civil por meio da realização de três audiências públicas nos munícipios de Altamira, Senador José Porfírio e Uruará. A construção de uma agenda social de políticas sociais intermunicipalizadas exige, de acordo com os idealizadores do Plano, um esforço conjunto do Estado e da sociedade civil:

> Para tanto, é necessária, de um lado, a mobilização da sociedade civil e conselhos de garantia de direitos para a construção e pactuação de políticas (Conselhos, Fóruns, Consórcios) no âmbito dos municípios que constituem a Região de Integração do Xingu e, de outro, a mobilização de serviços financeiros para investimentos produtivos e geração de emprego e renda. O objetivo é assegurar a eficiência e a eficácia na implementação das políticas a partir de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade para a oferta e a operação de benefícios, serviços, programas e projetos. Isto supõe a articulação entre as unidades municipais visando a provisão de proteção social para o conjunto da região. (PDRS XINGU, 2010, p.6).

Nos dados apresentados na Tabela 18, a seguir, é possível observar, no período de 2011 a 2014, os recursos aprovados por Câmara Técnica.

Tabela 18. Projetos aprovados por câmara técnica no Comitê Gestor do PDRSX no período de 2011 a 2014. Valores nominais em R$ 1,00

2011	2012	2013	2014	Total

[30] O movimento Xingu Vivo mantém o *website* www.xinguvivo.org.br e disponibiliza informações, artigos, estudos relacionados à construção da UHE de Belo Monte.

	Qtd.	Valor	Qtd	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd	Valor	% Part.
CG			3	1.889.394,64					3	1.889.304,64	1,29
CGDEX			1	2.000.000,00	1	4.600.000,00	1	5.569.000,00	3	12.169.000,00	8,34
CT-01	3	1.985.400,00	4	3.352.395,00	5	7.191.058,05	2	3.148.802,18	14	15.677.655,24	10,74
CT-02			1	1.200.000,00	3	6.852.550,00	4	4.517.094,48	8	12.569.644,48	8,61
CT-03	10	3.510.625,12	7	3.473.560,53	10	11.335.869,73	2	3.202.718,34	29	21.522.773,72	14,74
CT-04	9	5.198.930,00	4	1.632.669,76	14	4.600.119,28	8	3.608.410,44	35	15.040.129,48	10,30
CT-05	1	90.000,00			1	4.929.600,00	2	1.525.354,44	4	6.544.954,44	4,48
CT-06	3	1.570.000,00	7	2.499.986,66	13	8.232.412,53	9	2.298.707,50	32	24.601.106,69	10,00
CT.07	1	1.472.486,46	15	12.520.000,00	16	5.044.639,82	14	9.593.129,69	46	28.630.255,97	19,61
CT.08	3	3.024.825,00	3	1.867.330,04	7	3.267.855,30	11	9.168.890,58	24	17.328.901,12	11,87
Total Geral	**30**	**16.852.266,58**	**45**	**30.435.246,33**	**70**	**56.054.104,72**	**53**	**42.642.107,65**	**198**	**145.973.725,78**	

Fonte: PDRS XINGU, 2015.

Os dados revelam que as Câmaras Técnicas 07, 06 e 03 concentram o maior volume de recursos capitaneados no período analisado. A CT 07 (Saúde) recebeu R$28.630.255,97. Por seu turno, a CT 06 (Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais) aprovou R$24.601.106,69. A CT 03 (Fomento às Atividades Produtivas) recebeu R$21.522.773,72. As referidas CTs (07, 06 e 03) receberam 51% do total recursos destinados, no período, pelo PDRSX.

A CT 08 (Educação) recebeu R$17.328.901,12, aproximadamente 12% do volume de recursos disponibilizados no período. Os projetos aprovados na respectiva câmara apresentam expressiva heterogeneidade, portanto, não são dotados de um padrão ou linha específica de ação. Os proponentes são prefeituras, fundações, sindicatos, associações de bairro, instituições de ensino superior. As ações propostas vão desde a construção de creches e programas de alfabetização de jovens e adultos, passando por contratação de assessoria para construção do plano municipal de educação, programas de formação profissional nas casas familiares rurais e ações de expansão das escolas do campo, além das propostas de expansão e reestruturação do ensino superior público (PDRS XINGU, 2015).

A CT de educação foi criada apenas em 2014; no período anterior, integrava a CT de inclusão e cidadania. Esta câmara foi criada após mobilização de representantes das IES públicas que promoveram encontros regionais cuja temática se pautava pela articulação entre a educação e o desenvolvimento regional. O objetivo era colocar em evidência o tema e sensibilizar os membros do Comitê Gestor do PDRSX para o fato de que era necessário criar uma instância própria para educação, em face das complexidades e demandas apresentadas pelos municípios e instituições.

É importante registrar que, dentro das condicionantes do empreendimento assumidas pelo consórcio das empresas responsáveis pela obra na área educacional, o ensino superior é suprimido. No Plano Básico Ambiental (PBA), apresentado pela Norte Energia S.A. como instrumento sistemático de ações mitigantes dos impactos do empreendimento, o “Projeto de Recomposição / Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação” é destacado. Entretanto, as ações se direcionam a reforma e construção de escolas para atendimento da Educação Básica, notadamente o ensino fundamental.

A heterogeneidade de projetos na área educacional parece ser um reflexo da organização da educação nacional, na qual prevalece o regime de colaboração entre as esferas administrativas. Estados e municípios assumem funções especificas na oferta da Educação Básica, conforme estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Por seu turno, a União assume o papel de coordenadora e articuladora da política da educacional, além da função supletiva e redistributiva. As assimetrias regionais na composição das receitas provenientes de arrecadação de impostos dos municípios promovem diferenciações nos investimentos destinados à educação.

Nos projetos aprovados, evidenciam-se ações com limitada articulação entre os entes federados e os planos, programas e diretrizes propostos pelo MEC, a exemplo do Plano de Ações Articuladas, instrumento articulador de planejamento e gestão que visa à elevação dos padrões de qualidade da educação nacional. A relação dos projetos constam no anexo deste trabalho.

Além disso, em razão de o ensino superior não constar nas condicionantes do PBA, prevalece a lógica de que essa demanda deve ser garantida pelo governo

federal, no âmbito do MEC, e pela iniciativa privada. Dessa forma, a garantia da oferta desse nível se coaduna com os princípios da organização da educação nacional que concebe o acesso ao ensino superior como um privilégio, não como um direito social, exigindo efetividade das políticas de Estado visando à inserção ampla das camadas populares.

5.3 A EXPANSÃO E O FINANCIAMENTO DO *CAMPUS* DE ALTAMIRA: MEDIAÇÕES DOS RECURSOS DO PDRS XINGU

As discussões acerca da elaboração de um projeto de expansão/reestruturação para submissão ao Comitê Gestor do PDRSX foram iniciadas em 2010. A coordenação do *Campus* de Altamira daquele período defendia que a obra traria benefícios para a ampliação do *campus*, por meio da oferta de cursos nas áreas da saúde, engenharias e direito.

Os recursos para financiar a execução do projeto viriam dos investimentos sociais que o consórcio de empresas responsável pela construção está obrigado a realizar, dentro das condicionantes de redução de impactos sociais. Em reunião realizada no dia 10 de dezembro de 2010, no Conselho Universitário do *Campus*, o Coordenador deste último, e Presidente do Conselho, apresentou a proposta de elaboração do projeto de expansão do *campus*. Os recursos para financiamento seriam oriundos dos investimentos sociais do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte.

O projeto está em plena sintonia com o atual cenário imposto às universidades públicas, que, diante do limitado financiamento pelo poder público, são obrigadas a buscar fontes alternativas de custeamento. Nessa relação, na qual as fronteiras entre o público e o privado são atenuadas e o “investidor” acaba por determinar os critérios e condições do financiamento, cabe à universidade o ajustamento às demandas apresentadas.

Nesse contexto, as universidades assumem papel de formadora de profissionais com conhecimento técnico-científico, elemento indispensável à

reprodução do capital. A produção dessa mercadoria (conhecimento), em determinados casos, é encomendada pelo mercado, a exemplo de cursos oferecidos por meio de convênios e contratos.

> Numa relação ciência, tecnologia, instituições educacionais e indústria, é parte essencial da estratégia industrial o controle da produção cultural. O capital precisa de controle não apenas dos mercados e de equipamentos e instalações produtivas, mas também da ciência. O controle sobre os produtos da ciência e da tecnologia, por meio do controle das patentes, foi a forma inicial deste monopólio sobre a ciência. Posteriormente, o controle sobre o próprio processo de produção científica, por intermédio da pesquisa industrial organizada e regulada levou, finalmente, ao controle dos pré-requisitos sociais deste processo: o desenvolvimento de instituições necessárias para a produção tanto do conhecimento científico quanto de pessoas com conhecimento, e a integração destas instituições ao sistema capitalista da indústria baseada na ciência. (BRINHOSA, 2009, p.52).

A universidade demonstra que vem tentando se adequar ao cenário que se apresenta, no qual a vertente econômica dita as práticas, os valores e as formas de gestão, de acesso e de financiamento universitário. A elaboração do Projeto de Expansão do *Campus* de Altamira, articulada à instalação de um grande empreendimento econômico, expressa a materialidade da subordinação dessa instituição social aos processos metabólicos de expansão capitalista.

Algumas reuniões foram promovidas pela comunidade acadêmica para apresentação das demandas que deveriam integrar o projeto. Uma comissão foi constituída para recebimento das propostas e construção do documento, submetido, em 2011, para apreciação da plenária do Comitê.

O plano de expansão do *Campus* de Altamira apresenta como principal objetivo:

> Expandir e consolidar a oferta do ensino superior as populações atingidas pelo Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte, enquanto estratégia para formação de quadros profissionais qualificados, comprometidos com processos, economicamente viáveis, ambientalmente seguros e socialmente justos, de desenvolvimento regional (UFPA, 2012, p.30).

A proposta prevê a criação de 14 novos cursos de graduação, quatro cursos de pós-graduação, além da contratação de 264 docentes para atender aos cursos novos e aos existentes, e 144 técnicos-administrativos. O orçamento geral do projeto (custeio, capital e pessoal) ultrapassou R$185.514.089,00, que deveriam ser investidos nos anos de 2013, 2014 e 2015. As dimensões apresentadas na proposta se assemelham a proposta de criação de uma nova universidade e, mais tarde, balizariam as discussões em torno dessa nova pauta, naquela comunidade.

O projeto de expansão do *Campus* de Altamira ganha corpo e visibilidade, portanto, no cenário de instalação do controverso processo de instalação da Hidrelétrica de Belo Monte. Esse momento, inclusive, foi utilizado como argumento de "oportunidade histórica" para consolidar as ações dessa Unidade, criando as bases para sua transformação na futura Universidade do Xingu. Aparentemente, a Universidade parece não dispor de legitimidade para conduzir autonomamente sua missão, e fazer cumprir seus objetivos institucionais. Carece de forças exógenas, representadas pelo conglomerado do grande capital, para justificar ou convencer o Estado da necessidade (real) de expandir e consolidar as oportunidades educacionais para populações do território paraense.

No panorama descrito no referido documento destacam-se os conhecidos problemas centrais enfrentados na área educacional: alta evasão escolar, baixo rendimento, baixa média de anos de estudo, alta taxa de analfabetismo, baixa formação profissional técnica associada à educação formal, infraestrutura deficiente em todos os níveis, e baixa qualificação e remuneração dos profissionais do setor. Esses fatores repercutem na vida da população e representam o desafio a ser enfrentado pelo Estado e pelas instituições educacionais que integram a sua estrutura. No ensino superior, o enfrentamento que se apresenta é a baixa cobertura do acesso e a ampliação da oferta nos munícipios do entorno da cidade de Altamira:

> O ensino superior apresenta pouca expressão em toda a região, bastante concentrado em Altamira, onde existem cursos ofertados pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e pela Universidade Estadual do Pará (UEPA), além de outras instituições de ensino superior privadas, públicas ou confessionais (UFPA, 2012, p.22).

O projeto submetido pelo *Campus* de Altamira prevê a criação de novos cursos de graduação e pós-graduação, contratação de vagas de docentes e técnicos-administrativos, reforma e construção para atendimento das demandas dos cursos e aquisição de equipamentos.

No dia 10 de agosto de 2011, em reunião do conselho universitário do *Campus* de Altamira, foi apresentado o plano de expansão sistematizado para apreciação dos conselheiros, tendo sido aprovado com vinte votos a favor e uma abstenção. A ata respectiva consta nos anexos deste trabalho.

Na reunião do Comitê Gestor do PDRSX, realizada no dia 26 de agosto de 2011, o coordenador do *Campus* de Altamira no período apresentou o plano de expansão da unidade. Alguns representantes do Comitê manifestaram resistência em relação à amplitude do projeto, considerando os volumes de recursos envolvidos. O argumento dos membros do Comitê se pautava pela justificativa de que a expansão e a reestruturação da universidade se constituem em política de Estado, e esta deveria ser conduzida pelo governo federal, no âmbito do Ministério da Educação.

Dentro do universo das proposições do projeto, a plenária deliberou pela priorização de uma ação, elegendo-se a oferta do curso de Medicina. Essa escolha não foi aleatória, considerando-se que Medicina é o curso vitrine de qualquer instituição de ensino superior, geralmente, o mais disputado nos processos seletivos. Dessa forma, os atores políticos representados no Comitê Gestor teriam mais um elemento para dar visibilidade à atuação junto ao PDRSX e à comunidade local.

Nesse contexto, coube à UFPA reformular o projeto, adequando-o às exigências do Comitê. Os recursos destinados para o curso de medicina, no âmbito das verbas do PDRSX, foi de R$2.000.000,00. Esse valor foi utilizado na construção do prédio acadêmico e administrativo que viria a abrigar o curso.

Outro encaminhamento dessa reunião foi o compromisso, assumido pela Casa Civil da Presidência da República, de promover reunião com o MEC para tratar das demandas de expansão da UFPA. Dessa forma, ainda que o projeto na íntegra não tenha sido aprovado no âmbito do PDRSX, considerado o expressivo volume de

recursos envolvidos, a pauta de expansão da Universidade estava colocada em evidência.

Nos anos que se seguiram, encontros regionais foram realizados pelo *Campus* de Altamira, para discutir com atores políticos, comunidade acadêmica e sociedade civil o tema da expansão, notadamente a partir da proposta de criação da Universidade do Xingu.

A construção da UHE de Belo Monte e os desdobramentos das ações de planejamento promovidas pelo Estado e articuladas ao consórcio de empresas construtoras serviram de mola propulsora para colocar em destaque a expansão do ensino superior público naquela região. Cabe perscrutar se, diante da inexistência dessas forças exógenas, em especial aquelas representadas pelo grande capital, a pauta da expansão seria empreendida, tal como se vem observando.

Na subseção a seguir, será apresentado o termo de cooperação técnica estabelecido entre a Norte Energia e a UFPA.

5.3.1 O TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE A NORTE ENERGIA A UFPA.

Em junho de 2014, a Administração Superior da UFPA recebeu, da Norte Energia S.A. , a minuta do Termo de Cooperação Técnica a ser celebrado entre as duas instituições. No documento encaminhado, aparece o seguinte destaque:

> Em conversações iniciadas em 2013 entre a Superintendência dos meios Físico e Biótico desta empresa e a Coordenação do Campus de Altamira da UFPA foi elaborada proposta de um Acordo de Cooperação que operacionalize o intercâmbio técnico entre ambas as instituições, bem como que exerça um efeito potencializador das atividades de pesquisa da Universidade, beneficiando-se das atividades e acervo de dados científicos que estão sendo gerados pelos projetos já executados em parceria com a UFPA no atendimento aos requisitos do licenciamento ambiental da UHE Belo Monte (NORTE ENERGIA, 2014, p.1).

No Termo de Cooperação Técnica, na sua Cláusula Terceira – Das Obrigações das Partes, fica evidente um desequilíbrio nas obrigações assumidas

pela Norte Energia em relação àquelas que deveriam ser assumidas pela UFPA. A empresa se responsabilizaria, basicamente, por:

> a) Proporcionar, dentro das normas vigentes, estágios curriculares para estudantes matriculados e nas suas diversas especialidades de atuação;
>
> b) Proporcionar assessoramento técnico na instalação dos laboratórios de ictiologia e de aquicultura de peixes ornamentais;
>
> c) Intercambiar conhecimentos e experiências para benefício de ambas as instituições, mantendo-se a propriedade intelectual,
>
> d) Permitir, obedecendo à programação previamente acordada, o acesso de docentes e discentes da UFPA às instalações da NESA, conforme abaixo relacionados:
>
> 1. Centro de Estudos Ambientais – CEA para:
>
> 1.1 Aulas práticas nas áreas Biológica, Florestal, Meliponicultura, Geologia, Geotecnia, Hidrossedimentologia Veterinária e Educação Ambiental;
>
> 1.2 Projetos de pesquisa em parceria e previamente aprovados, em conformidade com o Plano Básico Ambiental – PBA da UHE de Belo Monte;
>
> 1.3 Desenvolvimento de oportunidades de estágios e pesquisas de alunos da UFPA junto aos laboratórios tecnológicos da área de engenharia civil vinculados às obras da UHE Belo Monte e entorno;
>
> 1.4 Informação da ampliação das instalações de atendimento à saúde da população da região a UFPA, oportunizando, caso disponíveis e em comum acordo com os administradores das mesmas, vagas para estágio e residência médica e de enfermagem para alunos da UFPA do Campus de Altamira (NORTE ENERGIA, 2015, p.5).

Os termos da parceria indicam que a responsabilidade da empresa Norte Energia se resume, basicamente, em oferecer estágios curriculares, notadamente não remunerado, aos alunos regularmente matriculados na UFPA e fornecer assessoramento técnico aos laboratórios de ictiologia e aquicultura de peixes ornamentais; este último constitui uma exigência do PBA, segundo a qual a empresa responsável pelo empreendimento deve cumprir incumbências em relação a conservação e proteção dos ecossistemas da fauna e flora das áreas impactadas.

Dessa forma, ainda que a universidade tenha recebido duas instalações físicas que viriam a ser utilizadas para atividades acadêmico-científicas do ensino da graduação e pós-graduação, a iniciativa da empresa, ao financiar a construção dos

laboratórios, está diretamente atrelada a uma exigência das condicionantes[31] do Edital de concorrência do empreendimento.

A Norte Energia S.A. alocou cerca de dois milhões de reais para a construção e aquisição de equipamentos do Laboratório de Ictiologia destinado ao *Campus* de Altamira. O segundo, Laboratório de Aquicultura de Peixes Ornamentais, recebeu investimentos na ordem de 1,8 milhão de reais. O primeiro laboratório foi inaugurado, no dia 26 de junho de 2014, e contou com a presença do Vice-Reitor da UFPA, Horácio Schneider, a Coordenadora do *Campus* de Altamira Maria, Ivonete Coutinho da Silva, o Diretor Socioambiental da Norte Energia, João dos Reis Pimentel, além da comunidade acadêmica e a sociedade local.

A Norte Energia divulgou, no seu *website*, a cerimônia de inauguração do laboratório, destacando o compromisso da instituição com o desenvolvimento científico na região:

> A ciência ganhou nesta quinta-feira (26/6) uma referência para estudos sobre a imensa diversidade de peixes do rio Xingu e seus afluentes na Amazônia. Em solenidade realizada em Altamira, a Norte Energia entregou à Universidade Federal do Pará (UFPA) o Laboratório de Ictiologia, que vai dar suporte a pesquisas de identificação das espécies da região. Com 230 metros quadrados, o espaço concentrará o trabalho científico de pesquisadores sobre a fauna aquática da região da Transamazônica e abrigará uma coleção de cerca de 30 mil peixes (NORTE ENERGIA, 2014a).

No plano da aparência, os compromissos sociais da empresa, materializados na construção de laboratórios que seriam utilizados para ensino e pesquisa científica na Universidade, deveriam ser reconhecidos. Entretanto, essa constituiu uma medida diretamente relacionada às condicionantes de conservação da ictiofauna do rio Xingu, exigidas da empresa no processo de concessão do empreendimento e

---

[31] "Condicionantes são medidas, obrigações, atividade ou diretrizes definidas pelo Órgão Ambiental exigível como pressuposto de validade da licença ambiental (Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação), que tem por finalidade adequar o empreendimento aos pressupostos de preservação, proteção, conservação, melhorias socioambientais. A obrigatoriedade de entregar relatórios com prazos estipulados pode ser um exemplo de condicionante. Se por ventura o empreendedor não atender a qualquer uma das condicionantes estabelecidas, sua licença poderá ser suspensa, não renovada ou não concedida nas etapas sucessivas, a teor do que prescreve o art.19 da Resolução da CONAMA 237/97." (IDESP, 2014. Disponível em: http://www.fapespa2.pa.gov.br/index.php/todas-as-publicacoes/40-belo-monte).

previstas no item 2.12.3 do Plano Básico Ambiental. A ação, portanto, não é aleatória e tampouco desinteressada. A empresa, de um lado, cumpre uma exigência da construção da obra e, de outro, utiliza tal iniciativa para agregar capital político e ideológico junto à comunidade local.

Por outro lado, merece destaque que a contingência da ação do Estado no financiamento das atividades da Universidade, visando o pleno atendimento das demandas institucionais impõe uma série de restrições, notadamente à pesquisa. Dessa forma, para os professores-pesquisadores, a busca de parcerias junto à iniciativa privada parece ser o caminho mais viável para o alcance das condições mínimas para o desenvolvimento dos projetos de pesquisa e extensão, exigências para progressão na carreira docente.

Silva Júnior e Spears (2012) ressalta que a cultura da universidade pública vem passando por significativa mudança, influenciada pela mundialização do capital de predominância financeira. As IFES brasileiras estariam mais vulneráveis às ações do Estado, o que é verificável pelo intenso apelo à pesquisa aplicada e a hierarquia das distintas áreas de conhecimento:

> Embora este processo apresente oportunidades para o desenvolvimento de projetos empreendedores e de inovação tecnológica, sua dimensão econômica também desestabiliza a autonomia acadêmica e institucional em nível local. Este desafio pode ser observado no Brasil, onde a economia do século XXI está reorganizando, de forma predominante, a educação superior para ciências aplicadas orientadas para a ciência, tecnologia e inovação como um trinômio indissociado e guiado pela economia (SILVA JÚNIOR; SPEARS, 2012, p.4).

Segundo os autores, o desdobramento desse processo é a intensa competição entre pesquisadores e alunos, e uma tentativa do Estado de igualar o tempo econômico ao tempo de criação acadêmico-científica. As exigências para disputa de recursos junto às agências de financiamento de pesquisa, a ampliação dos critérios de produtividade para ascensão na carreira do magistério e para entrada e permanência nos programas de pós-graduação são fenômenos ilustrativos das transformações impostas ao perfil do professor-pesquisador. Outro critério que balizaria a competência e a produtividade desse profissional seria a capacidade de

captação de recursos junto ao mercado para financiamento das pesquisas por ele desenvolvidas.

O amplo processo de reforma política, jurídica e ideológica, iniciado no governo de FHC, norteados pelo conjunto de medidas institucionais que pretendiam disseminar uma nova cultura organizacional para instituições e órgãos do Aparelho Administrativo do Estado, objeto de continuidade e aprofundamento no governo de Lula da Silva, promoveu essa nova cultura no ambiente institucional universitário. Para Silva Júnior e Spears (2012), o desdobramento desse processo é a continuidade da mercantilização da produção do conhecimento e a certificação em massa de estudantes da graduação e pós-graduação.

Na mesma direção, Chaves (2009) ressalta que o processo reformista iniciado na década de 1990 e ideologicamente orientado por organismos multilaterais, vem promovendo, no interior das universidades públicas, uma mudança estrutural, pautada pela racionalidade capitalista. A diversificação das fontes de financiamento como estratégia para complementar os recursos das instituições, notadamente, por meio de parcerias junto à iniciativa privada constitui uma dimensão central dessa conformação. Para Chaves (2009), a prestação de serviços remunerados pela universidade passou a ser estratégico para a preservação da vida institucional.

O cenário apresentado pelos autores acima citados é evidenciado na parceria público-privada. O termo de parceria celebrado entre a UFPA e a Norte Energia S.A. e os elementos constitutivos do instrumento conformam a racionalidade economicista e utilitarista do mercado e são incorporados pela universidade como um caminho natural e inevitável.

No item D, do Termo de Cooperação, o acesso de professores e discentes da UFPA aos espaços e projetos mantidos pela empresa é destacado como outra contrapartida da empresa. Esse aspecto aparece como uma concessão diante do rígido controle estabelecido pela empresa quanto ao acesso de instituições e pessoas aos espaços sob sua tutela. As disputas e conflitos que se instauraram com a construção da Usina levou a empresa a adotar critérios mais rígidos de segurança. O Estado atua de modo articulado com os interesses da empresa, mantendo tropas da força nacional na área de abrangência do empreendimento.

Ademais, observa-se claramente que as proposições do termo de parceria visam a atender aos interesses da empresa no processo de atendimento das condicionantes, que ela é obrigada, por força de lei, a cumprir. Isto fica mais explícito no rol de responsabilidades atribuídos à UFPA, na cláusula terceira, parte II:

> Caberá à UFPA:
>
> a) Fornecer assessoria técnico-científica para o aprimoramento da execução dos projetos do PBA da UHE Belo Monte, estabelecidos em planos de trabalho anuais;
>
> b) Intercambiar conhecimentos e experiências para benefício de ambas as instituições, mantendo-se a propriedade intelectual;
>
> c) Permitir e dar prioridade à execução dos projetos do PBA da UHE Belo Monte nas dependências dos laboratórios de ictiofauna e aquicultura de peixes ornamentais, construídos com recursos da NESA, pelo prazo de vigência do PBA;
>
> d) Permitir a utilização de outros laboratórios e auditórios da UFPA, Campus de Altamira, mediante prévio agendamento;
>
> e) Disponibilizar uma quantidade específica de vagas para participação, sem custo, de funcionários da NESA em cursos, seminários, simpósios e outros eventos, promovidos pela UFPA;
>
> f) Proporcionar assessoria técnica na instalação de laboratórios de ictiofauna e aquicultura de peixes ornamentais;
>
> g) Sediar e assegurar a operacionalização dos laboratórios de ictiofauna e aquicultura de peixes ornamentais; propiciando as utilidades (suprimento de energia, água potável, dentre outros), serviços de limpeza e manutenção das instalações, necessários ao completo e contínuo funcionamento dos mesmos;
>
> h) Garantir aos Projetos do PBA da UHE de Belo Monte o uso prioritário de equipamentos e materiais adquiridos com recursos da Norte Energia e doados à UFPA, durante toda a fase de execução dos projetos que se destinaram. (NORTE ENERGIA, 2015, p.6).

É nítida a estratégia da Norte Energia S.A. de contar com a assessoria técnico-científica da UFPA na execução dos programas e projetos do PBA, que, conforme já mencionado neste trabalho, são os compromissos e responsabilidades assumidos pela empresa visando à redução dos impactos socioambientais provocados pelo empreendimento. Evidencia-se, portanto, que os recursos humanos qualificados do quadro da UFPA estão a serviço da empresa, que evidentemente não assume as despesas de salários e encargos desse pessoal.

Na letra C do rol de responsabilidades, percebe-se uma clara ingerência sobre a gestão do Laboratório de Ictiofauna e Aquicultura de Peixes Ornamentais, construído pela empresa no *Campus* de Altamira, na medida em que se estabelece a permissão e se confere prioridade à execução dos projetos do PBA, da UHE Belo Monte, nas dependências dos laboratórios. Na formulação textual, parece haver uma intenção de destacar que o laboratório foi construído com os recursos da Norte Energia S.A., o que implicaria uma submissão às demandas da empresa.

Entretanto, na letra “g”, exige-se que a UFPA operacionalize todas as condições de funcionamento desses laboratórios (suprimento de energia, água potável, serviços de limpeza, manutenção das instalações). Dessa forma, as despesas de custeio que exigem financiamento contínuo serão assumidas pela Universidade.

Desse modo, as construções dos laboratórios no espaço da Universidade, nesta conjuntura, atendem perfeitamente a dois propósitos da empresa: 1) cumprimento de uma exigência do PBA relacionada à conservação da ictiofauna do rio Xingu, 2) execução dos demais projetos do PBA, por meio da garantia do uso prioritário dos materiais e equipamentos doados e instalados na UFPA.

Entretanto, a empresa vai além. Na letra D, exige, como contrapartida, no termo de parceria: “permitir a utilização de outros laboratórios e auditórios da UFPA, *Campus* de Altamira, mediante prévio agendamento”.

A proposta representa, na prática, transformar o espaço universitário numa extensão do ambiente da empresa, cumprindo a mera formalidade do “prévio agendamento”. Por fim, a destinação de vaga nos eventos acadêmicos e científicos promovidos pela UFPA para os funcionários da Norte Energia S.A., sem custos para a empresa. Esta propõe utilizar a *expertise* técnico-científica e a infraestrutura da Universidade para desenvolver ações e projetos no âmbito de uma responsabilidade que, legalmente, não cabe à UFPA.

Constata-se que proporcionalidade e razoabilidade são princípios da Administração Pública que não foram observados na formulação das

responsabilidades atribuídas à Universidade. A instituição, nos termos propostos na parceria, fica refém dos interesses da empresa, sob o argumento tácito de ter recebido investimentos em infraestrutura. Como demonstrado, esses investimentos, na prática, devem estar submetidos aos projetos desenvolvidos pela Norte Energia S.A., no âmbito do PBA.

No que se refere à propriedade intelectual, prevalece a lógica privatista e empresarial. O termo de cooperação apresenta a seguinte redação:

> Em qualquer publicação, mesmo sem intuito econômico, para fins de divulgação científica a parte que o fizer obriga-se a consignar destacadamente a presente cooperação qualquer que seja o veículo de comunicação utilizado, bem como a remeter pelo menos 5 (cinco) exemplares de cada edição, à outra parte, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contando da data da sua publicação ou edição (NORTE ENERGIA SA, 2015, p.14).

Nestes termos, em qualquer publicação científica relacionada aos projetos financiados ou desenvolvidos em parceria com a Norte Energia, deve ser mencionada a cooperação estabelecida entre as partes. Do ponto de vista de publicidade empresarial, os ganhos são notórios a Norte Energia, ao vincular sua imagem à principal instituição de ensino superior e pesquisa da Amazônia.

Cabe questionar se, para a universidade, pelos princípios historicamente defendidos, os ganhos são equivalentes. Notadamente, pela polêmica envolvendo o planejamento e a construção da obra e, ademais, pelos escândalos de corrupção envolvendo as empreiteiras que integram o consórcio construtor da Usina de Belo Monte.

As relações de parceria mantidas entre a universidade e a iniciativa privada não devem estar assentadas no desequilíbrio de responsabilidades, tampouco na dependência do financiamento externo para cumprimento das missões esperadas pela academia. Quando isso ocorre, os interesses corporativos e empresariais sobressaem aos compromissos e deveres da instituição universitária, tal como se materializa no termo de cooperação analisado.

Chaves (2009) ressalta que, em razão das limitações de financiamento impostas às universidades, os gestores vêm defendendo a necessidade de utilizar as potencialidades existentes na instituição como forma de geração de receita. Isso ocorre por meio da prestação de serviços e comercialização de “produtos acadêmicos”. Segundo a autora, esse fenômeno instaura uma nova mentalidade no ambiente universitário, onde as atividades de ensino, pesquisa e extensão passam a ser caracterizadas como prestação de serviços. Assim, um leque de atividades (assessorias, consultorias, cursos de graduação e pós-graduação l*ato sensu,* cursos livres de idiomas, processos seletivos e concursos, dentre outros) é transformado em produtos oferecidos ao mercado:

> Outra atividade importante realizada pela universidade – a pesquisa – também foi incorporada à prestação de serviços remunerados. Para tanto, têm sido firmados convênios e contratos com empresas estatais e empresas privadas, envolvendo grandes quantias, destinadas, em sua maioria, a dar condições de infraestrutura necessária à realização dos serviços (construção de laboratórios e aquisição de equipamentos são os mais comuns) e para pagamento de pessoal. Os interesses do mercado em relação à prestação de serviços, especialmente nas áreas tecnológicas e/ou relacionadas ao setor produtivo, dão-se, principalmente, porque é vantajoso para uma empresa firmar convênio/contrato com a universidade, por não ter que arcar com despesas de pessoal, além de poder contar com uma infraestrutura já instalada, o que, certamente, contribuirá para aumentar seu lucro (CHAVES, 2009, p.9).

O processo descrito por Chaves (2009) se aplica perfeitamente à parceria estabelecida entre a UFPA e a Norte Energia. Os termos da cooperação técnica apresentam vantagens distintas à empresa. No plano econômico, ocorre o uso da infraestrutura e de pessoal altamente qualificado da Universidade, permitindo racionalização dos custos para execução dos projetos de interesse da companhia. No plano político e ideológico, elas se dão pela inserção e pela visibilidade angariadas pela empresa na relação estabelecida com instituição com tradição cientifica e acadêmica e que agrega distintos segmentos da sociedade.

No âmbito universitário, parece ter havido a rendição à racionalidade do capital, que transforma tudo em mercadoria e é regulada pelas leis do mercado (oferta, demanda, competitividade, preços). É necessária a continuidade de

pesquisas que investiguem os desdobramentos dessa parceria, no longo prazo, sobretudo para a autonomia da universidade.

Na subseção seguinte, os projetos aprovados pela UFPA-*Campus* de Altamira, a partir dos recursos do PDRSX, serão apresentados. A centralidade da análise se pauta pelos desdobramentos desses projetos no financiamento das atividades daquela unidade.

5.4 OS PROJETOS APROVADOS PELA UFPA PELA VIA DO PDRS XINGU E DESDOBRAMENTOS NA POLÍTICA DE EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA

Os dados apresentados no decorrer desta monografia apontam que a UFPA-*Campus* de Altamira tem-se mobilizado, desde o início da construção da UHE de Belo Monte e da implantação do PDRSX, para obter financiamento e dar materialidade à sua política de expansão. A visibilidade do empreendimento, em razão dos expressivos investimentos e dos interesses econômicos e políticos envolvidos, demandando uma presença de atores políticos de todas as esferas administrativas, teria criado as condições favoráveis para a instituição colocar em evidência a pauta da expansão do ensino superior naquela região.

Diante do limitado acesso ao ensino superior que ainda prevalece em Altamira e demais municípios da área de abrangência de Belo Monte, a defesa de ampliação das oportunidades de acesso por meio da expansão das atividades acadêmicas do *Campus* de Altamira passa a ser não apenas uma pauta defendida por representantes da UFPA, enquanto estratégia de desenvolvimento regional, mas um discurso reproduzido por outros sujeitos políticos. A discussão avança na direção da criação de uma nova universidade, a Universidade do Xingu, que, seguindo a tendência da política de expansão adotada pelo MEC, na última década, permite a transformação de *campi,* situados em territórios estratégicos, isto é, vinculados aos eixos nacionais de desenvolvimento regional, em universidades, a exemplo do que ocorreu nos municípios de Santarém e Marabá. Dessa maneira, a política de

expansão do ensino superior adotada pelo MEC revela direta articulação com as políticas de desenvolvimento e integração regional da Amazônia, sob o marco dos grandes projetos de investimento.

Esse fenômeno corrobora a racionalidade prevalecente nas políticas de expansão do ensino superior adotadas nos últimos decênios, no país, pautadas pela lógica economicista e instrumental, justificadas pela necessidade de melhoria dos indicadores de modernização, eficiência e competitividade dos distintos setores da economia. Não pelo reconhecimento da dívida histórica do Estado em relação aos segmentos populares que estiveram alijados da oportunidade de escolarização em nível superior.

A incorporação dessa lógica ao desenvolvimento das atividades acadêmicas e científicas, no âmbito da universidade, parece ser uma realidade inexorável. Cada professor assume a responsabilidade pela condução das suas pesquisas e busca, individualmente ou em pequenos grupos, as fontes de financiamento que subsidiem a construção de laboratórios, a aquisição de equipamentos, a garantia de bolsas de pesquisa, as viagens de campo e os eventos científicos.

Os projetos aprovados no âmbito do PDRSX, apresentados na tabela a seguir, conformam esse cenário individualista e pragmático, no qual cada professor-pesquisador submete ao edital público do Comitê Gestor daquele Plano os projetos das áreas de interesse de atuação do docente, não necessariamente vinculados às prioridades de fortalecimento do curso, nem às demandas mais amplas de consolidação da unidade. Como é possível observar, os projetos, em sua maioria, estão estruturados basicamente em atividades de extensão e obtiveram recursos vultosos quando comparados aos valores disponibilizados em editais internos da Universidade, bem como editais externos (CAPES, CNPq, Finep).

Conforme mencionado neste capítulo, o Comitê Gestor estabelece alguns pré-requisitos para submissão das propostas; uma delas é a vinculação as diretrizes estratégicas das câmaras técnicas. Além disso, os projetos devem contemplar os temas transversais de desenvolvimento sustentável e abrangência regional. Assim, o

professor não sintonizado com as discussões internas engendradas na faculdade e no *campus* de Altamira acaba elaborando propostas para atender tão somente às exigências do edital.

Ademais, a dinâmica interna do *Campus* não constituiu um grupo de trabalho ou comissão própria para acompanhar a submissão e o desenvolvimento dos projetos aprovados junto ao PDRSX. Alguns destes, submetidos por docentes junto ao Comitê, foram apreciados por suas respectivas unidades e subunidades apenas depois de aprovação naquele Comitê. O controle e o acompanhamento desses projetos, na prática, ocorrem por meio de relatórios apresentados ao Comitê Gestor do Plano.

Na Tabela 19, apresentada a seguir, estão relacionados os projetos aprovados por docentes do *Campus* de Altamira no período de 2011 a 2014, financiados com recursos do PDRSX:

TABELA 19. Projetos aprovados pela UFPA-*Campus* de Altamira no PDRSX, período de 2011 a 2014.

CT	ANO	PROJETO	VALOR EM R$
04	2011	Expansão e reestruturação do *Campus* de Altamira	2.000.000,00
04	2012	Construindo Cidadania: Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente por meio da Municipalização da Política Nacional e do Plano Decenal dos Direitos Humanos das Crianças e dos Adolescentes na região da Transamazônica (CMDCA) (PMDCA)	300.000,00
03	2012	Desenvolvimento de Tecnologia para o Cultivo de Hortaliças em Ambiente Protegido e Seleção de Cultivares para a Agricultura Familiar no Território da Transamazônica e Xingu	448.904,87
04	2012	Formação de Professores da Rede de Educação Básica: Estudo e Metodologias para o Ensino da Literatura Amazônica na Região da Transamazônica e Xingu	300.000,00
03	2013	Fortalecimento da Agricultura Regional através da Produção de Alimentos e Comercialização dos Produtos Agrícolas nos Municípios Envolvidos no PDRSX	1.938.944,04
04	2013	Rede de Linguagem: fortalecimento do ensino/aprendizagem das linguagens exatas (química, física, matemática) e da comunicação na perspectiva do ensino superior	471.189,00
06	2013	Conservação e Manejo de Recursos Pesqueiros na Região da Terra do	1.817.844,00

CT	ANO	PROJETO	VALOR EM R$
		Meio: Diagnóstico e Subsídios para a Gestão Compartilhada	
06	2013	Diagnóstico e Capacitação na Utilização de Produtos Florestais não Madeireiros, utilizados pelas Comunidades Indígenas Tukumã e Kujubin do Rio iriri, uma Estratégia para o Fortalecimento das Práticas de manejo e conservação dos recursos naturais.	190.228,00
08	2014	Expansão das instituições de nível superior (UEPA, UFPA, IFPA) com ações definidas para cada instituição e fortalecimento da Casa Familiar Rural	1.678.710,00

Fonte: PDRS Xingu, 2011, 2012, 2013, 2014.

Conforme mencionado, a maioria dos projetos se relaciona a atividades de extensão, com exceção do Projeto EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO DO *CAMPUS* DE ALTAMIRA, cujo valor de R$2.000.000,00 foi utilizado na construção do prédio do curso de Medicina, inaugurado no dia 12 de dezembro de 2014, e no pagamento dos consultores do processo de criação do curso, professores vinculados ao Instituto de Ciências da Saúde da UFPA. O valor reservado ao pagamento dessa consultoria foi de R$ 100.000,00.

O outro projeto, intitulado EXPANSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR (UEPA, UFPA, IFPA) COM AÇÕES DEFINIDAS PARA CADA INSTITUIÇÃO E FORTALECIMENTO DA CASA FAMILIAR RURAL, no valor de R$ 1.678.710,00. Esse projeto origina-se de uma iniciativa conjunta das três IES, e apenas 40% dos recursos serão destinados ao *campus* de Altamira, para construção do laboratório de linguagem.

Os valores dos projetos chamam atenção pelo volume de recursos envolvidos. O financiamento vem sendo utilizado na aquisição de equipamentos, pagamento de bolsas aos professores e alunos, custos de passagens e diárias e demais atividades necessárias ao desenvolvimento dos projetos. Representa, dessa forma, uma renda adicional ao salário do docente.

Observa-se que, no perfil dos projetos, prevalece o caráter extensionista, aspecto que se relaciona às exigências do Comitê Gestor do PDRSX, que demanda abrangência regional e ações vinculadas ao desenvolvimento sustentável.

Além disso, os recursos aprovados nos projetos ultrapassam, na sua maioria, o orçamento anual do *campus*, conforme está demonstrado na tabela a seguir:

TABELA 20. Plano de Gestão Orçamentária do *Campus* de Altamira – 2011 a 2014

ANO	ORÇAMENTO C. ALTAMIRA em R$			PACTUAÇÃO CURSO DE MEDICINA em R$		
	CUSTEIO	CAPITAL	TOTAL	CUSTEIO	CAPITAL	TOTAL
2011	290.822,00	16.444,00	307.266,00	-	-	-
2012	419.161,00	16.444,00	435.605,00	-	-	-
2013	446,625,00	18.626,00	465.251,00	1.807.319,00	4.672,161,00	6.479,480,00
2014	521.721,00	79.004,00	600.725,00	1.639,440,00	a) 4.672,161,00	10.233.485,00
					b) 3.921,884,00	

Fonte: UFPA. *Plano de Gestão Orçamentária* 2011, 2012, 2013, 2014.

No orçamento de custeio e capital do *Campus* de Altamira, verifica-se um incremento significativo, no período de 2011 a 2014. O crescimento ultrapassa 100%, passando de R$307.266,00 para R$600.725,00.

Os recursos alocados à implantação do curso de Medicina são mais significativos. No ano de 2013, foram disponibilizados R$ 6.479.480,00 para custeio e capital. No ano seguinte, os recursos ficaram na ordem de R$10.233.485,00.

Em 2013, após intervenções de atores políticos da região junto ao MEC e com apoio da Administração Superior da UFPA, logrou-se a criação permanente do curso para Altamira, com a destinação de vagas para docentes e técnicos-administrativos e investimentos em custeio e capital. Originalmente, o curso estava previsto para o município de Marabá.

Certamente, a instalação permanente do curso tem sido, até o momento, o principal fenômeno nesse período. A criação do curso de Medicina, diante da complexidade e das exigências envolvidas na instalação de uma escola nessa área, se apresentou como uma realidade pouco exequível durante o processo de

interiorização da UFPA. Antes disso, nenhum dos *campi* do interior havia ofertado esse curso.

Entretanto, algumas dificuldades relacionadas à contratação de professores vêm adiando a abertura da primeira turma, inicialmente prevista para o primeiro semestre de 2015. O curso recebeu pactuação de vagas de docentes e técnicos-administrativos para o *Campus* de Altamira. Entretanto, os últimos editais de concurso para contratação de docentes não obtiveram êxito, diante da não inscrição ou da desistência de candidatos. As vagas destinadas ao curso estão descritas na tabela a seguir.

TABELA 21. Pactuação vagas de docentes e técnicos-administrativos do *Campus* de Altamira/curso de Medicina

FASE I – *CAMPUS* DE ALTAMIRA					
	2012	**2013**	**2014**	**2015**	**TOTAL**
Docentes MSF	12	18	18	12	60
TAs Classe E	12	-	-	-	12
TAs Classe D	-	9	9	-	18
FASE II – *CAMPUS* DE ALTAMIRA					
	2015	**2016**	**2017**	**2018**	**TOTAL**
Docentes MSF	9	9	9	-	27
TAs Classe E	8	-	-	-	8
TAs Classe D	6	6	-	-	12

Fonte: MEC. Pactuação Medicina *Campus* de Altamira, 2014.

Na Fase I (2012 a 2015), deveriam ser contratados 60 professores e 30 técnicos-administrativos; no período seguinte, mais 27 docentes e 20 técnicos-administrativos. A seleção de pessoal docente está em processo de concurso conforme descrito na tabela acima; em setembro de 2015, pelo menos 35 editais estavam em andamento. A contratação de pessoal técnico-administrativo é outro avanço significativo na composição do incipiente quadro de pessoal daquela unidade.

A instalação permanente do curso de Medicina, em Altamira, ocorre na esteira do Programa Mais Médicos, sancionado pela Lei nº 12.871/2013 que visa, dentre outros aspectos, reestruturar a formação médica do país, balizada no plano de expansão da graduação e residência médica, notadamente nos municípios que apresentam maior déficit no atendimento especializado. A meta do governo federal é criar 11,5 mil novas vagas de graduação e 12,4 mil vagas de residência, até 2017. Destas, já foram autorizadas mais de 5 mil vagas de graduação e quase 5 mil de residência (BRASIL, 2013).

Os dados apresentados, até o presente momento, indicam que a pauta da expansão do *Campus* de Altamira está colocada em evidência, com a mobilização de representantes da comunidade acadêmica e da comunidade local. Entretanto, com exceção do curso de Medicina, ainda em fase de implantação, não se observa expansão nas matrículas daquela unidade, que vem se mantendo instável, exceto no período de 2010/2011, cujo crescimento (42%) se atribui ao REUNI. A Tabela ~~21~~ 22, apresentada a seguir, demonstra, ainda, um limitado preenchimento das vagas ofertadas. Na série histórica de análise não houve preenchimento integral das vagas, com exceção de 2013. O resultado mais negativo ocorreu em 2010, quando apenas 40% das vagas foram preenchidas.

Tabela 22. Vagas ofertadas e preenchidas em processos seletivos e alunos matriculados e cadastrados no ensino de graduação do *Campus* de Altamira 2010 a 2014

Ano	Vagas ofertadas	Vagas preenchidas	Alunos Matriculados	Alunos cadastrados
2010	240	102	916	1.387
2011	310	246	1.301	1.691
2012	290	247	1.445	1.846
2013	360	360	1.348	1.673
2014	310	289	1.371	1.875

Fonte: UFPA. *Anuário estatístico* 2010, 2011, 2012, 2013,2014

Esse fenômeno merece uma investigação mais aprofundada; entretanto, algumas hipóteses podem elucidar os dados expostos na tabela acima. O *Campus* de Altamira oferece cursos de licenciaturas em Pedagogia, Ciências Biológicas, Letras- Língua Portuguesa, Letras-Língua Inglesa, Geografia, Educação no Campo, além dos cursos de Bacharelado em Engenharia Agronômica, Engenharia Florestal e o curso de Etnodesenvolvimento (Licenciatura e Bacharelado).

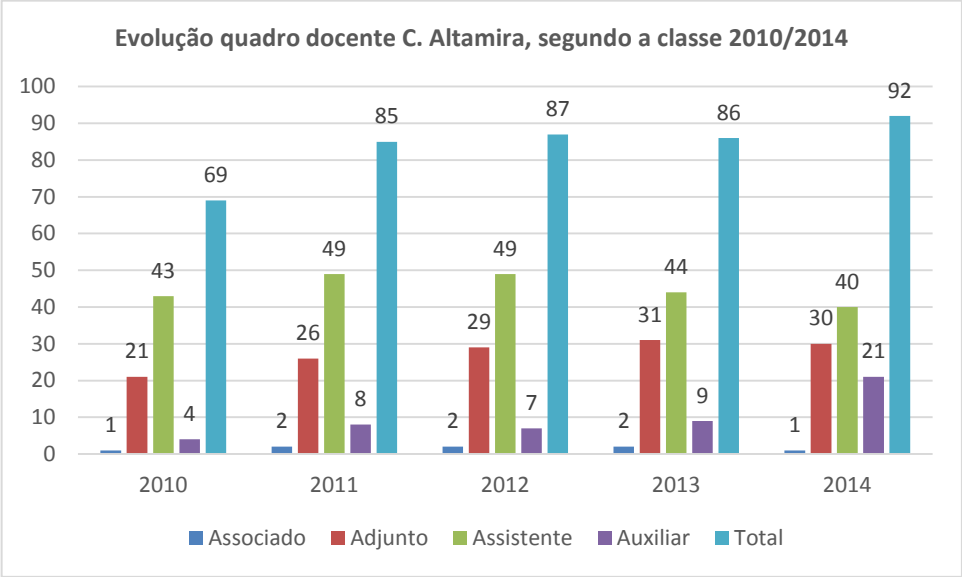
Os cursos de licenciatura vêm passando por um processo de baixa demanda, em âmbito nacional, decorrente da limitada atratividade da carreira docente e do histórico desprestígio social da profissão. Além disso, a demanda de formação do

pessoal de magistério em exercício vem sendo contemplada pelo PARFOR, criado em 2009.

Outro aspecto se refere à ampliação das oportunidades de mobilidade dos alunos criada a partir de programas como o PROUNI e FIES. Dessa forma, os alunos dispõem de condições para optar por cursos noutros municípios, ainda que haja necessidade de deslocamento. O incentivo à mobilidade estudantil se configura como uma diretriz das últimas políticas de expansão do ensino superior, a exemplo do REUNI. O discurso governamental se pauta pela defesa do enriquecimento do processo de formação dos alunos, na medida em que podem interagir com outras realidades sociais. Modelos e percursos curriculares distintos proporcionados pela mobilidade representariam outro ganho importante nesse cenário.

No gráfico a seguir, é possível observar a evolução do quadro pessoal de docente do *campus* de Altamira, no período de 2010 a 2014:

GRÁFICO 15: Evolução do quadro de pessoal docente, segundo a categoria, *Campus* de Altamira 2010/2014



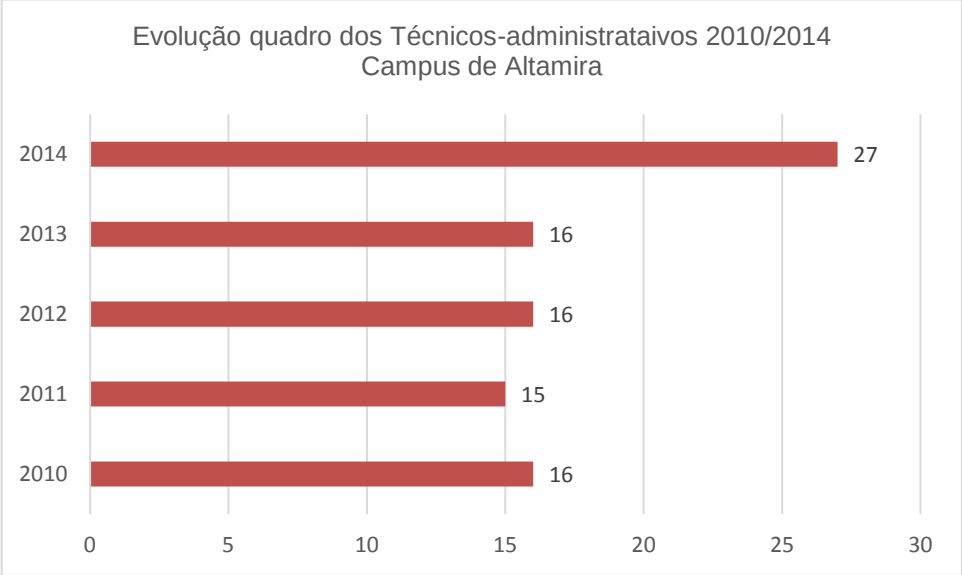
Fonte: UFPA. *Anuário estatístico* 2010, 2011, 2012, 2013,2014

O crescimento observado entre 2010 e 2012 ocorreu sob o marco do REUNI. Após este período, houve a criação do curso de Educação no Campo, possibilitando

a contratação de 12 novas docentes e três técnico-administrativos. O curso de Medicina contratou, até setembro de 2015, três docentes e outros 35 concursos estavam em andamento. Além disso, 14 contratações de técnico-administrativos estão autorizadas.

Na composição do quadro técnico-administrativo, exposta no Gráfico 16, observa-se um crescimento significativo no biênio 2013/2014, quando 11 novos servidores foram incorporados ao quadro permanente da unidade. As contratações são oriundas das vagas dos cursos de Educação no Campo e Medicina. A limitação no quadro de pessoal administrativo é uma dificuldade antiga enfrentada pelo *Campus* de Altamira; as vagas acrescentadas no último biênio possibilitaram otimizar o funcionamento das faculdades que, durante muito tempo, dependeram de bolsistas para execução das tarefas administrativas.

GRÁFICO 16: Evolução do quadro de pessoal técnico-administrativo do *Campus* de Altamira 2010/2014



Fonte: UFPA. *Anuário estatístico* 2010, 2011, 2012, 2013,2014

Este capítulo apresentou o quadro histórico da política de expansão da UFPA, cujo processo de interiorização esteve mediada pelas ações de integração da Amazônia ao território nacional, por meio de planos, programas e projetos de integração e colonização. Nessa esteira, vem ocorrendo, por meio dos Grandes

Projetos de Investimento, a aliança entre o Estado e a burguesia, visando consolidar a região amazônica como um território de exploração e acumulação capitalista, diante da abundância de recursos naturais.

A construção da UHE de Belo Monte é mais um fenômeno que materializa o papel imputado à região, neste caso, como grande produtora de energia elétrica, considerando o potencial das bacias hidrográficas. O discurso de desenvolvimento, a exemplo de outros empreendimentos, baliza a construção dessa Usina. O Estado e os grupos econômicos envolvidos na construção ressaltam que é uma obra diferenciada, em face do volume de investimentos sociais destinados a mitigar os impactos socioambientais e incentivar o desenvolvimento regional.

Os recursos do PDRSX, previstos para serem investidos, durante 20 anos, nos municípios da área de influência da Usina, vêm sendo disputados por distintas entidades das esferas pública e privada. A UFPA-*Campus* de Altamira compõe o rol de instituições que vêm captando recursos no âmbito daquele Plano. Os recursos angariados, conforme analisado neste capitulo, vêm sendo utilizados para investimentos em infraestrutura física, aquisição de equipamentos, pagamento de bolsas aos professores e alunos envolvidos na execução dos projetos e, dessa forma, representam receitas adicionais ao financiamento daquela unidade. Os dados revelaram, entretanto, que ainda não houve impacto na oferta de vagas no ensino de graduação, que se manteve estável, apesar do crescimento do corpo técnico-administrativo e docente.

A UFPA-*Campus* de Altamira, no contexto de instalação desse grande projeto de investimento, colocou em evidência a pauta da continuidade de expansão do ensino superior público. O fenômeno mais marcante desse processo foi a criação do curso de Medicina, que está na fase de contratação de professores e técnico-administrativos.

Nesse cenário, a mais recente discussão se refere à transformação do *campus* em universidade. Cabem investigações posteriores para analisar os impactos de longo prazo de um processo que ainda se encontra em curso.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada para fins desta tese elegeu como centralidade investigar a política de expansão e financiamento da Universidade Federal do Pará –*Campus* de Altamira no contexto de instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e as mediações das parcerias público-privadas nesse cenário.

As categorias centrais referenciadas no estudo foram expansão e financiamento do ensino superior, parcerias público-privadas, economia e educação, e desenvolvimento regional. A revisão da literatura, movimento necessário para apreensão e desvelamento do real, permitiu nesse processo, uma melhor compreensão do fenômeno investigado.

A hipótese previamente formulada era de que a política de expansão e financiamento da UFPA – *Campus* de Altamira vem sendo influenciada pela instalação de um grande projeto de investimento, a UHE de Belo Monte, política aquela mediada pelas parcerias público-privadas. Incorporando a lógica privatista imposta às universidades públicas pelo governo federal, pautada por competitividade, empreendedorismo, diversificação das fontes de financiamento e pela diluição das fronteiras entre o público e o privado. Os efeitos desse processo são materializados na ampliação dos serviços oferecidos pela universidade pública ao mercado, com mediação das parcerias público-privadas. Nessa relação, ocorre a prevalência dos interesses imediatistas e economicistas do mercado, colocando em xeque alguns princípios institucionais da academia, a exemplo da autonomia didático-científica.

Isto se evidenciou no desenvolvimento da presente investigação. A construção da UHE de Belo Monte vem influenciando as políticas de expansão e financiamento da UFPA – *Campus* de Altamira, por meio da captação de recursos financeiros para desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, construção de infraestrutura física, e definição de novos cursos para a unidade acadêmica, como apresentado no decorrer deste relato.

Na segunda seção deste trabalho, alguns indicadores socioeconômicos apontam a continuidade de um cenário adverso e, apesar de o processo ainda estar em curso, não existem evidências concretas de que a obra irá engendrar transformações favoráveis na qualidade de vida da população dos municípios impactados. Ao contrário, o início do funcionamento da Usina, previsto para 2016, promove um clima de incertezas, em relação aos efeitos ambientais do barramento do rio Xingu. Além disso, as cidades da área de influência sofrem com surto inflacionário dos bens e serviços (alimentação, aluguel, lazer), aumento da demanda dos serviços de interesse público e o crescimento da violência urbana. A obra foi iniciada, em 2011, sem o cumprimento das ações antecipatórias nas áreas da educação, saúde e saneamento básico. O intenso fluxo de migração agravou o quadro de negligência dos direitos sociais elementares da população.

A consulta às bases de dados oficiais (IBGE, IPEA, INEP) e aos estudos realizados por organizações sociais de defesa do meio ambiente, por movimentos de atingidos por barragens (ISA, Xingu Vivo, MAB) e especialistas da área foram essenciais para uma apreensão do fenômeno, considerando-se a complexidade dos dados e informações que envolvem um empreendimento dessa magnitude. Ainda que a pesquisa se situe no campo da educação, a apropriação de algumas categorias teóricas das áreas de economia, meio ambiente e geografia se apresentou como um desafio permanente no desenrolar do trabalho e essencial para apreensão da realidade concreta. A educação é mediada por elementos múltiplos e contraditórios e, no movimento de desvelamento do real, *o détour* se apresenta como um caminho indeclinável.

Os indicadores socioeconômicos analisados apresentaram os seguintes resultados:

- As regiões Norte e Nordeste concentram os arranjos familiares com a menor classe de rendimento, com ganhos abaixo de um salário mínimo mensal. As rendas familiares mensais de até ¼, mais de ¼ até ½, mais de ½ até um salário mínimo representam o maior percentual das famílias, segundo a pesquisa por amostragem do IBGE (PNAD), naquelas regiões, no ano de 2013. A referida pesquisa demonstra que,

naquelas regiões, aproximadamente ¾ das famílias sobrevivem com até um salário mínimo mensal;

- A Região Norte apresenta, comparativamente, o pior desempenho em todos os níveis educacionais, com destaque para o ensino superior, cuja frequência líquida, na faixa etária de 18 a 24 anos, era de 12,4%, em 2013. No ensino médio, apenas 44,9% da população entre 15 e 17 anos estava matriculada nesse nível de ensino, naquele ano, demonstrando as fragilidades das políticas de acesso e permanência na escola, direcionadas, particularmente, aos segmentos mais vulneráveis da sociedade;
- O Índice de Desenvolvimento Humano, resultado da combinação de indicadores da renda *per capita*, longevidade e educação, coloca o estado do Pará numa posição de desvantagem, no cenário nacional, ocupando as últimas colocações do *ranking*, com os estados de Alagoas e Maranhão;
- O estado do Pará apresenta um quadro de elevada desigualdade na distribuição de renda: em 66% dos arranjos familiares, a renda não ultrapassa um salário mínimo (IBGE, 2013);
- O PIB *per capita* do estado do Pará foi o menor da região da Norte, em 2012, na ordem de R$11.678,96;
- No estudo denominado *Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade 2014*, divulgado pelo Ministério da Justiça e pela Presidência da República (por meio da Secretaria Geral e da Secretaria Nacional da Juventude), o estado do Pará divide as primeiras posições com os estados de Alagoas, Piauí, Maranhão e Acre;
- No referido estudo, constatou-se que os municípios paraenses que abrigam grandes empreendimentos (Altamira, Marabá e Parauapebas), capitaneados por conglomerados do capital nacional e internacional, integram a lista das dez piores cidades do Brasil para a juventude, no que se relaciona à violência e à desigualdade;

- Comparativamente aos estados da Região Norte, o Pará apresenta o pior desempenho no acesso ao ensino médio, com apenas 39,9% da faixa etária esperada (15 a 17 anos) matriculada nesse nível de ensino. No ensino superior, o quadro é ainda mais excludente, com apenas 8,7% dos jovens entre 18 e 24 anos matriculados naquela etapa educacional. (IBGE, 2014);
- Os dados do INEP (2015) sobre o ensino de graduação presencial e a distância, no estado do Pará, revelam que a iniciativa privada concentra 61% das matrículas, seguindo a tendência nacional da cobertura majoritária dessa demanda pelas IES privadas. A rede federal concentra 82% das matrículas das instituições públicas;
- Nos municípios da área de influência direta da UHE de Belo Monte, prevalece o cenário observado, de modo geral, no estado do Pará: um baixo desempenho dos indicadores socioeconômicos;
- Os resultados analisados do IDHM demonstram um desempenho abaixo da média nacional em todos os municípios (Brasil Novo, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio e Anapu). Apenas em Altamira, os resultados nos indicadores de renda, longevidade e educação (0,665) ultrapassam a média do Pará (0,646);
- Na população da faixa etária com mais de 25 anos, o percentual dos indivíduos com nível superior, na maioria dos municípios da área de influência direta da obra, não chega a 3%, com exceção de Altamira, que atinge o percentual de 5,9%;

A idealização do progresso social e modernização, disseminada pelo Estado e pelo grande capital para justificar a construção da Usina, permanece no plano da abstração, e o axioma marxista se ajusta perfeitamente ao fenômeno observado: “a história se repete, a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa”. A grande farsa, a exemplo de outras usinas construídas na Amazônia, assentada na promessa do progresso e na inserção dessa região aos eixos nacionais de desenvolvimento regional, dissimula os interesses do grande capital, representado pelos principais grupos econômicos do país.

O início das obras civis desse empreendimento, ocorrido em 2011, esteve carregado de intensa representação simbólica para a população que acompanhou o polêmico percurso de planejamento da Usina, iniciado na década de 1970, a partir dos estudos preliminares de viabilidade técnica e ambiental. Distintos movimentos estiveram organizados basicamente em torno de duas bandeiras: uma de defesa do empreendimento, apropriando-se do discurso articulado das esferas de governo e do grande capital de que tal obra era indispensável para o desenvolvimento regional e nacional e serviria de mola propulsora para inserir a mesorregião do Xingu num patamar de crescimento e melhoria dos indicadores sociais e econômicos. Esse movimento reconhecia que os impactos do empreendimento seriam suplantados pelos benefícios proporcionados pelos investimentos da empresa construtora e pelos recursos adicionais recebidos pelas prefeituras dos municípios diretamente impactados, a título de compensação. Dessa forma, a relação custo-benefício justificaria as prováveis adversidades que seriam enfrentadas pela população local.

O segundo movimento manteve a bandeira de resistência contra o empreendimento. Tomando como referência outras experiências de grandes projetos hidrelétricos na Amazônia e no Brasil, marcadas pelo desrespeito aos direitos da população local, notadamente dos segmentos mais vulneráveis (indígenas, ribeirinhos, camponeses), e pela degradação do meio social e ambiental, em que o Estado faz prevalecer, pelo uso da força política, econômica e militar, os interesses do grande capital, aquele movimento previa a repetição do *modus operandi* do Estado em associação com a burguesia.

A região amazônica, que há algumas décadas foi incorporada ao projeto nacional de desenvolvimento capitalista, balizada pelos grandes projetos de investimentos, não vem internalizando os benefícios dessa integração. Os estados da região, com destaque para o estado do Pará, apresentam os piores índices de desenvolvimento humano e social do país. Observa-se uma intensa concentração de renda, baixa escolaridade da população, particularmente dos segmentos residentes no interior do estado, a exemplo dos municípios impactados pela construção da UHE de Belo Monte, e elevados índices de violência urbana e rural.

Dessa forma, esses empreendimentos vêm promovendo exatamente o efeito inverso daquilo que propõem no plano do discurso: ao invés de mola propulsora

para o desenvolvimento regional, materializado na melhoria dos indicadores de emprego, distribuição de renda, educação, saúde, segurança pública, dentre outros aspectos necessários a uma melhor qualidade de vida da população, eles agravam um passivo historicamente construído, perpetuando um ciclo vicioso de pobreza, desigualdade e violência.

O Estado, nesse cenário, atua em direta aliança com o grande capital, na medida em que fornece os subsídios necessários para construção dos empreendimentos. No caso da UHE de Belo Monte, o financiamento é predominantemente público, a partir dos empréstimos concedidos pelo BNDES ao consórcio de empresas construtoras. Além dos recursos financeiros, o Estado dispôs de um amplo aparato policial, instalando a força nacional nos municípios de direta influência da obra. A medida visa conter os vários episódios de resistência dos trabalhadores nos canteiros da Usina e as manifestações da população atingida. A pauta comum dessas manifestações convergia na mesma direção, isto é, cumprimento das obrigações trabalhistas e efetivação das ações mitigantes previstas no Plano Básico Ambiental, responsabilidades da empresa executora.

Harvey (2011) destaca que o Estado se envolve diretamente na garantia das condições de ampliação e reprodução do capital, materializadas em infraestruturas sociais necessárias (educação, formação e saúde), leis trabalhistas (salário, jornada de trabalho, regulação das condições de trabalho) e o estabelecimento de políticas para manutenção do exército de reserva. A repressão e a violência são instrumentos circunstancialmente utilizados quando a resistência coloca em risco a fluidez do sistema. A administração da força de trabalho, com vistas a uma exploração mais eficiente pelo capital, se configura como uma tarefa recorrente do Estado.

O caráter diferenciado da obra, propagandeado pela empresa Norte Energia S.A. e pelo governo federal, em razão tanto do longo período de estudos de viabilidade técnica e socioambiental, com consulta às comunidades atingidas, quanto do volume de recursos investidos na esteira do PDRSX, não encontra materialidade seja no *modus operandi* da execução do empreendimento, seja na internalização dos benefícios à população local.

No terceiro capítulo deste trabalho, os elementos teóricos conceituais da relação entre economia e educação, sob a égide da *teoria do capital humano* e das mediações da ideologia desenvolvimentista no ensino superior, no Brasil, foram apresentados. Evidenciou-se que as políticas e programas governamentais, notadamente aqueles implantados a partir da década de 1970, têm disseminado o discurso da centralidade da Educação Superior para o desenvolvimento e a modernização econômica do país. A tríade *educação–ciência–tecnologia* se apresenta como fator distintivo de competitividade e desenvolvimento econômico dos países centrais.

No Brasil, o período nacional-desenvolvimentista, pautado pelo processo de industrialização e modernização econômica do país, esteve associado à ampliação das oportunidades educacionais, em especial para os segmentos populares que passaram a ocupar os grandes centros urbanos. A segunda fase desenvolvimentista, encetada pelo governo petista, nos anos 2000, retomou a pauta da expansão do ensino superior, mediada por planos e programas de expansão do acesso.

Observou-se que a *teoria do capital humano* continua influenciando as políticas de ampliação do ingresso no ensino superior, no país, notadamente por meio de modelo em que prevalece a oferta majoritária pela iniciativa privada, fundado na concepção da educação como um investimento individual, cujos ganhos são auferidos pelo detentor desse capital e expressos em melhores indicadores de produtividade e melhores salários. Os benefícios desses investimentos seriam expandidos para todo o sistema.

A baixa escolarização em nível superior da população brasileira é utilizada como justificativa para os incentivos do Estado, direcionados à iniciativa privada, para ampliação da oferta, considerada a lógica que concebe a educação como um bem público, mas não necessariamente estatal. As camadas populares devem ser beneficiadas por tais políticas de incentivo ao acesso, políticas essas que, na última década, têm se ancorado em programas de financiamento público beneficiadores das IES privadas-mercantis, a exemplo do PROUNI e FIES.

Tendo em vista que o compromisso do capital é tão somente com o lucro e com a perenidade do sistema, é impertinente presumir que a educação, isoladamente, seja propulsora do desenvolvimento, especialmente, quando se concebe desenvolvimento numa perspectiva ampla, contemplando seus aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais e sua acessibilidade aos segmentos populares.

Além disso, a atual política, sob a prevalência financeira do capital e engendrada pelo Estado – que destinou, apenas no ano de 2014, 978 bilhões de reais do orçamento executado da União para o pagamento dos juros e amortização da dívida pública, correspondendo a 45,11% deste –, revela o esvaziamento do discurso da ideologia desenvolvimentista e da teoria do capital humano. Aquele valor é 12 vezes maior que o orçamento destinado à educação, conforme os estudos realizados pela Auditoria Cidadã da Dívida (FATORELLI; ÁVILA, 2014). Dessa forma, qualquer potencial transformador da educação, da ciência e da tecnologia é limitado pelo modelo econômico que favorece a especulação, o lucro fácil e rápido do grande capital.

A abordagem da quarta seção se alicerçou na função social da universidade, mediada pelas determinações do modo de produção capitalista. A inauguração da experiência universitária, no Brasil, coincide com o período da propalada modernização nacional. A formação de quadros profissionais, nas distintas áreas do conhecimento, para ocupação de postos na indústria emergente e nas carreiras da estrutura burocrática do Estado, se apresentou como missão central das primeiras universidades brasileiras, no início do século passado.

A tardia criação de universidades, no país, revela a condição de subalternidade científica e tecnológica que o modelo de formação econômica brasileira, sob a égide do colonialismo, engendrou. No cenário de antagonismos de classes, as universidades foram chamadas a contribuir com o novo projeto civilizatório, alimentadas pela ideia de modernização e progresso. Dessa forma, a noção de desenvolvimento esteve associada à criação das universidades brasileiras; entretanto, prevaleceu, durante o século passado, um acesso elitizado. O processo de ampliação das oportunidades de acesso pelas camadas populares é relativamente recente.

Por outro lado, a heterogeneidade dos modelos universitários observados no Brasil, abrigando instituições com perfis diversificados, denota o caráter contraditório do ensino superior no país. A diferenciação acadêmica é reveladora de uma sociedade classista que imputa papéis distintos às instituições, direcionados esses a segmentos sociais igualmente distintos.

Conforme a classificação apontada por Sguissardi (2009), existe, no país, a superposição de dois modelos de instituição universitária: as neonapoleônicas e as neo-humboldtianas, prevalecendo, quantitativamente, instituições do modelo neonapolêonico. Estas instituições não desenvolvem programas de pesquisa e pós-graduação *stricto sensu*, o corpo docente é contratado em regime de tempo parcial ou horista. Além disso, o ensino é a atividade exclusiva, e tem sido orientado por uma estrutura acadêmico-administrativa direcionada à formação de profissionais.

A opção política e mercadológica em torno desse modelo estaria amparada em critérios econômicos e nas recomendações do Banco Mundial, sob o argumento de que as universidades de pesquisas seriam onerosas e, portanto, em desacordo com as exigências do atual modelo de desenvolvimento mundial (SGUISSARDI, 2009).

Depreende-se, portanto, que prevalece, na realidade brasileira, um modelo universitário dirigido às demandas econômicas do mercado. Este cenário impõe uma série de desdobramentos às universidades públicas. A incorporação dos princípios do mercado, mediada pelas parcerias público-privadas e visando à diversificação das fontes de financiamento, expressa uma das dimensões dessa lógica economicista. Demanda-se da universidade pública a oferta de um conjunto de serviços ao mercado (cursos de graduação e pós-graduação contratados, consultorias, assessorias técnicas, concursos e seleções, projetos de pesquisa e extensão). Nessa relação, regulada por contratos, termos de cooperação e convênios, a universidade assume um caráter operacional, conforme apontado por Chauí (2014).

No quinto capítulo, os dados empíricos da pesquisa indicaram que a UFPA iniciou o seu processo de interiorização, no estado do Pará, na década de 1970, período em que estavam em curso as intervenções estatais que objetivavam a

integração da região amazônica aos centros de produção capitalista. Os grandes projetos de investimentos, instalados em regiões que apresentavam potencial de exploração dos recursos naturais, balizaram os projetos de integração e os planos de desenvolvimento da Amazônia.

Dessa forma, observa-se que a intervenção estatal, visando à expansão da principal universidade pública da região amazônica, esteve articulada ao planejamento político da nova etapa de exploração capitalista nesse território. A interiorização da UFPA assumiu como principal compromisso a formação de professores que já atuavam na Educação Básica que, entretanto, não dispunham de formação mínima; são os chamados professores leigos. Reconheceu-se, portanto, que a educação deveria estar a serviço desse projeto dito desenvolvimentista, planejado para essa região. Todavia, conforme demonstrado nos indicadores socioeconômicos discutidos no segundo capítulo, o nível de escolaridade da população atingida pelo empreendimento continua baixo.

As distintas fases de expansão da UFPA e do Campus de Altamira foram apresentadas nesse quinto capítulo, apontando as descontinuidades das políticas de expansão, resultado das inconstâncias do governo federal na condução da política de expansão do ensino superior no país. O último programa – REUNI, finalizado formalmente em 2012, criou uma demanda expressiva nas IFES; entretanto o governo não indicou a continuidade da referida ação, tampouco a criação de outros programas da mesma natureza.

Nessa conformação de descontinuidades, as parcerias público-privadas se apresentam como alternativa para a diversificação das fontes de receitas. Esse fenômeno se observou na investigação geradora desta tese.

A conjuntura de intensa efervescência social, política e econômica estabelecida a partir da construção da UHE de Belo Monte, despontou-se como uma histórica oportunidade para a UFPA colocar em evidência a pauta da expansão; isso possibilitaria a continuidade das ações de ampliação da oferta, instituídas a partir dos programas de expansão e reestruturação, iniciados no primeiro mandato de Lula da Silva (2003-2006).

Infere-se que a universidade depende de forças exógenas, neste caso, representadas pelo grande capital, para obter apoio financeiro e político para consolidar sua política de expansão. As crises institucional, de hegemonia e de legitimidade, apontadas por Santos (1999), enfrentadas pela universidade pública, encontram expressão e materialidade no fenômeno investigado.

A racionalidade incorporada pelas universidades públicas e disciplinada pelos princípios gerenciais de eficiência, competitividade e diversificação das fontes de financiamento, encara as parcerias público-privadas como um instrumento essencial para consolidação das atividades institucionais. Essa conformação impregna ideologicamente o ambiente universitário.

A influência desses princípios se revelou na elaboração do PROJETO DE EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO DO *CAMPUS* DE ALTAMIRA, concebido no início das obras civis da Usina e apresentado com entusiasmo pela coordenação daquela unidade à comunidade acadêmica e ao Comitê Gestor do PDRSX. O objetivo era captar recursos do PDRSX para financiar as demandas de expansão do *Campus* de Altamira, sistematizadas no projeto de expansão. Esse propósito acabou não se materializando na íntegra, em razão da resistência dos representantes do Comitê, diante dos volumes expressivos de recursos demandados.

Do amplo conjunto de demandas, elegeu-se apenas uma: a oferta do curso de Medicina. Essa ação, vinculada ao PDRSX e à Norte Energia, notabilizou a atuação dos representantes dessas entidades, arregimentando apoio dos segmentos sociais. Além disso, o proveito simbólico, considerando-se a complexidade e as exigências envolvidas no processo de abertura de um curso nessa área, reforça, no plano da aparência, a contribuição do empreendimento para o desenvolvimento regional.

Os recursos do PDRS Xingu assumem um papel estratégico nesse cenário, o que Coutinho (2007) denomina “hegemonia da pequena política”, amparado nas formulações gramscianas. Nessa conformação, questões parciais e cotidianas são tratadas no interior de uma estrutura já estabelecida entre frações de uma mesma classe política, abdicando-se de qualquer discussão de outro projeto de Estado ou sociedade. Para o autor, hegemonia é consenso, não coerção. Assim, certos

indivíduos e grupos sociais aderem consensualmente a certos valores. Esses pressupostos se coadunam com o processo de disputa de recursos no âmbito do PDRSX.

Os membros do Comitê Gestor do PDRSX, representantes de distintas esferas (governo, empresariado, organizações da sociedade), renunciam às divergências políticas e ideológicas em prol da disputa dos recursos do plano dito de desenvolvimento. Nesse espaço, indivíduos e organizações que integraram movimentos de resistência contra a UHE de Belo Monte entram na concorrência dos editais anualmente publicados. Ainda que o espaço seja utilizado por alguns desses indivíduos para tecer críticas ao processo de condução do empreendimento e denunciar as negligências e as omissões da empresa construtora, tais manifestações acabam sendo amortecidas e esvaziadas, diante de uma contradição notória. Isto é, expressar crítica ao empreendimento e se manter presente nos espaços de disputa do plano de desenvolvimento, cujos recursos são oriundos da Norte Energia S.A. e diretamente supervisionados pela empresa.

A análise documental e a participação em algumas reuniões do Comitê Gestor do PDRSX evidenciaram a materialidade da “hegemonia da pequena política”. As disputas, negociações e concessões estabelecidas no âmbito daquele espaço vêm servindo ao propósito de aglutinar apoio e conter resistências em relação ao empreendimento, balizadas no discurso de promoção do desenvolvimento regional sustentável.

A cooptação dos movimentos sociais de resistência se coaduna com os princípios da política encetada pelo Partido dos Trabalhadores, eficiente estratégia de neutralização dos antagonismos de classe. Nessa esteira, os mecanismos utilizados se empenham em assumir um caráter democrático e participativo, fenômenos que são pautados por centralismo, autoritarismo e violência.

E a UFPA está inserida nesse espaço, submetendo e aprovando projetos para angariar financiamento para construção de infraestrutura física, aquisição de equipamentos para os laboratórios, veículos e pagamento de bolsas aos professores e aos alunos envolvidos na execução das atividades previstas nos projetos. Diante da tendência de contingenciamento do financiamento público, a busca por fontes

alternativas de receitas para o cumprimento das missões institucionais da universidade se incorpora ao cotidiano do trabalho docente. Ainda que esta categoria não tenha sido selecionada nesta pesquisa, certamente ocorrem implicações para o trabalho do professor que merecem investigação posterior. O cenário atual se assenta na precarização e na intensificação das relações de trabalho, exigindo-se um perfil de trabalhador coadunado com os princípios de empreendedorismo, eficiência e produtividade.

Entretanto, ainda que a Universidade tenha angariado uma parcela de recursos para construção do prédio do curso de Medicina, no valor de dois milhões de reais, no âmbito do PDRSX, a proposta inicial de apenas uma turma na modalidade de contrato acabou não se concretizando; então, o MEC assumiu, por meio do Programa *Mais Médicos*, o compromisso de instalação do curso, disponibilizando recursos de custeio, capital e contratação de vagas (docentes e técnico-administrativos). Conforme demonstrado, nos anos de 2013 e 2014 foram pactuados R$16.712.965,00.

Os volumes de recursos envolvidos nos projetos aprovados no âmbito do PDRSX e da parceria com a Norte Energia S.A., possibilitando a construção dos laboratórios de ictiologia e aquicultura de peixes ornamentais foram os seguintes:

- ✓ Projetos PDRSX*: R$ 8.845.819,91*
- ✓ Laboratório de Ictiologia e Laboratório de Aquicultura de Peixes Ornamentais: *R$ 3.800.000,00.*

Os projetos aprovados pelos docentes vinculados ao *Campus* de Altamira apresentam, predominantemente, o caráter de extensão. Dessa forma, ainda que tragam recursos adicionais ao financiamento daquela unidade (custeio e capital), estes não repercutem na expansão, isto é, na criação de novas vagas no ensino da graduação e da pós-graduação. Entretanto, os recursos captados no período de análise, em termos de financiamento, representam valores significativos, comparados ao orçamento de custeio e capital do C*ampus* de Altamira.

Além dos projetos aprovados, a construção de dois laboratórios (Ictiologia e Aquicultura de Peixes Ornamentais), financiados com recursos da Norte Energia,

representou, igualmente, acréscimo no financiamento. Conforme abordado no capítulo 5, essas ações se articularam a uma responsabilidade da empresa na execução das condicionantes previstas no PBA.

Dessa forma, a hipótese de ampliação do financiamento dessa unidade, a partir da construção da UHE de Belo Monte, se confirmou, sob a mediação das parcerias público-privadas.

Assim, ainda que tenha ocorrido a construção da infraestrutura física no *campus*, favorecendo o desenvolvimento de atividades acadêmicas, a empresa aufere vantagens, na medida em que cumpre uma obrigação legal inerente à obra. Além disso, continuará desenvolvendo projetos, no âmbito do PBA, nos laboratórios construídos, desobrigando-se das despesas de manutenção da estrutura instalada. Ocorre, nesses termos, uma parceria vantajosa para empresa, considerando a disponibilidade de recursos humanos altamente qualificados e a desobrigação dos custos de manutenção do custeio dos laboratórios.

No que se refere à expansão de oferta de vagas e à matrícula de estudantes, os dados revelaram que o quantitativo se manteve estável, no período de 2011/2014; portanto, não ocorreu crescimento na série histórica de análise. A abertura da primeira turma de Medicina estava prevista para 2015; em razão de dificuldades na contratação de professores, isso deve acontecer apenas no segundo semestre de 2016. Em setembro de 2015, apenas três professores haviam sido contratados.

Por outro lado, observou-se um incremento na composição dos quadros docente e técnico-administrativo, correspondente às vagas do recém-criado curso de Medicina. A criação deste curso se apresentou, portanto, como o principal fenômeno do período investigado, no que se relaciona à expansão.

Torna-se importante destacar que o efeito da inserção da pauta de expansão no contexto de construção da Usina ainda está em curso, cabendo investigações posteriores para averiguar os desdobramentos desse processo. A pesquisa indicou que o empreendimento se apresentou como motivação para a proposta do projeto de expansão da UFPA, naquela região, ocorrendo uma mobilização daquela unidade

para arregimentar capital financeiro e apoio político para ampliação da oferta por meio da criação de novos cursos.

A UFPA assume, nos marcos institucionais, a exemplo do PDI, o compromisso de desenvolvimento da região Amazônica e cuja história, iniciada em meados da década de 1950, esteve associada ao planejamento da modernização econômica dessa região, engendrado no governo de Juscelino Kubistchek; a instituição apresenta, na forma organizacional de Universidade Multicampi, uma expressiva capilaridade no território paraense. Entretanto, afirmar que a Educação Superior provoca alterações substantivas no cenário socioeconômico de determinada estrutura social não encontra materialidade na atual conformação encetada pelo capitalismo.

No caso de Altamira, município que recebeu, em meados da década de 1980, ações de interiorização da UFPA, a taxa de escolarização em nível superior permanece baixa, conforme os indicadores analisados no capitulo 2. Os demais indicadores socioeconômicos apresentam resultados desanimadores, em termos de desenvolvimento social. Dessa forma, é questionável o impacto do ensino superior na transformação dessa realidade.

O modo de produção capitalista se ancora nas distintas formas de exploração e exclusão; nesse processo, coisifica e transforma em mercadoria tudo o que possa ser comercializável. A ampliação da escolarização da classe trabalhadora apresenta distintas vantagens ao capital. Na realidade brasileira e na paraense, cuja oferta é predominantemente privada, os grandes grupos econômicos, organizados em oligopólios, exploram um lucrativo filão do mercado, recebendo incentivos e subsídios do Estado. O ensino superior se transforma numa mercadoria lucrativa.

Por outro lado, a ampliação da escolarização da classe trabalhadora permite a elevação da produtividade do trabalho, estabelecendo a ampliação dos critérios de seleção para ingresso no mercado de trabalho e uma série de exigências para permanência, diante da lógica de eficiência, flexibilidade e competitividade. Considerando-se que uma das atividades basilares da universidade é a formação de quadros profissionais de distintas áreas do conhecimento, pode-se inferir que a universidade se incorpora à dinâmica de ampliação e reprodução do capital.

O apelo discursivo e ideológico, balizado na centralidade da Educação Superior com vistas à superação dos indicadores de atraso e previstas nos planos e programas de expansão do governo federal implantados na última década, parece não encontrar materialidade na conjuntura de aprofundamento da crise do capital, engendrando o barbarismo das relações sociais, inclusive no mundo do trabalho.

No contexto de construção da UHE de Belo Monte, o ensino superior sequer é mencionado no conjunto de planos, programas e projetos do PBA, ações de natureza antecipatórias e mitigantes dos impactos socioambientais do empreendimento, a serem executadas pela Norte Energia S.A.

Por outro lado, o termo de parceria estabelecido entre essa empresa e a UFPA são reveladores da lógica gerencialista e economicista que vem sendo incorporada e naturalizada no ambiente universitário. Diante das limitações orçamentárias, deliberadamente impostas às instituições, as parcerias são tomadas como a alternativa ajustada tanto às necessidades empresariais quanto às acadêmicas. Evidencia-se a diluição entre as fronteiras do público e do privado, e a universidade pública envida esforços para preservar sua relevância social e acadêmica, em face do amplo processo de privatização da oferta do ensino superior observado no Brasil.

No contrato de parceria analisado na pesquisa, fica evidente que a empresa sobrepõe os seus interesses às necessidades institucionais da UFPA, prevalecendo uma lógica oportunista de consecução de vantagens, na medida em que propõe o uso indistinto dos espaços do *campus* de Altamira para desenvolvimento dos projetos do PBA e o uso de assessoria técnica dessa Universidade para execução desses projetos, além da disponibilidade gratuita de vagas para funcionários da empresa nos eventos promovidos pela Universidade.

A investigação, portanto, confirmou a hipótese de que a construção da UHE de Belo Monte repercutiu no financiamento e na expansão da UFPA – *Campus* de Altamira. A pauta da expansão colocada em evidência, e em ainda em curso, possibilita a continuidade de estudos.

O materialismo histórico-dialético, enquanto teoria e método de conhecimento, indica que apenas o desvelamento da essência dos fenômenos

possibilita a transformação de uma determinada realidade. Marx (2008) nos ensina que “De nada valem as ideias sem homens que possam pô-las em prática”.

A Universidade, instituição social, criada como espaço de produção de ideias, conhecimentos úteis à humanidade e formação especializada em diferentes áreas do saber, deve estabelecer instâncias de resistência e luta contra o processo sistemático de incorporação da lógica privatista capitaneados pelo atual modelo societário, engendrado pelo capitalismo.

Essa instituição prevalece, ao longo da história, exatamente pela capacidade de defender os seus princípios, resistindo e adaptando-se às permanentes transformações que as mediações do processo histórico impõem. Os valores do capital, alicerçados na irracionalidade do lucro rápido, na exploração e na desumanização das relações entre os homens, vetores da barbárie que predomina, atualmente, na sociedade não podem servir de referência para os pilares da universidade pública.

A disseminação de uma visão crítica e progressista do papel da universidade deve ser uma constante nos processos de formação dos alunos e professores. Os currículos e processos formativos devem contemplar a dimensão crítica, autônoma e reflexiva, permitindo uma adequada compreensão dos fenômenos sociais, das mediações e contradições que permeiam a realidade.

Além disso, deve ocorrer a busca permanente pelo fortalecimento das entidades e organizações de representação da classe trabalhadora, instâncias que, historicamente, empreenderam movimentos revolucionários.

REFERÊNCIAS

AJUSTE fiscal: governo federal anuncia cortes de 69,9 bilhões do Orçamento. **Carta Capital**. São Paulo. 22 maio 2015. Economia. Disponível em: http://www.cartacapital.com.br/economia/ajuste-fiscal-governo-anuncia-corte-de-69-9-bilhoes-de-reais-do-orcamento-6830.html. Acesso em: 30 maio 2015.

ALMEIDA FILHO, Naomar. **Universidade Nova**: textos críticos e esperançosos. Brasília, DF: Editora UnB; Salvador: EDUFBA, 2007.

ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. **Universidade pública e iniciativa privada**: os desafios da globalização. Campinas (SP): Alínea, 2002.

AMARAL, Nelson C. **Avaliação e Financiamento de Instituições de Educação Superior**: uma comparação dos governos FHC e LULA. Atos de pesquisa em educação (FURB), v. 4, p. 321-336, 2009.

_____. Autonomia e financiamento das IFES: Desafios e ações**. Revista Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 647-680, nov. 2008b.

_____. **Financiamento da educação superior**: Estado X mercado. São Paulo: Cortez; Piracicaba (SP): EDUNIMEP, 2003.

ANDES – SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (ANDES-SN). **Proposta do ANDES-SN para a universidade brasileira**. Cadernos ANDES, n. 2, Brasília, out. 2003.

APAGÃO atinge 11 Estados e DF; causa seria consumo em razão do calor. **Folha de São Paulo** [digital]. São Paulo. 19 jan.2015, 16:03 [Atualizado: 20 jan 2015, 14:14], Mercado. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/01/1577192-apagao-atinge-parte-da-grande-sp-e-rio-linha-do-metro-e-prejudicado.shtml>. Acesso em: 10 jun. 2015

ARAÚJO, Rhoberta Santana de. **A implantação do REUNI na Universidade Federal do Pará**: um estudo de caso do Campus Universitário de Altamira. 2011. 278p. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto Ciências da Educação. Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA, 2011.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. Rio de Janeiro: PNUD; IPEA. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Disponível em: <www.atlasbrasil.org.br>

BARBOSA, Nelson. Dez anos de política econômica. In: SADER, Emir (Org.). **Dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo (SP): Boitempo: Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013, p. 69-102.

BECKER, Berta. Reflexões sobre as hidrelétricas na Amazônia: água, energia e desenvolvimento**.** Bol. Mus. Emílio Goeldi. Cienc. Hum. Belém vol. 7, n.3, p.783-790, set-dez, 2012.

_____. Eixos de integração e desenvolvimento e a Amazônia**. Revista Território**, ano IV, pp. 29-42, jan/jun 1999.

BEHRING, Elaine R. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2008.

BENINCÁ, Dirceu. **Energia e cidadania.** A luta dos atingidos por barragens. São Paulo: Cortez, 2011.

BERMANN. Célio**,** O projeto da Usina Hidrelétrica Belo Monte: a autocracia energética como paradigma. **Novos Cadernos NAEA**, Belém-PA, v. 15, n. 1, p. 5-23, jun. 2012.

BERMANN. Célio. ARAÚJO, Frederico Guilherme B. de. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 5ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BRAGANÇA, Antônio. Educação, ciência e tecnologia. *In*: WERTHEIN, Jorge; CUNHA, Célio (Org.). **Investimentos em educação, ciência e tecnologia**. O que pensam os empresários. Brasília: UNESCO Brasil, 2004, p. 55-62.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Aprovada em 5 de outubro de 1988. Atualizada até a Emenda Constitucional nº 66, de 13.07.2010 [Texto compilado, contendo: Emendas Constitucionais, Emendas Constitucionais de Revisão, Principais Ações no STF, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e Índice Temático]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 08 abr. 2010.

BRASIL. Lei no 10.168, de 29 de dezembro de 2000. Institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação e dá outras providências. Publicado no D.O.U. de 30.12.2000 (Edição Extra). [Mensagem de Veto nº 2.112. Regulamento]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10168.htm>. Acesso em: 10 mar. 2010.

_____. **Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013.** Institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e nº 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências. [Conversão da Medida Provisória nº 621, de 2013]. Publicado no DOU de 23.10.2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Lei/L12871.htm Acesso em: 18 mar. 2014.

_____. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Publicado no DOU de 3.12.2004; retificado em 16.5.2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm. Acesso em: 08 abr. 2010.

_____. Lei nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público/privada no âmbito da administração pública.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Publicado no DOU, de 25.4.2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 5 abr. 2009.

_____. **Decreto nº 6.755 de 29 de janeiro de 2009**. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Publicado no DOU de 30.01.2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6755.htm. Acesso em: 03 maio 2010.

_____. **Decreto de 20 de outubro de 2003.** Institui Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 21.10.2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2003/Dnn9998.htm>. Acesso em: 5 abr. 2009.

_____. **Decreto n° 7.340, de 21 de outubro de 2010**. Institui o Plano de Desenvolvimento Regional do Xingu- PDRS do Xingu, o seu Comitê Gestor e dá outras providências. Publicado no DOU de 22 de outubro de 2010.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Execução Orçamentária**. Brasília: Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados/PRODASEN, 1995, 1997,1999, 2001, 2003, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/loa>. Acesso em:19.03.2014

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Grupo de Trabalho Interministerial. **Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades brasileiras e roteiro para a reforma da universidade brasileira**. Brasília, 15 dez. 2003. [Mimeo]. [Decreto e Relatório disponíveis em: <http://www.sintunesp.org.br/refuniv/GT-Interministerial%20-%20Estudo.htm>]. Acesso em: 11 maio 2009.

_____. _____. Câmara da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho Estado**. Brasília: Presidência: MARE, 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/publi_04/colecao/plandi.htm>. Acesso em: 11 maio 2009

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **REUNI – Reestruturação e expansão das universidades federais**. Diretrizes Gerais. Brasília: MEC, 2007. (Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE). Documento elaborado pelo Grupo Assessor nomeado pela Portaria nº 552 SESu/MEC, de 25 de junho de 2007, em complemento ao art. 1º §2º, do Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf> Acesso em: 10 maio 2009.

_____. _____. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Razões, Princípios e Programas. (Aprovado em 24 de abril de 2007). Brasília: MEC, 2007a [HTTP criado em 27 nov.2007]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>. Acesso em: 10 maio 2009.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: SECRETARIA GERAL : SECRETARIA DA JUVENTUDE. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA : FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência e à desigualdade 2014**. Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002329/232972POR.pdf Acesso em: Set. 2015.

_____. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Plano Nacional de Energia 2030**. Brasília: MME: EPE. 2007.

_____. MINISTÉRIO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Brasília: MIN, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Programa de Aceleração do Crescimento 2011-2014 – PAC 2. 9° Balanço do PAC.**Relatório** (Pará). Brasília (DF): MPOG, 2013.

_____. _____. **Programa de Aceleração do Crescimento 2011-2014 – PAC 2.** Brasília (DF): MPGO, 2010.

_____. _____. Programa de Aceleração do Crescimento 2011-2014 – PAC 2. 11 º Balanço do PAC. **Relatório.** Brasília (DF): MPGO, 2010.

_____. **Programa de Aceleração do Crescimento** – PAC 2007-2010**.** Brasília (DF): MPGO, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO. **Plano Plurianual 1996-1999**. Brasília (DF): MPO,1996.

BRASIL [GOVERNO FEDERAL]; PARÁ [GOVERNO DO ESTADO DO]. **Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu.** Brasília: [S.n.], [2010?]. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=9cbd2d8c-9e8c-4db0-a362-f7f4af1e9b96&groupId=24915> Acesso em: Maio 2013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006.

_____. **Reforma do Estado para a cidadania**. São Paulo: Ed.34; Brasília: ENAP, 1998.

BRINHOSA, Mário César. A função social e pública da educação na sociedade contemporânea. *In*: LOMBARDI, José Claudinei. **Globalização, pós-modernidade e educação**. 3.ed. Caçador (SC): UNC, 2009, p 39-60.

BRITO, Daniel Chaves de. **A modernização da superfície**. Estado e desenvolvimento na Amazônia. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

BRUNO, Lúcia. Educação e desenvolvimento econômico no Brasil**. Revista Brasileira de Educação.** Rio de Janeiro, v. 16, n. 48, p.545-562, set.-dez. 2011.

BRAGANÇA, Antônio. Educação, ciência e tecnologia. In: WERTHEIN, Jorge; CUNHA, Célio. Investimentos em educação, ciência e tecnologia. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

CABRAL NETO, Antonio; CASTRO, Alda Maria D. A. Educação a distância como estratégia de expansão do ensino superior no Brasil. In: CABRAL NETO, Antonio; CHAVES, Vera Lúcia Jacob; NASCIMENTO, Ilma Vieira. (Org.). **Políticas para a Educação Superior no Brasil**: velhos temas e novos desafios. 1 ed. São Paulo: Xamã, 2009, p. 85-108.

CABRAL NETO, A.; CHAVES, V. L. J.; NASCIMENTO, I. V.. Avaliação do ensino superior no Brasil: as tensões entre emancipação e regulação. In: CABRAL NETO, Antonio; CHAVES, Vera Lúcia Jacob; NASCIMENTO, Ilma Vieira. (Org.). **Políticas**

para a educação superior no Brasil: velhos temas e novos desafios. São Paulo: Xamã, 2009, p. 25-48.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do Desenvolvimento – Brasil**: JK – JQ. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARNOY, Martin (Coord.); MILLER, Luke C.; LUSCHEI, Thomas F. Economía de la educación. Barcelona (ES): Editorial UOC, 2006.

CARNOY, Martin. **Mundialização da educação.** O que os planejadores devem saber**.** Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Brasília: UNESCO, 2002.

CASTELO, Rodrigo. O social-liberalismo brasileiro e a miséria ideológica da economia do bem-estar. *In*: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia:** crescimento econômico e reprodução das desigualdades. São Paulo: Cortez, 2012, p. 46-77.

CÊA, Geórgia S. dos S. As versões do Projeto de Lei da Reforma da Educação Superior: princípios, impasses e limites. In: SIQUEIRA, Ângela C.; NEVES, Lúcia Maria W. (Org.). **Educação superior:** uma reforma em processo. São Paulo: Xamã, 2006, p. 43-79.

CHAUÍ, Marilena. **A ideologia da competência**. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014. (Coletânea *Escritos de Marilena Chauí*, 3. Org. André Rocha).

_____. A Universidade sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, dez. 2003.

_____. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: EDUNESP, 2001.

_____. A universidade operacional. **Revista Adunicamp**. Campinas, ano 1, n.1, p.6-9, jun. 1999. [Publicado primeiramente por *Folha de São Paulo* / *Folha Online*. São Paulo, 9 maio 1999. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/dc_1_3.htm>.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educação & Sociedade** (Impresso), Campinas, v. 31, n. 111, p. 481-500, abr.-jun. 2010.

_____. Parceria público-privada na gestão da universidade pública brasileira. **Cadernos de Educação**. Pelotas, n. 33, p. 311-324, maio/ago 2009.

_____. Política de gestão e financiamento da expansão das universidades federais via precarização do trabalho docente. In: CHAVES, Vera L. Jacob; SILVA JUNIOR,

João dos Reis. **Educação Superior no Brasil e diversidade regional**. Belém (PA): EDUFPA, 2008, p 67-88.

_____. Crise e privatização da universidade pública: de Fernando Henrique a Lula da Silva. Universidade e Sociedade, Brasília, ano XVI, nº 38, p. 61-77, jun. 2006.

_____. As feições da privatização do público na Educação Superior brasileira: o caso da UFPA. 2005. 436p. Tese (Doutorado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; CABRITO, Belmiro. Políticas públicas de financiamento na educação superior do Brasil e de Portugal - diferenças e convergências. In: CHAVES, Vera Lúcia Jacob; CABRITO, Belmiro Gil. (Org.). **Políticas de acesso e financiamento da educação superior no Brasil e em Portugal: tendências actuais**. Lisboa: EDUCA-COLEÇÃO ORGANIZAÇÕES, 2011, p. 117-142.

CHAVES, Vera Lúcia J.; MENDES, Odete da C. REUNI: O contrato de gestão na reforma da Educação Superior pública. *In*: CHAVES, Vera L. Jacob; CABRAL NETO, Antonio; NASCIMENTO, Ilma V. (Org.). Políticas para educação superior no Brasil: velhos temas e novos desafios. São Paulo: Xamã, 2009, p.49-68.

_____. **Universidade e avaliação**: entre a ética e o mercado. Florianópolis: Insular, 2002.

COELHO, Ildeu M. Universidade e formação de professores. *In*: GUIMARAES, Valter Soares (Org.). **Formar para o mercado ou para a autonomia?** O papel da universidade. Campinas (SP): Papirus, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. *In*: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Org.) **Hegemonia às avessas**. São Paulo: 2010, Boitempo.

CUNHA, Luiz Antônio. Autonomia universitária: teoria e prática. ***Universidad e investigación científica.*** [Prefácio: Vessuri, Hebe. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales]**.** Buenos Aires, p.13-31, Nov. 2006**.**

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? *En*: Daniel Mato. (Coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, p.95-110.

DIAS SOBRINHO, José. **Dilemas da educação superior**. Sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento? São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

_____. Educação superior, globalização e democratização. Qual universidade? *In*: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), 27. 2004. Caxambu (MG). Conferência de abertura. **ANAIS**. Rio de Janeiro: ANPEd, 2004.

_____. Educação Superior: flexibilização e regulação ou avaliação e sentido público. *In*: MANCEBO, Deise [et.al.] (Org.). **Políticas e gestão da Educação Superior**: transformações recentes e debates atuais. São Paulo: Xamã; Goiânia: Alternativa, 2003, p.97-116.

DUARTE, Adriano L.; RAMPINELLI, Waldir J. Universidade, sociedade e política: algumas considerações sobre a relação entre público e privado em tempos de barbárie. *In*: ALVIM, Valdir; RAMPINELLI, Waldir José; RODRIGUES, Gilmar. (Org.) **Universidade: a democracia ameaçada**. São Paulo: Xamã, 2005, p. 29-50.

DURHAM, Eunice. **Autonomia universitária** – extensão e limites. São Paulo: USP: NUPES, 2005. **(**Documento de Trabalho 03/05. Núcleo de Pesquisa sobre o Ensino Superior, da Universidade de São Paulo). Disponível em: http://www.ufam.edu.br/attachments/article/2317/Artigo%20Autonomia%20Universit%C3%A1ria%20Eunice%20Durham.pdf Acesso em: 10 Nov. 2013.

EDUCAÇÃO e saúde terão novo corte no orçamento; PAC será principal alvo. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 4 nov. 2015 : 02h26. Mercado. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/07/1662570-educacao-tera-novo-corte-em-orcamento-pac-sera-principal-alvo.shtml>. Consulta em: 15 ago. 2015.

FATORELLI, Maria Lúcia; ÁVILA, Rodrigo. **Gastos com a Dívida Pública em 2014 superaram 45% do Orçamento Federal Executado. Auditoria Cidadã da Dívida. Brasília, 05 fev. 2015. Notícias. Disponível em:** http://www.auditoriacidada.org.br/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confira-o-grafico-do-orcamento-de-2012/**. Consulta em: 05 out. 2015.**

FIALHO, Nádia Hage. **Universidade Multicampi**. Campinas (SP): Autores Associados, 2005.

FILGUEIRAS, Luiz Antônio Mattos. GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FREITAS, Marlene R. M. **Universidade Multicampi**: conhecimento e tecnologia em favor do desenvolvimento do Pará. Belém (PA): EDUFPA, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. *In*: FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2008, p.54-69.

_____. **A produtividade da escola improdutiva.** Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FURTADO, Celso. **Economia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro internacional Celso Furtado, 2008.

_____. **Formação econômica do Brasil.** 5.ed. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo: Global, 2009.

_____, **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** São Paulo: Global, 2008.

_____. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

GÁMBOA, Sílvio Sanches. A globalização e os desafios da educação superior no limiar do novo século: um olhar desde a América latina. *In*: LOMBARDI, José Claudinei (Org.). **Globalização, pós-modernidade e educação**. Campinas (SP): Autores Associados: HISTEDBR; Caçador (SC): Universidade do Contestado, 2009.

GUIMARÃES, Ricardo José Rocha. Nos caminhos do sonho: grandes projetos de desenvolvimento industrial no estado do Pará. *In*: XIMENES, Tereza (Org.). **Cenários da industrialização da Amazônia**. Belém (PA): UNAMAZ, UFPA, NAEA, 1995, p. 157-203.

HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílios** (PNAD), 2012. Rio de Janeiro: IBGE, Disponível em: <www.ibge.gov.br>.

_____. **Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílios** (PNAD), 2013. Disponível em: <www.ibge.gov.br>.

_____. **Contas regionais 2012.** Disponível em: <www.ibge.gov.br>.

_____. **Síntese dos indicadores sociais 2012**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>.

_____. **Síntese dos indicadores sociais 2013**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior 2013**. Resumo Técnico. Brasília (DF): MEC: INEP, 2013. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/censo/2013/resumo_tecnico_2013.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2015.

_____. **Censo da Educação Superior 2012**. Sinopse Estatística. Brasília (DF): MEC: INEP, 2012. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/censo/2012/sinop_sup_2012_versao_preliminar.zip>. Acesso em: 08 maio 2015.

_____. **Censo da Educação Superior 2010**. Sinopse Estatística. Brasília (DF): MEC : INEP, 2011. Disponível em: http://www.inep.gov.br/download/superior/censo/2011/sinopse_da_educacao_superior_2011.xls>. Acesso em: 05 fev. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS (IPEA). Gastos com a política social: alavanca para o crescimento com distribuição de renda. **Comunicado**, 75, Brasília, 03 fev. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/110203_comunicadoipea75_apresentacao.pdf>. Consultado em: 10 mar. 2014.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Dossiê Belo Monte**. Não há condições para a licença de operação. Altamira (PA): Junho, 2015. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/pt-br/dossie-belo-monte>. Consultado em: 10 ago. 2015.

_____. **Especial Belo Monte – Cronologia do Projeto.** Disponível em: http://www.socioambiental.org/esp/bm/hist.asp. Acesso em: 02 mar. 2013.

KOPNIN, P. V. **A Dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Civilização Brasileira, 1978.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 7.ed. Tradução: Célia Neves e Al Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LEDA, Denise Bessa. Universidade Nova / Plano de reestruturação e expansão das universidades federais: mais uma dose de reforma universitária? *In*: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), 30. Caxambu/MG, 2007. **ANAIS** (eletrônicos). Rio de Janeiro: ANPEd, 2007. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT11-2936--Int.pdf>. Acesso em: mar. 2010.

LEHER, Roberto. Ideologia do desenvolvimento, pobreza e hegemonia. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia; crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. Educação no governo de Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. In: VÁRIOS AUTORES. **Os anos Lula**. Contribuições para um balanço crítico. Rio de Janeiro: Garamond, 2010a, p.369-412.

_____. Universidade no Brasil e na América Latina: tensões e contradições entre o público e o privado. **Revista Brasileira de Educação.** Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p.171-177, jan./abr. 2007.

LIMA, Kátia. **Contra-reforma na educação superior**: de FHC a Lula. São Paulo: Xamã, 2007.

LIMA, Marcos Costa. **Região e desenvolvimento no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Pressupostos do modelo de integração da Amazônia Brasileira aos mercados nacional e internacional em vigência nas últimas décadas: a modernização às avessas. *In*: COSTA, Maria José Jackson; WILSON, José Barp. (Org.). **Sociologia na Amazônia**. Debates teóricos e experiências de pesquisa. Belém: EDUFPA, 2001.

MAGALHÃES, Sônia Maria B.; HERNÁNDEZ, Francisco M. (Org.). **Análise crítica do estudo de impacto ambiental do aproveitamento hidrelétrico de belo monte** [Painel de Especialistas]. Belém: [s.n.], 2009. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf%20%20>. Acesso em: 08 ago. 2013.

MANCEBO, Deise. Diversificação do ensino superior no Brasil e qualidade acadêmico-crítica. *In*: OLIVEIRA. João Ferreira de; CATANI, Afrânio Mendes; SILVA

JÚNIOR, João dos Reis (Org.). ***Educação superior no Brasil:*** *tempos de internacionalização.* São Paulo: Xamã, 2010, p 37-53.

MARTINS, André Silva; NEVES, Lúcia Maria W. A proposta de autonomia universitária do governo Lula. *In*: NEVES, Lúcia Maria W. (Org.). **Reforma universitária do governo Lula**: reflexões para o debate. São Paulo: Xamã, 2004, p.91-110.

MARX, Karl. **O capital.** Crítica da economia política. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. [Livro I: o processo de produção do capital].

_____. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. [Livro Terceiro: O processo global de produção capitalista, vol.V.]

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008a.

_____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte.** Tradução Leandro Konder. 2 ed. São Paulo: Martin Claret, 2008b (Coleção: A obra prima de cada autor).

_____. **Contribuição à crítica da economia política.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 43-48; p.255-283.

MINTO, Lalo Watanabe. **As reformas do ensino superior no Brasil.** O público e o privado em questão. Campinas (SP): Autores Associados, 2006.

MIRANDA, Henrique Rodrigues de. VASCONCELLOS, Mário. ROCHA, Gilberto de Miranda. Desenvolvimento territorial sustentável e participação popular na Amazônia: limitações e possibilidades. **Movendo Ideias**. Belém, v. 15, n. 2, p. 71-88, jul.- dez. 2010. Disponível em: http://www.unama.br/editoraunama/index.php/ideias/123-revista-movendo-ideias-v15-no-02-jul-a-dez-de-2010.

MONTAÑO, Carlos. Novas configurações do público e do privado no contexto capitalista atual. O papel político-ideologico do “Terceiro setor”. *In*: ADRIÃO, T.: PERONI, V. (Org.). **Público e privado na Educação**: novos elementos para o debate. São Paulo: Xamã, 2008.

_____**. Terceiro setor e questão social.** Crítica ao padrão emergente de intervenção social. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008a .

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela; PERUZZO, Juliane. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. *In*: MOTA, Ana Elisabete (Org.). **Desenvolvimentismo e construção da hegemonia.** Crescimento econômico e construção da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** Tradução: Francisco Raul Cornejo [*et al*.] São Paulo: Boitempo, 2009.

NACKE, Aneliese; SANTOS, Sílvio C.. A Eletronorte e os projetos hidrelétricos. In: HÉBETTE, Jean. (Org.). **O cerco está se fechando.** Petrópolis (RJ): Vozes; Rio de Janeiro: Fase; Belém (PA): NAEA-UFPA; Curitiba (PR): UFPR, 1991, p.46-51.

NEVES, Lucia Maria W. (Org.) *et al*. **Reforma universitária do Governo Lula.** Reflexões para o debate. São Paulo: Xamã, 2004.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **O empresariamento da educação**: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos de 1990.São Paulo: Xamã, 2002.

NORTE ENERGIA S.A. **Conheça a Norte Energia** [Consórcio de empresas outorgadas para construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte]. Disponível em: http://norteenergiasa.com.br/site/portugues/norte-energia-s-a/. Acesso em: 12 mar. 2012

_____. Belo Monte avança e 2013 representará o pico da obra. **Imprensa** : Notícias : Desenvolvimento Social. 28 dez. 2012. Disponível em: <http://norteenergiasa.com.br/site/2012/12/28/belo-monte-avanca-e-2013-representara-o-pico-da-obra/>. Acesso em: 10 mar.2013.

_____. Norte Energia constrói laboratórios na UFPA para estudos de peixes no Xingu. **Imprensa** : Notícias : Desenvolvimento Social. 11 dez. 2013. Disponível em: <http://norteenergiasa.com.br/site/2013/12/11/norte-energia-constroi-laboratorios-na-ufpa-para-estudos-de-peixes-do-rio-xingu/> . Acesso em: 15 jul. 2015.

_____. Norte Energia entrega novo prédio da Faculdade de medicina da UFPA de Altamira. **Imprensa** : Notícias : Desenvolvimento Social. 12 dez. 2014. [2014b]. Disponível em: <http://norteenergiasa.com.br/site/2014/12/12/norte-energia-entrega-novo-predio-da-faculdade-de-medicina-da-ufpa-em-altamira/>. Acesso em: 21 ago. 2015.

_____. UFPA ganha laboratório para pesquisar peixes da região. **Imprensa** : Notícias : Desenvolvimento Social. 26 jun. 2014 [2014a]. Disponível em Site: <http://norteenergiasa.com.br/site/2014/06/26/ufpa-ganha-laboratorio-para-pesquisar-peixes-da-regiao-do-xingu/>. Acesso em: em 05 ago. 2015.

_____. **Minuta do Termo de Cooperação Técnica a ser estabelecido entre a Norte Energia e a Universidade Federal do Pará**. Belém, 2014. [Documento. Mimeo].

_____. **Termo de Cooperação técnico-científica que entre si celebram, de um lado, a Norte Energia e, de outro lado, a Universidade Federal do Pará.** Belém, 2015 [Documento. Mimeo].

OLIVEIRA, Dalila Andrade; ROSAR, Maria de Fátima Félix. **Política e gestão da educação**. 2.ed. Belo Horizonte (MG): Autêntica, 2008, p 61-74.

OLIVEIRA, Francisco. Hegemonia às avessas: decifra-me ou eu te devoro. *In*: OLIVEIRA, Francisco. BRAGA, Ruy. RIZEK, Cibele (Org.). **Hegemonia às avessas.** São Paulo: Boitempo, 2010.

OLIVEIRA, João Ferreira de. (Org.) **O campo universitário no Brasil**. Políticas, ações e processos de reconfiguração. Campinas (SP): Mercado das letras, 2011.

_____. A função social da educação e da escola pública: tensões, desafios e perspectivas. *In*: FERREIRA, Eliza Bertolozzi. OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte (MG): Autêntica, 2009.

OLIVEIRA, João Ferreira de; CATANI, Afrânio Mendes. A reconfiguração do campo universitário no Brasil: conceitos, atores, estratégias e ações. *In*: OLIVEIRA, João Ferreira de. (Org.). **O campo universitário no Brasil:** políticas, ações e processos de reconfiguração. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011. (Série Educação Geral, Superior e Formação Continuada do Professor).

OLIVEIRA, João Ferreira; CATANI, Afrânio Mendes; SILVA JÚNIOR, João dos Reis (Org.). **Educação Superior no Brasil** – tempos de internacionalização. São Paulo: Xamã, 2010.

OLIVEIRA, Maria Rita D. **As relações da parceria público-privada.** A experiência do Campus Universitário de Marabá com a Companhia Vale. 2010. 180f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Fortaleza (CE), 2010.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). ***Education at a Glance 2012***. *EI [Education Institutions] summary of key findings. OECD report [Non official use only].* Disponível em: http://download.ei-ie.org/Docs/WebDepot/EI_Analysis_EAG2012_non-official.pdf >. Acesso em: 20 nov. 2013.

_____. ***Education at a Glance 2012****. OECD Indicators 2012. Country Note: BRAZIL*. Disponível em: http://www.oecd.org/brazil/EAG2012%20-%20Country%20note%20-%20Brazil.pdf Acesso em: 20 nov. 2013.

ORSO, Paulino José. Por uma educação para além do capital e por uma educação para além da escola. *In*: ORSO. Paulino José; GONÇALVES, Sebastião Rodrigues; MATTOS, Valci Maria (Org.). **Educação, Estado e contradições sociais**.1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

OTRANTO, Célia Regina. A reforma da Educação Superior do governo Lula da Silva: da inspiração a implantação. *In*: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), 29. Caxambu/MG, 2006. **ANAIS** (eletrônicos). Rio de Janeiro: ANPEd, 2006. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT11-1791--Int.pdf>. Acesso em: mar. 2010.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Programa de Governo de Lula da Silva. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.pt.org.br>. Acesso em: 23 abr. 2010.

PICOLI, Fiorelo. **O capital e a devastação na Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PIRES, Valdemir. **Economia da educação.** Para além do capital humano. São Paulo: Cortez, 2005.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DO XINGU (PDRS Xingu). **Relatório do Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu 2011-2014.** Disponível em: http://pdrsxingu.org.br/upload/18-06-2015-08-49-36-759-AM-RelatorioPDRS-2015.pdf. Acesso em: ago. 2015.

_____. **Resolução Nº 01, de 17 de junho de 2011**. Aprovar Regimento Interno do Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, na forma do Anexo Único desta Resolução. Disponível em: https://www.dropbox.com/sh/3klk6y4xxjwxzqw/AABhWB2fDU96I_sMzFZ2rIKGa . Acesso em: 12 set. 2014.

_____. **Como funcionam as câmaras técnicas do CGDEX.** Disponível em: <http://pdrsxingu.org.br/camarastecnicas>. Acesso em 14 de outubro de 2014.

_____. **Relação de Projetos Aprovados 2011** (documentos). Disponível em: <http://pdrsxingu.org.br/projetos>. Acesso em: 08 jun. 2015.

_____. **Relação de Projetos Aprovados 2012** (documentos). Disponível em: <http://pdrsxingu.org.br/projetos>. Acesso em: 10 jun. 2015.

_____. **Relação de Projetos Aprovados 2013** (documentos). Disponível em: <http://pdrsxingu.org.br/projetos>. Acesso em: 08 ago. 2015.

_____. **Relação de Projetos Aprovados 2014** (documentos). Disponível em: <http://pdrsxingu.org.br/projetos>. Acesso em: 08 jun. 2015.

POCHMANN, Márcio. **Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. 22. ed. Tradução de José Severo de Camargo Pereira. São Paulo: Cortez, 2007.

PRIMO, Adilson Antônio. Educação, ciência e tecnologia: trinômio inseparável para um desenvolvimento sustentável. *In*: WERTHEIN, Jorge; CUNHA, Célio. **Investimentos em educação, ciência e tecnologia**. O que pensam os empresários. Brasília: UNESCO Brasil, 2004, p. 47-53.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco. Aspectos jurídicos da autonomia universitária no Brasil. **R. CEJ**, Brasília, v.9, n. 31, p. 19-30, out./dez. 2005.

_____. **Autonomia universitária:** as universidades públicas e a Constituição Federal de 1988. São Paulo: EDUSP, 1994.

RICCI, Rudá. **Lulismo.** Da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re) construção de uma trajetória. **ALEA – Estudos Neolatinos**. Rio de Janeiro. V. 7, n. 2, p.305-322, jul/dez 2005.

RODRIGUES, Neidson. **Estado, educação e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1984.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petropólis (RJ): Vozes, 2007.

SALOMON, Marta. MEC quer incentivar doação à escola. **Folha de São Paulo** [*online*]. São Paulo, 15 dez. 2003 - 06h47. Educação. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u14587.shtml>. Acesso em: 10 nov. 2014.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. Metástase da crise e aprofundamento da reversão neocolonial. **Crítica e Sociedade** [Revista de Cultura Política]. Uberlândia, v.1, n.3, Edição Especial [Dossiê: A crise atual do capitalismo], p. 85-95, dez. 2011.

SANTOS, Boaventura de S. **A Universidade no século XXI**. Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar. **A Universidade no século XXI**: para uma Universidade Nova. Coimbra (PT): Almedina, 2008.

SANTOS, Fernando Seabra. ALMEIDA FILHO, Naomar. **A quarta missão da universidade.** Brasília: Editora Universidade de Brasília; Coimbra (PT): Universidade de Coimbra, 2012.

SANTOS, Joseneide de Sousa Pessoa dos; CABRAL NETO, Antônio. O público e o privado na educação superior: uma negação da democratização como direito**?** *In*: SANTOS, Joseneide de Sousa Pessoa dos; CABRAL NETO, Antônio. (Org.). **O ensino superior no Brasil e em Portugal.** Perspectivas políticas e pedagógicas. Natal (RN): EDUFRN, 2010.

SAVIANI, Dermeval. Plano de Desenvolvimento da Educação. Análise crítica da política do MEC. Campinas (SP): Autores Associados, 2009.

SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo. **Filosofia da práxis.** Buenos Aires (AR): CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHULTZ, Theodore W. **O capital humano** – investimentos em educação e pesquisa. Tradução: Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Fundamentos ético-políticos da Educação no Brasil de hoje. *In*: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. (Org.). **Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV, 2006, p. 289-320.

SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade brasileira no século XXI**. Desafios do presente. São Paulo: Cortez, 2009.

SGUISSARDI, Waldemar; FRANCO, Maria Estela Dal Pai; MOROSINI, Marília Costa. **Internacionalização, Gestão Democrática e Autonomia Universitária em Questão.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005. 54 p. il. (Série Documental. Textos para Discussão).

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JUNIOR, João dos Reis. **Trabalho intensificado nas federais**: pós-graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo: Xamã, 2009.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. Cultura escolar e o lugar e a prática do professor. *In*: ORSO, Paulino José; GONÇALVES, Sebastião Rodrigues; MATTOS, Valci Maria (Org.). **Educação, Estado e contradições sociais**.1 ed. São Paulo: Outras expressões, 2011.

_____. **Pragmatismo e populismo na educação superior**. São Paulo, Xamã, 2005.

_____. **Reforma do Estado e da educação.** São Paulo, Xamã, 2002.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. As novas faces da Educação Superior no Brasil. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista: USF-IFAN, 2001.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; OLIVEIRA, Francisco de; MANCEBO, Deise (Org.). **Reforma Universitária**: dimensões e perspectivas. Campinas (SP): Alínea. 2006.

SILVA JÚNIOR, João do Reis. SPEARS, Eric. Globalização e a mudança do papel da universidade federal brasileira: uma perspectiva da economia política. **Revista HISTEDBR** [*Online*], Campinas (SP), n.47, p.3-23, set. 2012.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações.** Investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SUPERTI, Eliane. Políticas públicas e integração sul americana das fronteiras internacionais da Amazônia Brasileira. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v.2, n.14, p.32-48, 2011.

TREVISAN, Antoninho Marmo. **A educação e a ciência como insumo do desenvolvimento**. In: WERTHEIN, Jorge; CUNHA, Célio. **Investimentos em educação, ciência e tecnologia**. O que pensam os empresários. Brasília: UNESCO Brasil, 2004, p. 63-66.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA). **Estatuto e Regimento Geral da UFPA / Universidade Federal do Pará**. Belém: EDUFPA, 2009.

_____. **Estatuto e Regimento da UFPA**. Belém: EdUFPA, 2007b.

_____. **Regulamento do Ensino da Graduação**. Belém: EdUFPA, 2008a.

_____. **Plano de Gestão Orçamentária 2010**. Belém: UFPA, 2010. Disponível em: <www.proplan.ufpa.br>.

_____. **Plano de Gestão Orçamentária 2011.** Belém: UFPA, 2011a. Disponível em: <www.proplan.ufpa.br>.

_____. **Plano de Gestão Orçamentária 2012**. Belém: UFPA, 2012. Disponível em: <www.proplan.ufpa.br>.

_____. **Plano de Gestão Orçamentária 2013**. Belém: UFPA, 2013. Disponível em: <www.proplan.ufpa.br>.

_____. **Plano de Gestão Orçamentária 2014**. Belém: UFPA, 2012. Disponível em: <www.proplan.ufpa.br>.

_____. **Plano de reestruturação e expansão 2008-2012**. Belém: UFPA, 2007a.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2011-2015**. Belém: UFPA, 2011. Disponível em: <www.proplan.ufpa.br>.

_____. **Relatório de Gestão 2003**. Belém: UFPA, 2003. Disponível em: <www.proplan.ufpa.br>.

_____. **Relatório de Gestão 2004**. Belém: UFPA, 2004. Disponível em: <www.proplan.ufpa.br>.

_____. **Relatório de Gestão 2005**. Belém: UFPA, 2005. Disponível em: <www.proplan.ufpa.br>.

_____. **Relatório de Gestão 2006**. Belém: UFPA, 2006. Disponível em: <www.proplan.ufpa.br>.

_____. **Relatório de Gestão 2007**. Belém: UFPA, 2007. Disponível em: <www.proplan.ufpa.br>.

_____. **Relatório de Gestão 2008**. Belém: UFPA, 2008. Disponível em: <www.proplan.ufpa.br>.

_____. **Relatório de Gestão 2009**. Belém: UFPA, 2009. Disponível em: <www.proplan.ufpa.br>.

_____. **Relatório de Gestão 2010**. Belém: UFPA, 2010. Disponível em <www.proplan.ufpa.br>.

_____. **Relatório de Gestão 2011**. Belém: UFPA, 2011. Disponível em: <www.proplan.ufpa.br>.

_____. **Relatório de Gestão 2012**. Belém: UFPA, 2012. Disponível em: <www.proplan.ufpa.br>.

_____. **Relatório de Gestão 2013**. Belém: UFPA, 2013. Disponível em: <www.proplan.ufpa.br>.

_____. **Relatório de Gestão 2014**. Belém: UFPA, 2014. Disponível em: <www.proplan.ufpa.br>.

_____. *Campus* de Altamira. **Relatório Anual de Atividades do *Campus* Universitário de Altamira**. Altamira (PA): UFPA, 2010.

_____. *Campus* de Altamira. **Relatório Anual de Atividades do *Campus* Universitário de Altamira**. Altamira (PA): UFPA, 2011.

_____. *Campus* de Altamira. **Relatório Anual de Atividades do *Campus* Universitário de Altamira**. Altamira (PA): UFPA, 2012.

_____. *Campus* de Altamira. **Relatório Anual de Atividades do *Campus* Universitário de Altamira**. Altamira (PA): UFPA, 2013.

_____. *Campus* de Altamira. **Relatório Anual de Atividades do *Campus* Universitário de Altamira**. Altamira (PA): UFPA, 2014.

_____. *Campus* de Altamira. **Projeto de Expansão e Reestruturação do *Campus* Universitário de Altamira**. Altamira (PA): UFPA, 2011.

VAINER, Carlos B.; ARAÚJO, Frederico Guilherme B. de. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: Centro Ecumênico de Documentação (CEDI), 1992.

WERTHEIN, Jorge; CUNHA, Célio. (Org.). **Investimentos em educação, ciência e tecnologia.** O que pensam os empresários. Brasília (DF): UNESCO Brasil, 2004.

ANEXOS

ANEXO I

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

TERMO DE COOPERAÇÃO TECNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, A NORTE ENERGIA E, DE OUTRO LADO, A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA, NA FORMA ABAIXO.

A **NORTE ENERGIA S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, concessionária de uso de bem público para geração de energia elétrica, com sede no Setor Comercial Norte, Quadra 04, nº 100, Bloco B, salas 904 e 1004 – Centro Empresarial Varig, CEP 70714-900, Brasília, DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.300.288/0001-07, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, **DUILIO DINIZ DE FIGUEIREDO**, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador do RG nº 3562814 - SSP/SC e do CPF nº 271.635.207-00, com endereço profissional no SCN, Quadra 04, nº 100, Bloco B, Sala 1004, Centro Empresarial Varig, CEP 70.714-900, na Cidade de Brasília**,** Distrito Federal, a seguir denominada NESA e, do outro lado, a Universidade Federal do Pará-UFPA, Entidade Autárquica Federal de Ensino Superior vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, criada pela Lei 34.191, de 02.07.1957, sediada à Rua Augusto Corrêa, 01 - Campus Universitário do Guamá - Belém/Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.621.748/0001-23, doravante denominada UFPA**,** representada pelo Reitor Prof. Dr. **CARLOS EDILSON DE ALMEIDA MANESCHY**, portador do RG nº 4059742 - SSP/PA. e do CPF nº 066.166.902-53, resolvem celebrar o presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, doravante chamado simplesmente de TERMO, com sujeição às normas da Lei N° 8.666/93 e alterações e Lei N° 11.788/2008, do Decreto Nº 87.497/82, Decreto Nº 93.872/86 e Decreto Nº 2.080/96, da Portaria Nº. 08/01-MOG e demais Diplomas legais pertinentes, naquilo que se possa aplicar, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS OBJETIVOS

O presente TERMO visa a implantar um processo de mútua cooperação técnico-científica entre a NESA e a UFPA em ações integradas de pesquisa, extensão e ensino para a execução de projetos, além de outros empreendimentos de interesse comum às partes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

A execução do presente TERMO ficará a cargo da NESA, através de sua sede em Altamira, e da Universidade Federal do Pará - UFPA, através da Reitoria, baseada em Planos de Trabalho específicos, elaborados por ambas as instituições.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Para a implantação dos objetivos propostos neste TERMO:

I – Caberá à NESA:

a) Proporcionar, dentro das normas vigentes, estágios curriculares para estudantes regularmente matriculados e nas suas diversas especialidades de atuação;
b) Proporcionar assessoramento técnico na instalação dos laboratórios de ictiologia e de aquicultura de peixes ornamentais;
c) Intercambiar conhecimentos e experiências para benefício de ambas as instituições, mantendo-se a propriedade intelectual;
d) Permitir, obedecendo à programação previamente acordada, o acesso de docentes, técnicos e discentes da UFPA às instalações da NESA, conforme abaixo relacionados:

1. Centro de Estudos Ambientais - CEA para:

1.1. Aulas práticas nas áreas Biológica, Florestal, Meliponicultura, Geologia, Geotecnia, Hidrossedimentologia, Veterinária e Educação Ambiental;
1.2. Projetos de pesquisa em parceria e previamente aprovados, em conformidade com o Plano Básico Ambiental - PBA da UHE Belo Monte.
1.3. Desenvolvimento de oportunidades de estágios e pesquisas de alunos da UFPA junto aos laboratórios tecnológicos da área de engenharia civil vinculados às obras da UHE Belo Monte e entorno;
1.4. Informação da ampliação das instalações de atendimento à saúde da população da região a UFPA, oportunizando, caso disponíveis e em comum acordo com os administradores das mesmas, vagas para estágios e residência médica e de enfermagem para alunos da UFPA do Campus de Altamira

e) Proporcionar um número limitado de estágios não remunerados, preferencialmente para estudantes que se envolvam nos projetos de aquicultura de peixes ornamentais, taxonomia de peixes, abelhas silvestres e medicina veterinária para animais silvestres, reflorestamento e enriquecimento florestal, biologia e ecologia de espécies nativas, manejo e conservação de quelônios aquáticos e manejo de recursos pesqueiro.

II – Caberá à UFPA:

a) Fornecer assessoria técnico-científica para o aprimoramento da execução dos projetos do PBA da UHE Belo Monte, estabelecidos em planos de trabalho anuais;
b) Intercambiar conhecimentos e experiências para benefício de ambas as instituições, mantendo-se a propriedade intelectual;
c) Permitir e dar prioridade à execução dos projetos do PBA da UHE Belo Monte nas dependências dos laboratórios de ictiofauna e aquicultura de peixes ornamentais, construídos com recursos da NESA, pelo prazo de vigência do PBA;
d) Permitir a utilização de outros laboratórios e auditórios da UFPA, Campus Altamira, mediante disponibilidade e prévio agendamento;
e) Disponibilizar uma quantidade especifica de vagas para a participação, sem custo, de funcionários da NESA em cursos, seminários, simpósios e outros eventos, promovidos pela UFPA;
f) Proporcionar assessoria técnica na instalação de laboratórios de ictiofauna e aquicultura de peixes ornamentais;
g) Sediar e assegurar a operacionalização dos laboratórios de ictiologia e de aquicultura de peixes ornamentais, propiciando as utilidades (suprimento de energia, água potável, dentre outros), serviços de limpeza e manutenção das instalações, necessários ao completo e contínuo funcionamento dos mesmos;
h) Garantir aos Projetos do PBA da UHE Belo Monte o uso prioritário de equipamentos e materiais adquiridos com recursos da Norte Energia e doados à UFPA, durante toda a fase de execução dos projetos a que se destinaram.

Parágrafo Primeiro - Compete às partes garantir, através de seus representantes e setores, o fiel cumprimento do quanto estabelecido neste TERMO e seus Aditivos, assim como assegurar que todas as pessoas designadas e envolvidas em sua execução, conheçam e aceitem explicitamente todas as suas condições.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO

As atividades a serem realizadas no âmbito deste TERMO serão definidas por meio planos de trabalhos anuais a serem pactuados entre a NESA e a UFPA no primeiro mês de cada ano.

CLÁUSULA QUINTA - DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS E DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

Em qualquer publicação, mesmo sem intuito econômico, para fins de divulgação científica, a parte que o fizer obriga-se a consignar destacadamente a presente cooperação qualquer que seja o veículo de comunicação utilizado, bem como a remeter pelo menos 5 (cinco) exemplares de cada edição, à outra parte, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da data de sua publicação ou edição.

Parágrafo Único - Nenhuma das partes poderá utilizar o nome da outra, para fins promocionais, sem sua prévia aquiescência, por escrito.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE E EXPLORAÇÃO DOS RESULTADOS

Caso resultem deste Termo de Cooperação, de seus Termos Aditivos e/ou de outros instrumentos específico vinculados a ele, inventos, aperfeiçoamentos ou inovações passíveis de obtenção pelos direitos de proteção da propriedade intelectual, por meio dos mecanismos de patente de invenção, modelo de utilidade, marca, conhecimento tradicional, know-how, Programa de Computador, bem como, direitos de exploração econômica pertinente a obras intelectuais, todos nos temos da legislação brasileira, das convenções internacionais em que o Brasil seja signatária, serão protegidas em nome das partes, no Brasil e no exterior, respeitando o direito do autor.

Subcláusula Primeira: As partes obrigam-se a comunicar mutuamente, a obtenção de resultado passível de proteção, devendo preservar o sigilo necessário a isso e a providenciar o registro em escritório competente, sendo o ônus, de responsabilidade dos partícipes;

Subcláusula Segunda: Os direitos e obrigações oriundos dos pedidos de proteção decorrentes deste Termo de Cooperação Técnica, de seus Termos Aditivos, e de outros instrumentos a ele vinculados serão atribuídos às convenentes na proporção de 50% (cinquenta por cento) a cada uma;

Subcláusula Terceira: A concessão de licença a terceiros para a exploração dos resultados deste instrumento, dependerá de prévia anuência das partes, ficando certo que os resultados líquidos serão divididos em partes iguais pelos signatários e serão definidos em instrumento específico devendo este ser averbado e/ou registrado no órgão competente;

Subcláusula Quarta: Cada parte poderá, com aprovação das outras, ceder total ou parcialmente os direitos que lhe couberem sobre os resultados protegidos, obtendo para si os resultados financeiros decorrentes, garantido às partes o direito de preferência na aquisição;

Subcláusula Quinta: AS novas metodologias resultantes do desenvolvimento das atividades previstas neste instrumento pertencerão às signatárias, que poderão utilizar-se delas no ensino e pesquisa;

Subcláusula Sexta: ocorrendo troca de material científico entre as partes, esta deverá atender a legislação nacional e internacional.

Subcláusula Sétima: Se deste Termo de Cooperação Técnica, e demais instrumentos a ele vinculados, resultar obras científicas, literárias, audiovisual ou relativa a programas de computador, os direitos decorrentes permanecerão às signatárias em partes iguais e a sua eventual utilização será regulada em termo próprio, de acordo com a legislação vigente;

Subcláusula Oitava: A divulgação pelas signatárias de qualquer resultado decorrente do presente Termo de Cooperação depende de prévia autorização por escrito das outras partes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO SIGILO E DA CONFIDENCIALIDADE

Subcláusula Primeira: As partes devem proteger todas aas informações confidenciais que sejam geradas ou fornecidas ao abrigo do presente instrumento, a contar da data de sua assinatura, até mais 05 (cinco) anos após o término da vigência do instrumento, e se gerados bens passíveis de proteção conforme cláusula de propriedade, o sigilo será de 20 anos a contar da assinatura do instrumento específico, nos termos previstos na legislação;

Subcláusula Segunda: Nenhuma das partes poderá divulgar informações identificadas como confidencial sem autorização precisa, salvo a empregados pertencentes ao quadro de funcionários, contratantes ou subcontratantes, devendo a divulgação ser estritamente limitadas às partes envolvidas no projeto e/ou p pessoal autorizado de entidades governamentais associadas ao projeto ou ao presente Acordo de Cooperação;

Subcláusula Terceira: Tal divulgação estará sujeita à autorização, por escrito, e não deverá em nenhum caso exceder o estritamente necessário para a execução das tarefas, deveres ou contratos relacionados com a informação divulgada.

Subcláusula Quarta: Os destinatários da informação confidencial comprometer-se-ão, por escrito a manter o caráter confidencial da mesma, devendo as partes assegurar o cumprimento de tal obrigação;

Subcláusula Quinta: Uma parte comunicará imediatamente as outas partes caso seja, ou possa vir a ser incapaz de assegurar as obrigações de não divulgação de informações confidenciais. As partes procederão a consultas mútuas para determinar as medida apropriadas em tal caso.

CLÁUSULA OITAVA – DO ACESSO A CONHECIMENTO TRADICIONAL

Caso a consecução deste Termo de Cooperação, de seus Termos Aditivos ou outros instrumentos que a ele se vincule, envolva acesso a conhecimento tradicional, este deverá ocorrer mediante anuência prévia junto às comunidades locais ou indígenas, por instituição nacional interessada em acessar conhecimento tradicional, seguindo as diretrizes emanadas das resoluções do CGEN, para o caso a que se aplicar e ao qual se realizar programa, pesquisa ou projeto, em conformidade com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, nos termos da Legislação Brasileira, mais especificamente da Medida Provisória nº 2.186-16 de 23/08/2001: Resolução nº 207/2009-INPI e das demais Convenções Internacionais em que o Brasil seja signatário.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

O presente TERMO entra em vigor na data de sua publicação, estendendo-se a sua vigência por um período de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado se houver interesse das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES

As adições ou variações em qualquer Cláusula deste Termo de Cooperação, que porventura sejam necessárias serão formalizadas através de Termos Aditivos, os quais passarão a fazer parte integrante do mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA RESCISÃO

Este TERMO poderá ser rescindido por consenso das partes, podendo também ser denunciado por qualquer das partes, mediante aviso prévio, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DOS CUSTOS

Os recursos financeiros destinados à aquisição dos equipamentos e materiais, necessários à implementação dos Projetos do PBA da UHE Belo Monte, executados nos laboratórios construídos pela NESA e previstos no presente TERMO, serão oriundos do orçamento dos referidos Projetos.

Da mesma forma, os referidos Projetos buscarão propiciar estágios não remunerados na medida da necessidade de execução dos Projetos e para o fortalecimento das atividades de ensino e pesquisa na UFPA alinhadas com os objetivos específicos dos mesmos.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO

A publicação resumida do extrato deste Termo de Cooperação e seus aditamentos serão providenciados pela UFPA, ata do 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao da assinatura, devendo esta ocorrer no prazo de até 20 (vinte) dias daquela data no Diário Oficial da União – DOU.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DA COORDENAÇÃO

A UFPA designa como coordenador responsável pelo acompanhamento das atividades prevista neste Termo e nos termos aditivos que vierem a ser celebrado o Prof. Dr. Leandro Melo de Sousa, enquanto que a Norte Energia indica Laurenz Pinder, Gerente do Meio Biótico.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Justiça Federal da Comarca de Altamira-PA, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões decorrentes do presente TERMO.

Estando assim justas e acordes, firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus efeitos legais.

Brasília-DF, ____ de _____ de _____

_____

Duilio Diniz de Figueiredo

Diretor-Presidente da Norte Energia

_____

Carlos Edilson Maneschi

Reitor da UFPA

Testemunhas:

_____ _____

Nome: Nome:

RG: RG:

CPF: CPF:

ANEXO II

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA ENTRE NORTE ENERGIA E UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

PLANO DE TRABALHO ANUAL
2015

Introdução

Este plano de trabalho tem origem no Termo de Cooperação Técnico-Científica celebrado entre Norte Energia S.A e a Universidade Federal do Pará (UFPA), conforme sua Cláusula Quarta, afeta à execução desse Termo. De acordo com esta Cláusula, o objetivo geral deste Termo será implementado e regido por planos de trabalho anuais visando a promoção de ações integradas de pesquisa, extensão e ensino para a execução de projetos de interesse comum às partes.

Assim, a seguir são descritos os objetivos, metas, equipe de trabalho e fluxo organizacional, estratégia e ações, cronograma e orçamento disponibilizado para ações específicas que ensejem a transferência de recursos da Norte Energia para a Universidade.

Objetivos e Metas

Considerando o objetivo geral do Termo de Cooperação que prevê a mútua colaboração para a promoção de ações integradas de pesquisa, extensão e ensino para a execução de projetos de interesse comum às partes, os objetivos específicos a serem realizados e descritos no plano de trabalho para o ano calendário de 2015 são:

1) Investigar a distribuição geográfica das espécies da ictiofauna da Volta Grande do Xingu, cujas populações conhecidas até o momento estejam completamente encerradas na área de influência direta da UHE Belo Monte;
2) Desenvolver protocolos para a aquicultura dessas e outras espécies de peixes ornamentais a partir do laboratório de aquicultura de peixes ornamentais localizado no campus da UFPA em Altamira;
3) Contribuir para a conservação e manutenção de um banco genético do acari-zebra;
4) Aperfeiçoar a estrutura desse laboratório para que o mesmo tenha capacidade de atender a todas as etapas dos estudos para o desenvolvimento dos protocolos e para a manutenção de exemplares de todas as espécies alvo, incluindo o desenvolvimento de um biotério para alimentação de peixes e alevinos;
5) Contribuir para o conhecimento da filogeografia da ictiofauna do Médio e Baixo Rio Xingu;

6) Contribuir para a formação acadêmica de estudantes universitários dos diversos cursos da UFPA, Campus de Altamira, com ênfase nos estudos de taxonomia, biologia, ecologia e aquicultura da ictiofauna da Volta Grande do Xingu.

Metas

As seguintes metas deverão ser atingidas no prazo de 12 meses de validade deste plano de trabalho:

1) Identificar a abrangência da distribuição geográfica das 14 espécies (Anexo 1) de peixes, que até o momento foram inventariadas apenas nas áreas do futuro Reservatório do Xingu e Trecho de Vazão Reduzida, até agosto de 2015;
2) Capturar e manter no laboratório de aquicultura da UFPA, casais das espécies alvo listadas acima até agosto de 2015;
3) Desenvolver protocolos de reprodução para ao menos 3 (três) espécies de peixes ornamentais, sendo elas preferencialmente *Hypancistrus* sp. "marrom", *Hypancistrus sp.* "pão", *Scobinancistrus sp.* "tubarão", a partir de abril de 2015;
4) Manter o plantel de acaris-zebra proveniente do Centro de Estudos Ambientais da Norte Energia, incentivando a criação de outros núcleos de reprodução conservacionista da espécie.
5) Dotar o laboratório de aquicultura de infraestrutura básica para atender às metas 2,3 e 4 acima, até julho de 2015;
6) Coletar amostras de material biológico de *Potamotrigon leopoldi* e *Baryancistrus xanthellus* e iniciar sequenciamento e análise de DNA mitocondrial e nuclear ao longo da área de distribuição destas espécies até dezembro de 2015;
7) Disponibilizar até 3 (três) bolsas de mestrado por 24 meses e até 6 (seis) bolsas de Iniciação Científica por 12 meses a partir de março de 2015.

Equipe de Trabalho

A equipe dedicada à execução das atividades decorrentes deste plano de trabalho possui a seguinte composição:

Coordenador do Plano de Trabalho representante da UFPA-Altamira – Prof. Dr. Leandro Melo de Sousa;
Coordenador do Plano de Trabalho representante da Norte Energia – Dr. Laurenz Pinder;
Coordenador do Laboratório de Aquicultura – M.Sc. Gabriel Henrique de Mendonça Cardoso;
Consultor especialista em aquicultura de peixes ornamentais – M.Sc. Marcelo Assano;
Especialista em aquicultura – Eng. Sandro Tetsuo Emoto;
Auxiliares Técnicos – a contratar;
Estudantes de graduação e pós-graduação;
Pessoal de apoio para coletas em campo: barqueiros e mergulhadores.

Principais responsabilidades da equipe de trabalho:

Os coordenadores do Plano de Trabalho são responsáveis pela gestão do Termo de Cooperação zelando pelo alcance dos objetivos específicos e atendimento ao cronograma de atividades previsto.

Caberá ao coordenador do laboratório de aquicultura orientar e implementar a estruturação do laboratório para que atenda as metas 2 e 3 acima listadas. Será também responsável por orientar e executar experimentos que conduzam à elaboração dos protocolos de manutenção e reprodução dos peixes ornamentais, bem como desenvolver projeto para instalação de biotério no laboratório de aquicultura. O coordenador participará ainda das campanhas de coleta em campo, auxiliando na coordenação das equipes de campo. Em adição, o coordenador será responsável por capacitar os técnicos de laboratório a serem contratados, orientando sobre os procedimentos de limpeza de aquários e alimentação de peixes, entre outras atividades relevantes ao funcionamento do laboratório. Finalmente, trabalhará em estreita relação com estudantes e estagiários que venham a se envolver com as atividades do laboratório, listadas acima, ao longo do ano.

O consultor especialista em peixes ornamentais contribuirá com orientações técnicas para a consolidação e aperfeiçoamento do laboratório de aquicultura, bem como para o desenvolvimento dos protocolos de manutenção e reprodução das espécies alvo.

O especialista em Aquicultura supervisionará os experimentos e atividades realizadas no laboratório de aquicultura, avaliando relatórios e procedimentos, elaborando pareceres, bem como organizando, sempre que necessário, a logística das ações do Plano de Trabalho, que permeiem para fora do laboratório de aquicultura.

Os Auxiliares Técnicos serão responsáveis pelas atividades rotineiras de manutenção do laboratório respondendo diretamente às diretrizes e orientações procedimentais do Coordenador do laboratório.

Estudantes de graduação e pós-graduação deverão ser envolvidos em todas as etapas de atendimento aos objetivos específicos, inclusive de manutenção rotineira do laboratório de modo que possam vivenciar todos os aspectos dos projetos conduzidos no laboratório.

O pessoal de apoio para coletas em campo será acionado tempestivamente na medida da necessidade de se realizarem atividades de campo, não guardando relação empregatícia com a UFPA ou Norte Energia.

Estratégias e Ações

De modo a atender aos objetivos específicos 1, 2 e 3, um mínimo de 3 (três) campanhas de campo deverão ser realizadas nos rios Xingu e Bacajá, sendo elas:

- uma campanha para coleta de peixes na calha do rio Xingu à montante do futuro reservatório do Xingu;
- uma campanha para inventário de lagoas marginais para a coleta de Rivulídeos e espécie de Caracídeo que até o momento somente foram encontradas na Ilha Arapujá ou Capacete;

- uma campanha de campo no rio Bacajá nos limites entre as Terras Indígenas Trincheira Bacajá e Arara da Volta Grande.

Campanhas adicionais poderão ser realizadas oportunisticamente sempre que outras coletas programadas pela UFPA forem agendadas para coleta de material biológico da ictiofauna. As campanhas de campo acima programadas serão conduzidas conjuntamente entre Norte Energia e UFPA, otimizando equipamentos e mão de obra de ambas as instituições. Para maior eficiência nas coletas serão empregados mergulhadores e barqueiros que rotineiramente são contratados pela UFPA para esta finalidade. No total deverão ser coletados 20 indivíduos adultos (machos e fêmeas) de cada espécie para formação do plantel reprodutivo. As despesas com as três (03) campanhas serão pagas diretamente pela Norte Energia.

Para o desenvolvimento dos pacotes tecnológicos (objetivo específico 3) capturas de casais deverão ser iniciadas imediatamente após a finalização da montagem das baterias de aquários prevista para ocorrer em março de 2015. Para abrigar os peixes capturados está prevista a transferência de 72 aquários de 60L, nove aquários de 200L e seis tanques de 300L do Centro de Estudos Ambientais da Norte Energia para o laboratório de Aquicultura da UFPA em fevereiro de 2015. Em adição, 20 novos aquários serão montados no próprio laboratório da UFPA também em fevereiro de 2015 para se testar uma nova conformação de aquários adaptados para a reprodução e manejo de acaris. Oitenta aquários adicionais serão montados no laboratório a partir de março de 2015 para abrigar acaris, caracídeos e rivulídeos. Para cada aquário e indivíduos mantidos em laboratório um prontuário com identificação individual deverá ser mantido e registrado em banco de dados específico.

Para contribuição com as atividades laboratoriais e para com o desenvolvimento acadêmico, bolsas de estudo serão cedidas pela Norte Energia tão logo o Termo de Cooperação e Plano de Trabalho sejam assinados. A gestão dos recursos doados pela Norte Energia para finalidade de bolsas de estudo será feita pela FADESP. As despesas com a execução das demais ações serão executadas diretamente pelas instituições participantes.

Ao menos uma das bolsas de Mestrado e duas bolsas de Iniciação Científica deverão ser dedicadas aos estudos da ecologia, manutenção e reprodução em cativeiro das espécies de Rivulideos e Loricarideos do Rio Xingu, de modo a contribuir para com os objetivos do Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais do PBA da UHE Belo Monte e sua conservação em seu ambiente natural. Para esta finalidade, uma cópia das propostas de tese de Mestrado e projeto de Iniciação Científica deverão ser encaminhadas à Norte Energia, resguardados os direitos autorais conforme previsto no Termo de Cooperação entre Norte Energia e UFPA.

A UFPA contratará dois Auxiliares Técnicos para a manutenção rotineira do laboratório de aquicultura. Entretanto, enquanto as contratações não são efetivadas, a Norte Energia disponibilizará um Auxiliar Técnico, podendo o salário deste, a critério da Norte Energia, ser convertido em bolsas de estudo, a partir da efetivação da contratação pela UFPA.

As atividades executadas no laboratório serão registradas periodicamente pelo Coordenador do laboratório e estudantes colaboradores/estagiários, por meio de relatórios gerenciais semanais, mensais e relatórios técnicos semestrais, sendo estes encaminhados ao conhecimento dos Coordenadores deste Plano de Trabalho.

Despesas de manutenção básica predial do laboratório como contas de energia elétrica, troca de lâmpadas serão custeadas pela UFPA. Despesas com a condução de experimentos e manutenção dos aquários serão efetuadas pela Norte Energia, não havendo repasse de recursos entre as partes para esta finalidade.

Cronograma

O cronograma de ações previstas no âmbito deste Plano de Trabalho está divido em trimestres, considerando-se como marco zero a data de assinatura do Termo de Cooperação entre Norte Energia e UFPA (Anexo 2).

Orçamento

Para concessão de bolsas de estudo em atendimento ao objetivo especifico 6 deste plano de trabalho, a Norte Energia disponibilizará à UFPA o valor de R$169.162,08, neste valor já inclusa taxa de administração cobrada pela Fundação de Apoio à Pesquisa (FADESP). Este recurso somente poderá ser utilizado pela UFPA para a concessão das bolsas de estudo e pagamento da taxa administrativa da UFPA, sendo vedada a sua utilização para outras finalidades. Em adução a este valor R$54.000,00 serão provisionados como garantia para continuidade do pagamento de bolsas de estudo dos estudantes de Mestrado, admitidos em 2015, pelo próximo período de 12 meses além do previsto neste plano de trabalho. A critério da Coordenação da Pós-Graduação, o montante total poderá ser disponibilizado para bolsas de mestrado adicionais, porém neste caso, as bolsas concedidas pela Norte Energia terão validade de 12 meses. Essas bolsas não poderão ser utilizadas pelos estudantes cumulativamente com bolsas concedidas pelos governos Federal ou Estadual. Na eventualidade de obtenção de outras bolsas a UFPA deverá comunicar imediatamente a Norte Energia, podendo o saldo ser utilizado na concessão de bolsa a outros estudantes. Valores recebidos indevidamente de forma cumulativa deverão ser estornados à conta aberta para a gestão destes recursos pela FADESP.

Anexos

Anexo 1 – Lista de espécies alvo dos esforços de investigação sobre área de ocorrência

Nome Científico	Nome Vulgar
Baryancistrus sp. "verde"	acari-amarelinho-feio
Cynopotamus xinguano	Cachorrinha
Hopliancistrus sp. "mancha"	cara-de-unha, tricornis
Peckoltia aff. cavatica	Indefinido
Hypancistrus sp. "marrom"	acari-zebra-marrom
Hypancistrus zebra	acari-zebra
Krobia xinguensis	cará, beré
Pituna xinguensis	killfish, rivulus
Plesiolebias altamira	killfish, rivulus
Pterygoplichthys xinguensis	Bodó
Rhynchodoras xingui	serra-negra
Sternarchogiton zuanoni	Indefinido
Teleocichla sp. "preta"	Preta
Typhlobelus auriculatus	Candiru

Anexo 2 – Cronograma

Ação	Atividades	Responsável	Cronograma de Execução			
			T1	T2	T3	T4
1. Contratar instituição gestora dos recursos do Termo de Cooperação						
	1.1 Elaboração da minuta de contrato	UFPA/NESA				
	1.2. Assinatura do contrato	UFPA/NESA				
2. Implantar laboratório de Aquicultura na UFPA-Altamira						
	2.1. Elaboração do projeto executivo para instalação de baterias de aquários no laboratório de aquicultura	NESA				
	2.2. Instalação do sistema de adução e aeração dos aquários.	NESA				
	2.3. Montagem e instalação de baterias de aquários	NESA				
	2.4. Aquisição de insumos para manutenção dos peixes	NESA				
3. Executar campanhas de campo para coleta de matrizes						
	3.1 Identificação de áreas potenciais de ocorrência de rivulideos por meio de sensoreamento remoto e validação em campo.	NESA				
	3.2 Coleta de rivulideos e caracideos na Ilha do Arapujá ou Capacete.					
	3.3 Execução de campanhas de campo em áreas além da AID da UHE Belo Monte para coleta das espécies alvo.	UFPA/NESA				
4. Desenvolver protocolos de manutenção e reprodução de espécies alvo						
	4.1 Elaboração de protocolos de manutenção e reprodução de *Hypancistrus sp.* "marrom*", Hypancistrus sp.* "pão", *Scobinancistrus sp.* "tubarão".	UFPA/NESA				
5. Investigar a filogeografia da ictiofauna do Baixo e Médio rio Xingu						
	5.1 Coleta de tecidos de *Potamotrigon leopoldi.*	UFPA				
	5.2 Sequenciamento e análise de DNA mitocondrial e nuclear dos especimes.	UFPA				
	5.3 Coleta de tecidos de *Baryancistrus xanthellus.*	UFPA				
	5.4 Sequenciamento e análise de DNA mitocondrial e nuclear dos specimes.	UFPA				
6. Contribuir com a formação acadêmica de estudantes de graduação e pós-graduação						
	6.1 Disponibilizar até seis bolsas de Iniciação Científica.	NESA				
	6.2 Disponibilizar até três bolsas de mestrado.	NESA				
7. Elaboração de Relatórios						
	6.1 Relatórios Gerenciais Mensais	UFPA/NESA				
	6.2 Relatórios Técnicos Consolidados	UFPA/NESA				

Altamira-PA, ____ de _____ de _____

_____

Gilberto Veronese
Superintendente Meios Físico e Biótico da Norte Energia

_____

Maria Ivonete Coutinho da Silva – Coordenadora do C. Altamira

ANEXO III

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA

CONSELHO DO CAMPUS DE ALTAMIRA

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DO CAMPUS DE ALTAMIRA, REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 2011, PARA DISCUTIR SOBRE: INFORMES; 1. PROJETO DE EXPANSÃO DO *CAMPUS* DE ALTAMIRA.

Aos dez dias do mês de agosto de dois mil e dez, às quinze horas e trinta minutos, reuniu-se, sob a presidência do Coordenador do *Campus* Universitário de Altamira, Prof. Dr. Rainério Meireles da Silva, o Conselho Deliberativo do *Campus* Universitário de Altamira, com a **presença dos seguintes membros:** Miguel Alves Júnior, Diretor da Faculdade de Engenharia Agronômica; Rosemar Silva Luz Ramos, Diretora da Faculdade de Ciências Biológicas, José Eduardo Martinelli Filho, representante docente da faculdade de Ciências Biológicas, Rozinaldo Ribeiro da Silva, Diretor da Faculdade de Educação, Léia Gonçalves de Freitas; Assis da Costa Oliveira, Vice-Diretor da Faculdade de Etnodesenvolvimento, Eliane da Silva de Sousa Faria, representante docente da Faculdade de Etnodesenvolvimento; João Jesus Rosa, Diretor da Faculdade de Letras; Fernando Jorge Santos Farias, representante docente da Faculdade de Letras; Marlon Costa de Menezes, Diretor da Faculdade de Engenharia Florestal, Miquéias Freitas Calvi, representante docente da Faculdade de Engenharia Florestal; José Queiroz de Miranda Neto, Diretor da Faculdade de Geografia; Rita Denize de Oliveira, representante docente da Faculdade de Geografia; Warlivan Salvador Leite, Rhoberta Santana de Araújo e Nádia Grings Batista, Ailton Araújo, representantes dos Técnico-Administrativos do *Campus;* Sônia da Conceição de Abreu e Arnilde Lima Viana de Souza, representantes discentes do *Campus.* **Faltas com justificativa:** conselheiro Ronilson de Souza, ministrando aulas no município de Marabá-PA, conselheira Raquel da Silva Lopes. **Faltas sem justificativa:** conselheiro Roberley Fontenele Corrêa, conselheira Alcione Sousa Meneses. **Abertura:** o Presidente saudou a todos os presentes. **Leitura de expedientes:** Memo. Circular 006/2011-CIAC/UFPA – que apresenta calendário apresentado pelo CIAC, mês de agosto para lançamento dos conceitos dos alunos da UFPA, referente aos 1º e 2º períodos de dois mil e onze e períodos anteriores a dois mil e onze e solicita atenção para o cumprimento dos prazos (24/08/2011). **Informes:** a conselheira Nádia Grings falou que o material do REUNI foi homologado e dia vinte e dois de agosto abre a agenda de compras; foi feita solicitação de manutenção em junho, a empresa é de Tocantins está demorando a vir, portanto, os problemas não serão resolvidos curto prazo; as centrais de ar do Laboratório de Informática estão sendo montadas; a iluminação do Campus II já foi providenciada; os conselheiros Assis Oliveira e Miquéias Calvi solicitaram a instalação de uma central de ar que está faltando na Casa do Estudante; diante da emergência da instalação das grades nos prédios novos, está

sendo feito um acordo com a construtora; a conselheira Rosemar Silva informou que a falta de internet no prédio fa Faculdade de Ciências Biológicas é por conta do link, cujo com sinal está fraco; estamos sem Técnico em Informática, pois o técnico Marcos Rogério está em Belém; o Presidente informou que a Casa de Governo (Casa Civil da Presidência da República) não funcionará mais na UFPA e sim na CEPLAC; o conselheiro Miguel Alves se ausentará na próxima semana para um congresso e o Prof. Djair assumirá a Direção da Faculdade de Engenharia Agronômica; o conselheiro Miquéias informa que a DIEX está funcionando provisoriamente na sala de reuniões da Coordenação em decorrência da reforma da sala da Divisão de Extensão; a conselheira Rosemar Silva solicita mais segurança para o novo prédio da Faculdade de Ciências Biológicas para que possa ocorrer a mudança definitiva; o Presidente informa que a conselheira Rhoberta Santana vai apresentar a proposta do Projeto de Expansão do *Campus*, que já existe um recurso liberado para dois mil e onze e que o valor orçado previsto é de vinte milhões de reais e o nosso Projeto está orçado em trinta e um milhões de reais; ainda serão feitos ajustes antes da apresentação aos diretores de centros e ao ser aprovado no Conselho será encaminhado ao PDRS-Xingu. **Primeiro ponto de pauta:** à medida que a conselheira Rhoberta foi apresentando o projeto, as faculdades foram fazendo ajustes; de acordo com o PDRS são quinhentos milhões de reais para serem aplicados em vinte anos ou cerca de vinte e cinco milhões por ano; Temos quinze milhões para serem aplicados na região ainda em dois mil e onze; as prefeituras acham que devem administrar esse recurso, só que isso não foi aprovado pelo Conselho Gestor; Há um acordo para contemplar os municípios e foram instaladas seis câmaras técnicas que por sua vez serão fiscalizadas pelos conselheiros do PDRS; dia vinte e dois de agosto é o prazo para entrega dos projetos e a UFPA ficará responsável por duas câmaras técnicas (condicionantes e infra-estrutura); dia vinte e seis de agosto sairá o resultado final. O Prof. Rainério Meireles foi eleito para fazer parte da Coordenação Geral do Conselho Gestor (Sociedade Civil), Nicias Ribeiro (Governo do Estado), Yohanes Heck (Casa Civil), Eraldo Pimenta (prefeituras); o Prof. Rainério Meireles sugeriu ao PDRS que a UFPA assuma o observatório (organismo oficial dentro do Conselho Gestor para saber se as condicionantes realmente estão sendo cumpridas) e segundo ele a UFPA tem condições de apresentar melhor equipe junto a UEPA para montar um projeto com relação a essa proposta, o que traria mais bolsas de pesquisas para os nossos professores; a PROPESP pretende que façamos projetos para contratar cerca de sessenta pesquisadores para alavancar as pesquisas na região; O conselheiro Marlon Menezes sugeriu que acrescente recurso para urbanização do *Campus* II; será feito o esboço do projeto e será apresentado no próximo dia vinte e seis de agosto ao PDRS-Xingu. O Presidente questionou se o Conselho estava apto a votar, todos concordaram e aberta a votação a versão do Projeto de Expansão do *Campus* foi **aprovada** com vinte votos a favor e uma abstenção. Nada mais havendo a tratar, às dezesseis horas e cinquenta e cinco minutos, o Presidente deu por encerrada a sessão, da qual para constar, foi lavrada a presente Ata, que após aprovada, vai assinada pelo Presidente do Conselho, por mim, Claudia Soares Belo de Barros, Secretária deste Conselho Deliberativo e demais membros do conselho presentes à sessão.

ANEXO IV

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
Decreto n° 7.340, de 21 de outubro de 2010

MEMÓRIA DE REUNIÃO

IV Reunião do Comitê Gestor do PDRS do Xingu

Data:	26 de agosto de 2011
Local:	Auditório da Casa da Cultura de Altamira - Altamira/PA
Horário:	8:30h às 12h30h e das 14h às 18h
Presentes:	Vide lista de presença

I. PAUTA:

- Avaliação dos projetos recomendados pelas Câmaras Técnicas; e
- Outros assuntos.

II. RELATO DOS TRABALHOS:

Os trabalhos foram iniciados pelo representante do Governo Federal na Coordenação Geral do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) do Xingu. Em seguida, autoridades políticas fizerem considerações sobre o Plano e a Usina de Belo Monte. Na ocasião foi apresentado o representante da sociedade civil que comporá a Coordenação Geral do CGDEX, Rainério Meireles.

Ao longo do debate foi destacada a não participação de alguns representantes das Câmaras Técnicas, o que prejudicou a representatividade da avaliação dos projetos pelas Câmaras.

Na sequência, os relatores das Câmaras Técnicas, indicados pelos seus membro, fizeram breve relato sobre a metodologia de trabalho e os critérios de avaliação dos projetos recomendados pelas Câmaras:

- Câmara Técnica de Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental

Coordenação: Márcio Hirata – Ministério do Desenvolvimento Agrário

- Câmara Técnica de Infraestrutura para o Desenvolvimento

  Coordenação: Celso Knijnick – Ministério de Planejamento

- Câmara Técnica de Monitoramento e Acompanhamento da implementação das Condicionantes previstas no Licenciamento Ambiental do empreendimento Belo Monte

  Coordenadora: Juliana Miranda – Secretaria Geral da Presidência da República

- Câmara Técnica de Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis

  Relatoria: Alberto Anders

- Câmara Técnica de Inclusão Social e Cidadania

  Coordenação – Kátia Favilla - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

- Câmara Técnica de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

  Relatoria: Mayumi Rodolfo da Funai

A planilha (arquivo anexo) apresenta consolidação da avaliação dos Projetos.

ENCAMINHAMENTOS:

Na próxima reunião do CGDEX, agendada para o dia 23 de setembro de 2011, será realizada uma segunda rodada de avaliação dos projetos que não foram avaliados e aqueles que foram avaliados com ressalvas.

As Câmaras Técnicas deverão avaliar os projetos segundo os mesmos critérios utilizados na primeira avaliação, buscando uma visão de conjunto, de integração de projetos, voltados para o desenvolvimento regional. Deverá ser buscada cooperação entre as entidades.

Com objetivo de equacionar as demandas em relação às políticas públicas em Segurança Pública e Educação Superior a Casa Civil da Presidência da República promoverá reuniões com:

- Ministério da Educação para tratar da expansão da Universidade Federal;

- Governo do Estado, Ministério da Justiça e demais órgãos envolvidos para avaliar o Plano de Segurança Pública para a Região da UHE Belo Monte.

No dia da reunião das Câmaras Técnicas, a Coordenação Geral do CGDEX se reunirá com a incumbência de trazer ao Comitê Gestor proposta de critérios para a definição da aplicação do montante de R$ 15 milhões.

ANEXO V

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA REDE DE IFES
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE

ATA DE REUNIÃO

Assunto: **Pactuação de implantação do curso de Medicina no Campus Altamira e ampliação de vagas no curso de Medicina do Campus Belém da Universidade Federal do Pará.**

Aos 26 dias do mês de setembro de 2014 reuniram-se na Diretoria de Desenvolvimento da Rede de IFES da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, a Diretora da DIFES/SESu/MEC, Adriana Rigon Weska, o Diretor da DDES/SESU/MEC, Vinicius Ximenes Muricy da Rocha, o Coordenador-Geral de Expansão e Gestão da Educação em Saúde, Otoniel Gomes de Miranda Filho, a Coordenadora-Geral de Recursos Humanos, Dulce Maria Tristão e Carlos Edilson de Almeida Maneschy, Reitor da Universidade Federal do Pará, para abordar a pactuação de implantação do curso de Medicina no Campus Altamira e ampliação de vagas no curso de Medicina no Campus Belém, em consonância com as diretrizes da Portaria Normativa nº15/2013/MEC e da Lei 12.871/2013.

A apresentação iniciou com a descrição dos cursos: criação de novo curso de Medicina com 40 vagas na Fase I e ampliação de 40 vagas na Fase II, no Campus Altamira, e ampliação de 31 vagas no Campus Belém, na Fase II.

Desta forma, depois de discutidas as necessidades e o quantitativo dos cargos pactuados que atenderão à demanda, estabeleceram-se as vagas conforme demonstrado abaixo:

Campus Altamira

FASE I e II	2014	2015	2016	2017	Total
Vagas	-	40	20	20	80

Fase I	2012	2013	2014	2015	Total
Docentes MSF	12	18	18	12	60
TA's Classe "E"	12	-	-	-	12
TA's Classe "D"	-	9	9	-	18

Obs.: Para os docentes descritos para o ano de 2014, 9 foram distribuídos em Abril/2014 e 9 estão programados para Novembro/2014.

Fase II	2015	2016	2017	2018	Total
Docentes MSF	9	9	9	-	27
TA's Classe "E"	8	-	-	-	8
TA's Classe "D"	6	6	-	-	12

Campus Belém

FASE II	2015	2016	2017	2018	Total
Vagas	-	31	-	-	31

Fase II	2015	2016	2017	2018	Total
Docentes MSF	7	7	7	-	21
TA's Classe "E"	6	-	-	-	6
TA's Classe "D"	5	4	-	-	9

Ademais, depois de definidos os quantitativos referentes à pactuação dos cargos, a reunião foi encerrada. Deste modo, foi lavrada a presente Ata, que será por todos lida e assinada.

Brasília, 26 de setembro de 2014.

Adriana Rigon Weska
Diretora de Desenvolvimento da Rede de IFES

Vinícius Ximenes M. da Rocha

Vinicius Ximenes Muricy da Rocha
Diretor de Desenvolvimento da Educação em Saúde

Carlos Edilson de Almeida Maneschy
Reitor da Universidade Federal do Pará

Dulce Maria Tristão
Coordenadora-Geral de Recursos Humanos-DIFES/SESu

Otoniel Gomes de Miranda Filho
Coordenador-Geral de Expansão e Gestão da Educação em Saúde- DDES/SESu

ANEXO VI

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 17 DE JUNHO DE 2011

O **COMITÊ GESTOR DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DO XINGU**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos I e II do art. 2º do Decreto nº 7.340, de 21 de outubro de 2010, **RESOLVE**:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, na forma do Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 17 de junho de 2011.

Coordenação-Geral

ANEXO ÚNICO

REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ GESTOR DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DO XINGU

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS GERAIS

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º Este Regimento Interno regula o Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, instituído pelo Decreto nº 7.340, de 21 de outubro de 2010, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República - CGDEX, com a finalidade de promover políticas públicas que resultem na melhoria da qualidade de vida da população da Região do Xingu, com justiça e igualdade, por meio de um novo modelo de desenvolvimento sustentável.

Art. 2º O CGDEX é um espaço para discussão, definição de prioridades e acompanhamento da execução de ações para o desenvolvimento sustentável da Região do Xingu e tem como princípios, a democracia, a participação social, a transparência, a garantia do contraditório e o respeito entre os agentes governamentais e a sociedade civil.

Parágrafo único. Todas as decisões e documentos do Comitê Gestor são de natureza pública e serão divulgadas de acordo com padronização a ser estabelecida.

TÍTULO II

DA COMPETÊNCIA E DA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ GESTOR

CAPÍTULO I

DA COMPETÊNCIA

Art. 3º Compete ao CGDEX:

I – acompanhar, monitorar e avaliar a execução e a efetividade dos projetos e ações do PDRS do Xingu;

II – promover a articulação entre os instrumentos de planejamento governamentais e entre os órgãos públicos e, quando necessário, desses com as entidades da sociedade, com a finalidade de implantar as ações do PDRS do Xingu de forma eficiente, eficaz, transparente e ágil;

III – promover a revisão e atualização de forma participativa do PDRS do Xingu sempre que considerar necessário;

IV – elaborar relatório anual sobre a execução e a efetividade dos projetos e ações do PDRS do Xingu, que será apresentado à Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional do Conselho de Governo, ao Conselho Nacional de Política Energética, à Comissão Nacional de Política Indigenista, ao Governo do Estado do Pará, ao Consórcio Belo Monte e amplamente divulgado na região de abrangência do PDRS do Xingu;

V – revisar e atualizar este Regimento Interno;

VI – deliberar sobre a aplicação dos recursos de que trata o Edital de Leilão nº 06/2009 - ANEEL – Folha 2 do Anexo IV, item 1.4, no que tange a parcela do PDRS do Xingu;

VII – acompanhar e monitorar a implementação das condicionantes previstas no Licenciamento Ambiental do empreendimento Belo Monte; e

VIII – Publicar e divulgar suas decisões.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º O CGDEX é composto de forma paritária por quinze membros titulares representantes de órgãos governamentais e quinze membros titulares representantes da sociedade civil, com igual número de suplentes, indicados nos termos do Decreto nº 7.340, de 21 de outubro de 2010.

Art. 5º Os membros de governo designados por ato do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República cessarão o exercício de seus mandatos por determinação e ato das suas instâncias de representação, sendo o início do mandato contado a partir da data de publicação da portaria de designação.

Art. 6º A substituição de representante das entidades da sociedade civil deverá ser feita nos seguintes casos:

I – Por solicitação justificada do próprio representante;

II – Por solicitação justificada da entidade;

III – Por desligamento da entidade; e

IV – Por encerramento das atividades da entidade.

Art. 7º Os órgãos governamentais e as entidades da sociedade civil com representação no CGDEX poderão substituir seus representantes a qualquer tempo, desde que notifiquem a Coordenação-Geral e observado o artigo anterior, que tomará as medidas necessárias para a substituição.

CAPÍTULO III

DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DOS REPRESENTANTES

Art. 8º É obrigatório o comparecimento dos representantes das entidades e dos órgãos governamentais às reuniões do CGDEX.

Art. 9º A impossibilidade de comparecimento à Reunião do Comitê Gestor, quando convocada, deverá ser comunicada à Coordenação-Geral ou à Secretaria Executiva com a devida justificativa, em até três dias úteis após a data de realização da reunião.

Art. 10. A entidade da sociedade civil cujo representante que, sem justificativa, faltar a duas reuniões consecutivas ou três intercaladas, no período de um ano, terá suspenso o seu direito de voto por duas reuniões.

Parágrafo único. Em caso de reincidência na hipótese do *caput* deste artigo a entidade faltosa será substituída definitivamente na condição de titular pela respectiva entidade suplente.

CAPÍTULO IV
DOS MEMBROS

Art. 11. Aos membros são assegurados os seguintes direitos:

I – tomar lugar nas reuniões do Plenário ou das Câmaras Técnicas para as quais hajam sido regularmente designados, usando da palavra e proferindo voto nas pautas deliberativas;

II – registrar em memória o sentido de seus votos ou opiniões manifestados durante as reuniões do Plenário ou das Câmaras Técnicas para as quais tenham sido designados;

III – eleger e ser eleito integrante de Câmaras Técnicas instituídas em Plenário;

IV – incluir, mediante solicitação de maioria simples, na ordem de trabalhos assunto que considere sujeito à deliberação do Plenário;

V – incluir, mediante assinatura de um terço dos membros, na ordem de trabalhos assunto que considere sujeito à deliberação do Plenário;

VI – propor à Coordenação-Geral a realização de reuniões extraordinárias;

VII – obter informações sobre as atividades do Comitê Gestor, tendo acesso a memórias e documentos a elas referentes;

VIII – propor, mediante assinatura de um terço dos membros alterações a este Regimento Interno.

IX – solicitar à Coodenação-Geral a inclusão na ordem de trabalhos de assunto que considere sujeito à deliberação do Plenário; e,

X – apresentar proposições, apreciar e relatar matérias pertinentes às atividades do CGDEX.

§ 1º a representação que se apresentar em duplicidade terá direito a apenas um voto, exercido na ordem em que foi designado na Portaria CC/PR nº 1.003/11.

§ 2º a representação que se apresentar singularmente exercerá plenamente os direitos previstos neste artigo, independentemente da ordem em que foi designado na Portaria CC/PR nº. 1.003/11.

Art. 12. Em caso de vacância de cargo dos membros das entidades da sociedade civil por renuncia de direito ou na hipótese da aplicação do parágrafo único do art. 10º a escolha da nova entidade deverá ser feita na forma do Decreto nº 7.340 de 21 de outubro de 2010, e preferencialmente representando o mesmo segmento da sociedade civil com referendo do Plenário.

TÍTULO III

DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO DO COMITÊ GESTOR

CAPÍTULO I

DA COORDENAÇÃO-GERAL

Art. 13. O CGDEX contará com uma Coordenação-Geral, que terá a função de promover a articulação entre os órgãos e entidades governamentais e entre estes e as entidades da sociedade civil, para fins de efetivação das ações do PDRS Xingu.

Art. 14. A Coordenação-Geral do CGDEX será integrada por quatro membros, um do Governo Federal, um do Governo do Estado do Pará, um escolhido entre os representantes dos municípios no Comitê e um indicado pela sociedade civil entre os seus representantes, a ser nomeado por Portaria da Casa Civil da Presidência da República.

Art. 15. Caberá à Coordenação-Geral:

I – representar o CGDEX;

II – convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do CGDEX, ordenando os trabalhos, resolvendo as questões de ordem, apurando as votações e exercendo voto de qualidade;

III – enviar aos demais componentes do CGDEX a pauta das reuniões e a documentação relativa às matérias a serem discutidas além da memória da reunião que a precedeu;

IV – assinar relatórios de reunião e correspondências;

V – coordenar e acompanhar a implantação dos atos do CGDEX;

VI – convidar terceiros para participar de reuniões;

VII - enviar à Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional do Conselho de Governo, ao Conselho Nacional de Política Energética, ao Governo do Estado do Pará e ao Consórcio Belo Monte o relatório anual aprovado em Plenário sobre a execução e efetividade do PDRS Xingu;

VIII – Submeter à aprovação da Plenária a memória da reunião anterior; e

IX – Garantir a publicação e divulgação periódica das deliberações e documentos do Comitê Gestor para a região de abrangência do PDRS.

CAPÍTULO II

DAS DELIBERAÇÕES

~~Art. 16. As deliberações do CGDEX terão a forma de Resolução e serão tomadas preferencialmente por consenso, ou na impossibilidade deste, por votação por dois terços dos presentes em regime aberto.~~

~~Parágrafo único. As votações poderão ser secretas, desde que requerimento seja aprovado neste sentido.~~

Art. 16. As deliberações do CGDEX terão a forma de Resolução e serão tomadas preferencialmente por consenso, que deverá ser perquirido pela Coordenação-Geral em todas as matérias submetidas à apreciação do Plenário. (Incluído pela Resolução nº 08, de 2014) .

§ 1º Não havendo consenso, as deliberações do CGDEX serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros. (Incluído pela Resolução nº 08, de 2014) .

§ 2º As deliberações do CGDEX sobre matérias extraordinárias, ou seja, aquelas não incluídas previamente em pauta, que tratem de situações emergenciais ou destinação especial de recursos para atender estas situações, serão tomadas por maioria qualificada dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros. (Incluído pela Resolução nº 08, de 2014) .

§ 3º O CGDEX poderá deliberar por maioria de votos, com a presença de qualquer número de membros sobre matérias de mero expediente, tais como definição de datas para reuniões e outras do gênero. (Incluído pela Resolução nº 08, de 2014) .

CAPÍTULO III

DA SECRETARIA-EXECUTIVA

Art. 17. O CGDEX poderá contar com uma secretaria executiva a ser designada pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República entre os órgãos que integram o colegiado, e terá as seguintes atribuições:

I – informar à Coordenação-Geral sobre as matérias afetas ao PDRS do Xingu;

II – redigir e submeter ao Plenário do Comitê proposta de relatório anual sobre a execução e a efetividade do PDRS do Xingu;

III – exercer as demais funções administrativas e operacionais afetas ao CGDEX;
IV – redigir as memórias de todas as reuniões do PDRS Xingu; e

V – Publicar e divulgar os relatórios, decisões e documentos do CGDEX na região de abrangência do PDRS do Xingu.

CAPÍTULO IV

DAS CÂMARAS TÉCNICAS

Art. 18. O CGDEX poderá instituir câmaras técnicas para a execução de suas atividades, e especialmente para tratar dos seguintes eixos, entre outros:

I – Ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental;
II – Infraestrutura para o desenvolvimento;

III – Fomento às atividades produtivas sustentáveis;
IV – Inclusão social e cidadania;

V – Gestão territorial;

VI – Monitoramento e acompanhamento da implementação das condicionantes previstas no Licenciamento Ambiental do empreendimento Belo Monte.

Art. 19. As Câmaras Técnicas serão constituídas preferencialmente de forma paritária, com no mínimo seis e no máximo doze membros, mediante ato da Coordenação-Geral.

§1º. Poderão participar das Câmaras Técnicas representantes de outros órgãos ou entidades não-integrantes do CGDEX.

§2º. Cada representante poderá participar de mais de uma Câmara Técnica.

Art. 20. Cabe às Câmaras Técnicas:

I – detalhar o plano de ações e metodologia de trabalho para cada eixo temático do PDRS do Xingu;

II – manifestar-se sobre consultas que lhes sejam encaminhadas;

III – relatar e submeter à aprovação do Plenário assuntos a elas pertinentes;

IV – convidar especialistas e agentes públicos para assessorá-las em assuntos de sua competência; e

V – propor a realização de reuniões conjuntas com outras Câmaras Técnicas do Comitê.

Art. 21. As Câmaras Técnicas serão coordenadas por um de seus membros, eleito na sua primeira reunião, por consenso ou maioria simples dos votos.

CAPÍTULO V DAS
REUNIÕES

Art. 22. O CGDEX estabelecerá calendário anual de reuniões ordinárias, observado o mínimo de uma reunião a cada dois meses, que será na cidade de Altamira.

§1º O ato de convocação será enviado aos membros do CGDEX com antecedência mínima de dez dias, onde constará a pauta, o horário e o local da reunião.

§2º Eventualmente, as reuniões poderão ser realizadas nos municípios da abrangência do PDRS do Xingu, desde que aprovado pelo CGDEX.

Art. 23. O quórum para iniciar a reunião é de um terço dos membros.

Art. 24. As reuniões do CGDEX serão ordinárias ou extraordinárias.

Parágrafo único. As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas pela Coordenação-Geral ou pela vontade expressa de pelo menos um terço dos membros do CGDEX, desde que devidamente fundamentada.

Art. 25. Quando se tratar de deliberação referente a alteração deste Regimento Interno, as decisões serão tomadas por dois terços dos membros.

Art. 26. Os convidados pelo CGDEX só poderão se manifestar quando expressamente autorizados e pelo tempo determinado.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27. O Comitê Gestor deliberará sobre as situações não previstas neste regimento. Art. 28. Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua aprovação pelo Plenário.

ANEXO VII

RESOLUÇÃO Nº 02, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

O **COMITÊ GESTOR DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DO XINGU**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos I e II do art. 2º do Decreto nº 7.340, de 21 de outubro de 2010, considerando seu regimento interno publicado em 17 de junho de 2011, **RESOLVE**:

Art. 1º. Aprovar os projetos constantes do Anexo à presente Resolução, submetidos ao Comitê Gestor, com a finalidade de efetivar sua implementação por intermédio da Norte Energia S.A.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor em 23 de setembro de 2011.

Coordenação-Geral

PROJETOS APROVADOS EM 2011

n.	proponente	título do projeto	Valores aprovados no âmito das CT	Projetos que a CG do CGDEX considera	Valor recomendado após redução	Valore original proposto
CT de regularização fundiária e gestão ambiental						
1	Prefeitura de Altamira	georreferenciamento de Altamira	R$ 600.000,00		R$ 500.000,00	R$ 1.878.200,00
2	FVPP	Ações prioritárias para o desenvolvimento do território da Transamazônica e Xingu	R$ 1.891.830,68		R$ 1.400.000,00	R$ 2.609.588,88
3	Prefeitura de Placas	Gestão Integrada em Meio Ambiente	R$ 85.400,00		R$ 85.400,00	R$ 544.980,00
CT de fomento às atividades produtivas						
4	Prefeitura de Porto de Moz	abatedouro/frigorífico e equipamentos	R$ 999.957,12		R$ 30.000,00	R$ 999.957,12
5	Brucutu	desenvolvimento do turismo de exploração de grutas e cachoeiras em Uruará	R$ 120.000,00		R$ 120.000,00	R$ 232.920,00
6	Humaniza	beneficiamento de hortaliças em Altamira	R$ 309.600,00		R$ 275.000,00	R$ 391.140,00
7	Humaniza	implantação do SIM nos municípios da região	R$ 376.690,00		R$ 338.000,00	R$ 376.690,00
8	Prefeitura de Brasil Novo	piscicultura familiar	R$ 727.000,00		R$ 600.000,00	R$ 988.400,00
9	Coopatrans	Verticalização da cadeia produtiva do cacau em Medicilândia	R$ 294.268,00	R$ 294.268,00		R$ 385.628,00
10	Aprar	segurança alimentar e desenvolvimento da agricultura familiar	R$ 177.900,00		R$ 177.900,00	R$ 177.900,00
11	STTR Brasil Novo	Fortalecimento da agricultura famiiliar em Brasil Novo	R$ 527.040,00		R$ 480.000,00	R$ 607.040,00
12	Capesc	fábrica de ração/beneficiamento de pescado	R$ 68.000,00		R$ 68.000,00	R$ 2.137.525,99
13	Prefeitura de Anapu	Produção de mudas para preservação de áreas alteradas	R$ 157.500,00		R$ 157.500,00	R$ 157.500,00
CT de Inclusão Social e Cidadania						
14	Craque nota 10	escolinha de futebol em uruará	R$ 205.218,00		R$ 200.000,00	R$ 205.218,00
15	Prefeitura de Brasil Novo	construção e aparelhamento de diversos equipamentos de proteção social	R$ 1.290.302,16		R$ 1.040.000,00	R$ 2.875.520,77
16	Fundação Comunitária Antena Livre	programação de inclusão social, por meio de rádio e vídeos em Uruará	R$ 198.476,00		R$ 198.476,00	R$ 198.476,00
17	Asmup	aquisição de equipamentos para estruturação da Asmup	R$ 13.850,00		R$ 13.850,00	R$ 13.850,00
18	Prefeitura de Brasil Novo	Projeto Ouro do Brasil - políticas públicas de inclusão social	R$ 41.604,00		R$ 41.604,00	R$ 41.604,00
19	Governo do estado do Pará Sespa	Acesso do usuário aos serviços de maior complexidade nos municípios da AII	R$ 736.243,23	R$ 1.472.486,46	(SEIS POSTOS)	R$ 6.400.000,00

20	Governo do estado do Pará	Construção do Centro Integrado de Atendimento da Criança e do Adolescente	R$ 1.780.000,00	R$ 1.780.000,00		R$ 3.780.000,00

PROJETOS APROVADOS EM 2011

n.	proponente	título do projeto	Valores aprovados no âmito das CT	Projetos que a CG do CGDEX considera prioritários	Valor recomendado após redução	Valore original proposto
21	Governo do estado do Pará	Construção e Aparelhamento de 5 unidade integradas de segurança pública	R$ 1.600.000,00	R$ 1.600.000,00		R$ 4.582.190,00
22	UFPA	Expansão e reestruturação do Campus da UFPA em Altamira		R$ 2.000.000,00		R$ 32.029.849,50
23	Prefeitura de Altamira	aquisição de caminhões-tanque				R$ 1.455.000,00
24	Mov. de Mulheres de ATM do e da cidade	fortalecimento organizacional e geração de renda	R$ 306.637,65		R$ 275.000,00	R$ 306.637,65
25	TCM/PA e UFPA	fortalecimento da gestão municipal na perspecitiva do controle externo	R$ 50.000,00		R$ 50.000,00	R$ 5.752.299,62
26	Prefeitura de Placas	Construção de Creche com 240 vagas	R$ 1.338.326,87		R$ 1.000.000,00	R$ 1.488.326,87
27	Prefeitura de Placas	Construção do Conselho Municipal de Ensino	R$ 24.825,00		R$ 24.825,00	R$ 85.950,00
28	Governo do estado do Pará Sespa	Seminário intersetorial de saúde do trabalhador	fonte própria			
CT de Acompanhamento das Condicionantes do EBM						
29	ISA	Contratação de consultoria para elaborar projeto de monitoramento das condicionantes e PBA	R$ 90.000,00		R$ 90.000,00	R$ 180.000,00
CT de indígenas e comunidades tradicionais						
30	Amora	implantação de polos de desenvolvimento e inclusão social na Resex da Terra do Meio	R$ 993.150,00		R$ 795.000,00	R$ 993.150,00
31	Comunidades Indígenas e Extrativistas	processamento de produtos não madeireiros	R$ 407.090,00		R$ 325.000,00	R$ 2.403.280,00
32	Kayapós e Panarás	Infraestrutura e fortalecimento do projeto de castanha do Pará	R$ 564.000,00		R$ 450.000,00	R$ 554.000,00
TOTAL GERAL:			**R$ 15.974.908,71**	R$ 7.146.754,46	R$ 8.735.555,00	**R$ 74.832.822,40**
					R$ 15.882.309,46	
VALOR FINAL, APÓS A INCLUSÃO DO ABATEDOURO EM PORTO DE MOZ					**R$ 16.852.266,58**	

n.	proponente	título do projeto	Valores aprovados no âmbito das CT	Projetos que a CG do CGDEX considera	Valor recomendado após redução	Valore original proposto
	CT de regularização fundiária e gestão ambiental					
1	Prefeitura de Altamira	georreferenciamento de Altamira	R$ 600.000,00		R$ 500.000,00	R$ 1.878.200,00
2	FVPP	Ações prioritárias para o desenvolvimento do território da Transamazônica e Xingu	R$ 1.891.830,68		R$ 1.400.000,00	R$ 2.609.588,88

3	Prefeitura de Placas	Gestão Integrada em Meio Ambiente	R$ 85.400,00		R$ 85.400,00	R$ 544.980,00
CT de fomento às atividades produtivas						
4	Prefeitura de Porto de Moz	abatedouro/frigorífico e equipamentos	R$ 999.957,12		R$ 30.000,00	R$ 999.957,12
5	Brucutu	desenvolvimento do turismo de exploração de grutas e cachoeiras em Uruará	R$ 120.000,00		R$ 120.000,00	R$ 232.920,00
6	Humaniza	beneficiamento de hortaliças em Altamira	R$ 309.600,00		R$ 275.000,00	R$ 391.140,00

ANEXO VIII

PRESIDÊNCIA DA
REPÚBLICA CASA
CIVIL

Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento
Regional Sustentável do Xingu

Reunião: XIV RO, 26 DE OUTUBRO DE 2012

RELAÇÃO DE PROJETOS APROVADOS DE 2012

Projeto Nº	PROPONENTE	TÍTULO DO PROJETO	Valor Original (R$)	Classificação	Valor Aprovado (R$)	CT	OBSERVAÇÃO
21	**CBM** **CONSÓRIO BELO MONTE**	Programa de Capacitação em Gerenciamento de Projetos dos Municípios do Consórcio Belo Monte	767.120,00	**1º**	767.120,00	**CG**	Incluir as seguintes condicionantes: 1. Curso focado em situações da realidade regional; 2. Participantes deverão apresentar, ao final, projeto para resolver problema real do município; 3. Participante deverá participar de forças-tarefas específicas para ajuda aos municípios; 4. Participante deverá permanecer ao menos 2 anos no cargo efetivo, e se eventualmente não cumprir o prazo, ressarcirá o PDRS Xingu.
78	**SINTICMA** **Sindicato dos Trabalhadores a Indústria Madeireira, na Construção Civil e do Mobiliário de Altamira e Região**	Projeto de Base e Integração Sindical na Transamazônica.	129.295,64	**2º**	129.295,64	**CG**	Adequar metas de custeio ao orçamento.
57	**Prefeitura de Brasil Novo**	Fortalecimento da Gestão Pública Municipal e a Promoção do Desenvolvimento	1.388.889,00	**3º**	992.889,00	**CG**	Foi feita uma readequação a menor no valor, passando de R$ 1.388.889,00 para o valor apresentado (corte de R$ 396.000,00)
TOTAL APROVADO:					**1.889.304,64**		

Projeto Nº	PROPONENTE	TÍTULO DO PROJETO	Valor Original (R$)	Classificação	Valor Aprovado (R$)	CT	OBSERVAÇÃO
74	**Prefeituras de Altamira, Anapu, Brasil Novo e Senador José Porfírio**	Consolidação do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Transamazônica e Xingu (CIDS) apoiando as secretarias municipais de agricultura e meio ambiente da Transamazônica (Altamira, Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitoria do Xingu)	412.820,00	1º	212.282,00	CT-1	
75/77	**Prefeituras de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Uruará e Vitória do Xingu**	Fortalecimento da Gestão Ambiental na Região de Belo Monte. (Prefeituras de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu) - Disseminação da Experiência de Monitoramento e Gestão Territorial do Observatório Ambiental Municipal, nos municípios embargados pelo Ministério do Meio Ambiente (Altamira, Anapu, Pacajá, Senador José Porfírio e Brasil Novo)	2.095.985,00	2º	1.940.750,00	CT-1	Readequção orçamentária prevendo o uso de R$144.000,00 para a realização das capacitações previstas na meta 2, apresentação de uma cotação de preço para realização do diagnóstico ambiental de Altamira, cada prefeitura dever apresentar como equipe técnica no mínimo um técnico de nível superior e dois de nível médio vinculados a prefeitura com um tempo de contrato mínimo equiparado a vigência da proposta, ser apresentado um documento de compromisso das prefeituras disponibilizando espaço físico para funcionamento do consórcio, qualificar os resultados do projeto inserindo a previsão de percentual de redução do desmatamento em relação a 2011 e identificar por prefeitura quais as atribuições ambientais deverão ser municipalizadas.
	Prefeituras de Pacajá, Brasil Novo, Anapu, Altamira e Senador José Porfírio					CT-1	
53	**Prefeitura de Altamira**	O Desafio de Pensar a Gestão de Um Centro-Regional	199.363,00	3º	199.363,00	CT-1	A prefeitura em parceria com as universidades devem readequar o valor das bolsas e utilizar R$ 34.800,00 para realização de seminários municipais de divulgação do resultados (a serem realizados para todos os municípios que compõem o projeto).

Projeto Nº	PROPONENTE	TÍTULO DO PROJETO	Valor Original (R$)	Classificação	Valor Aprovado (R$)	CT	OBSERVAÇÃO
		TOTAL APROVADO:			**2.352.395,00**		
52	**MPOG** **Ministério do Planejamento**	Projeto de Assistência Técnica – Promoção, elaboração e contratação junto as instituições financeiras oficiais federais, com vista a implementação de produção habitacional para áreas urbanas e rurais	1.200.000,00	**1º**	1.200.000,00	**CT-2**	
		TOTAL APROVADO:			**1.200.000,00**		
Projeto Nº	**PROPONENTE**	**TÍTULO DO PROJETO**	**Valor Original (R$)**	**Classificação**	**Valor Aprovado (R$)**	**CT**	**OBSERVAÇÃO**
84	**CAPESC** **Central Regional de Apoio Aquicultura e Pesca**	Programa de Fortalecimento Institucional dos STTR's do PDRS Xingu (Uruará, Placas, Medicilância, Brasil Novo, Altamira, Vitória do Xingu, Anapu, Pacajá, Senador José Porfírio e Porto de Moz)	443.788,88	**1º**	443.788,88	**CT-3**	
107	**UFPA** **Universidade Federal do Pará**	Desenvolvimento de Tecnologia para o Cultivo de Hortaliças em Ambiente Protegido e Seleção de Cultivares para a Agricultura Familiar no Território da Transamazônica e Xingu, Pará	600.314,87	**2º**	448.904,87	**CT-3**	Valor ajustado por orientação da Câmara Técnica
43	**Governo do Pará - SEAS**	Infraestrutura para o Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Cacau na Região do Xingu PROJETO OURO VERDE	1.200.000,00	**3º**	900.000,00	**CT-3**	
50	**MI** **Ministério da Integração**	Fomento à Produção de Cacau Orgânico na TransXingu	379.800,00	**4º**	379.800,00	**CT-3**	
15	**CAPESC** **Central Regional de Apoio Aquicultura e Pesca**	Projeto de Infraestrutura e Serviços Aquícolas e Pesqueiros do PDRS Xingu	667.940,00	**5º**	442.000,00	**CT-3**	
62	**Prefeitura de Brasil Novo**	Revitalização de Áreas Degradas com Implatação de Sistemas de Agroflorestais	772.825,00	**6º**	772.825,00	**CT-3**	
48	**Instituto Humaniza**	Projeto Unidade de Beneficiamento de Hortaliças (Aditivo)	86.241,78	**7º**	86.241,78	**CT-3**	
		TOTAL APROVADO:			**3.473.560,53**		
Projeto Nº	**PROPONENTE**	**TÍTULO DO PROJETO**	**Valor Original (R$)**	**Classificação**	**Valor Aprovado (R$)**	**CT**	**OBSERVAÇÃO**
33	**FVPP** **Fundação Viver Produzir e Preservar**	Expansão e Consolidação da Formação Profissional nas Casas Familiares Rurais do Território da Transamazônica e Xingu	4.271.144,05	**1º**	967.330,24	**CT-4**	
61	**Prefeitura de Brasil Novo**	Promovendo a Ampliação e Estruturação da Rede Educacional	985.089,00	**2º**	600.000,00	**CT-4**	

Projeto Nº	PROPONENTE	TÍTULO DO PROJETO	Valor Original (R$)	Classificação	Valor Aprovado (R$)	CT	OBSERVAÇÃO
114	**UFPA Universidade Federal do Pará**	Formação de Professoras da Rede Básica de Ensino: Estudo e Metodologias para o Ensino da Literatura Amazônica na Região da Transamazônica e Xingu	955.808,91	3º	300.000,00	CT-4	A UFPA para contemplar dois projetos, dividiu o recurso proposto pela Câmara Técnica, sendo aceito por todos os membros.
106	**UFPA Universidade Federal do Pará**	Construindo cidadania: fortalecimento dos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolesceste por meio da Municipalização da Política Nacional e do Plano Decenal dos Direitos Humanos das Crianças e dos Adolescentes na região da Transamazônica e do Xingu (CMDCA) (PDMCA)	534.438,00	4º	300.000,00	CT-4	
115	**SG/PR Secretaria Geral da Presidência da República**	Webcidadania: Uma Agenda Comum sob Responsabilidade da Sociedade Local	839.194,20	5º	400.000,00	CT-4	A SG/PR optou por direcionar o recurso aos classificados abaixo por priorizar a atuação da sociedade civil local. Não deixando entretanto de concorrer a possíveis recursos a serem decididos na plenária do CGDEX.
8	**ASMUP Associação de Mulheres do Município de Pacajá**	Projeto Mulheres Gerando Renda Familiar	622.259,84	6º	414.669,76	CT-4	
32	**FVPP Fundação Viver Produzir e Preservar**	Atendimento Digno aos Portadores de Deficiência de Uruará, Altamira e Placas	1.125.131,92	7º	518.000,00	CT-4	
		TOTAL APROVADO:			**3.500.000,00**		

Projeto Nº	PROPONENTE	TÍTULO DO PROJETO	Valor Original (R$)	Classificação	Valor Aprovado (R$)	CT	OBSERVAÇÃO
45	**SG/PR Secretaria Geral da Presidência da República**	Observatório de Monitoramento e Avaliação da Efetividade das Condicionamentes da UHE Belo Monte na Região de Integração do Xingu, Estado do Pará	2.474.144,19	1º	2.474.144,19	CT-5	Projeto aprovado com solicitação de ajustes ao proponente
		TOTAL APROVADO:			**2.474.144,19**		

Projeto Nº	PROPONENTE	TÍTULO DO PROJETO	Valor Original (R$)	Classificação	Valor Aprovado (R$)	CT	OBSERVAÇÃO
5	**AMORA - Associação de Moradores da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrisio AIMA - Associação das Indústrias Madeireiras de Altamira**	Estruturação Jurídica e Projeto Executivo do Centro de Tecnologias e de Formação em Beneficiamento de Produtos da Sociobiodiversidade	498.500,00	1º	498.500,00	CT-6	
26	**FUNAI Fundação Nacional do Índio**	Fortalecimento da Cadeia da Castanha-do-Brasil nas Terras Indígenas do Médio Xingu	169.700,00	2º	144.245,00	CT-6	
6	**AMORA Associação de Moradores da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrisio**	Implantação de Núcleos Regionais nas Reservas Extrativistas da Terra do Meio e Região para Saúde, Educação e Geração de Renda	1.250.200,00	3º	937.650,00	CT-6	

27	**FUNAI** **Fundação Nacional do Índio**	Infraestrutura e Mobilidade para o Povo KAYAPÓ da BR-163	455.990,96	**4º**	300.077,00	**CT-6**	

Projeto Nº	PROPONENTE	TÍTULO DO PROJETO	Valor Original (R$)	Classificação	Valor Aprovado (R$)	CT	OBSERVAÇÃO
29	**FUNAI** **Fundação Nacional do Índio**	Primeiro Encontro dos Povos Indígenas do Médio Xingu	279.136,54	**5º**	194.638,75	**CT-6**	
3	**AIMA** **Associação das Indústrias Madeireiras de Altamira**	Centro Cultural dos Povos Indígenas Xipaia Curuaia e Juruna	699.724,25	**6º**	314.875,91	**CT-6**	
30	**FUNAI** **Fundação Nacional do Índio**	Projeto de Atualização da Infraestrutura de Transporte e Subsistência do Povo PANARA	314.500,00	**7º**	110.000,00	**CT-6**	
		TOTAL APROVADO:			**2.499.986,66**		

Projeto Nº	PROPONENTE	TÍTULO DO PROJETO	Valor Original (R$)	Classificação	Valor Aprovado (R$)	CT	OBSERVAÇÃO
51	**MS** **Ministério da Saúde**	Projeto de Educação Permanente em Saúde para o Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu/PA	1.000.000,00	**1º**	703.500,00	**CT-7**	O valor total do projeto é R$ 1.000.000,00 sendo que R$ 296.500,00 serão aplicados pelo Governo do Estado
23	**MS** **Ministério da Saúde**	Construção das Linhas de Cuidado da Mulher e Criança Indígena – PDRS Xingu.	869.500,00	**2º**	869.500,00	**CT-7**	
38	**FVPP** **Fundação Viver Produzir e Preservar**	Projeto de Capacitação e Educação Permanente em Saúde para Atenção em Drogadicção e enfrentamento da Epidemia do Crack na Região Transamazônica e Xingu-PA	500.000,00	**3º**	500.000,00	**CT-7**	
55	**Prefeitura de Altamira**	Assistência em Saúde às Populações Ribeirinhas das RESEX Extrativistas da Terra do Meio	427.000,00	**4º**	427.000,00	**CT-7**	
		TOTAL APROVADO:			**2.500.000,00**		

ANEXO IX

CÂMARA TÉCNICA 01 - ORDENAMENTO TERRITORIAL, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E GESTÃO AMBIENTAL

Nº ORDEM	Nº PROJETO	PROPONENTE	TÍTULO DO PROJETO	CT	PONTUAÇÃO	VALOR ORIGINAL	VALOR APROVADO	VALOR APROVADO 2013	VALOR APROVADO 2014
1	**31**	IPAM	Fortalecimento das Secretarias Municipais de Meio Ambiente para o Cumprimento das Políticas na Região Transamazônica e Xingu	CT-01	47,00	R$ 3.232.093,50	R$ 3.232.093,50	R$ 2.767.099,50	R$ 464.994,00
2	**77**	Prefeitura Municipal de Altamira/SEMAT	Regularização Ambiental das propriedades rurais dos Distritos de Castelo dos Sonhos e Cachoeira da Serra no Município de Altamira.	CT-01	43,00	R$ 546.200,00	R$ 517.000,00	R$ 417.000,00	R$ 100.000,00
3	**38**	FVPP	Apoio às Ações de Regularização Fundiária e Ambiental na Região da Transamazônica e Xingu	CT-01	42,00	R$ 2.458.414,56	R$ 1.878.414,56	R$ 1.491.414,56	R$ 387.000,00
4	**78**	Cooperativa dos Produtores de Leite da Vila Bom Jardim - COOPERLIGTH	Consolidação da Produção Leiteira Familiar em Áreas de Assentamento Rural na Região Transamazônica	CT-01	38,00	R$ 1.063.550,00	R$ 1.063.550,00	R$ 466.057,00	R$ 597.493,00
5	**13**	Associação dos Agricultores Familiares do Canoé e Cutião - AGRIFCC	Consolidação do Projeto de Assentamento Canoé	CT-01	32,00	R$ 966.926,00	R$ 500.000,00	R$ 387.000,00	R$ 113.000,00
						TOTAL APROVADO	**R$ 7.191.058,06**	**R$ 5.528.571,06**	**R$ 1.662.487,00**

CÂMARA TÉCNICA 02 - INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO

Nº ORDEM	Nº PROJETO	PROPONENTE	TÍTULO DO PROJETO	CT	PONTUAÇÃO	VALOR ORIGINAL	VALOR APROVADO	VALOR APROVADO 2013	VALOR APROVADO 2014
6	**004**	Associação das Famílias da CFR de Gurupá	Apoio a iniciativas Locais de Inclusão Digital dos Jovens Alunos da Educação Básica do Município e da Formação Técnica em Agroecologia da Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Gurupá	CT-02	50,00	R$ 43.700,00	R$ 43.700,00	R$ 43.700,00	R$ -
7	**005**	Prefeitura de Senador José Porfírio	Fortalecimento das 11 Secretarias de Infraestrutura, Obras, Viação e Transporte do Municípios Beneficiados Pelo Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu com a Aquisição de Caçamba Basculante	CT-02	50,00	R$ 3.245.000,00	R$ 3.245.000,00	R$ 3.245.000,00	R$ -
8	**148**	Prefeitura de Senador José Porfírio	Contratação de Consultoria para estudos e projetos rodoviários para as estradas vicinais dos 11 Municípios beneficiados pelo Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu	CT-02	40,00	R$ 3.563.850,00	R$ 3.563.850,00	R$ 3.563.850,00	R$ -

TOTAL APROVADO	**R$ 6.852.550,00**	**R$ 6.852.550,00**	**R$ -**

CÂMARA TÉCNICA 03 - FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

Nº ORDEM	Nº PROJETO	PROPONENTE	TÍTULO DO PROJETO	CT	PONTUAÇÃO	VALOR ORIGINAL	VALOR APROVADO	VALOR APROVADO 2013	VALOR APROVADO 2014
9	**149**	EMBRAPA	Tecnologias integradas para apoiar a diversificação e o fortalecimento de cadeias produtivas do Território da Transamazônica e Xingu	CT-03	50,00	R$ 479.164,00	R$ 479.164,00	R$ 241.786,15	R$ 237.377,85
10	**026**	IPAM	Recuperação de Areas Alteradas para a Produção de Alimentos em Propriedades de Agricultura Familiar de Placas, Uruará, Medicilândia, Brasil Novo, Anapu, Pacajá, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio	CT-03	49,80	R$ 1.371.102,00	R$ 1.371.102,00	R$ 691.858,07	R$ 679.243,93
11	**070**	Prefeitura de Medicilândia	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar	CT-03	49,80	R$ 1.725.917,00	R$ 1.725.917,00	R$ 870.897,72	R$ 855.019,28
12	**053**	Governo do Estado do Pará - IDEFLOR/	"PROSAF XINGU" - Projeto de Sistemas Agroflorestais para regularização Ambiental, Geração de Renda e Segurança Alimentar	CT-03	49,60	R$ 600.425,05	R$ 600.425,05	R$ 302.974,48	R$ 297.450,57
13	**108**	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Brasil Novo - STTR	Consolidação e Aperfeiçoamento de Arranjos Agroecologicos em Brasil Novo	CT-03	49,40	R$ 460.200,00	R$ 460.200,00	R$ 232.216,92	R$ 227.983,08
14	**141**	INSTITUTO HUMANIZA	Verticalização da Cadeia Produtiva da Fruticultura na Região da Transamazônica	CT-03	48,50	R$ 796.421,09	R$ 796.421,09	R$ 401.874,08	R$ 394.547,01
15	**033**	FVPP	Utilização e Difusão de Novas Técnicas de Produção de Alimentos no Território do Xingu	CT-03	48,30	R$ 1.344.352,64	R$ 1.344.352,64	R$ 678.360,34	R$ 665.992,30
16	**117**	Central Regional de Apoio à Aquicultura e Pesca-CAPESC	Fábrica de Rações para Peixes	CT-03	48,10	R$ 1.484.344,00	R$ 1.484.344,00	R$ 748.999,98	R$ 735.344,02
17	**009**	STTR-PACAJÁ	Apoio a Produção e comercialização, escoamento da produção: Produção de melancia; Produção de Farinha	CT-03	45,60	R$ 754.270,00	R$ 754.270,00	R$ 380.604,64	R$ 373.665,36
18	**035**	Universidade Federal do Pará (UFPA)	Fortalecimento da Agricultura Regional Através da Produção de Alimentos e Comercialização dos Produtos Agrícolas nos Municípios Envolvidos no PDRSX	CT-03	45,00	R$ 1.938.944,04	R$ 1.938.944,04	R$ 978.391,16	R$ 960.552,88
						TOTAL APROVADO	**R$ 10.955.139,82**	**R$ 5.527.963,55**	**R$ 5.427.176,27**

CÂMARA TÉCNICA 04 - INCLUSÃO SOCIAL E CIDADANIA

Nº ORDEM	Nº PROJETO	PROPONENTE	TÍTULO DO PROJETO	CT	PONTUAÇÃO	VALOR ORIGINAL	VALOR APROVADO	VALOR APROVADO 2013	VALOR APROVADO 2014
19	**11**	ARCAFAR/PA	Projeto Educação Inclusiva no campo e Desenvolvimento Regional da Agricultura Familiar	CT-04	50,00	R$ 989.186,00	R$ 989.186,00	R$ 805.270,00	R$ 183.916,00
20	**97**	Prefeitura de Altamira	Capacidade em libras para colaboradores Munnicipais	CT-04	50,00	R$ 65.000,00	R$ 65.000,00	R$ 48.100,00	R$ 16.900,00
21	**95**	Prefeitura de Altamira	Reforma do Conselho Tutelar de Altamira	CT-04	46,30	R$ 290.000,00	R$ 290.000,00	R$ 214.600,00	R$ 75.400,00

22	**156**	Associação Folclorica Artístico Cultura Arara Vermelha	Centro Regional de Formação Artístico Arara Vermelha	CT-04	44,00	R$ 362.000,00	R$ 250.000,00	R$ 100.000,00	R$ 150.000,00
23	**17**	FVPP	Educação e Capacitação de Alunos, Produtores Rurais e Sociedade Civil com Atuação nas Ciências Agrárias	CT-04	42,50	R$ 74.200,50	R$ 74.200,50	R$ 54.908,00	R$ 19.292,50
24	**94**	Prefeitura de Altamira	Projeto Estruturação física dos conselhos de Assistência de Altamira	CT-04	42,30	R$ 450.000,00	R$ 450.000,00	R$ 333.000,00	R$ 117.000,00
25	**63**	PRODEPA – Empresa de Processamento de Dados do Estado do Pará	Projeto de Educação, Inclusão e Cidadania Xingu	CT-04	42,00	R$ 600.846,10	R$ 600.846,10	R$ 444.626,00	R$ 156.220,10
26	**104**	Associação de Mulheres Dom Oscar Romero – AMDOR	Mulheres Empreendedoras	CT-04	40,00	R$ 267.545,50	R$ 267.545,50	R$ 197.984,00	R$ 69.561,50
27	**154**	UFPA	REDE DE LINGUAGEM: fortalecimento do ensino\aprendizagem das linguagens exatas (química, física, matemática) e da comunicação na perspectiva do ensino superior	CT-04	40,00	R$ 471.189,00	R$ 471.189,00	R$ 348.680,00	R$ 122.509,00
28	**67**	Movimento de Munlheres Trabalhadores de Altamira Campo e Cidade	Jovens Multiplicadores da Paz	CT-04	40,00	R$ 302.687,40	R$ 302.687,40	R$ 223.989,00	R$ 78.698,40
29	**42**	Prefeitura Municipal de Uruará	Serviço Socioeducativo Para Gravidas Carentes "MÃE CORUJA"	CT-04	39,50	R$ 89.013,00	R$ 89.013,00	R$ 65.870,00	R$ 23.143,00
30	**72**	Escola Aliança para o Progresso	Resgate Histórico da Cultura Popular	CT-04	39,00	R$ 80.000,00	R$ 80.000,00	R$ 59.200,00	R$ 20.800,00
31	**93**	Prefeitura Municipal de Altamira	Buscar para Incluir	CT-04	38,50	R$ 335.872,00	R$ 335.872,00	R$ 248.545,00	R$ 87.327,00
32	**44**	Prefeitura Municipal de Uruará	Estruturação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Reestruturação do Conselho Tutelar de Uruara	CT-04	37,00	R$ 143.280,90	R$ 143.280,90	R$ 106.028,00	R$ 37.252,90
33	**96**	Prefeitura de Altamira	Construção de três creches/EMEI em área de vulnerabilidade social em Altamira	CT-04	36,90	R$ 600.000,00	R$ 600.000,00	R$ 344.000,00	R$ 256.000,00
34	**66**	Prefeitura Municipal de Uruará-Secretaria Municipal de Educação	"Educação do campo: melhores condições; melhor educação"	CT-04	36,00	R$ 350.000,00	R$ 350.000,00	R$ 259.000,00	R$ 91.000,00
35	**69**	Sindicato Hoteleiro de Altamira – SINHOAL	Construção da Escola Técnica para Capacitação de Mão de obra especializada p/ o setor hoteleiro e similares de Altamira	CT-04	35,00	R$ 481.422,01	R$ 433.279,80	R$ 320.627,00	R$ 112.652,80
36	**52**	Sindicato de Produtores Rurais de Altamira – SIRALTA	Construção da Sede do Siralta para o Fortalecimento do Campo	CT-04	34,50	R$ 775.000,00	R$ 775.000,00	R$ 458.800,00	R$ 316.200,00
37	**41**	Associação de Moradores do Bairro Jardim Independente I	(RE) Escrevendo o Presente: O compromisso Social na Alfabetização de Jovens e Adultos em Municípios da Região do Xingu/Sudoeste do Pará	CT-04	33,00	R$ 518.099,00	R$ 350.000,00	R$ 191.697,00	R$ 158.303,00
38	**19**	Associação de Câmaras e Vereadores dos Municípios de Entorno de Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte no Xingu (ACAMVEB)	Planejamento Público e o Impacto na Sociedade	CT-04	30,50	R$ 362.000,00	R$ 253.400,00	R$ 187.516,00	R$ 65.884,00
39	**32**	FVPP	Capacitando e Fortalecento a Participação Social na Região da Transamazônica e Xingu	CT-04	30,00	R$ 694.272,48	R$ 485.990,73	R$ 359.633,00	R$ 126.357,73
40	**22**	STTR DE Anapú	Formação para o Associativismo, o Cooperativismo e a Geração de Trabalho e Renda para os Agricultores Familiares Assentados de Reforma Agrária de Anapu, e Fortalecimento das Entidades Sociais	CT-04	30,00	R$ 422.966,33	R$ 211.483,65	R$ 156.498,00	R$ 54.985,65
						TOTAL APROVADO	**R$ 7.867.974,58**	**R$ 5.528.571,00**	**R$ 2.339.403,58**

CÂMARA TÉCNICA 05 - MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS CONDICIONANTES PREVISTAS NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA UHE BELO MONTE

Nº ORDEM	Nº PROJETO	PROPONENTE	TÍTULO DO PROJETO	CT	PONTUAÇÃO	VALOR ORIGINAL	VALOR APROVADO	VALOR APROVADO 2013	VALOR APROVADO 2014
41	**162**	Fundação Getúlio Vargas	Projeto Executivo de Monitoramento de Condicionantes Ambientais da UHE Belo Monte.	CT-05		R$ -	R$ 4.929.600,00	R$ 4.929.600,00	R$ -
						TOTAL APROVADO	**R$ 4.929.600,00**	**R$ 4.929.600,00**	**R$ -**

CÂMARA TÉCNICA 06 - POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Nº ORDEM	Nº PROJETO	PROPONENTE	TÍTULO DO PROJETO	CT	PONTUAÇÃO	VALOR ORIGINAL	VALOR APROVADO	VALOR APROVADO 2013	VALOR APROVADO 2014
42	**28**	FVPP	Populações Ribeirinhas-Participação e Desenvolvimento Socioeconomico	CT-06	50,00	R$ 368.635,00	R$ 300.000,00	R$ 300.000,00	-
43	**14**	Cooperativa dos Pescadores e Beneficiadores de Pescado de Altamira Xingu (COOPEBAX)/Altamira	Auto sustentabilidade da Pesca no Rio Xingu e seus Afluentes com base na População Tradicionais: Exploração Racional de Peixes em Tanque Rede	CT-06	50,00	R$ 611.313,00	R$ 541.108,00	R$ 541.108,00	-
44	**57**	Associação de Moradores da RESEX do Riozinho do Anfrisio - AMORA	Desenvolvimento Sustentável do Extrativismo Florestal e Fortalecimento das populações extrativas da terra do Meio	CT-06	49,00	R$ 1.485.350,00	R$ 1.264.800,00	R$ 1.200.800,00	R$ 64.000,00
45	**58**	Associação de Moradores da RESEX do Riozinho do Anfrisio - AMORA	Inicío das Operações do Centro de Tecnologia e de Formação em Beneficiamento de Produtos da Sociobiodiversidade	CT-06	48,00	R$ 640.500,00	R$ 589.500,00	R$ 589.500,00	-
46	**25**	Universidade Federal do Pará (UFPA)	Conservação e Manejo de Recursos Pesqueiros na Região de Terra do Meio: Diagnóstico e Subsídios para a Gestão Compartilhada	CT-06	45,00	R$ 1.937.964,00	R$ 1.817.844,00	R$ 854.900,00	R$ 962.944,00
47	**143**	FUNAI	Infraestrutura para o Povo Kayapó da BR – 163 no Distrito de Castelos dos Sonhos Município de Altamira - Pa	CT-06	42,00	R$ 600.000,00	R$ 330.000,00	R$ 330.000,00	-
48	**106**	Associação dos Índios Moradores na cidade de Altamira - AIMA	BAXE KEHU Pesca Indígena	CT-06	42,00	R$ 930.703,75	R$ 552.470,00	R$ 400.000,00	R$ 152.470,00
49	**89**	FUNAI	Fortalecimento da organização social e política das Menire-Mulheres Xikrin da TI Trincheira Bacajá	CT-06	38,00	R$ 541.000,00	R$ 203.814,00	R$ 203.814,00	-
50	**7**	Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz(CDS)	Fortalecendo o Sistema Produtivo Florestal Sustentável	CT-06	38,00	R$ 931.300,00	R$ 769.800,00	R$ 664.800,00	R$ 105.000,00
51	**8**	Associação de Pescadores Artesanais de Porto de Moz-ASPAR	Fábrica de gelo: Elevação da renda e segurança Alimentar para os Pescadores Artesanais de Porto de Moz-PA	CT-06	37,00	R$ 694.923,00	R$ 587.000,00	R$ 80.000,00	R$ 507.000,00

52	**91**	FUNAI	Fortalecimento da organização social e política dos indígenas estudantes do Médio Xingu	CT-06	34,00	R$ 250.000,00	R$ 60.000,00	R$ 60.000,00	-
53	**23**	Universidade Federal do Pará (UFPA)-Engenharia Florestal	Diagnóstico e Capacitação na Utilização de Produtos Florestais não Madeireiros, Utilizados pelas Comunidades Inddígenas Tukumã e Kujubin do Rio Iriri, uma estratégia para o fortalecimento das práticas de manejo e conservação dos recursos naturais.	CT-06	33,00	R$ 344.728,00	R$ 190.228,00	R$ 95.114,00	R$ 95.114,00
54	**21**	STTR DE Anapú	Fortalecimento e Consolidação das Comunidades de Ribeirinhos e Pescadores Artesanais de Anapu, Senador José Porfírio e Porto de Moz.	CT-06	31,00	R$ 1.639.630,00	R$ 1.025.848,53	R$ 208.235,00	R$ 817.613,53
						TOTAL APROVADO	**R$ 8.232.412,53**	**R$ 5.528.271,00**	**R$ 2.704.141,53**

CÂMARA TÉCNICA 07 - SAÚDE

Nº ORDEM	Nº PROJETO	PROPONENTE	TÍTULO DO PROJETO	CT	PONTUAÇÃO	VALOR ORIGINAL	VALOR APROVADO	VALOR APROVADO 2013	VALOR APROVADO 2014
55	**085**	Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municiapal de Saúde de Senador José Porfírio	Estruturação e Adequação dos Sistemas de Informação em Saúde do Sus em Senador José Porfírio	CT-07	50,00	R$ 81.273,00	R$ 81.273,00	R$ 81.273,00	R$ -
56	**075**	Secretaria de Saúde de Vitória do Xingu	Estruturação e adequação dos Sistemas de Informação em Saúde do Sus em Vitória do Xingu	CT-07	50,00	R$ 123.093,00	R$ 123.093,00	R$ 123.093,00	R$ -
57	**124**	Secretaria Municipal de Saúde de Brasil novo	Estruturação e Adequação do Núcleo de Apoio a Saúde da Família do Município de Brasil Novo	CT-07	46,00	R$ 284.023,00	R$ 395.840,00	R$ 395.840,00	R$ -
58	**068**	Secretaria de Saúde de Vitória do Xingu	Estruturação e Adequação do Núcleo de Apoio a Saúde da Família de Vitória do Xingu	CT-07	46,00	R$ 325.107,00	R$ 325.107,00	R$ 325.107,00	R$ -
59	**087**	Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municiapal de Saúde de Senador José Porfírio	Estruturação e Adequação do Núcleo de Apoio a Saúde da Família de Senador José Porfírio e Anexo - Fisioterapia	CT-07	46,00	R$ 407.892,90	R$ 407.892,90	R$ 407.892,90	R$ -
60	**142**	Secretaria Executiva de Saúde Pública-SESPA	Projeto Básico Executivo de Obras: Reforma e Ampliação do Hospital Regional Público da Transamazônica	CT-07	46,00	R$ 500.000,00	R$ 500.000,00	R$ 500.000,00	R$ -
61	**099**	Prefeitura Municipal de Uruará	Projeto Equipar as UBS Construídas pela Norte Energia	CT-07	44,00	R$ 309.280,00	R$ 143.079,00	R$ 143.079,00	R$ -
62	**098**	Prefeitura Municipal de Uruará	Estruturar a Secretaria Municipal de Saúde com Equipamentos de Informática	CT-07	44,00	R$ 326.648,00	R$ 326.648,00	R$ 326.648,00	R$ -
63	**100**	Prefeitura de Uruará	Projeto para Ampliar e Equipar UBS para Atendimento do NASF	CT-07	44,00	R$ 88.647,00	R$ 681.068,74	R$ 681.068,74	R$ -

64	**015**	Secretaria Municipal de Saúde do Município de Placas	Implantação do Parque Tecnológico de Informática da Secretaria Municipal de Saúde de Placas	CT-07	43,00	R$ 74.300,00	R$ 74.300,00	R$ 74.300,00	R$ -
65	**126**	Prefeitura Municipal de Anapú	Projeto de Informatização dos Serviços de Saúde do Município de Anapú	CT-07	43,00	R$ 395.840,00	R$ 284.023,00	R$ 284.023,00	R$ -
66	**083**	Prefeitura Municipal de Altamira	Projeto de Informatização dos Serviços de Saúde do município de Altamira - Pará	CT-07	43,00	R$ 749.340,00	R$ 749.340,00	R$ 749.340,00	R$ -
67	**054**	Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pacajá	Projeto para Custeio e Implementação das Ações para Funcionamento da Unidade Básica de Saúde do Assentamento Raio de Sol - Ladário (Pacajá)	CT-07	41,00	R$ 1.186.178,28	R$ 198.438,18	R$ 198.438,18	R$ -
68	**071**	Secretaria Municipal de Saúde de Medicilândia	Equipar a Secretaria Municipal de Saúde de Medicilândia com Equipamentos de Informática	CT-07	40,00	R$ 115.468,00	R$ 115.468,00	R$ 115.468,00	R$ -
69	**073**	Secretaria Municipal de Saúde de Medicilândia	Equipar a Unidade Básica de Saúde (UBS) do km 70 faixa Agrovila Jorge Bueno da Silva construída pela Norte Energia	CT-07	40,00	R$ 154.034,00	R$ 154.034,00	R$ 154.034,00	R$ -
70	**074**	Secretaria Municipal de Saúde de Medicilândia	Construir e Equipar Núcleo de Apoio à Saúde da Família	CT-07	40,00	R$ 485.035,00	R$ 485.035,00	R$ 485.035,00	R$ -
						TOTAL APROVADO	**R$ 5.044.639,82**	**R$ 5.044.639,82**	**R$ -**

VALOR DOS RECURSOS DISPONIBILIZADOS EM 2013		**R$ 40.000.000,00**	
TOTAL GERAL	**R$ 51.073.374,81**	**R$ 38.940.166,43**	**R$ 12.133.208,38**
VALOR NÃO UTILIZADO DOS RECURSOS DE 2013	**R$ -**	**R$ 1.059.833,57**	**R$ -**

ANEXO XI

PDRS XINGU

PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DO XINGU

Projetos Aprovados Edital 2014

Nº PROJETO PDRSX	NOME DO PROJETO	PROPONENTE	Valor Readequado do Projeto	Pontuação	Valor Acumulado	Status de Adequação orçamentária
2014/050	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Integrado de Gestão Ambiental e Territorial do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável.	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA TRANSAMAZÔNICA E XINGU - CIDS	R$ 2.552.062,18	860	R$ 2.552.062,18	Aprovado
2014/015	Fortalecimento da Gestão Ambiental de Porto de Moz	PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DE MOZ	R$ 159.240,00	777,5	R$ 2.711.302,18	Aprovado

Câmara Técnica 02:

Nº PROJETO PDRSX	NOME DO PROJETO	PROPONENTE	Valor Readequado do Projeto	Pontuação	Valor Acumulado	Status de Adequação orçamentária
2014/120	Fortalecimento da Comunicação Comunitaria Transamazonia/Xingu	FUNDAÇÃO VIVER PRODUZIR E PRESERVAR - FVPP	R$ 1.388.464,48	1200	R$ 1.388.464,48	Aprovado
2014/042	Planejamento integrado das políticas municipais de gestão de resíduos sólidos e capacitação dos atores locais nos municípios de Brasil Novo, Medicilândia , Placas e Uruará	PREFEITURA MUNICIPAL DE URUARÁ	R$ 1.584.290,00	1200	R$ 2.972.754,48	Aprovado
2014/045	Água potável para alimento saldável.	Associação das Mulheres Agricultoras do Setor Gonzaga - AMASG.	R$ 114.000,00	1095	R$ 3.086.754,48	Aprovado
2014/030	Habitação - Direito de Todos	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Anapu - STTR	R$ 992.840,00	930	R$ 4.079.594,48	Aprovado

Nº PROJETO PDRSX	NOME DO PROJETO	PROPONENTE	Valor Readequado do Projeto	Pontuação	Valor Acumulado	Status de Adequação orçamentária
2014/079	Fomento a Tecnologias sustentáveis para Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Cacauicultura	Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará - Ideflor	R$ 1.351.740,00	1090	R$ 1.351.740,00	Aprovado
2014/130	Estruturação de Projeto de Feira Livre do Produtor no contexto do mercador consumidor de produtos agropecuários e da consolidação da produção agrícola mecanizada	Cooperativa Agropecuária Vale do Uruará - COOMAVUR	R$ 1.413.478,34	972,5	R$ 2.765.218,34	Aprovado

Nº PROJETO PDRSX	NOME DO PROJETO	PROPONENTE	Valor Readequado do Projeto	Pontuação	Valor Acumulado	Status de Adequação orçamentária
2014/012	Associações das CFRs e Juventude pela Arte Cultura e Desporto	Associação das Casas Familiares Rurais do Estado do Pará	R$ 742.090,00	970	R$ 742.090,00	Aprovado
2014/153	Estruturação do Cadastro Único e PBF	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE URUARÁ	R$ 305.343,20	900	R$ 1.047.433,20	Aprovado
2014/089	Construindo a Cidadania	MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS DE ALTAMIRA CAMPO E CIDADE - MMTA-CC	R$ 386.059,00	842,5	R$ 1.433.492,20	Aprovado
2014/092	Fortalecimento da Produção Familiar- Mulheres Gerando Renda.	MOVIMENTO DE MULHERES DE URUARÁ CAMPO E CIDADE - MMUCC	R$ 575.188,00	770	R$ 2.008.680,20	Aprovado
2014/156	Valorização cultural e fortalecimento econômico das mulheres trabalhadoras rurais para a inclusão e garantia de cidadania em Anapu.	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Anapu	R$ 445.924,60	747,5	R$ 2.454.604,80	Aprovado
2014/031	Incentivo e apoio ao esporte amador na comunidade Santa Benedita em Altamira	Associação Casa de Educação Popular - Casa de Educação Popular - CEP	R$ 83.311,20	742,5	R$ 2.537.916,00	Aprovado
2014/154	Estruturação do NOVO CRAS	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE URUARÁ	R$ 175.497,60	740	R$ 2.713.413,60	Aprovado
2014/083	CENTRO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE URUARÁ	R$ 457.496,84	727,5	R$ 3.170.910,44	Aprovado

Câmara Técnica 04:

Nº PROJETO PDRSX	NOME DO PROJETO	PROPONENTE	Valor Readequado do Projeto	Pontuação	Valor Acumulado	Status de Adequação orçamentária
2014/072	Diagnóstico participativo dos impactos da UHE Belo Monte na atividade pesqueira na área da Colônia Z-12	Colônia de Pescadores - Z-12	R$ 248.886,00	727,5	R$ 248.886,00	Aprovado
2014/105	Estudo sobre as Famílias Diretamente Contempladas pelas Ações Condicionantes da UHE de Belo Monte: Desafios e Direitos.	Fundação Viver Produzir e Preservar	R$ 838.968,44	722,5	R$ 1.087.854,44	Aprovado

Nº PROJETO PDRSX	NOME DO PROJETO	PROPONENTE	Valor Readequado do Projeto	Pontuação	Valor Acumulado	Status de Adequação orçamentária
2014/074	Fortalecimento da organização e produção das populações extrativistas da Terra do Meio e da AMORA	Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio - AMORA	R$ 238.300,00	972,5	R$ 238.300,00	Aprovado
2014/112	APOIO A CADEIA PRODUTIVA DA MANDIOCA	MOVIMENTO SINDICAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE PORTO DE MOZ - MSTTR	R$ 196.160,00	950	R$ 434.460,00	Aprovado
2014/138	Fortalecimento da AMOMEX e da organização comunitária na resex do Xingu	Associação dos Moradores da Reserva Extrativista do Médio Xingu - AMOMEX	R$ 185.700,00	940	R$ 620.160,00	Aprovado
2014/082	Fortalecimento da organizações e produção dos povos XiKrin das aldeias Pot-Krô e Kamoktikô	Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio - AMORA	R$ 196.930,00	935	R$ 817.090,00	Aprovado
2014/155	Estruturação da Associação de Moradores Extrativistas do Rio Iriri Maribal (AERIM) e fortalecimento da cultura extrativista local	Associação dos Extrativistas do Rio Iriri Maribel - AERIM	R$ 198.400,00	927,5	R$ 1.015.490,00	Aprovado
2014/144	Fortalecimento da organização e dos meios produtivos dos moradores da Resex Rio Iriri	Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Rio Iriri - AMORERI	R$ 214.900,00	925	R$ 1.230.390,00	Aprovado
2014/021	MANEJO E LEVANTAMENTO DE AÇAIZAIS NATIVOS NA VERDE PARA SEMPRE	COMITÊ DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE PORTO DE MOZ - CDS	R$ 124.601,50	870	R$ 1.354.991,50	Aprovado
2014/114	Fortalecimento das Cooperativas e Associações de Pescadores da Região do Xingu por meio da captação de recursos e capacitação gerencial	COOPERATIVA DOS PESCADORES E BENEFICIADORES DE PESCADOS DE ALTAMIRA-XINGU-PARA - COOPEBAX	R$ 199.500,00	855	R$ 1.554.491,50	Aprovado
2014/025	capacitaçao para o cooperativismo e Associativismo	Comite de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz - CDS	R$ 306.716,00	852,5	R$ 1.861.207,50	Aprovado

Câmara Técnica 06:

Nº PROJETO PDRSX	NOME DO PROJETO	PROPONENTE	Valor Readequado do Projeto	Pontuação	Valor Acumulado	Status de Adequação orçamentária
2014/062	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA FUNCIONAMENTOS DA UPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R$ 761.037,24	1005	R$ 761.037,24	Aprovado
2014/150	Projeto Executivo de Hospital Municipal	PREFEITURA MUNICIPAL DE GURUPÁ	R$ 212.100,00	1002,5	R$ 973.137,24	Aprovado
2014/085	Construção e Equipamentos para o CAPS-I	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R$ 940.468,00	965	R$ 1.913.605,24	Aprovado
2014/067	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE APOIO PSICOSOCIAL ALCOOL E DROGA TIPO III	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R$ 1.639.195,00	962,5	R$ 3.552.800,24	Aprovado
2014/109	Equipar o Serviço de Emergência da Unidade Mista de Pacajá	Fundo Municipal de Saúde Pacajá	R$ 675.750,00	922,5	R$ 4.228.550,24	Aprovado
2014/078	Elaboração do projeto para conclusão das obras do complexo Hospitalar de Uruara, com aquisição de equipamentos, reforma e ampliação do Hospital Municipal e construção da Maternidade.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R$ 150.000,00	920	R$ 4.378.550,24	Aprovado
2014/064	CONSTRUÇÃO DA BASE DESCENTRALIZADA SAMU ALTAMIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R$ 349.640,00	917,5	R$ 4.728.190,24	Aprovado
2014/098	AMPLIAÇÃO E REORGANIZAÇÃO DA RAPS - REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NA TRANSAMAZÔNICA/ XINGU	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VITÓRIA DO XINGU/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	R$ 774.490,23	817,5	R$ 5.502.680,47	Aprovado
2014/149	Equipagem do Hospital Municipal	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO	R$ 629.129,00	800	R$ 6.131.809,47	Aprovado
2014/093	FORTALECIMENTO DA REDE E URGÊNCIA E EMERGÊNCIA MUNICIPAL DE PLACAS	PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS	R$ 667.310,00	800	R$ 6.799.119,47	Aprovado
2014/127	Equipar o Hospital Ana Nery; o CAPS e a Unidade de Saúde da Pedreira	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO DE MOZ	R$ 725.697,70	800	R$ 7.524.817,17	Aprovado
2014/108	CONSTRUIR E EQUIPAR BASE DESCENTRALIZADA DO SAMU	Fundo Municipal de Saúde Pacajá	R$ 277.095,52	797,5	R$ 7.801.912,69	Aprovado
2014/086	Construção e aquisição de equipamentos para a Base Descentralizada do SAMU 192 de Uruará-PA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R$ 579.957,00	742,5	R$ 8.381.869,69	Aprovado
2014/061	REFORMA E ADEQUAÇÃO DO CENTRO DE APOIO EM DIAGNÓSTICO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R$ 773.760,00	730	R$ 9.155.629,69	Aprovado

Nº PROJETO PDRSX	NOME DO PROJETO	PROPONENTE	Valor Readequado do Projeto	Pontuação	Valor Acumulado	Status de Adequação orçamentária
2014/049	Fortalecimento das instituições de nível superior (UEPA, UFPA e IFPA) com ações definidas para cada instituição e fortalecimento da Casa Familiar Rural	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	R$ 1.039.355,00	982,5	R$ 1.039.355,00	Aprovado
2014/095	Expansão do Ensino Superior na região da Transamazônica e Xingu através da reestruturação e consolidação da UFPA/Campus de Altamira e de ações articuladas com UEPA , IFPA e as casas familiares rurais situadas na região.	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	R$ 639.355,00	967,5	R$ 1.678.710,00	Aprovado
2014/099	Estudo para Desenvolver Estratégias de Políticas Públicas adequadas para a Educação no Território de Abrangência do PRDS Xingu	CT Educação - Edital para contratação direta a partir da PM 21	R$ 436.566,33	942,5	R$ 2.115.276,33	Aprovado
2014/035	FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA ATRAVÉS DE FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS	R$ 889.355,00	937,5	R$ 3.004.631,33	Aprovado
2014/010	Pedagogia da Alternância nas Comunidades Ribeirinhas	Associação da Casa Familiar Rural de Porto de Moz	R$ 939.355,00	870	R$ 3.943.986,33	Aprovado
2014/028	ALFABETIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: LENDO E ESCREVENDO CHEGAMOS LÁ	Associação Casa de Educação Popular	R$ 600.311,20	847,5	R$ 4.544.297,53	Aprovado
2014/055	Educação no Campo - Habilitação Profissional Técnico em Agroindustria Integrado com Ensino Médio	Associação das Casas Familiares Rurais do Estado do Pará - ARCAFAR	R$ 1.178.400,00	835	R$ 5.722.697,53	Aprovado
2014/136	Apoio Técnico, Pedagógico e Administrativo as Escolas do Campo	PREFEITURA MUNICIPAL DE RASIL NOVO	R$ 1.685.493,05	807,5	R$ 7.408.190,58	Aprovado
2014/069	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO MATEMATICANDO NOS MUNICIPIOS DA REGIÃO DO XINGU	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA	R$ 330.000,00	787,5	R$ 7.738.190,58	Aprovado
2014/068	FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO PARA PROFESSORES DE 6º AO 9º ANO	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA	R$ 565.300,00	760	R$ 8.303.490,58	Aprovado
2014/016	Escola da Liberdade	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Anapu	R$ 427.900,00	752,5	R$ 8.731.390,58	Aprovado